



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

A VOZ DE DILMA:
PERFORMANCES ORATÓRIAS E DISCURSOS SOBRE A FALA PÚBLICA DA PRESIDENTA

SÃO CARLOS
2018



Universidade Federal de São Carlos

Nicolle de Brito Conceição Casanova

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

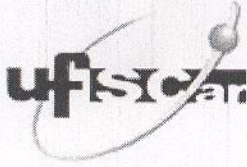
A VOZ DE DILMA: PERFORMANCES ORATÓRIAS E DISCURSOS SOBRE A FALA
PÚBLICA DA PRESIDENTA

NICOLLE DE BRITO CONCEIÇÃO CASANOVA
Bolsista CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Piovezani

São Carlos - São Paulo - Brasil
2018

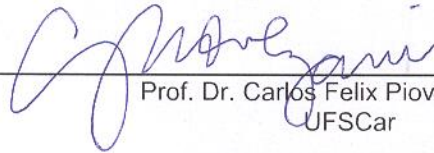


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

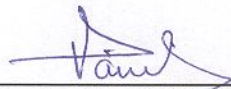
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

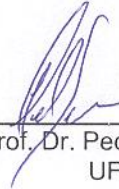
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Nicolle de Brito Conceição Casanova, realizada em 02/03/2018:



Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
UFSCar



Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar



Prof. Dr. Pedro de Souza
UFSC

À minha avó Celair, minha primeira e mais amorosa professora, com quem aprendi sobre as armadilhas da língua e sobre o prazer da leitura, e a quem atribuí certa ingenuidade quando, desatenta por um minuto de sua notável lucidez, ouvi de sua voz que a universidade me tornaria uma escritora.

A todas as mulheres sem voz, e sobretudo a todas as mulheres que fazem da minha própria voz parte de um coro forte e que me ensinaram que os embates diários contra nosso silenciamento não são jamais travados em solidão.

Agradecimentos

Ao professor Carlos Piovezani, a quem devo, por honestidade intelectual, a possibilidade de realização desse trabalho.

Ao professor Pedro de Souza e à professora Vanice Sargentini, fontes de letras e vozes tão potentes, pelas contribuições valiosas a meu trabalho, e cujas leituras enriquecem a dimensão profissional tanto quanto a gentileza de suas expressões engrandece a pessoal.

Aos colegas e companheiros do Labor, pelas ricas discussões, pelo apoio e pela leveza do trabalho; por terem me proporcionado a solidez e a segurança dos acolhimentos verdadeiramente carinhosos.

A meus pais, Nelson e Anne, forças que me mantêm em movimento, por terem iluminado meus caminhos em meio à beleza e ao horror da liberdade que me ensinaram, sábios e humildes, e que me conduziu até aqui. Que sorte a minha nascer e viver perto de quem inspira e nutre tanto amor. Suas vozes ecoam em tudo o que digo, faço e vivo.

Às minhas irmãs, Giovanna e Victoria, que tanto me inspiram e me orgulham por toda a força e a graça que emanam de seus espíritos femininos e combativos; que me ensinaram, na prática dura e bonita, a ampliar os primeiros sentidos da palavra sororidade até suas dimensões ética e política. Que nossas vozes se assemelhem enquanto houver vida.

Às amigas, companheiras e também irmãs Amanda, Heloisa e Julia, pelo apoio, compreensão e paciência, pelo amor e carinho, pela diversão e consolo. Não há solidão na mera lembrança de seus nomes.

À CAPES, pelo apoio à pesquisa e pelo privilégio da seguridade que me foi concedido. Que o fôlego aqui representado faça jus à confiança que ainda resta depositar no trabalho acadêmico e que iluminou meu percurso, em respeito àqueles que permanecem na escuridão do desamparo apesar de seu empenho e talento.

Mas nem mesmo com referência às mais insignificantes coisas da vida somos nós um todo materialmente constituído, idêntico para toda a gente e de que cada qual não tem mais do que tomar conhecimento, como se se tratasse de um livro de contas ou de um testamento; nossa personalidade social é uma criação do pensamento alheio.

Marcel Proust, *No caminho de Swann* (1913)

Resumo

Fundamentado teoricamente na Análise do Discurso de linha francesa, este trabalho de pesquisa se propõe a analisar pronunciamentos de Dilma Rousseff e discursos sobre sua fala pública que circulam através da mídia brasileira, dedicando particular atenção para os usos e as representações de sua voz, com vistas a compreender o estabelecimento e a consolidação do consenso segundo o qual ela seria péssima oradora. Ora, propomos problematizar esse consenso mediante o exame dos desempenhos oratórios de Dilma e dos discursos da mídia a respeito desses desempenhos, a fim de demonstrar que tais discursos não somente condicionam as performances de fala pública dos sujeitos de uma sociedade, em geral, e de Dilma, em particular, mas também produzem as descrições, os comentários e as avaliações dessas performances. Ou seja, esses discursos constroem, consolidam e, eventualmente, podem modificar o gosto e o desgosto na escuta de pronunciamentos públicos. O que vale para a atuação dos dizeres na formação dos entusiasmos, preferências, indiferenças e repulsas na recepção e no julgamento das falas públicas vale também, aliás, para a atribuição e o reconhecimento do carisma dos oradores: tal qual a eloquência, deve-se tratá-lo, portanto, como uma construção que se processa na história, na sociedade e no discurso. Para tanto, nos valem de um *corpus* constituído, por um lado, de pronunciamentos de Dilma veiculados pela televisão entre 2010 e 2017, que compreende um período em que fala a partir da posição de candidata à Presidência, de Presidenta e de ex-Presidenta e, por outro, de peças jornalísticas extraídas de revistas e jornais brasileiros de grande circulação no território nacional, que se apresentam sob a forma de variados gêneros discursivos (notícias, reportagens, editoriais, artigos de opinião e notas informativas), publicados em cadernos e seções diversos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e das revistas *Veja* e *Carta Capital* entre os mesmos anos.

Palavras-chave: discurso; fala pública; voz; Dilma Rousseff; gênero; mídia

Abstract

Theoretically based on French Discourse Analysis, derived from the works of Michel Pêcheux and his group, this research proposes to analyse Dilma Rousseff's pronouncements and discourses on her public speech as conveyed by the Brazilian media, giving particular attention to the uses and representations of her voice, in order to comprehend the establishment and consolidation of the consensus according to which she would be a poor speaker. Henceforth, we propose to question this consensus by examining the oratory performances and media discourses on these performances, in the interest of demonstrating that not only do such discourses condition the public speech performances of the subjects of a society, in general, and Dilma's performances, in particular, but also produce the descriptions, comments and evaluations on these performances. In other words, these discourses elaborate, consolidate and can eventually transform the appreciation and depreciation that comes from the public pronouncements' listening. Moreover, the discursive dynamic that works for the role these sayings play in the framing of the enthusiasms, preferences, indifferences and revulsions in the reception and judgement of public speech also works for the attribution and recognition of the speakers' charisma: such as eloquence itself, it should thus be conceived as a construction that is processed in history, society and discourse. In pursuit of this purpose, we work on a *corpus* that consists, on one hand, of Dilma's pronouncements conveyed by television between 2010 and 2017, covering the period in which she speaks as a presidential candidate, as President and as former President and, on the other hand, on journalistic articles extracted from Brazilian newspapers and magazines in national circulation, presented in the form of varied discursive genres (news, reports, editorials, opinion articles and informative notes) and published in different sections and supplements of the newspapers *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* and of the magazines *Veja* and *Carta Capital*.

Key-words: discourse; public speech; voice; Dilma Rousseff; gender; media

Sumário

INTRODUÇÃO: Desaprender o silêncio: a fala pública feminina e a voz da mulher no discurso político contemporâneo	10
1. VOZ E DISCURSO	29
1.1. Os sentidos do som	29
1.2. Uma breve genealogia dos estudos acerca da relação entre som e sentido	38
1.2.1. O místico e o mítico Clássico: as contribuições dos gregos e hindus	40
1.2.2. Onomatopeia e metáfora: as relações entre forma e conteúdo no século XVIII	43
1.2.3. Foco na função: os avanços do século XX	44
1.2.4. O avesso de uma lógica: o sentido faz som	48
1.3. Um lugar para a interpretação do som na abordagem discursiva	50
1.3.1. A voz sob uma perspectiva discursiva.....	61
1.4. Instrumentos para o trato da voz	70
2. DISCURSOS SOBRE A FALA E A VOZ DE DILMA	82
2.1. Signos de improviso e hesitação: um elogio à escrita.....	85
2.2. “Expressão total do organismo”: a construção de efeitos de verdade pela língua, pelo corpo e pela voz	103
2.3. Efeitos de uma incompetência linguística, cognitiva e governamental	117
2.4. “A economia, a sintaxe e o bom senso”: entre o dito, a maneira de dizer e o momento de dizê-lo.....	123
3. A FALA PÚBLICA DE DILMA	132
3.1. Dilma candidata	134
3.2. Dilma Presidenta.....	151
3.3. Dilma ex-Presidenta.....	158
3.4. Tipologia da voz de Dilma.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por um questionamento das evidências: pensar as determinações históricas e a relação entre discursos e práticas	170
REFERÊNCIAS	183

Introdução

Desaprender o silêncio: a fala pública feminina e a voz da mulher no discurso político contemporâneo

A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição.

Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio.

Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva.

E Adão não foi enganado, mas sim a mulher, que, tendo sido enganada, tornou-se transgressora.

Entretanto, a mulher será salva dando à luz filhos — se elas permanecerem na fé, no amor e na santidade, com modéstia.

Timóteo 2:11-15

Nas cartas de Paulo, a condenação da mulher ao silêncio deriva da merecida repreensão de Eva pelo engano de que descende o pecado original. Flagrado por seu criador após comer do fruto proibido com sua mulher e então consciente de sua nudez, Adão furta-se de responsabilidade pelo erro e atribui à própria obra divina a culpa pela infração à lei do Éden: “A mulher que me deste por companheira me deu da árvore, e eu comi”. Embora ainda recaia sobre Adão, o castigo conforma-se à verdade do homem; a voz de Deus pune, certamente, sua conduta, mas assevera que a fonte de sua desgraça proveio da boca de Eva: “Porquanto deste ouvido à voz de tua mulher e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti¹”. É a voz daquela que será a primeira mãe que Deus censura ao condenar a humanidade, pois o engano da mulher se contrapõe ao exercício consciente do arbítrio do homem, que teria sucumbido ao erro para preservar sua união, mesmo que sob a pena da comunhão do pecado. O homem e a mulher caíram em tentação, mas o primeiro, antes, pôs-se a refletir. É afinal na acusação de Eva pela voz masculina que Deus deposita confiança: a fala do homem, baseada na força da consciência e da cognição, é alçada a uma condição superior. O castigo sofrido por Eva repercute ainda em nossos dias sobre os corpos e as vidas de suas filhas: “ele te dominará²”, esbravejou seu criador. O pecado original, assim, estende aos movimentos da história a construção de uma virtude feminina que se reduz à submissão e ao silêncio, como se a voz da mulher, com seu

¹ Gênesis 3:12-14.

² Gênesis 3:16.

poder de sedução e sua natureza enganosa, desempenhasse o papel da própria serpente, ou, ao menos, fosse a personificação privilegiada do mal, capaz de instituir a perdição do homem. Desde tempos imemoriais, imputou-se continuamente à fala feminina, relegada ao extremo inferior de uma hierarquia e ali sufocada pela ressonância da voz de Deus e de seus pares masculinos, o poder de corromper a ordem – dos homens, da família e da sociedade.

Entre a sujeição imposta pela vida privada e a interdição da vida pública, a história ocidental pareceu ter pretendido permitir que as mulheres fossem vistas, mas jamais ouvidas. Para tanto, seria preciso tentar calar sua voz e impedir seu acesso à pena e ao papel. Desprovê-las do direito à educação e à cidadania garantiria que não lessem e que não tivessem público leitor, já que, para que fossem lidas, precisariam escrever. A atividade escrita, como sabemos, requer material, veículo e habilidade proveniente da aprendizagem formal – elementos e ações sujeitos ao controle institucional. Mas a dimensão técnica do exercício da fala, por sua vez, requer apenas uma voz, uma mensagem e uma audiência, o que torna o controle da expressão feminina uma tarefa mais árdua do que o embargo às suas práticas de leitura e escrita³. Caberia, portanto, a uma série de discursos e ações sociais a exclusão feminina do espaço público e do circuito dos púlpitos e das tribunas, e/ou a instauração e a consolidação dos sentidos de apologia ao silêncio, houvesse alguma presença feminina nas ruas, praças e mercados das cidades.

O alcance que conhecem esses discursos e práticas seria tamanho que os tornaria capazes de ignorar as fronteiras que separam as instituições: quer fosse nas igrejas, nas cortes ou nas praças, entre leigos e filósofos, entre médicos e retores, através do poder do mito ou da legitimidade do discurso científico, as mulheres foram encorajadas a reprimir suas vozes e sua quietude foi insistentemente incitada. No entanto, para muito além de meramente enaltecer seu silêncio, infamava-se e condenava-se decisivamente sua expressão. Muito antes de remontar a uma sua origem empírica e essencial, os trechos da Bíblia que lemos ecoam e conduzem, na verdade, outros discursos que também anunciavam os perigos da fala pública da mulher e justificavam o uso da simbólica mordação. Com efeito, há séculos somos expostos ao medo que cerca os homens em relação aos potenciais sedutores e aos propósitos pecaminosos da fala e da voz feminina. Parece haver, ainda em nossos dias, pelo menos duas formas de conjurar esses perigos: por um lado, desvirtuar e depreciar seu poder sedutor e, por outro, incutir-lhe o estigma da inépcia. Ou seja, se ela fala bem, é enganosa, perversa e

³ Cf. Jamieson (1988).

encarna um signo privilegiado da corrupção, ao passo que, se ela fala mal, sua incompetência expressiva torna-se índice visível e audível de sua incapacidade cognitiva e de sua conseqüente inaptidão ao governo e à política. Aristóteles diria que as mulheres são “mais vazias de vergonha e auto-respeito, mais falsas em discurso e mais enganosas que os homens⁴”. Em obras de outros mestres da Retórica clássica, o circuito que percorre a voz efeminada a levaria a ouvidos surdos, no extremo oposto de onde deveria haver a escuta que estabelece a utilidade, a justiça e a beleza das peças oratórias. Apesar dos tantos séculos decorridos, do trânsito da Grécia para a Inglaterra e da passagem da filosofia antiga para a ciência moderna, os discursos que funcionavam em favor do silêncio da mulher permaneceriam alheios à constituição histórica e social da fala e da escuta. Também o discurso dos naturalistas não escaparia à tradição: de acordo com Darwin, enquanto o gênero feminino dispenderia muito de sua energia na formação de seus óvulos, o macho gastaria energia e força “em disputas ferozes com rivais, no deslocamento na busca por fêmeas, no exercício de sua voz⁵”.

É, em grande parte e há séculos, justamente com base nos discursos das ciências naturais que se ratifica a evidência da inaptidão feminina para a atividade política: a quantidade de energia empregada por homens no coito não os tornaria necessariamente menos eficientes em seu desempenho oratório, mas a dispendida por mulheres na concepção, gestação e parto as desproveria definitivamente de eloqüência. Para os homens que ou quando porventura gastassem excessiva energia, de modo que suas vozes, na fala pública e no canto, se tornassem estridentes e efeminadas, a simples solução, proposta por Quintiliano, residiria na abstinência sexual⁶. No caso da mulher, porque seu papel social recaía justamente sobre sua capacidade reprodutiva, a lógica do alerta seria invertida: se, para que o homem utilizasse sua voz apropriadamente, era recomendável que abdicasse da atividade sexual, à mulher, para que estivesse apta a conceber e gestar filhos, era necessário que abdicasse do uso de sua voz. As mulheres, assim, seriam ensinadas que engajamento em atividades políticas e de fala pública poderia arriscar a saúde de seu aparelho reprodutor, e qualquer perturbação mental deveria imediatamente ser atribuída a um mau funcionamento de seu útero. A crença na

⁴ História dos Animais IX, 608b, 16-17.

⁵ A descendência do homem, parte 11, cap. VIII.

⁶ “Se desenvolvemos, em contrapartida, as qualidades da voz, tal como fazemos com todas as demais, mediante um cuidado atento, a negligência e a ignorância enfraquecem-nas. Mas esse cuidado não deve ser o mesmo para os oradores e para os mestres do canto; no entanto, há muitas condições comuns aos dois casos: a robustez da constituição corporal, para que nossa voz não seja fina e estridente, como a dos eunucos, das mulheres e dos doentes. Atingiremos esse resultado graças à marcha, às fricções, à continência e a uma digestão fácil, ou seja, à frugalidade”. (QUINTILIANO. Instituição Oratória XI, III, 19)

evidência biológica da inaptidão feminina para os ofícios da vida pública se vê ilustrada, de fato, antes e depois de Darwin: no século XVII, um elogio dedicado à Duquesa de Newcastle, intelectual sem filhos, a descrevia como uma nobre exceção ao seu sexo e gênero, “que possui útero frutuoso, mas cérebro estéril”. De maneira análoga, esses discursos se veem refletidos em uma declaração da congressista norte-americana Patricia Schroeder, que sentiu a necessidade de anunciar, já no começo dos anos 1970, como um informe inédito e escandaloso para seus colegas de Congresso, a indesejada obviedade: “Sim, eu tenho um útero e um cérebro, e ambos funcionam”⁷.

A presunção da incompatibilidade entre política e progênie no que se refere à mulher parece ainda ter sobrevivido ao recrudescimento mais recente de lutas e conquistas feministas. Um artigo jornalístico publicado no Brasil em meados de 2015 encerra-se com a seguinte frase: “Michel é um homem de sorte”. A sentença, que impacta a publicação da revista, não se refere, evidentemente, à vitória nas eleições que deu a Michel Temer a oportunidade de exercer funções imediatamente abaixo da Presidenta Dilma Rousseff, tampouco aos benefícios que lhe conferiram as relações de poder que, alheias à aliança previamente estabelecida, o alçariam sorrateiramente ao maior poder. Trata-se, aqui, de um elogio à então futura primeira-dama do país, adjetivada pela revista com a tríplice qualificação que viria a se tornar relativamente popular entre os brasileiros: “bela, recatada e do lar”⁸. Para além de redundar o estereótipo que ratifica a pertença masculina ao espaço público e encarcera o feminino no ambiente privado, submetendo a virtude feminina à avaliação masculina no interior da família e da vida doméstica, o elogio que se constrói no texto o legitima ainda por outra via: no artigo de *Veja*, Marcela não tem voz. Nele, falam seu cabeleireiro, seu marido, seu assessor, sua família, o jornalista... e nenhum par de aspas que concedesse à mulher venerada a oportunidade de falar. A comparação que se pretende estabelecer na publicação entre a brasileira e a norte-americana Grace Kelly esclarece o lugar relegado às mulheres no campo político: afastadas por alguma razão do exercício de suas profissões e à sombra da virilidade de um cônjuge poderoso, as mulheres férteis e encarregadas das obrigações familiares seriam agradáveis aos olhos, mas raramente ouvidas.

A imprensa, aqui, exerce o papel outrora exercido pelas cortes, pela igreja e pelas ciências. Por certo, mover a fala pública feminina para a sarjeta da história sempre requisitou

⁷ Jamieson, 1988, p. 69.

⁸ LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e do lar. Revista *Veja*, 16 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

da língua uma de suas mais poderosas armas: a capacidade de nomear. Assim, a vida terrena pareceu querer reproduzir a vida no Éden, paraíso do homem, onde justamente a Adão foi concedida a prerrogativa de nomear as espécies inferiores e toda alma vivente⁹. Já em sociedade, nomes tais quais “bruxas”, “hereges”, “históricas” e “putas” rotularam mulheres que se engajaram, ao longo da história, em atos de fala ilegais ou imorais que, em última instância, figuravam como uma ameaça à autoridade masculina ao apropriar-se de suas habilidades, constituindo um risco à ordem social. Ao condenar a mulher expressiva, e de maneira ainda mais impetuosa aquelas já estigmatizadas não apenas por seu gênero, mas também e talvez sobretudo por sua classe social, sua raça, seu credo e, enfim, seu capital simbólico, os nomes que lhes são atribuídos convidam suas irmãs ao silêncio¹⁰. A pena para a transgressão pós-Éden, imputada pelas mãos dos homens, com ou sem o respaldo da voz de Deus, parece mais dura àquelas assim nomeadas: o silêncio permanente da morte pelas fogueiras e por violências físicas de toda sorte, o do ostracismo pelos manicômios, pelas ruas e por outras margens da sociedade ou a escuta surda de suas vozes que, a despeito de toda a repressão, não se calaram.

De maneira geral, os estigmas imputados à fala feminina recaem sobre o mesmo arquétipo que identificamos no Livro do Gênesis: a fala masculina é conduzida pelo intelecto e pela razão, características que faltam à fala feminina, que se deixa consumir por emoção e paixão. Nas mulheres, a razão parece ser menos capaz de controlar os apetites, diria Aristóteles¹¹. A própria fonte da fala feminina incute efeitos de sentido pejorativos à sua natureza tida como defeituosa. Se o homem, como o chefe da família, é sua cabeça, enquanto a mulher é seu coração, cabe ao sexo masculino o poder de decisão e o controle sobre a expressividade daqueles e daquela que chefia. As filhas de Eva devem pagar por seu pecado com sua total submissão. Sobre as distinções atribuídas à relação entre as falas feminina e masculina, tem-se que

Porque era presumidamente conduzida pela emoção, a fala feminina era tida como pessoal, excessiva, desorganizada e indevidamente ornamental. Porque era presumidamente conduzido pela razão, o estilo masculino era tido como factual, analítico, organizado e impessoal. Enquanto a fala feminina semeava a desordem, a

⁹ “Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo o animal do campo, e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, isso foi o seu nome. E Adão pôs os nomes a todo o gado, e às aves dos céus, e a todo o animal do campo; mas para o homem não se achava ajudadora idônea.” (Gênesis 2:19,20)

¹⁰ Jamieson, 1988, p. 68-70.

¹¹ Ética a Nicômaco VII, 7-8; e Política I, 13. 1259b, p. 35-38.

fala masculina plantava ordem. A fala feminina corrompia a audiência convidando-a a julgar os casos a partir de bases espúrias; a fala masculina inspirava um julgamento judicioso. (JAMIESON, 1988, p. 76)

De toda forma, é milenar a definição de um estilo de fala “feminino” com base nas diferenças que estabeleceria com sua contraparte masculina, especialmente sem que se preocupasse em determinar suas origens seja como produtos da natureza, da cultura ou mesmo da ordem divina. Essas dissonâncias, cujas verdadeiras gêneses de fato ainda se desconhece ou ignora, acabam por funcionar como um instrumento legitimador das claras fronteiras entre a virtude e o vício inerentes à fala pública, alimentando os estigmas que constroem a fala feminina. Por escolha ou censura, às mulheres foi associado um modelo de expressão apropriado para a vida virtuosa no ambiente privado e que, a despeito do pretérito mobilizado pela autora norte-americana, parece ter resistido à passagem dos tempos e rompido com as fronteiras dos espaços, das instituições e mesmo das posições ideológicas. Frequentemente observadas em uma relação essencializada de causa e consequência, ao invés de concebidas como um complexo construto histórico e social, as definições sobre o ‘estilo feminino’ justificariam a permanência inata da mulher no exterior da vida pública, espaço em que as virtudes residiriam somente no produto da ação masculina.

“Estruturalmente, a retórica ‘feminina’ é indutiva, até mesmo sinuosa, movendo-se de exemplo a exemplo, e é geralmente baseada em experiências pessoais”, observa a estudiosa de retórica Karlyn Kohrs Campbell. “Consistente com suas supostas naturezas poética e emocional, mulheres tendem a adotar modos de desenvolvimento associativos, dramáticos e narrativos, em oposição a formas de organização mais dedutivas. O tom tende a ser pessoal e um tanto hesitante, em vez de objetivo ou autoritário.” (JAMIESON, 1988, p. 76)

Ainda que não ignoremos as metamorfoses que sofreram essas relações distintivas entre as falas feminina e masculina ao longo das décadas e dos séculos no Ocidente, reconhecemos a persistência de suas regularidades como um pressuposto indispensável: desde os mestres da Retórica Antiga, passando pela ciência moderna, até a mídia contemporânea, em suas representações do desempenho oratório de mulheres em condição de poder, os adjetivos “irracional”, “desorganizado” e “emotivo” ainda perseguem a fala feminina, ao passo que a representação da performance masculina, bem qualificada, está eivada de predicados como “lógica”, “organização”, “impessoalidade” e “competição”.

É justamente a partir do século XIX que se pode observar com maior intensidade os resultados da referência insistentemente pejorativa ao feminino que mais nos interessam:

séculos de condenação da fala feminina impuseram à mulher a adoção das normas ‘masculinas’ de oratória em condição de fala pública, apropriando-se do funcionamento do universo do homem e, em alguma medida, simulando sua identidade com base nos papéis atribuídos socialmente aos gêneros. No entanto, uma recente inversão desse processo não lhe foi integralmente benéfica. Torna-se difícil não concordar com a ironia apontada por Jamieson no que diz respeito ao deslocamento dessas normas na era do discurso político televisionado: a televisão, nos informa a autora, “convidaria ao estilo ‘feminino’ outrora desprezado”; assim, por isso, “homens teriam que aprender, enquanto mulheres teriam que recapturar essas formas”¹². De modo mais intenso, frequente e acelerado, ocorreram metamorfoses no discurso político entre a segunda metade do século XIX, o decurso do século XX e o início do XXI. Em *Deslizamentos do espetáculo político* (2003), Courtine trata dessas metamorfoses do discurso político e discorre sobre a forte tendência à psicologização do sujeito político, à chamada *living-room politics* – a política da vida privada – e ao desengajamento político-ideológico que culminou na contemporaneidade com o advento da tecnologia televisiva e transformou profundamente a eloquência política. De gestos largos ao controle corporal, da voz empregada em altos volumes à calmaria de uma conversação amigável, da língua de madeira à língua de vento, a expressão de emoções em favor da constituição do sentido de um *eu* privado pareceu mais do que adequada a um meio de comunicação de massa que, ironicamente, se conforma na ilusão de intimidade. Na tevê, um estilo conciliatório se demonstra mais vantajoso do que aqueles combativos e agressivos. E, porque os veículos de comunicação de massa frequentemente fixam-se em diferenças entre a vida privada e a vida pública de figuras populares, demonstrar mais conforto ao expressar, ou ao menos forjar a expressão espontânea, ao invés de camuflar sua intimidade, torna-se uma habilidade útil para políticos profissionais. As narrativas dramáticas, o tom autobiográfico, a expressividade corporal e facial e o estilo conversacional, todos cuidadosamente controlados para demonstrar as vulnerabilidades pessoais, que fortalecem candidatos e políticos e se fazem mais interessantes para a audiência, assim como ocorre em “confissões” de celebridades do universo *pop*, favorecem o estilo tradicionalmente caracterizado como feminino em detrimento da objetividade mais tipicamente atribuída ao masculino.

Ainda que pareça uma constatação demasiadamente óbvia, não se pode deixar de dizer que esses movimentos de transformação não implicam uma facilidade absoluta e não garantem acesso imediato das mulheres ao campo político na contemporaneidade. Após ter de

¹² Jamieson, 1988, p. 80.

desaprender o silêncio, chegaria o momento em que à mulher seria necessário desaprender também as normas do estilo masculino, além de capacitar-se para o controle cuidadoso das forças e dos perigos do estilo feminino. Persiste a crença de que a mulher responde a questões políticas de maneira irracional e excessivamente emocional, como se pode comprovar através de pesquisa citada por Stratch *et al.* (2015) referente à associação de questões políticas a papéis sociais atribuídos estereotipicamente aos gêneros. De acordo com o artigo, o levantamento de dados demonstra que o público norte-americano compreende como mais digno de credibilidade o pronunciamento que trate de questões de segurança pública e economia, por exemplo, quando desempenhado por uma voz masculina; já a voz feminina soa mais confiável quando aborda assuntos de interesse público que se relacionem com o bem-estar da instituição familiar.

Candidatos homens, por exemplo, são vistos como mais capazes no que diz respeito à política externa, segurança, economia e defesa nacional porque se crê que sejam mais assertivos, autoconfiantes e agressivos que as mulheres. Em contraste, eleitores presumem que as mulheres sejam mais qualificadas para lidar com questões que demandam “compaixão”, como educação, saúde e seguridade social, porque são mais atenciosas, gentis, cuidadosas e bondosas do que os homens. (STRATCH *et al.*, 2015, p. 4)

Isso equivale a dizer que os estigmas que recaem sobre as diferenças percebidas e atribuídas aos papéis desempenhados pelos gêneros masculino e feminino desfavorecem a mulher no que diz respeito ao tratamento de questões mais controversas e que impõem algum nível de confronto. Em 1984, a congressista Geraldine Ferraro adotou uma retórica mais tradicionalmente ‘masculina’ em suas performances públicas durante os debates presidenciais contra George Bush; o estilo combativo, impessoal, orientado por fatos e estatísticas revelou-se ineficaz para a candidata e sua derrota chamou atenção inevitavelmente para a obsolescência de tal comportamento oratório¹³. Não desatenta aos obstáculos enfrentados por uma mulher com poder político, Dilma Rousseff observou, em entrevista concedida ao jornal britânico *Financial Times* em 2016, que “quando você é uma autoridade mulher, eles dizem que você é dura, seca e insensível, enquanto um homem na mesma posição é forte¹⁴”. As metamorfoses do discurso político, ao favorecerem o estilo feminino, não favorecem inequivocamente a mulher. O funcionamento que ambas as mulheres supracitadas observaram

¹³ Jamieson, 1988, p. 87

¹⁴ FROUFE, C. ‘*Financial Times*’ elege Dilma uma das ‘mulheres do ano’. O Estado de São Paulo, 8 dez. 2016. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-diz-a-jornal-britanico-que-governo-temer-e-formado-por-velhos-brancos-ricos,10000093301>>. Acesso em 16 dez. 2017.

e vivenciaram na vida pública, ainda que com um distanciamento temporal de quase trinta anos entre si e em dois pólos distintos do continente americano, fornece uma boa ilustração do paradoxo em que a mulher se vê atualmente presa e que a obriga a transitar entre os estilos tidos como tradicionalmente femininos ou masculinos, sofrendo pela incidência dos estigmas em ambos. Em outras palavras,

O estilo ao qual se atribui tradicionalmente mais credibilidade não é mais adequado para a televisão. Mas somente uma pessoa cuja *própria credibilidade* seja firme pode arriscar a adoção de um estilo tradicionalmente considerado fraco. Assim, um candidato homem, cuja credibilidade é em parte resultado daquilo que se presume do sexo masculino, apresenta mais chances de ter sucesso mobilizando um estilo ‘feminino’ do que teria uma candidata mulher igualmente competente, mas estereotipicamente prejudicada. [...] Apenas depois que outros candidatos homens de credibilidade tiverem legitimado o estilo preferido da televisão as mulheres candidatas poderão readotar o estilo ‘feminino’ sem risco. (JAMIESON, 1988, p. 88, grifos nossos)

O insucesso de Geraldine Ferraro e Dilma Rousseff, bem como as outras narrativas e dizeres que trouxemos à discussão, não devem, pois, ser tomados como fatos e fenômenos empíricos e ideias e conteúdos imateriais, como frequentemente o são, já que, como tais, passariam ao largo do discurso, teriam existência autônoma ou, em boa medida, independente das coisas ditas. Ou seja, tudo se passaria como se não fossem justamente estas últimas que constituíssem as ações, os pensamentos e as expressões dos sujeitos de uma sociedade. O que se pensa e o que se faz, o que se diz e os modos de dizer são constituídos por discursos. É desse fato que deriva a pertinência e a produtividade de uma abordagem discursiva, ao emprendermos um exame da fala pública feminina e das evidências que são construídas a seu respeito.

A “própria credibilidade” de que fala Jamieson (1988) no último excerto citado, no interior da Análise do Discurso, não é uma condição da ordem da natureza e da essência do indivíduo, mas o resultado de um processo discursivo e, portanto, de ordem social e histórica. A credibilidade, ou seja, a habilidade de se fazer crer e confiar, é produto de discursos que se constituem na sociedade e apregoam aquilo que a fala pública deve apresentar de bom, belo e justo, incidindo sobre e, em última instância, constituindo os desempenhos oratórios e suas recepções. Ainda, no interior destas últimas, constituem-se os regimes de escuta receptivos, indiferentes ou hostis, as sensações de agrado, indiferença ou repulsa, as atribuições de legitimidade ou ilegitimidade e as relações de crédito e descrédito em relação àquele e àquilo

que se ouve. E exatamente porque conduzem também a escuta à aceitação ou à rejeição, não podem garantir a eficácia do ato de fala. Enfim, isso equivale a dizer que, com efeito, os discursos produzem os oradores e suas reputações, as formas e os conteúdos de seus pronunciamentos e, ainda, as disposições e julgamentos de seus públicos e de suas demais recepções. Conforme veremos, esses elementos envolvidos na fala pública parecem entreter uma relação de mútua subordinação no interior dos processos discursivos que os constroem histórica e socialmente: no que diz respeito à forma, é a correção da língua, a clareza e a conveniência da coisa dita, além do senso de ocasião, que estabelecem o bom e o belo na fala pública; na dimensão do conteúdo é que se verifica sua pertinência, utilidade e justeza. Caso se observe uma inadequação nesses fundamentos, o orador arrisca ser representado com formulações segundo as quais ele “‘fala mal’ porque fala bobagens”, ou “‘fala bobagens porque ‘fala mal’””. Essas representações, assim como podem incidir sobre o imaginário social acerca do orador público e do sujeito político, não são isentas do peso da história, da realidade social e, portanto, de dizeres passados a esse respeito. Dessa forma, por um lado, esses discursos reproduzem relações de poder e dominação que, em regra, maculam e mazelam aqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade por não compartilharem do credo, da raça, do gênero e/ou da classe social de prestígio, mas também, por outro, integram uma dinâmica que detém um potencial transformador significativo sobre elas.

Como vimos, as mutações que sofrem a fala pública e o discurso político na contemporaneidade, que compreendem maior diversidade de oradores, circunstâncias e estilos, não anulam a existência dos estigmas. Estes, que compõem de maneira determinante o quadro de exploração que sustenta um regime econômico pautado no lucro e no acúmulo de capital, podem, em diferentes temporalidades, classes e grupos sociais, ser eventualmente superados, mas, na realidade, em sua maioria, são apropriados pelas novas formas de expressão, transformam-se e dão lugares a outros. A história recente do Brasil nos fornece uma poderosa ilustração dos conflitos gerados por estes estigmas e de seu impacto na constituição de discursos e práticas do orador político contemporâneo e a seu respeito: as performances de fala pública de Dilma Rousseff tornaram-se objeto de problematizações por diversos setores da sociedade. Das polêmicas em torno de sua flexão feminina em “presidenta”, até a proposição de um idioma que lhe seria peculiar – o “dilmês –, a língua foi frequentemente apresentada a partir de certas posições como algo que lhe seria hostil. De fato, em diversas condições de produção, das conversas de botequim até os artigos de especialistas em ciência política, relações públicas e oratória, a partir de posições enunciativas distintas,

dos mais conservadores aos mais progressistas, focalizando direta ou indiretamente as performances de fala pública de Dilma, repisam-se as afirmações que nos permitem verificar a existência de um consenso segundo o qual Dilma é péssima oradora e apresenta insuficiente, frágil e às vezes nenhum carisma – uma das qualidades indispensáveis aos políticos profissionais que desejam exercer o poder, o que implica relações de autoridade e comando, além de fazer crer e confiar, ainda mais particularmente na era da espetacularização da política. A título de ilustração, eis algumas dessas afirmações consensuais:

- i) em agosto de 2014, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica artigo intitulado “Lula seria imbatível nessa eleição; Dilma não tem o mesmo carisma”¹⁵;
- ii) No prefácio redigido por Deonísio da Silva ao livro *Dilmês – o idioma da mulher sapiens*, lê-se que “[...] este povo não merecia uma presidente que fala como Dilma. Ela não é desconexa apenas no modo de governar. Também no quesito fala são notórias suas agressões à lógica e à sintaxe. E como lhe fazem falta a cordialidade e o jogo de cintura! ¹⁶”.
- iii) Por fim, Tales Ab’Sáber escreve, em *Dilma Rousseff e o ódio político*, que “sabe-se, e isto é simplesmente assim, que Dilma Rousseff jamais teve nenhum tipo de poder parecido [com o de Lula], nenhum poder de atração e de sedução ligado ao seu corpo e ao seu estilo duro de fazer política. Bem ao contrário, ela e muitas vezes afastou e criou dissenso [...] Teve muitas dificuldades em tornar apenas claras as próprias declarações. Os poderes do carisma político nunca estiveram entre as maiores qualidades da Presidenta petista¹⁷”.

A observação desse consenso, em consonância com os ensinamentos da história em relação aos estigmas impostos à fala da mulher e à sua árdua tarefa de desaprender o silêncio, deslocou a Presidenta para um lugar de observação condizente com os fins de nosso empreendimento de pesquisa e, rapidamente, para o centro de nosso prisma: a fala pública de Dilma, bem como suas representações, isto é, os discursos que a descrevem, julgam e classificam, se apresentam como objetos contíguos que encerram questões de discurso, política e gênero, que se relacionam e compartilham sentidos, de modo a funcionar

¹⁵ O ESTADO de São Paulo. ‘Lula seria imbatível nessa eleição. Dilma não tem o mesmo carisma’. O Estado de São Paulo, 3 de ago. 2014. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-seria-imbatiavel-nessa-eleicao-dilma-nao-tem-o-mesmo-carisma,1537919>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

¹⁶ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/prefacio-do-livro-de-celso-arnaldo-8216-o-portugues-de-dilma-8217-por-deonisio-da-silva/>>. Acesso em 03. dez. 2017.

¹⁷ Ab’Sáber, 2015, p. 12.

dinamicamente a partir de funções refletoras e refratoras da penumbra das normatizações impostas pelos estigmas. Isso significa dizer que a fala pública, de modo geral, e a de Dilma, em particular, constituem “fatos sociais totais”¹⁸, isto é, são processos e produtos que derivam das lutas e dos consensos sociais e que os materializam de modo privilegiado, envolvendo em maior ou menor grau fatores políticos, econômicos, jurídicos, psicológicos, morais, cognitivos e estéticos¹⁹.

Os estigmas e estereótipos que recaem sobre a fala pública feminina e que integram essas lutas e consensos se apresentam como considerações incontornáveis na medida em que compreendemos a tendência imposta pela vida em sociedade a todos os seus sujeitos, grupos e classes, no sentido de internalizar comportamentos e atitudes aprovadas socialmente. A incorporação das expectativas sociais em nossas práticas é ela mesma o potencial transformador de estereótipos em identidades e condutas. Isso equivale a dizer que a criação de estereótipos dinamiza também mecanismos para sua perpetuação: os homens avisados que os levam em consideração se esquivam, assim, dos riscos da desaprovação e da punição. O político ideal, em particular em sua condição de orador, é eloquente e carismático, e como tal se constitui não apenas com base em sua própria performance, mas principalmente na relação que seu desempenho estabelece com os dizeres sobre a fala pública que atuam no direcionamento de sua escuta. Desse modo, os julgamentos positivos e negativos a seu respeito, bem como a credibilidade e ainda mais particularmente a eloquência e o carisma, são frequentemente mobilizados tanto pelo despojamento do cidadão comum quanto pela consistência de especialistas de diferentes áreas de conhecimento como componentes do espírito humano, portanto essenciais, consistem, antes, em substratos históricos, sociais e discursivos, e passam quase sempre ao largo dessa sua condição.

O fato de que a eloquência e o carisma são produzidos por discursos genéricos e também por outros mais específicos faz-se importante em nossa perspectiva na medida em que estes últimos, geralmente, tratam dos componentes da performance oratória dos políticos: a língua, o corpo e a voz. Em nosso interesse pela fala pública de Dilma, não poderíamos deixar de voltar particular – ainda que não exclusiva – atenção para uma de suas componentes mais representativas da incorporação do feminino: a voz. Além de ser concebida como marca indelével do feminino, a dimensão vocal é particularmente importante para a construção das apreciações e depreciações que recaem sobre os desempenhos oratórios, em geral, e de Dilma,

¹⁸ Cf. Courtine, 2009, p. 14 e Courtine & Piovezani, 2015, p. 15.

¹⁹ Mauss (2003).

em particular. Componente fundamental dessas performances, ela está entre a língua e o corpo, não mais como os ruídos do último, mas não ainda como as formas da primeira²⁰, e, a despeito de poder fazê-lo com muito proveito, a Análise do Discurso pouco a estudou, mantendo-se refém de naturalizações a seu respeito. Assim, a tentativa de compreensão do papel que desempenha a voz humana, aqui, torna-se incontornável por duas razões principais e inter-relacionadas. A primeira diz respeito à hipótese de existência de um “estilo efeminado”²¹ na fala pública contemporânea, mais particularmente naquela transmitida pela televisão: a possibilidade mesma de definição de um estilo feminino, como sabemos, não incide somente sobre a mobilização de recursos linguísticos e levantamento de temas e sobre as formas de organização dos pronunciamentos públicos, mas também e talvez sobretudo sobre seus modos de apresentação e sua performance. De conversas leigas a estudos especializados, da beleza da arte à objetividade acadêmica, a voz frequenta o imaginário social como um reflexo daquilo que está talhado na alma dos homens – falar é posicionar-se, mas há muito que o verbo pretende deturpar e que a voz não permite esconder. A alta frequência da voz feminina, por exemplo, é tida como um sintoma não de discrepâncias fisiológicas entre os aparelhos fonadores de mulheres e homens, mas da expressão de um sentimentalismo excessivo, atribuída muito mais frequentemente a elas; a estridência torna-se um atributo indesejável para os oradores políticos, fazendo com que Quintiliano recomendasse a abstinência sexual como solução para uma voz que se assemelhasse à das mulheres, como já vimos, e com que Margareth Thatcher, dentre outras figuras políticas femininas, procurasse por treinamento profissional de voz de modo a regular sua frequência e altura em pronunciamentos públicos.

Essa reflexão nos leva imediatamente à segunda razão que justifica a pertinência de sua consideração em nosso trabalho. A despeito de suas sólidas fundações, dos desenvolvimentos e da consolidação da Análise do Discurso, no que concerne à sua capacidade heurística, à sua aptidão interpretativa acerca da produção e da formulação discursivas, a reflexão em AD, desde seu início, insinuava a pertinência, mas não se dedicava efetivamente ao estudo da instância material de circulação do discurso. A princípio, a AD derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo viu-se frente à necessidade de relegar as maneiras de dizer para um lugar de menor importância em relação à urgência de se identificar a ideologia que determina o que é dito; caminhou em direção de abarcá-las quando

²⁰ Cf. Agamben (2006).

²¹ Jamieson, 1988, p. 67-89.

passou, posteriormente, a considerar as relações intrínsecas entre o inter e o intradiscurso. Mas “é apenas relativamente recente sua consideração dos dispositivos discursivos que condicionam o que se diz, as modalidades desse dizer e seu regime de circulação: todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de certo meio²²”. Em seus últimos textos, o próprio Pêcheux discorria sobre as metamorfoses do discurso político, alertando-nos acerca das ligações desse campo discursivo às mídias e, mais recentemente, Eni Orlandi concebeu a tricotomia constituição/formulação/circulação para tratar dos processos de produção dos sentidos²³; ainda assim, a AD, ao menos no que concerne ao discurso político, continuou a dar menos atenção que, de fato, os suportes do discurso mereceriam. Em suma, sublinhamos uma obviedade, a saber, as mudanças do objeto de análise impõem forçosamente que se empreendam transformações teóricas e metodológicas: a circulação faz sentido.

Nessa direção, consideramos que os usos da voz no discurso político parecem ser um lugar privilegiado para a observação desses fenômenos. Importa, numa perspectiva discursiva, atribuir a possibilidade de produção de sentidos pelos sons da voz ao funcionamento de um quadro dinâmico, pois determinado historicamente, em que circulam discursos sobre os usos da voz e que constrói uma rede de valores e sentidos outros com os quais esses sons interagem, de modo a permiti-la que lhes determine os processos de produção pela fala e de recepção pela escuta. Desta feita, se a voz produz sentidos é porque antes nela se projetaram outros através do simbolizar historicamente que é particular aos homens. E ela própria assume contornos discursivos na medida em que tomamos o discurso como uma prática simbólica inscrita na história, que se modifica à medida que se produz no interior de diferentes campos discursivos e que se confronta e/ou se coaduna com outros dizeres que ali circulam.

A partir da reflexão sobre esses pressupostos, nosso esforço de pesquisa adquire contornos mais materiais a partir de um objetivo de caráter geral: analisar pronunciamentos de Dilma Rousseff e discursos sobre sua fala pública que circulam através da mídia brasileira, com vistas a compreender o estabelecimento e a consolidação do consenso segundo o qual ela é péssima oradora e possui pouco ou nenhum carisma, para fornecer um caminho para sua desconstrução. Ora, propomos problematizar esse consenso mediante o exame dos desempenhos oratórios de Dilma e dos discursos da mídia a seu respeito, com vistas a demonstrar que tais discursos não somente condicionam as performances de fala pública dos sujeitos de uma sociedade, em geral, e de Dilma, em particular, mas também produzem as

²² Piovezani, 2011, p. 97.

²³ Cf. Orlandi ([2001] 2005).

descrições, os comentários e as avaliações dessas performances. Ou seja, esses discursos agem sobre os sentidos da fala e da voz e, por essa razão, incidem sobre sua produção, por um lado, e constroem, consolidam e, eventualmente, modificam o gosto e o desgosto na escuta de pronunciamentos públicos, por outro.

Deste primeiro objetivo derivam ainda outros, mais específicos, que se veem aliados a necessários procedimentos: no que diz respeito aos discursos sobre a fala pública de Dilma, buscamos identificar o que e como a mídia brasileira diz acerca de seus pronunciamentos. De maneira mais precisa, podemos dizer que essa busca envolve a tentativa de oferecer respostas a indagações que recaem sobre i) os temas e os recursos de que lançam mão para construir a evidência da imagem de Dilma como uma oradora ruim; ii) os enunciados que retoma, reformula e/ou apaga ao tratar das regularidades e variações de sua fala e de sua voz; iii) a existência e frequência de referências específicas e especializadas aos aspectos suprasegmentais prosódicos, e de que maneira essas referências se relacionam à construção da evidência de sua incompetência oratória; iv) a possibilidade de variação relativa à atenção dispensada à apreciação da fala e da voz por veículos ditos conservadores ou progressistas, e v) a possibilidade de variação dessa atenção, bem como do uso de recursos retóricos e linguísticos quando se tem representações de sua condição de candidata à Presidência, de Presidenta e ex-Presidenta. Ao perseguir a elucidação dessas questões norteadoras da pesquisa, debruçaremos-nos sobre um *corpus* constituído de peças jornalísticas extraídas de jornais e revistas brasileiras de grande circulação no território nacional. Os textos que compõem esse conjunto apresentam-se na forma de variados gêneros discursivos (notícias, reportagens, editoriais, artigos de opinião e notas informativas) e foram publicados em cadernos e seções diversos dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e das revistas *Veja* e *Carta Capital* entre os anos de 2010 e 2017. Seleccionamos os textos no interior do acervo disponível *online* de cada um dos jornais e revistas, por meio do uso da ferramenta de busca, pela palavra-chave ‘Dilma’ acompanhada dos termos ‘discurso’, ‘pronunciamento’, ‘voz’, ‘retórica’ ou ‘língua’, entre outros. A variedade e extensão do *corpus* não redundam, no entanto, em uma pretensão de exaustividade; com efeito, a metodologia do trabalho com essa amálgama de textos e os procedimentos de análise obedecem a preceitos já há muito consolidados por analistas do discurso, a saber, o estabelecimento de relações entre os enunciados e entre os textos mediante a identificação de cadeias parafrásticas que se permitem depreender através de seu posicionamento no interior de formações ideológicas e, por extensão, discursivas, e devem garantir a construção de um

conjunto suficientemente representativo dos discursos que circulam em nossa sociedade sobre o desempenho oratório e os usos da voz de Dilma. Os procedimentos de análise, ainda, permitem-nos identificar regularidades em meio à dispersão de textos, estabelecendo relações entre formações discursivas e nos impelindo, eventualmente, a estender essas interações a investidas de análise para o exterior do *corpus* primeiramente estabelecido, de modo a apontar para a amplitude do alcance da regularidade desses dizeres. Compõem esse *corpus* ‘acessório’ artigos extraídos de outros portais *online* como o *Uol* e o *iG*, que, em virtude dos modos de circulação desses portais e da peculiaridade de seus textos, funcionam em favor da representatividade que vislumbramos para nosso *corpus*.

Já no que concerne aos pronunciamentos públicos de Dilma, devemos descrevê-los e analisá-los com o intuito de compreender de que maneira e em que medida respondem às prescrições impostas à fala pública pelos discursos que animam apreciações e entusiasmos, preconceitos e estigmas a seu respeito. Naquilo que se refere, mais especificamente, aos usos e efeitos de sua voz, vislumbramos a possibilidade de responder a perguntas tais quais i) de que maneira a conjunção entre elementos linguísticos, como modalizações, interpelações e marcas da oralidade, e recursos vocais, isto é, modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz, contribui para a construção de imagens e identidades do falante e de ouvintes nos discursos?; ii) qual é o papel desempenhado por elementos suprasegmentais prosódicos na produção de efeitos de sentido desses discursos?; iii) de que maneira se pode considerar que sobre essas modulações incide o funcionamento da memória discursiva, tanto no âmbito de sua produção quanto de sua recepção?, iv) há variações na atenção dispensada aos usos da voz, a depender das condições de produção dos discursos e da posição a partir da qual Dilma fala – ou seja, há conformidade dos usos da voz com as posições de candidata, de Presidenta e de ex-Presidenta?, e v) é possível conceber uma espécie de “tipologia” da voz de Dilma, à medida que as inflexões de sua voz se conformem a essas condições de produção e às inscrições em certas posições? A tentativa de oferecer respostas a essas questões envolve o trabalho com um *corpus* constituído por pronunciamentos de Dilma veiculados pela televisão em três momentos distintos: o primeiro, em que figura na condição de candidata à Presidência da República; o segundo, em que já cumpre as funções de seu cargo eletivo; e o terceiro, pós-*impeachment*, em que fala a partir da posição de ex-Presidenta.

As atividades de pesquisa e escrita impuseram a este trabalho uma divisão em três capítulos. Na primeira parte, apresentaremos alguns aspectos da relação entre som e sentido como abordada por diferentes perspectivas, emprestando significativa importância à

perspectiva discursiva através de um recenseamento bibliográfico da produção brasileira sobre a voz no interior do campo da Análise do Discurso e investindo na tentativa de forjar princípios e procedimentos para o trato da voz a partir dessa mesma perspectiva. Aqui, devemos, ainda, refletir sobre papel que a voz desempenha nos processos de construção dos sentidos nos discursos, em uma perspectiva abrangente, e em circunstâncias de fala pública, sob um enfoque mais particular, defendendo que, se os discursos produzem a escuta, eles também produzem a fala e a voz: não há som, portanto, sem o sentido que o produz. Propomos ainda contemplar um lugar possível para a voz no interior de uma perspectiva discursiva alinhada às ideias e proposições de Michel Pêcheux e de seu grupo, buscando sublinhar as potencialidades e limitações teóricas e metodológicas de tal abordagem para o trabalho efetivo com seus usos e efeitos e, eventualmente, incorporando outros aportes das ciências da linguagem que já lidaram, às suas maneiras, com as facetas mais diversas da relação entre som e sentido.

O segundo capítulo é dedicado às análises dos discursos veiculados pela mídia que dispensam atenção à fala pública e à voz de Dilma, compreendidos como indispensáveis para a emissão de julgamentos e avaliações e para a atribuição de sentidos a seus pronunciamentos. O trabalho de rastreamento e organização do *corpus*, bem como a seleção das sequências discursivas a serem efetivamente analisadas, nos revelou uma interessante regularidade no que diz respeito à mobilização de recursos que constroem os efeitos de sentido de inaptidão de Dilma para a fala pública e a relação dessa inaptidão com a incompetência para o ofício político. Parece ser um consenso a recorrência aos já-ditos segundo os quais “Dilma fala mal” e “Dilma não é uma boa oradora”, o que já se fazia facilmente observável mesmo antes do trabalho efetivo de análise. No entanto, aqui, verificamos que determinadas propriedades são tomadas como evidências dessa inaptidão oratória. Frequentemente, trata-se da inépcia para o falar em público como uma condição natural e decorrente de um estado permanente de deficiência física e cognitiva, já que os textos geralmente respondem à concepção de linguagem como constituinte do pensamento, e se o faz mediante a deslegitimação de seus pronunciamentos públicos por três distintas vias – o que diz, como diz e quando diz – que se complementam e desembocam nos efeitos de sentido de grande e não raras vezes total incompetência e incapacidade. A arte de seduzir através da oratória, então, traduz-se em uma noção de carisma como natureza e essência ao invés de um produto histórico que descende da dinâmica relação que entretêm discursos e práticas. A capacidade de expressão sempre foi concebida, afinal, como propriedade fundamental dos líderes carismáticos. Assim, “falar

bem” ou “falar mal”, ter ou não ter carisma, são evidências correlatas que nosso trabalho pretende desconstruir. No capítulo em questão, veremos que a construção desses efeitos de sentido perpassa o estabelecimento de uma atividade prescritiva sobre o falar bem em público que remonta aos estigmas que recaem sobre a fala pública, sobre a presença feminina no universo político e sobre a voz da mulher. A partir dessas constatações, propomos compreender a eloquência e o carisma como construções discursivas que se configuram no substrato mesmo desses dizeres e dessas prescrições.

No terceiro e último capítulo, partiremos para a análise efetiva das sequências discursivas extraídas dos pronunciamentos televisivos de Dilma, focalizando a tentativa de responder às questões já mencionadas acerca dos recursos linguísticos e das modulações prosódicas mobilizadas nessas falas e sua relação com o processo de construção dos sentidos. Buscamos compreender de que maneira e em que medida essas performances respondem às representações da fala pública da presidenta permitindo-as determinar-lhe as condições e os modos de produção, ou seja, em seu desempenho oratório, procuramos por reflexos das normatizações e dos estigmas imputados pelos discursos acerca da fala pública, da fala e da voz feminina que reproduzam e perpetuem e, eventualmente, modifiquem e desloquem sua relação com essas representações. Assim, buscaremos apontar quais são as propriedades dos desempenhos oratórios de Dilma, com vistas a conceber o esboço de uma tipologia das inflexões de sua voz que respondem às condições de sua produção, bem como compreender, mediante o estabelecimento de um delineamento esquemático de posições a partir das quais a escuta se relaciona com esses pronunciamentos, as maneiras pelas quais essas modulações, aliadas à dimensão simbólica de seu corpo e ao seu uso da língua, podem ser julgadas como marcas de sua inaptidão à fala pública.

Tendo apresentado essas reflexões acerca de nossas motivações e de nossos objetivos, e tendo ainda anunciado nossos objetos, somos compelidos a iniciar efetivamente a exposição de nossas reflexões com o desenvolvimento do primeiro capítulo. Não o fazemos, é claro, e talvez ironicamente, sem que alguma preocupação em relação aos estigmas e preconceitos ainda hoje imputados à expressão feminina nos tome de assalto. É provável que pequemos em nossa expressão, em nossa fala e em nossa escrita, à semelhança de Eva e de Dilma, repreendidas por Deus e pelos homens. Cremos, porém, que a natureza da empreitada científica nos incumbe de compartilhar da postura que adota esta última, ao mobilizar sua voz

para dizer que dela não se deve esperar “o obsequioso silêncio dos covardes²⁴”. Na tentativa de esconjurar tanto a transgressão do pecado quanto a submissão do silêncio, entre engajamento e constrangimento, partimos para a discussão efetiva de nosso trabalho de pesquisa.

²⁴ MATAIS, A. Dilma falou em covardia, falta de caráter e hipocrisia em discurso no Senado. O Estado de São Paulo, 29 ago. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/dilma-falou-em-covardia-falta-de-carater-e-hipocrisia-em-discurso-no-senado/>>. Acesso em 20 dez. 2017.

1.

Voz e discurso

1.1. Os sentidos do som

Creio que a música me agrada por sua completa ausência de moralidade. Todo o resto é moral, e procuro por algo que não o seja. A moral nunca me trouxe nada que não fosse doloroso.²⁵

Compartilhamos com Emil Sinclair da ideia de que, a despeito de certa impressão de que não possa ser tocada materialmente, a música nos toca de maneira particularmente precisa. Ao escapar à ordem do tangível, a arte musical parece adquirir as formas de uma mediação entre o mundo material e empírico e o mundo espiritual e subjetivo. Sucessiva e simultânea, instável e desigual, a musicalidade nos remete não apenas ao tempo linear e cronológico, mas também a um tempo ausente, circular e precisamente não-cronológico; a música nos transporta para as fronteiras entre o tempo da consciência e o não-tempo da inconsciência. Justamente por essa razão, aponta-se uma diferença elementar entre a linguagem musical e a linguagem verbal: a primeira, não referencial, se incumbiria do não-verbalizável, daquilo que a consciência e o verbo não alcançariam nas dimensões corporais e mentais, intelectuais e afetivas – e por isso mesmo seria capaz de provocar as mais apaixonadas adesões e as mais violentas recusas²⁶.

No entanto, embora queiramos reconhecer alguma verdade na afirmação do narrador de *Demian* sobre a beleza da liberdade que é peculiar à expressão artística, não podemos nos esquivar de alguma hesitação frente à possibilidade de endossá-la. Isso porque entendemos que, mesmo na música, e assim como nas palavras, os sons não escapam à ‘ordem do discurso’, que lhes impõe uma série de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição. Sob esse viés, qualquer produção discursiva – na ciência, na política, na arte, nas conversas ordinárias e em quaisquer outros domínios – não é absolutamente aleatória, além de ser marcada pela raridade, já que se trata de um conjunto finito e efetivamente limitado de formulações que esses procedimentos permitem executar. Sabe-se, pelos ensinamentos de Foucault, que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de

²⁵ Hermann Hesse, *Demian* (1919)

²⁶ Wisnik (1989).

tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa²⁷”. Da mesma forma, os sons da música, executados pelos instrumentos e pela voz, sofrem pela ação de práticas de interdição, de segregação, de organização e de circulação, além de outros mecanismos que lhes regulam a emergência, a existência, a consolidação e/ou o desaparecimento. Ainda que se possa classificar a música como um sistema semiótico particular e distinto da linguagem verbal, tentar isentar qualquer um destes sistemas das incidências da ordem do discurso seria relegar, por exemplo, a última ao lugar radical do logocentrismo e do imanentismo, e a primeira ao seu igualmente extremo inverso. Na música, os sons dos instrumentos e os sons da voz estão sujeitos à semelhante dinâmica discursiva que dá forma também às moralidades que apreciam ou depreciam diferentes práticas, de maneira geral, e as artes, nessa perspectiva mais particular, e que as podem aceitar ou rejeitar, enaltecer ou infamar.

Assim, vislumbrando um lugar para os sons e, em especial, à voz no interior da abordagem discursiva, neste capítulo procuraremos não apenas demonstrar que a Análise do Discurso derivada das reflexões de Michel Pêcheux e seu grupo pode ser pertinente e produtiva para a análise dos usos e efeitos da voz humana, mas também para mais bem fundamentar a compreensão dos consensos sobre os bons e maus desempenhos vocais e oratórios, em geral, e sobre as performances da fala pública de Dilma Rousseff, em particular. Apostamos no potencial crítico da abordagem e cremos que nossa subscrição a seus preceitos deve tornar possível empreender a desconstrução desses consensos. Para fazê-lo, tentaremos estabelecer um percurso por diversas concepções sobre as relações entre som e sentido no interior dos estudos linguísticos, indicando as contribuições de algumas teorias à AD para o tratamento dos usos e efeitos da voz no discurso, mas sobretudo seus alcances e limites, quando seus postulados, pelo que dizem e pelo que silenciam, são reconfigurados no interior de uma teoria discursiva. Cremos que esse seja um dos caminhos possíveis para que tentemos indicar o papel fundamental do discurso na produção dos sentidos do som.

“Toda música está ‘cheia de inferno e céu’”, diria Wisnik (1989), ao nos ensinar que os sons se constituem a partir de pulsos estáveis e instáveis, ressonâncias e defasagens, curvas e quinas, mas, sobretudo, de presenças e ausências. Se o som é uma sequência de impulsos e

²⁷ Foucault, [1971] 2000, p. 8-9.

repousos, o silêncio é condição de sua existência. Composto por ondas sonoras complexas que provém do atrito relativo de pulsos desiguais, cujas frequências se superpõem e se interferem, o som é, portanto, intrinsecamente impuro. Ora, se fazer música é agir sobre a sequência de vibração e inércia, e ordenar os sons em meio a um turbilhão de ruídos, não se pode fazê-lo sem que se os afine social e historicamente. A produção e a recepção dos sentidos do som estão, assim, irremediavelmente submetidas à história e à sociedade em que os homens se veem imersos. As coisas só fazem sentido, afinal, por já o terem feito, quando ditas ou feitas em outros lugares, em outras épocas e por outros homens. Por essa lógica, sabemos que fazer som não equivale a fazer música ou, em última instância, a fazer sentido, assim como a escuta indiscriminada de qualquer som também é uma não-escuta²⁸.

Lévi-Strauss já havia observado e trabalhado sobre a correspondência dos pares de oposição ruído::música:natureza::cultura, nos ensinando que “a natureza produz ruídos, e não sons musicais, que são monopólio da cultura enquanto criadora dos instrumentos e do canto”²⁹. Essa relação é também tematizada por Wisnik, que aponta para o contraste que a capacidade de ordenação intrínseca ao fazer musical estabelece com o caos imanente ao universo. De maneira interessante, é exatamente aí que se entende seu “grande poder de atuação sobre o corpo e a mente, sobre a consciência e o inconsciente, numa espécie de *eficácia simbólica*”³⁰. A referência ao conceito de Lévi-Strauss ilustra uma relativa aproximação de seus pensamentos, também expresso em parágrafos como:

Cantar em conjunto, achar os intervalos musicais que falem como linguagem, afinar as vozes significa entrar em acordo profundo e não visível sobre a intimidade da matéria, produzindo ritualmente, contra todo o ruído do mundo, um som constante (um único som musical afinado diminui o grau de incerteza do universo, porque insemina nele um princípio de ordem). (WISNIK, 1989, p. 27)

Ora, se pensarmos que cabe à ação do homem a responsabilidade pela criação dos instrumentos e do canto, parece evidente conceber que disso decorre uma separação estável entre fenômenos da natureza e da cultura nos sentidos do som na música. Mas Wisnik aponta para uma proveitosa intersecção que a dinâmica física do som estabelece entre esses universos que se sobrepõem em nossa percepção ao dizer que “são em suma os componentes de sua complexidade (produzida pelo objeto que o gerou) que dão ao som sua singularidade

²⁸ Wisnik, 1989, p. 54.

²⁹ Lévi-Strauss, [1964] 1991, p. 30.

³⁰ Wisnik, 1989, p. 30.

colorística que chamamos timbre”³¹. O timbre, uma característica particular a cada som, consiste em uma ressonância do som dentro de si mesmo, determinada pelo corpo do instrumento e que, aliada à altura, nos permitem identificar diferentes fontes da mesma nota. Podemos, com maior ou menor facilidade, dizer se uma mesma nota – ou seja, uma mesma altura – foi emitida por um violão, uma flauta ou um piano e, de maneira análoga, sabemos identificar se a voz que ouvimos em fala ou em canto pertence a uma criança ou a um idoso. O parâmetro do timbre se nos faz interessante na medida em que pode ser subdividido nos sons da chamada “série harmônica” e, ainda segundo o autor,

A série harmônica é a única “escala” natural, inerente à própria ordem do fenômeno acústico. Todas as outras são construções artificiais das culturas, combinações fabricadas pelos homens, dialogando, de alguma forma, com a série harmônica, que permanece como referência modelar subjacente, seu paradigma. (WISNIK, 1989, p. 30)

É através do timbre, mas também da repetição ou variação de outros parâmetros como as alturas, durações e intensidades, que se inscrevem os sentidos da música, possibilitados pelas relações de correspondência e desigualdade que podem estabelecer, em tese ilimitadamente, no interior dos pulsos da complexa onda sonora. Contudo, em face da definição de suas subdivisões, somos conduzidos à conclusão de que, na música, os próprios fenômenos físicos se restringem à ação criadora do homem sobre a natureza, não apenas porque os produtos materiais de sua criação impõem parâmetros e limites para a performance do fenômeno, mas antes porque sobre a matéria e sobre a performance pesam determinações históricas e sociais que lhes constituem e dão forma. São, afinal, as concepções de mundo e as diferentes cosmologias que impõem ordem ao caos do universo e que instauram harmonia entre o material e o imaterial, entre o visível e o oculto, que se veem refletidas nos sons dos instrumentos e no som das vozes organizados pela linguagem musical. Assim, a linguagem musical, tal qual a linguagem verbal, não pode ser não-referencial, posto que ela tomará como referência, de maneira indelével, as próprias condições de sua produção.

Com efeito, se a cultura, como definida por Lévi-Strauss, estabelece suas bases em um sistema de comunicação simbólica, é a história que deve servir como ponto de partida para qualquer impulso de busca pela inteligibilidade³². Todavia, nesta direção, só podemos assumir sua tese de que o homem teria um poder ilimitado de fazer significar as coisas se

³¹ Idem, *ibidem*, p. 24.

³² Cf. Lévi-Strauss ([1962] 1989).

reconhecemos que esse poder, quando inserido em uma dinâmica histórica ocidental, não-primitiva, na qual o embate e o exercício de dominação são tão comuns e constantes quanto podem ser sutis, impõe também restrições a essa produção de sentidos. Somos impelidos, assim, a inverter a ordem da eficácia simbólica e removê-la do campo do transcendental: é o significado, aqui, que constrói o significante, na medida em que são os sentidos do mundo que se impõem às formas de comunicação e às práticas de um determinado grupo social. Isso não deve significar, entretanto, substituir a soberania do significante pela do significado, se formos capazes de não imobilizar a história e a conceber como determinante dos sentidos. A eficácia simbólica, ou seja, a capacidade de agir sobre o outro, fazê-lo fazer, sentir e dizer, só se pode estabelecer por aqueles e sobre aqueles que, conjuntamente, se apresentam social e historicamente com alguma predisposição à determinada crença – ou seja, às próprias imposições discursivas. Isso porque é exatamente pelo discurso que o homem executa a junção entre mundo, significante e significado. Através dessa reunião que o preexistiu, mas apenas em estado potencial e implícito, ele pode mobilizar pessoas, grupos e classes que a reconhecem³³.

Como dizíamos, na linguagem verbal, portanto, assim como os instrumentos na música, é a voz que desempenha o papel fundamental de propiciar um encontro entre a natureza e a cultura, ainda mais especialmente se reinterpretemos esse par de conceitos à luz de uma perspectiva teórica que nos permita apreendê-lo como mais do que ideias e parâmetros independentes do crivo das classes e grupos sociais. Uma prática ao mesmo tempo natural e simbólica, a emissão vocal se vê determinada duplamente pelas configurações de seu aparelho fonador, por um lado, e pelas imposições sociais e históricas de que nenhum sujeito se vê totalmente livre, por outro, o que também vale para sua escuta. Ambas estão sujeitas à ordem do discurso e às restrições e relativas liberdades que lhes conferem as condições de produção. Enquanto os sentidos da música estão entre natureza e cultura à medida que se organizam com base no fenômeno físico e na interferência do homem, a voz surge entre o corpo e a língua, não mais como os ruídos do primeiro, mas não ainda como as formas da última³⁴.

Uma observação dessa característica particular à voz humana pode ser apreendida através das reflexões de Salazar (2008) acerca do papel fundamental atribuído a ela pela reflexão humanística da retórica e, posteriormente, pela observação científica da teoria da

³³ Cf. Bourdieu (2009).

³⁴ Agamben (2006).

evolução. Retomando as postulações de Darwin, ele sublinha que a voz é em sua obra representada como um signo particular do sexo e, para além disso, como um fenômeno específico da intensificação sexual. “Voz não é somente um caractere sexual secundário, mas é, de fato, o primeiro, o mais importante e o mais ativo, é o agente particularmente eficaz da sedução pelo sexo e pelos seus signos”³⁵. Percorrendo o raciocínio do naturalista, Salazar nota que ali a voz carrega uma marca sexual (genital), já que os machos possuem órgãos de voz capazes de tornar eficaz a seleção sexual: o período do cio é acompanhado pela ação da voz, à medida em que é relacionada à expressão de três “paixões intensas” que incidem sobre a seleção de parceiros sexuais: o amor, o ciúme e a raiva.

Em outros termos, *voice* indica, por um lado, a diferenciação sexual e um grau de acabamento de uma escala na qual o macho está em posição mais avançada do que a fêmea, e assinala, por outro, a ocasião em que essa diferença se torna o agente da seleção sexual. *Voice* é, ao mesmo tempo, um signo da sexuação e seu *kairos*, a possibilidade de tornar mais eficaz o momento da reprodução, na competição vocal dos machos que decidirá, em combinação ou não com outros signos (o odor, a pelagem, a pigmentação), quais serão as cópulas destinadas a ser mais bem-sucedidas. (SALAZAR, 2008, p. 43)

As paixões intensas de que fala Darwin e que incidem sobre o papel desempenhado pela voz na seleção sexual se veem refletidos também no poder do discurso. Segundo Salazar, atribui-las à eloquência natural aproxima o naturalista do posicionamento da antiga retórica do *pathos*, “ou seja, do uso calculado da *vox*, no intuito de excitar as paixões no ouvinte”. Conforme já apontamos e como bem observa o francês, em Darwin e na retórica, a voz é masculina. Pelo primeiro, somos informados que a voz é mais bem desenvolvida no macho do que na fêmea e que isso é mais verdadeiro quanto mais as espécies ascendam na escala evolutiva, o que se observa pelo fato de que as cordas vocais do homem são em média um terço mais longas do que as mulheres e das crianças, fato que é atribuído ao constante uso de seus órgãos vocais derivado de suas agitações na presença das emoções do amor, do ciúme e da raiva. Pela segunda, aprendemos que a eloquência contribui para extrair da voz sua força enérgica mais propícia a persuadir justamente através das paixões – a noção de *virilitas* –, uma força que reside na voz e que forja o sexo/gênero. Essa relação com a retórica se vê ainda reforçada pela proposição de Darwin que diz respeito à exteriorização vocal como um correlato de uma exteriorização de ordem plástica, a saber, os ornamentos do corpo. Tanto voz quanto beleza funcionariam, assim, de maneira harmônica, para efetuar a intensificação

³⁵ Salazar, 2008, p. 41.

dos caracteres sexuais secundários e incidiriam sobre a seleção sexual, concorrendo, por extensão, para a evolução da espécie. A relação entre emissão vocal e apresentação corporal que Darwin aponta, conforme nos ensina Salazar, é bem conhecida pela tradição retórica humanista: “falar e se paramentar servem para mais bem agir, para mais bem agir sobre o outro, quer seja para o bem da espécie (tal como em Darwin) quer seja para o bem da cidade (tal como na retórica clássica)”³⁶. Dessa forma,

O exame dos sentidos de *vox* e de *voice* permite-nos mais bem depreender como uma teoria da intensificação dos caracteres naturais da voz (volume, altura, emissão, ritmo), que atende aos objetivos da sedução, pode ser concebida como uma réplica da teoria humanista da *vox*, como elemento fundamental da arte da persuasão. (SALAZAR, 2008, p. 50)

Assim, a relação de contraste entre natureza e cultura, reinterpretados no quadro de uma teoria discursiva, se nos revela pertinente e profícua ainda mais particularmente no campo da fala pública. Articulando corpo e língua através da voz em favor da sedução e da persuasão, ou seja, da *eficácia simbólica*, incide sobre esta de maneira ainda mais particular o funcionamento que observamos na linguagem musical, especialmente se considerarmos a voz humana, como propõe a acepção latina de *vox*, tal como a indica Salazar, como inerentemente política³⁷.

No sentido de propiciar uma articulação ainda mais íntima entre voz e fala pública, julgamos oportuno transportar para nossas reflexões a discussão de Desbordes (1989) acerca do desenvolvimento das ideias linguísticas ainda na Antiguidade. Para perfazer as observações que mais particularmente interessam aos objetivos de nossa pesquisa, a autora traça uma historiografia da antiguidade grega que se conforma na passagem das representações de um conceito de palavra-ação à análise dessa palavra. Após tratar do

³⁶ Salazar, 2008, p. 45.

³⁷ “A *phônê* não é a *vox*: se é na vocalidade da *vox* que reside e se estabelece o *Dasein* político, duvido absolutamente que a *phônê* possua essa mesma função e esse mesmo alcance. Basta, para tanto, que consideremos a proximidade ôntica entre os termos voz e voto, oriundos do latim, para que nos apercebamos da razão pela qual a voz humana é fundamentalmente diferente daquela que seria apenas a fonía. Na projeção da voz, existe um apelo, uma interpelação, um voto e um desejo de efetuar um gesto de presença. Eu dou e doo a voz, promovo um voto de presença. Eu me apresento. Ora, o voto é um ato de compromisso, um gesto de engajamento [...] Com efeito, uma promessa é uma projeção do ser, é uma pro-*voc*-ação dirigida a outros no intuito de interpelá-los a também engajarem-se. Ao dar e doar a voz, assumo o compromisso de me votar a algo ou a outrem, de me devotar a isso e/ou a aquilo. [...] Um animal ou uma árvore que emitem sons no rumor do mundo jamais prometem algo ou se comprometem com algo, tal como podemos fazê-lo com a nossa voz. Árvores e animais podem somente estar no mundo com seus sons e ruídos bestiais. No momento em que a política em sentido amplo desce ao nível da bestialidade, nós recaímos então na natureza, bela, mas terrível e estúpida. (PIOVEZANI & SALAZAR, 2016, p. 172-173)

delineamento de uma divisão disciplinar que recaiu sobre o domínio da linguagem por volta do século V a. C., diferenciando a Dialética, a Retórica e a Gramática, a autora comenta o deslocamento concomitante da ausência da tematização da palavra, da língua e da linguagem entre os autores homéricos e arcaicos para uma preocupação com o *onoma* e o *logos*, ou seja, a escolha das palavras e sua disposição e articulação: os comentários sobre os nomes conduziram à reflexão sobre denominação e aqueles sobre a fala levaram à investigação da predicação – a coisa de que se fala e o quê dela se diz. Essa espécie de “pré-história” das ideias linguísticas importa, aqui, na medida em que representa a passagem da noção de nome próprio ao conceito de palavra, e, especialmente, da passagem de uma visão global sobre a fala ao reconhecimento e análise de suas unidades e articulação.

De fato, segundo Desbordes, antes do período Clássico, em Homero e Hesíodo, encontra-se a afirmação de que a fala é um meio de agir sobre as coisas e sobre os seres, sobre o mundo e sobre os homens. Atestando o poder atribuído às práticas linguísticas, muitas atividades religiosas e médicas, do período Arcaico, realizavam-se por meio da fala. É o tempo dos “mestres da verdade” – o poeta, o mago e o sábio – de cuja fala derivam profecias e performatividade. A passagem efetiva de uma concepção global da “fala-eficaz” a uma análise da fala ocorre por volta do século VI a. C, mais particularmente. As primeiras análises surgem na reflexão sobre a prática poética, por meio da ideia de que essa fala se trata, na verdade, de uma *construção*. Um importante fator para a emergência dessas análises foi a alteração no estatuto social do poeta, que deixa de ser o aedo inscrito em uma corte e que passa à condição de um produtor artesanal, cujo trabalho é encomendado e remunerado, resultado de uma alteração profunda nas práticas e representações, quando da passagem do período Arcaico ao período Clássico. Os poderes da poesia deslocam-se da produção para sua manifestação: enquanto a poesia se perpetua por seu ritmo e música, tornando-se passível de memorização e repetição, as ações e os próprios homens que as praticam são efêmeros.

Justamente no decurso do século VI a.C., o advento de uma “disciplina”, nos é de particular interesse: a *mousiké*, isto é, o estudo da fala poética que é o ancestral distante de todas as ciências da linguagem. É, com efeito, através da *música* que se começa a dividir e classificar os sons em vogais, semivogais, mudas, a agrupá-los em famílias, conforme sua semelhança de articulação, e a estudar as propriedades das sílabas, no que respeita à sua extensão, acento e ritmo, por exemplo. Trata-se, aqui, do “nascimento” da fonética. Essas análises fonéticas estão subordinadas ao desempenho da performance da poesia. Os estudos

sobre os sons elementares, a sílaba e a sequência de sílabas, com finalidade puramente estética, logo deixará de interessar os antigos.

La *mousiké* inaugure en effet un type d'analyse qu'on peut dire « longitudinale » et qui consiste à mettre en évidence la coexistence de plusieurs phénomènes sur toute l'étendue d'une même séquence phonique. Selon Lasos d'Hermionè, déjà, il faut distinguer trois choses dans une même séquence poétique : la melodie, le rythme et « le parlé ». (DESBORDES, 1989, p. 157)

Além do papel desempenhado pela *mousiké* no desenvolvimento do conhecimento sobre as famílias de sons e as propriedades das sílabas, a autora está particularmente interessada na relação dessa nova acepção de fala com o alfabeto. Ao abordar a questão dos retores e dos sofistas, além do problema da excelência gerado pela concepção das *tékhnai*, ambas noções metalinguísticas da linguagem como persuasão, mas também formas de aprendizagem, Desbordes revela o papel da representação da linguagem na concepção da realidade e da verdade. Por fim, ela vincula essas questões com o papel da discussão sobre a ambiguidade, que está no cerne dos ensinamentos dialético e retórico e que sintetiza a relação da linguagem com a ação sobre o comportamento. Com efeito, a esta altura de sua exposição a autora já nos teria oferecido uma instigante reflexão ao sustentar que o gérmen da fonética (e de toda análise linguística) se encontra na *mousiké* – domínio do saber de viés principalmente prático em seus primórdios, que distinguia os sons da voz não apenas para mais bem conhecê-los, mas sobretudo para mais bem mobilizá-los em performances de fala pública (em particularmente e inicialmente nas declamações de poesia), de modo a produzir paixões em seus ouvintes e para se incrustar em sua memória. Isso significa dizer que há mais razões para se articular a voz à fala pública e os discursos aos desempenhos oratórios e vocais do que poderiam supor nossas teorias linguísticas, que, a despeito da observação milenar das potencialidades dessas articulações, ainda não o fizeram com o afínco que poderiam e que estes elos merecem.

Com base nessas reflexões, reiteramos nosso propósito, neste capítulo, de tratar dos sentidos do som a partir de uma abordagem discursiva que considere seu imbricamento em um tecido histórico e social que é condição de existência da voz, da fala e da escuta. Suas produção e recepção, nesta perspectiva, estarão submetidas à dinâmica do ato de simbolizar historicamente que é inerente sobremaneira à atividade humana. Afinal, o homem sempre buscou fazer sentido, mas, ao fazê-lo, não o inaugura. E porque não há sentidos originais, não há sentidos que se originem à margem da vida em sociedade, do peso da história e, portanto,

da própria “moralidade” que dói em Sinclair. Não apenas os sons e a voz que se expressam através da música que lhe agrada, mas sua própria escuta é afetada por esses sentidos. Os efeitos de agrado e de repulsa, de aceitação e de recusa são constituídos por discursos e práticas que regulam a vivência dos sujeitos que pertencem às classes e aos grupos de uma sociedade. Não há, desta forma, nenhuma apreciação possível fora da dinâmica discursiva que põe os sentidos em circulação e determinam as relações que estabelecem com as coisas e com os homens. O som, mas mais particularmente a voz, se nos revela como uma metáfora e também uma metonímia dos sentidos de um funcionamento particular da sociedade que se processa na história e no discurso e se materializa em linguagem, fora do qual ele não poderia ser invocado à existência. Afinal, sempre atribuímos sentidos aos sons, provavelmente mesmo na não-escuta de que fala Wisnik, assim como mobilizamos nossa voz respondendo às injunções dos sentidos.

Antes que possamos efetivamente refletir sobre as potenciais contribuições e a capacidade heurística da abordagem discursiva para o trato dos sentidos do som, consideramos importante discutir alguns estudos que, do interior das ciências da linguagem, já trataram das variadas facetas das relações que ambos estabelecem entre si.

1.2. Uma breve genealogia dos estudos acerca da relação entre som e sentido

O reconhecimento do vínculo que mantém som e sentido se vê refletido o aparentemente longo rastro histórico que a investigação de sua natureza por parte de filósofos, músicos, psicólogos, gramáticos e linguistas imprimiu ao passar dos séculos. No entanto, uma observação mais atenta nos informará, conforme aponta Piovezani (2016), que, embora a fala humana contemple de maneira universal a atividade epilinguística, ou seja, faz que constantemente falemos sobre nossa própria fala, nem sempre a voz se torna um seu objeto: “não falamos da voz com a mesma frequência e intensidade com que falamos em diversos contextos de outros componentes de nossa fala; antes parece haver aí bastante discrição e mesmo ausências a seu respeito³⁸”. O autor observa que, além disso, a voz tende a se tornar objeto de nossa fala quando sentimos ou imaginamos haver um problema em seu uso que de alguma forma se apresente como um perigo e/ou que revele a concentração de algum poder. Assim, em certos contextos da cultura ocidental, frente à emergência de uma tecnologia de

³⁸ PIOVEZANI & SALAZAR, 2016, p. 169.

linguagem que figurasse como uma ameaça à voz humana, os homens passam a manifestar-se em defesa da presença vocal, como se verifica, por exemplo, no caso da invenção da escrita, da prensa e dos tipos móveis, dos telégrafos, microfones, telefones, rádio e televisão.

Essa hipótese revela uma consonância com as observações de Desbordes (1989), segundo as quais a investigação dos elementos que constituem a voz – os segmentos fonéticos, vogais e consoantes, e sua combinação em sílabas e, depois, em palavras, apenas passam a se tornar objeto de estudos a partir das transformações políticas, sociais e epistemológicas vivenciadas entre o período Arcaico e o Clássico na Grécia Antiga. Segundo sua tese, como vimos, a voz e seus constituintes somente passaram a ser descritos e analisados a partir da transição de um regime de governo aristocrático para um democrático, bem como da adoção de uma mentalidade antropocêntrica e dos impactos que essas mudanças evidentemente exercem sobre as relações sociais.

Certa democracia e certo humanismo teriam sido os responsáveis por promover nos gregos antigos a ideia de que mesmo as falas poderosas dos soberanos, dos oráculos, dos sacerdotes e dos aedos eram produções humanas e não recitações das falas dos deuses. Se se tratavam de produções humanas, como os seus demais constructos, as falas e sua materialização sob a forma de emissão vocal deviam ser constituídas mediante ajuste de partes menores que construía um todo. (PIOVEZANI, 2016, p. 81).

Entre os períodos Arcaico e Clássico, portanto, teria havido uma “passagem de uma visão global da fala para um reconhecimento e uma análise de suas articulações³⁹”, de que tratamos mais especificamente no item anterior. Ainda a respeito desse movimento de transição,

Haveria, portanto, *grosso modo*, dois discursos sobre a voz: no período Arcaico, seu poder derivava de sua origem divina e sua constituição era sintética, imediata e total; ao passo que no período Clássico, sua força provém da performance do falante e sua compleição é compósita, articulada e parcial. (PIOVEZANI, 2016, p. 81)

Por essa razão, neste breve percurso pela história do tratamento da relação entre som e sentido, partiremos justamente das portas que lhe foram abertas no período Clássico, quando a consciência dos usos e das unidades linguísticas os tornam objeto de nosso próprio uso da língua e inaugura uma nova frente para o trabalho da atividade epilinguística. Ainda assim,

³⁹ Desbordes, 1989, p. 153.

não temos pretensão de exaustividade⁴⁰: nosso esforço visa a apenas indicar algumas das diferentes abordagens e métodos que dão forma à epistemologia do som e suas relações com a epistemologia do sentido, para que, assim, possamos melhor entender a pertinência e a necessidade de uma perspectiva que as contemple do interior da teoria do discurso. Ademais, devemos compreender de que maneira a AD pode permitir a assimilação e reinterpretação de aportes dessas abordagens para a compreensão de uma de suas facetas da relação entre som e sentido possivelmente mais esclarecedoras de nossa própria condição social: sua constituição histórica.

1.2.1. O místico e o mítico Clássico: as contribuições dos gregos e hindus

Já no século IV a.C., as reflexões dos filósofos gregos sobre a epistemologia do som contribuíram sobremaneira com os estudos linguísticos que seriam desenvolvidos no Ocidente na era cristã. Muitas de suas proposições fomentariam os aprofundamentos que ocorreram nos séculos seguintes, e que foram elaboradas de modo mais sistemático pela ciência linguística, como a relação entre linguagem e pensamento e o princípio da arbitrariedade do signo linguístico, por exemplo. Ao antecipar algumas das questões que seriam verificadas posteriormente pelas ciências da linguagem, Platão trata da implicação de fatores sociolinguísticos na produção e recepção dos sons da língua, da analogia entre o aparelho fonador humano e os instrumentos de sopro, do simbolismo fonético e, ainda, do caráter relativo do valor dos elementos fonéticos nas línguas.

Com efeito, em “Crátilo”, os propósitos do uso dos nomes e a justeza que deve implicar não se abstêm de referências aos valores estéticos de suas qualidades sonoras.

⁴⁰ Optamos por excluir dessa sintética relação de pensadores, por exemplo, os neogramáticos e os representantes da teoria gerativa. A respeito dos primeiros, consideramos que estes, a despeito da renovação que impuseram à linguística histórica ao tomar a oralidade como objeto de estudos, emprestam demasiada importância às motivações fonéticas das mudanças sonoras das línguas, reservando a suas implicações semânticas e discursivas certa negligência. Quanto aos gerativistas, podemos dizer que o modelo gerativista transformacional, ao situar o interesse de sua descrição na competência linguística do falante, restringiu o tratamento oferecido ao som às suas relações segmentais, negligenciando, por sua vez, os aspectos suprasegmentais. Aqui, o vínculo entre som e sentido se apresenta em fragmentos, já que suas associações, intermediadas pela estrutura sintática, resultam respectivamente da interpretação da estrutura superficial e profunda da língua. O componente fonológico, assim, é revestido de uma aceção estática na medida em que é visto como responsável por atribuir representações ao léxico e interpretá-lo. Mais tarde, em uma tentativa de ultrapassar os limites da palavra e dar conta dos aspectos suprasegmentais, os gerativistas pós-clássicos passaram a considerar a sílaba. Mas é apenas a partir dos anos 70 que seu trabalho sobre a estrutura prosódica incorpora dinâmicas discursivas e passa a relacionar a sentença ao discurso e ao contexto. Ainda assim, os gerativistas atribuem seu funcionamento a uma sintaxe própria e não consideram os determinantes semânticos e discursivos em sua descrição (Cf. Madureira, 1992).

Motivados pela investigação da relação entre nome e objeto, as discussões entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo revelam profundas relações entre som e sentido. A conclusão a que se chega é a de que a relação entre os nomes e os referentes podem ser baseadas tanto no costume e na convenção quanto na natureza ou na providência dos deuses, já que suas representações pela escrita se dão através de letras que lhe são semelhantes – relação não-arbitrária – e de outras que lhe parecem estranhas – relação arbitrária. Aqui, no entanto, pende-se para o favorecimento da semelhança em detrimento da diferença: pensa-se haver uma relação não-arbitrária entre a sequência fônica e a o conceito que ela evoca. Ainda que essa perspectiva seja, hoje, rechaçada por alguns estudiosos da linguagem, a ideia de iconicidade é ainda hoje presente para explicar certos fenômenos linguísticos e, neste contexto, ela revela já uma outra faceta desses estudos que perduraria: as relações entre o som e o sentido são inseparáveis e profundamente complexas.

No período Clássico oriental, os hindus, por sua vez, trabalharam em uma teoria linguística geral com fortes vínculos com a teoria do conhecimento e da significação, razoavelmente elaborada e que contava com um sistema de descrição fonética muito mais desenvolvido que aquele utilizado pelos gregos, ainda que tenham ganhado visibilidade no Ocidente apenas no século XIX. No intuito de preservar a pronúncia dos hinos sagrados e portanto dentro de uma perspectiva filosófica-espiritualista, os hindus impulsionaram o desenvolvimento da descrição articulatória dos sons do sânscrito. O cunho filosófico da gramática hinduísta pode ser verificado já na diversidade de critérios empregada para a definição da palavra: ela é, ao mesmo tempo, entidade percebida pelo ouvido, apreendida pelo conhecimento e manifesta pelo uso.

A teoria atribuída ao gramático hindu Sphotayana considera, em sua origem, o som como o elemento físico que reveste as palavras e exprime o “*sphota*”, que se trata da

forma mais primitiva do som, “a unidade eterna, indivisível, realmente significativa da palavra”, “um fenômeno espiritual a que todos são reduzidos, e de onde provem todas as significações reveladas através da origem do som”⁴¹. O sentido e a forma que o revela são tidos como aspectos diferentes de uma mesma coisa. Esses dois aspectos acham-se estreitamente ligados no processo cognitivo e é por meio deles que se explicam a expressão e o conhecimento do sentido. (MADUREIRA, 1992, p. 40)

⁴¹ A autora faz referência, aqui, à obra *La perspective spirituelle de la grammaire sanskrite: approches de l'Inde*, de P. G. Chakravarty, publicada em 1949 (p. 298).

O conceito de “*sphota*”, que mais tarde nos desenvolvimentos da teoria gramatical hinduísta adquiriu também a definição de “protótipo de palavra”, revela sua forte preocupação com as relações entre som e sentido e acompanham ainda outras não menos centrais em suas reflexões, tais quais: i) qual seria a relação entre forma e significado?; ii) as letras seriam providas de significação?; iii) qual é a unidade linguística capaz de exprimir o sentido?, e, finalmente, iv) seria possível que um som se transformasse em outro, considerando que as palavras seriam permanentes? De que maneira essa transformação afetaria o conceito?

Essas questões, como sabemos, também encontram paralelos na linguística moderna. Para os hindus, as letras demonstram capacidade de exprimir sentidos à medida que formam palavras, o que corresponde, ainda que de maneira rudimentar, às definições que reconhecemos na linguística como unidades mínimas significativas e unidades mínimas distintivas. As relações entre forma e significado, referidos pela ciência linguística de Saussure⁴² como significante e significado, são abordadas a partir de três distintas perspectivas: uma, em que se estabelece entre eles uma relação permanente, inata e necessária; outra, em que se determina uma relação de causa e efeito entre as partes; e uma última, funcional, que observa os elementos em uma relação de interdependência no interior de uma totalidade única. A noção de permanência, então, deste modo observada na relação entre significante e significado, torna-a invariável. Para os hindus, cada elemento seria permanente em seu próprio domínio e, por essa razão, as transformações sonoras apenas poderiam incidir sobre o conjunto de elementos interdependentes, e nunca sobre elementos isolados. O caráter sintagmático aqui observado na operação das variações, que partiria primeiramente de uma transformação do conceito, contrasta com a permanência dos elementos em seus domínios, cujo uso poderia ser determinado unicamente pelo sujeito.

A observação do som como uma potencial “materialização da consciência”, produto da espiritualidade hinduísta que permeava as reflexões dos gramáticos hindus, impõe ao som um poder místico que se contrapõe às discussões filosóficas de Platão a partir da ordem do mítico e do pragmático. Ambos se aproximam, evidentemente, ao considerarem, nas especificidades da modalidade oral, as estreitas relações entre o som e o sentido. No entanto, no que concerne à constituição dos sentidos, tanto no misticismo dos hindus quanto no pragmatismo dos gregos, homens de seus tempos, a força geradora e ontológica do discurso é

⁴² Cf. Saussure (1916] 2012).

desprezada: os vínculos entre sons e sentidos são, desta forma, naturalizados, e o valor estético das formas, essencializados.

1.2.2. Onomatopeia e metáfora: as relações entre forma e conteúdo no século XVIII

Segundo Madureira, ainda que o período compreendido entre a Antiguidade e o século XVIII tenha produzido a tradição filosófica escolástica do século XIII, as análises gramaticais de base greco-latina do século XVI e as de cunho racionalista do século XVII, a complexidade da relação entre forma e conteúdo não sofreu grandes aprofundamentos. Os escolásticos, por um lado, interessavam-se pela relação entre a linguagem e a realidade e com base nessa reflexão produziram a teoria clássica do signo, que seria reelaborada no final do século XIX por Pierce e retomada por Saussure. Por outro lado, os gramáticos, no intuito de descrever as estruturas das línguas, privilegiavam questões que recaíam sobre o âmbito da forma em detrimento do conteúdo.

É apenas no século XVIII que a preocupação referente a essa relação volta a figurar entre as reflexões dos intelectuais. O *Ensaio sobre a origem das línguas*, de Rousseau, pauta-se na tese de que a origem da linguagem reside na apropriação de formas figuradas e onomatopeicas, cujas características se assemelhavam à música. Na perspectiva de Rousseau, a linguagem original toma forma a partir das necessidades físicas e espirituais dos homens; teria sido, assim, a emoção que aproximou os homens a responsável pela origem da linguagem, ao invés da razão. Remontando à discussão de Platão entre a *phýsis* (natureza) e a *thésis* (convenção) e a deslocando para uma abordagem evolucionista, o pensador crê que os nomes foram atribuídos às coisas pela *phýsis*, apenas sofrendo a interferência da *thésis* no decurso das evoluções linguísticas.

O italiano Vico, por sua vez, caracterizou as linguagens dos povos primitivos como metafórica, crendo que seu pensamento só se fazia possível através de imagens. Segundo o pensador, a precariedade do conhecimento desses povos apenas lhes permitia esse tipo de organização do pensamento e, por essa razão, uma forma natural de metáfora seria a única forma de comunicar suas experiências. A linguagem, portanto, ao seu ver, seria uma forma natural de interação social, obedecendo a uma “lógica poética”. Ao torná-la objeto de suas reflexões, Vico privilegiou as funções descritivas mas, sobretudo, as funções performativas

das palavras, antecipando uma concepção que só viria a ser considerada de maneira sistemática no século XX, pela teoria dos atos de fala, e que as define a partir de seus poderes de ação. Para Vico e para Rousseau, a natureza do desenvolvimento linguístico é concebida sob um prisma social, dinâmico e interativo, a partir do qual não se pode observar separadamente forma e conteúdo, um expressivo avanço para a compreensão da relação entre som e sentido. Em ambos, porém, essa relação é forjada a partir de um apego às naturalizações, com desprezo, portanto, da espessura histórica dos processos de produção de sentidos. Compreensível, posto que tratam de sociedades primitivas; à medida que passamos a focalizar estruturas sociais pautadas em relações de dominação, endogenamente conflituosas, uma noção de história que dê conta das diferentes posições que disputam pelos sentidos se demonstra mais produtiva para a compreensão desses processos.

1.2.3. Foco na função: os avanços do século XX

A partir do século XIX, a investigação das relações que entretêm som e sentido conhece uma expressiva ampliação em número e abrangência. Entre as escolas que passam a dedicar seus estudos a essa reflexão, habilitadas pela expressiva atenção que emprestam aos aspectos funcionais da linguagem, podemos citar as teorias fonológicas lineares e não lineares, a fonoestilística, a etnografia da fala e a sociolinguística.

No prefácio que redigiu para *Seis lições sobre o som e o sentido*, de Jakobson, Lévi-Strauss observa a pertinência da constatação que permearia a obra: a etnologia do século XIX, bem como a linguística dos neogramáticos, tinham substituído “por problemas de tipo estritamente causal os problemas dos meios e dos fins” (Jakobson, 1977, p. 44) e, tendo relegado a função a um plano secundário, não emprestaram devida importância aos sons da linguagem. Jakobson, por sua vez, demonstraria a impossibilidade de tal dissociação através da proposição da noção de traço distintivo – unidade que, a despeito do fato de não implicar, por si mesma, um sentido, marca significações distintas em um contexto fonético dado. O linguista postula que, entre fonemas e demais meios fônicos, como os fatores prosódicos, há mais do que uma mera diferença de grau; além disso, eles desempenhariam um papel expressivo e delimitativo e implicariam um valor semântico. Assim, no trabalho dos estruturalistas, a ênfase na função significativa dos sons dentro no contexto linguístico substituiu a preocupação com a forma que caracterizava os estudos dos neogramáticos. No

entanto, a metodologia dos estruturalistas logo se revelaria insuficiente para uma abordagem ampla da relação entre som e sentido; como vemos, a funcionalidade da diferença fônica recai sobre sua produtividade no léxico, e não no tipo de significação que ela distingue. Aqui, é distintivo o traço fônico que contribui para diferenciar morfemas ou palavras, e o léxico, a despeito da variedade de significações que encerra, compõe um quadro suficientemente limitado que garante a finitude e o esgotamento de um inventário fonológico. O significante, dessa forma, é concebido como entidade estática (Albano, 1988).

Essa ênfase na função significativa dos sons se veria ainda reelaborada pelo inglês Firth, que a desloca do contexto linguístico para o contexto situacional, substituindo as interpretações naturais baseadas na relação causa-efeito e as interpretações mentalistas, baseadas em meio-fim. Em sua perspectiva, o contexto situacional é uma abstração da situação empírica e implica a consideração do vínculo indissolúvel entre a forma linguística e o significado. Em suas palavras,

meaning is a property of the mutually relevant people, things, events in the situation. Some of the events are the noises made by the speakers. But it is important to realize that 'meaning' is just a property of the people, their 'sets', their specific behavior, the things and events of the situation as of the noises made. (FIRTH, 1966, p. 111 apud MADUREIRA, 1992, p. 48)

Para Firth, assim, a organização relacional entre categorias fonéticas e contextos deveria ser pensada de maneira constitutiva em termos de prosódia, tomada aqui em uma acepção distinta daquela que hoje se faz comum entre estudiosos que se dedicam aos sons da linguagem. Se hoje a tomamos como o conjunto de propriedades suprasegmentais (frequência, altura, tempo e ritmo), para Firth, prosódia compreende qualquer traço fonético que se estenda por uma unidade linguística de qualquer extensão. Exclui-se dessa definição as unidades segmentais e a faz abranger todos os traços que determinam a estrutura gramatical, lexical ou fonêmica, como a própria frequência, o acento e o traço de nasalidade, por exemplo. A abordagem linguística que Firth prioriza enfrenta as propostas teóricas do formalismo estrutural e do formalismo mentalista e, ao priorizar o uso, dá ênfase ao aspecto social em detrimento do psíquico, ao primado do particular sobre o universal e do indutivo sobre o dedutivo.

Sapir, por sua vez, dedicou-se aos estudos da linguagem considerando, também em resposta ao estruturalismo americano, seus aspectos estéticos e criativos. São particularmente

interessantes suas observações sobre a diferença que a análise da fala estabelece entre fatores de ordem individual e de ordem social: *“In the first place, the analysis might differentiate the individual and the society, in so far as society speaks through the individual”*⁴³.

Em sua obra, serão estabelecidos quatro níveis distintos para a análise linguística, a saber, i) o nível das qualidades da dinâmica da voz – ritmo, entoação, velocidade e pausa, ii) o da pronúncia, iii) o do vocabulário e iv) o da sentença, ou o nível estilístico. Para o alemão, o primeiro nível seria o mais fundamental do ponto de vista da personalidade, não apenas por conta das características psicofísicas da voz, mas por sua constituição como um potente instrumento de fala. Sapir conferia ao simbólico um estatuto de elevada importância, postulando que a linguagem seria uma atualização vocal que funcionaria em favor de uma visão simbólica da realidade. Acreditava, portanto, que o sistema linguístico era determinante da constituição da visão de mundo de um povo ou grupo social, perspectiva que adquiriu diretrizes mais sistemáticas a partir da contribuição de Whorf. A hipótese de Sapir-Whorf – ou a teoria do relativismo linguístico – inverte a ordem relacional entre linguagem e pensamento predominante à época, emprestando às unidades sonoras organizadas estruturalmente, assim como às demais estruturas, a capacidade de desempenhar um papel constitutivo em relação ao pensamento.

Deslocando nosso enfoque da Europa à América, e já na segunda metade do século XX, a sociolinguística de Labov se contrapõe à gramática gerativa através da recuperação do componente social por ela desprezado. Seu objeto de interesse privilegiado, pode-se dizer, gira em torno das diversas maneiras de se dizer uma mesma coisa. Essas variações, determinadas pela atenção prestada à fala, constituem estilos distintos. No enfoque sociolinguístico, no entanto, o som é visto em sua relação com um significado invariável.

A sociolinguística, ao englobar as características das funções das variedades das línguas e de seus falantes, reinstaura o trabalho com a noção de função nos estudos linguísticos. Em sua perspectiva, o falante não é mais o falante idealizado da gramática gerativa, mas um membro de uma comunidade, pertencente a um grupo social, que exerce diferentes papéis ao interagir social e linguisticamente. É justamente o componente social que determina as variações linguísticas evidenciadas pela fala, que desempenha um papel primordial na determinação dos processos de mudança linguística. Além disso, interessada na variação, a

⁴³ Sapir, 1927, p. 892 *apud* Madureira, 1992, p. 51.

sociolinguística toma por objeto uma esfera que não consiste na *langue*, nem em uma noção radical de *parole* ou da pura substância fônica da expressão; reside, antes, na norma, nas regularidades linguísticas dos grupos sociais. Contempla-se, assim, as diferenças de sons linguísticos que provêm justamente das diferenças sociais e, por extensão, criam o prestígio e o estigma e revelam uma natureza distinta da relação que nutrem som e sentido: a construção de identidades dos falantes. No entanto, se, ao descrever variáveis, os sociolinguistas indicam que elas recebem chancelas ou sanções, prestígios ou estigmas, não o fazem considerando a ordem do discurso; ou seja, o fato de que o agrado, a indiferença e a repulsa na escuta dessas formas variáveis são produzidos por discursos a seu respeito e a respeito dos diversos grupos de uma sociedade.

As proposições acerca das dimensões estética e da criativa da linguagem, por um lado, e dos determinantes sociais que incidiriam sobre as variações sonoras da língua, de outro, se veem refletidas nas ciências da linguagem no estabelecimento de dois domínios da estilística dos sons: a estilística fonológica e a estilística fonética. Dentre os intelectuais que se dedicaram à pesquisa da fonoestilística, destacaremos, conforme propõe Madureira (1992), Léon, que desenvolveu estudos sobre a natureza, a tipologia, os princípios e os métodos dessa escola, e Fónagy, que trabalhou sobre a noção de metáfora sonora.

O primeiro dá enfoque às funções que identificam os falantes em dois subgrupos, a saber, i) as funções identificadoras emotivas (afetivas) e caracteriais (fisiologicamente determinadas), e ii) as funções identificadoras dialetais (socialmente determinadas). Essas definições devem caracterizar as funções expressivas que, na mensagem estilística, seriam capazes de identificar o falante quanto à sua individualidade – sua origem, sua personalidade, seu estado emocional, etc. Ao lado das identificadoras, e as complementando, Léon propõe a consideração também da função impressiva, que produziria algum efeito sobre o ouvinte.

As análises das categorias da voz desenvolvidas por Léon envolveram o uso de testes psico-acústicos, análises instrumentais, categorização de traços de intensidade, tempo, contorno entoacional, postura articulatória, tensão, entre outros. No desenvolvimento desses testes, ouvintes selecionavam a voz que lhes era submetida e conferiam-lhe um rótulo com base em sua impressão auditiva (voz amorosa, voz raivosa, etc). O pesquisador, por seu turno, valia-se da análise instrumental para complementar a análise auditiva e interpretar os dados resultantes com o objetivo de elaborar matrizes de traços categoriais que, associando os dados

da interpretação dos ouvintes com os seus próprios, estabelecesse parâmetros de produção e recepção dos sentidos do som.

Fónagy considera a expressividade da fala e as características do estilo vocal em sua obra *La vive voix* (1983), opondo a vivacidade da voz à letra morta da escrita. Em sua perspectiva, a codificação estilística depende de uma codificação linguística que lhe é prévia e estranha em termos de princípios organizacionais. Segundo Madureira,

Os princípios que pressupõem a existência de isomorfismo entre o plano de expressão e o de conteúdo restringem-se à codificação estilística e são por Fónagy organizados em dois grupos, de acordo com o tipo de representação que regem: os que regem a representação sintomática e os que regem a representação simbólica.

No primeiro grupo, a reprodução de um sintoma pelo corpo seria o reflexo de emoções; um aparelho fonador contraído e tensionado pode indicar tensão, raiva, etc. Já na representação simbólica, um órgão do aparelho fonador poderia representar outro órgão do corpo, um objeto ou mesmo uma condição de proximidade ou distância - daí a proposição da ideia de metáfora sonora. Por essa razão, Fónagy postula que os recursos fônicos, especialmente os melódicos, são poderosos meios de expressão que tornam a língua o sistema mais flexível de comunicação. No entanto, a produção de sentidos pela voz e a atribuição de sentidos à voz pela escuta passa, em sua obra, ao largo da ordem do discurso, o que equivale a dizer que a história e a sociedade não incidem sobre os processos de produção dos sentidos, que são essencializados, e a voz, refém de naturalizações.

1.2.4. O avesso de uma lógica: o sentido faz som

Mais recentemente, no Brasil, a fonologia inverte a lógica de seus pares estruturalistas e a reflexão sobre o som da fala e seus imbricamentos com a produção de sentidos ganha expressivo aprofundamento. A tese defendida por Albano (1988), que relaciona som e sentido como fontes de sistemas de alimentação biunívocas, remete à inspiração firthiana e aos progressos da semântica e da pragmática ao remanejar os procedimentos da fonologia estrutural e afirmar que “se, por um lado, o som faz sentido, por outro, o sentido faz som⁴⁴”. Segundo a autora, propor significados dinâmicos e variáveis, que transcendam um estado de

⁴⁴ Albano, 1988, p. 16.

coisas determinado num mundo empírico e objetivo, para incluir o social e até o subjetivo, deve supor, também, significantes igualmente dinâmicos, variáveis e elásticos. “Em outras palavras, assumir a existência de uma lista aberta de diferenças de sentido implica abrir mão de uma lista fechada de diferenças pertinentes de som”⁴⁵.

A autora defenderá, ainda, que o próprio som é utilizado como recurso de construção da linguagem. Nessa perspectiva, a fonética e a fonologia adquiririam um papel central nas ciências da linguagem e a partir delas é que se construiria a gramática.

A linguagem se constrói a partir das condutas sensório-motoras, neurofisiologicamente mais plásticas, isto é, mais capazes de se interligar a outras condutas sem perder a sua vocalização/audição e alternativamente na surdez, a gesticulação/visão. (ALBANO, 1990, p. 15)

Albano discute, no mesmo trabalho, a noção de toque de ouvido, que se refere à atividade do sujeito de construir o simbólico a partir de pistas sensório-motoras – na maioria dos casos, pistas fonéticas contidas na fala. “Tocar de ouvido significa, pois, confeccionar um símbolo com recursos concretos ou quase concretos”⁴⁶. Como se pode observar, no modelo proposto por Albano, o som exerce papéis fundamentais tanto na construção da gramática quanto na construção do sentido.

Na esteira de Albano, Madureira, por sua vez, considera que a investigação do papel desempenhado pelo som no processo de construção dos sentidos deve subentender, necessariamente, dois pressupostos norteadores: “1) a epistemologia do som não pode ser desvinculada da epistemologia do sentido; 2) a interrelação entre som e sentido dá-se de modo ambivalente e dinâmico”⁴⁷. Segundo a autora, se o som da fala e seus aspectos físicos, funcionais, perceptivos, estéticos e distintivos vêm sendo, através dos séculos, objeto de estudos que revelam variadas facetas de seus papéis, usos e efeitos, eles somente o são em razão das relações multilaterais e dinâmicas que estabelece com o sentido⁴⁸. Madureira, assim, subscreve a posição adotada por Albano, inserindo som e sentido em um quadro dinâmico de mútua alimentação. Ainda que a primeira reinterprete esse quadro ao defender que sua existência não é signo de uma relação biunívoca, quer dizer, que, em sua perspectiva, o mesmo recurso fônico possa ser empregado de modo a dar origem a diversos efeitos de

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 11.

⁴⁶ Albano, 1990, p. 20.

⁴⁷ Madureira, 1996, p. 88.

⁴⁸ Idem, 1992, p. 58.

sentido e, além disso, que um efeito de sentido possa ser veiculado por configurações distintas da matéria fônica, isso não significa que não reconheça, em sua obra, a ocorrência de uma certa regularidade. Essa reformulação pode se nos fazer interessante se tomarmos essa regularidade a partir do interior de uma conjuntura histórica e social dada, ou seja, se a reformularmos sob um viés discursivo. Esse deslocamento equivale à reflexão de que, se o signo linguístico é ele próprio ambivalente e dinâmico – isto é, se o princípio da arbitrariedade garante que ele apenas se torne pleno de significação quando inserido em um sistema de valores –, assim como, em uma abordagem discursiva, os são os enunciados, cujos agrupamentos compõem as formações discursivas e dão vida aos sentidos quando em relação com outros dizeres, também os é a relação entre som e sentido, na qual o primeiro só se pode apresentar como um potencial significativo na medida em que se inscreve em discursos que circulam sobre seus usos e seus efeitos e que lhe impregnam de sentidos possíveis, determinando-lhe a produção e a recepção, ou seja, funcionando como uma sua parte constitutiva. Propomos, desta forma, uma inversão do procedimento da fonologia estrutural que Albano havia reinterpretado, a saber, que sejam os próprios sentidos compreendidos como o elemento agenciador do som, tanto no que diz respeito ao seu uso quanto no que concerne às suas avaliações.

Com vistas a mais bem compreender de que maneira a abordagem discursiva permite esse deslocamento e instaura uma nova possibilidade, de grande capacidade heurística, para a investigação dessa relação, discutiremos, nos próximos parágrafos, algumas facetas de seus desenvolvimentos teóricos e metodológicos que conduziram nossa reflexão em sua direção.

1.3. Um lugar para a interpretação do som na abordagem discursiva

Quando de seu advento, a Análise do discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu grupo⁴⁹, conheceu um momento em que as maneiras de dizer praticamente não importavam diante da premência de se identificar e de se desvelar a ideologia que determina o que é dito⁵⁰. Em sua primeira fase de desenvolvimentos, apostava-se na ideia de construção de uma ferramenta metodológica computacional que daria conta de apreender os sentidos no interior de um conjunto de dados fechado ao redor de si mesmo. A proposta dessa maquinaria

⁴⁹ Pêcheux (1990); Pêcheux, Haroche & Henry (1971); Piovezani & Sargentini (2011).

⁵⁰ Piovezani (2011).

discursiva tem seu respaldo na premissa de que a constituição estrutural das produções discursivas garante que a própria materialidade linguística produza sentidos. Assim, as análises que decorrem desse dispositivo têm suas bases no nível sintático dos enunciados: este nível estaria subordinado, assim como toda a ordem linguística em si, às estruturas dessa maquinaria.

A AD passou posteriormente a considerar as relações intrínsecas que existem entre o intra e o interdiscurso ao afastar-se da forte vinculação estruturalista da primeira fase. O universo estabilizado de condições de produção inerente à maquinaria discursiva a que se direcionava o olhar do analista de discurso dará lugar, na segunda fase da AD, a uma perspectiva de maior densidade histórica da produção discursiva. Ainda sob o viés de uma filosofia da linguagem de cunho marxista, assume-se um sujeito que se insere no interior da luta de classes e, interpelado por uma formação ideológica, disputa com outras a produção dos sentidos que emergem como posições de classe e representam suas vinculações ideológicas. A contradição é, assim, ao mesmo tempo constitutiva e constituída da ideologia, e os sentidos emergem de uma conjuntura de significações que representam as vinculações ideológicas dos sujeitos. Se antes eram produzidos no interior de uma maquinaria discursiva que se encerrava em si mesma, aqui, é no conflito entre diferentes máquinas que se antagonizam que os sentidos se originam.

Os desenvolvimentos teóricos da terceira fase de desenvolvimento da Análise do Discurso apontam em direção da discussão acerca do tema da heterogeneidade e dão origem, em sua forma mais bem explorada, a uma necessidade de releitura do conceito de formação discursiva, além de, paralelamente, ditar a premência de apropriação e manipulação de distintos tipos de materialidades e de registros. Isso porque a investigação da questão das resistências, ou seja, das ideologias dominadas, promoveria deslocamentos teóricos sensíveis no empreendimento do grupo em torno de Pêcheux. Inspirado pelos trabalhos de Spinoza, já em 1977 o francês havia sido conduzido à constatação de que a ideologia e o discurso não devem ser compreendidos na forma de um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo e fechado sobre si mesmo. Se, como vimos, às formações ideológicas e às formações discursivas são remetidas a posição do sujeito nas relações de produção, possibilitando um estado de conformidade entre sentidos e lugares sociais, aqui, a reflexão da contradição representa uma necessidade de deslocamento na formulação desses conceitos, pois

Ao contrário de uma concepção tradicional que coloca face a face ideologia dominante e ideologia dominada, colocando-as em uma relação de exterioridade, Michel Pêcheux acentua a “dominação interna” da ideologia dominante face à ideologia dominada. Uma maneira abstrata de dizer que é preciso ler no próprio interior do discurso da ideologia dominada, na própria maneira como ele organiza a dominação da ideologia dominante (MALDIDIER, 2003, p. 65)

O funcionamento da contradição inerente às formações ideológicas e discursivas será dinamizado através da definição daquilo a que a Análise do Discurso se refere como *memória discursiva*. Determinada social e historicamente, a memória discursiva serve como estrutura da discursividade, possibilitando a retomada de já-ditos, atualizando-os à luz da historicidade do acontecimento discursivo e, assim, estabelecendo a condição “legível” dos textos através dos procedimentos de paráfrase – ou seja, incidindo sobre a produção e a recepção dos discursos. Para além disso, são as redes de memória, na relação constitutiva que estabelecem com o acontecimento, que dinamizam os embates entre forças ideológicas que visam à regularização pré-existente com os implícitos que veicula e as forças que lutam para os desestabilizar e perturbar⁵¹. O embate entre as redes de memória e o acontecimento discursivo demonstra que “a regularização discursiva é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória e, provocando interrupção, pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira”. Assim, em determinadas conjunturas discursivas, observa-se um afastamento entre a palavra e a memória que, ao desconstruir-se, pode desdobrar-se em novas paráfrases: “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”⁵². Tendo observado essa dinâmica, Pêcheux propõe que os analistas de discurso se distanciem das evidências da materialidade discursiva para buscar a compreensão dos efeitos que emergem dessa materialidade:

Esse efeito de opacidade (correspondente ao ponto de divisão do mesmo e da metáfora), que marca o momento em que os “implícitos” não são mais reconstrutíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a análise de discurso a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica, e a interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio

⁵¹ Pêcheux ([1983] 1999).

⁵² Idem, *ibidem*, p. 52-53.

e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação.
(PÊCHEUX, 1999, p. 54)

No jogo de paráfrase e metáfora, a memória não é aniquilada pelo acontecimento novo, mas sobrevive e luta como um espaço móvel que comporta divisões, conflitos, que os retoma e os desloca; “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos⁵³”. Parece-nos, aqui, que a Análise do discurso se vê em um contexto de remanejamento de sua perspectiva: em um primeiro momento, para a construção do *corpus*, fazia-se necessário supor um estado de estabilização e homogeneidade de condições de produção para viabilizar tanto a inscrição do texto que é seu resultado a uma máquina discursiva quanto o estabelecimento de relações entre mais de uma máquina, gestos que circundavam a tentativa de desvelar os mecanismos da produção do efeito de evidência dos sentidos. Agora, no entanto, esse trabalho se baseia justamente na não-homogeneidade, na busca do outro no fio do discurso e nos mecanismos de constituição da heterogeneidade ao invés da evidência – uma reflexão sobre os efeitos que emergem imediatamente da materialidade discursiva, ou, nas palavras de Pêcheux, a atividade de “interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação”⁵⁴.

Aqui, se torna mais fácil entender porque o conceito de memória discursiva, já introduzida por Courtine em 1981, imporia transformações teóricas e metodológicas tão expressivas à AD. Desde as primeiras formulações de uma definição da noção de formação discursiva, Pêcheux propõe que seja compreendida como um conjunto que determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada⁵⁵”; isso equivale a dizer que, se no trabalho com as formações discursivas, na condição de uma identidade fechada, não se faz distinção entre as particularidades dessas materialidades, a noção de memória discursiva, em sua relação constitutiva com a de acontecimento, situam-na em um lugar de relevância, buscando considerar “a incessante desestabilização discursiva [...] das formas ‘evidentes’ de seqüencialidade (por exemplo narrativo/descritivo, argumentativo)⁵⁶”. Em outras palavras, a identificação do que se diz, mediante a inscrição desse dizer numa formação discursiva, dispensando o tratamento dos

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 56.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 53-54.

⁵⁵ Pêcheux & Fuchs, [1975] 1997, p. 166.

⁵⁶ Pêcheux, [1983] 1997, p. 316.

diferentes gêneros, tendia a passar ao largo das relações entre os enunciados e o que eles enunciam, de diferenças de tom – gravidade, leveza, humor, de esferas de circulação, entre outros. Já a memória discursiva empresta uma densidade histórica que noções como já-dito, interdiscurso e a própria formação discursiva não apresentam do mesmo modo, na medida em que estas últimas não contemplavam as distintas temporalidades das coisas ditas. As materialidades significantes incidem sobre os dois aspectos e, portanto, mobilizar estes conceitos deveria significar reflexamente buscar depreender o papel que estas desempenham nos processos de produção de sentidos.

Era já o que o próprio Pêcheux fazia ao debruçar-se sobre a construção “*on a gagné*”⁵⁷ (em português, “ganhamos”), mobilizada por militantes da esquerda francesa após a vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais de 1981. Pêcheux argumenta que, tal qual os escritos doutrinários, esse simples enunciado se vê carregado de discursividade, à medida que revela uma estrutura – retoma uma memória – e compõe um acontecimento – irrompe na forma de uma sua atualização.

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político. “*On a gagné*” [“Ganhamos”], cantado com um ritmo e uma melodia determinados (*on-a-gagné/dó-dó-sol-dó*) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável. (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 21)

Fica evidente, então, que o conceito de memória não frequentaria as discussões acerca da problemática da significação de maneira servil, já que sua condição de fato social dá margem para a possibilidade de comportar intrinsecamente uma dimensão semiótica e simbólica. Pêcheux, de maneira muito perspicaz, coordena no artigo que lhe pertence em *Papel da Memória* a construção de uma relação entre as discussões que, no interior da compilação, orbitaram em torno de questões da sociolinguística, da sociosemiótica e da

⁵⁷ Cf. Pêcheux ([1983] 2015).

própria Análise do Discurso. Sobre esse encontro, arranjado pelo lugar central que ocupa a noção de memória, ele reflete:

O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade – com a qual é preciso um dia se confrontar – de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação; logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem, a da significância (Barthes), do simbólico e da simbolização... (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 50)

Desse movimento reflexivo, resta ao francês, como de costume, algumas indagações. Ele se pergunta, em relação ao provérbio chinês, “‘Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo’. Com efeito, por que não?⁵⁸” e também, já insinuando uma resposta, “Em que pé estamos em relação a Barthes?⁵⁹”. Atento à própria questão da interpretação no escopo da Análise do Discurso, observa que

Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 55)

Em outros termos, a materialidade imagética e a vocal estariam tão submetidas ao funcionamento discursivo quanto a própria materialidade verbal, na medida em que se movimenta em uma rede parafrástica e, portanto, é responsável por produzir sentidos a partir dos mecanismos da memória e inscrevê-los/remetê-los ao jogo de formações discursivas. Preocupar-se com a primeira representa o marco de um momento em que a dedicação ao estudo do processo sobressai ao do “produto”, digamos, visto que não há um sentido oferecido de antemão, e em que se atribui maiores especificidades à pergunta “por que isso significa assim?”. Com efeito, nenhum tipo de processo de produção de sentidos escapa ao funcionamento discursivo. Instaura-se, assim, a necessidade de buscar a compreensão dos

⁵⁸ Pêcheux, [1983] 1999, p. 54.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 56.

mecanismos aos quais se submete a formação do sentido a partir da observação de outras materialidades que não as verbais, direcionando o olhar do analista para um universo mais amplo de signos, em que o linguístico não representa senão uma entre muitas possibilidades.

A ampliação do conjunto de objetos de análise da AD representa, finalmente, a instalação, nas ordens teórica e metodológica, da terceira parte da tricotomia proposta por Orlandi (2005) em relação aos processos de produção dos sentidos nos discursos: a indissociabilidade das instâncias da constituição, da formulação e da *circulação* dos discursos deve ser incorporada à perspectiva do analista. É, portanto, relativamente recente sua consideração dos dispositivos discursivos que condicionam o que se diz, as modalidades desse dizer e seu regime de circulação: todo enunciado diz algo e necessariamente o faz de certo modo, valendo-se de certo meio⁶⁰. Dessa associação vital decorre o pensamento de que uma modificação na materialidade corresponde inevitavelmente a um gesto de interpretação distinto⁶¹. Isso significa dizer que o mesmo enunciado, uma vez veiculado em diferentes suportes, significará de maneira particular, conforme este meio, posto que o dito é fundamentalmente atravessado pelo dizer e pela *maneira de dizer*. O *texto*, assim, deve ser entendido como *materialidade*, verbal ou não-verbal, enquanto enunciado, por sua vez, distingue-se da noção de frase por manter com o sujeito uma relação constitutiva⁶².

Propomos que pensemos sobre o seguinte exemplo, para que possamos avançar mais um passo em direção da compreensão das maneiras pelas quais os meios de circulação incidem sobre os processos de produção dos sentidos dos discursos: em 2016, o Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, *campus* de Amargosa, teve suas paredes externas pichadas com os dizeres “EDUCAÇÃO É IGUAL UMA FLOR, SE NÃO CUIDAR, MORRE!”, conforme imagem reproduzida abaixo:

⁶⁰ Piovezani (2011).

⁶¹ Orlandi, 2007, p. 14

⁶² “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo o indivíduo para ser seu sujeito”. (FOUCAULT, 2008, p. 107)



Fonte: Amargosa News⁶³

Em primeiro lugar, no âmbito da constituição e formulação, a relação de identidade entre o par “educação” e “flor” imprime à primeira as representações tradicionalmente atribuídas à segunda, ou seja, podemos pensar, por um lado, que “a educação é bela/pura/fertilizadora” e, por outro, “a educação é delicada/frágil”. A equivalência dessas identidades é também sugerida através do desenho de uma flor, aparentemente brotando do solo e se agarrando às paredes de um prédio no interior do qual se trabalha em benefício da formação de profissionais da educação, como se se dissesse “este lugar é o solo fértil da educação”. A partir dessa correspondência e do efeito de sentido que se engendra nessa construção, imprime-se ao verbo “cuidar” uma característica de necessidade e, mais, de conveniência e interesse social: se, como uma flor, a educação é frágil e delicada, é *necessário* que seja cuidada, ao passo que, se ela é bela, pura e fertilizadora, é *interessante* que seja cuidada. A necessidade da educação e o interesse nesta adquirem a forma de um alerta em uma sentença exclamativa, efeito que se reforça pelo uso da caixa alta, o que convencionalmente corresponde a um uso da voz em altos volumes e pode dar margem para a

⁶³ Disponível em: <http://www.amargosanews.com/2016/06/amargosa-centro-de-formacao-de_2.html> Acesso em jul. 2017.

construção de efeitos de ênfase. Paralelamente, a elisão da preposição “a”, necessária ao adjetivo “igual” (posto que quem é igual é igual a algo), somada à opção pela vírgula em detrimento do ponto final ou dos dois pontos que seriam sugeridos pela gramática normativa, revelam a mobilização de um registro linguístico informal. Esse aspecto apresenta interessantes possibilidades de observação, à medida que poderia suscitar o surgimento de uma réplica embasada em uma aparente contradição: “como se argumenta em favor da educação servindo-se de um pobre domínio das normas gramaticais?”. Esse aparente paradoxo poderia ser dissipado através da desmistificação da correspondência, recorrente no imaginário social, entre domínio da norma culta da língua e capacidade cognitiva ou competência lógica... no entanto, é necessário preterir essa questão se quisermos insistir naquilo que de fato concerne à dimensão discursiva da formação de sentidos: o registro informal faz ressoar a representação própria à pichação como materialidade significativa, relacionada às práticas das ruas, àqueles que se encontram em situação de marginalização social e, sobretudo, ao seu caráter de *protesto*. Afinal, deve lutar pela educação quem a ela não tem acesso. Aqui, portanto, o dizer concorre para legitimar o dito.

É interessante notar, ainda, a marcação do verbo “cuidar” em seu estado infinitivo, o que imprime um efeito de elisão da categoria de pessoa e possibilita diversas projeções enunciativas. Essa indeterminação nos guia às seguintes indagações: quem deve cuidar? A quem pertence essa responsabilidade? Se a educação é um bem de interesse social e, por extensão, coletivo, pode-se inferir que estamos diante de um “cuidar” também coletivo. Mas a própria indeterminação da pessoa inerente ao infinitivo verbal, ao mesmo tempo em que sustenta um efeito de anonimato do autor do picho em relação ao lugar social em que se inscreve e confirma uma sua condição de marginalidade, o exime da responsabilidade sobre a ação. Não é, pois, “cuidarmos” que lemos. Esse deslocamento de uma determinada coletividade e a relativa desobrigação que daí deriva constitui uma operação da memória discursiva que nos remete aos já-ditos segundo os quais “é preciso investir na educação”, “os professores precisam de reconhecimento, de melhores salários, de melhores condições de trabalho etc.”. Se lembrarmos que os muros em que figura a pichação pertencem a um Centro de Formação de Professores que integra o espaço de uma Universidade Federal, inaugurada por Lula em 2006 e à época da publicação na iminência de ter de lidar mais profundamente com as consequências impostas pelo discurso da crise econômica e da crise política que assola o país, este efeito de sentido se reforça à medida que compreendemos que a coletividade à qual a pichação se refere recai sobre a esfera pública.

No que diz respeito aos muros do prédio, ou, em outras palavras, em matéria de suporte e circulação de sentidos, é importante notar que, neste caso, há uma forte relação de redundância, ou melhor, de legitimação do dito pela sua condição material de existência. É a possibilidade mesma do picho que confere um estatuto de verdade ao dizer que ele materializa. À inscrição do picho é tradicionalmente associada, pelo menos por aqueles que se inscrevem em posições mais ou menos conservadoras, certa concepção de fealdade e, portanto, de negligência, imprevidência e omissão por parte da gestão responsável. Estabelece-se, assim, uma paradoxal relação de correspondência entre os pares de oposição potencial::realização:fertilidade::morte, isto é, o prédio representa um potencial de florescência da educação, mas a administração desse potencial leva a seu perecimento. A pichação neste prédio decreta a morte da educação pela imagem do abandono. Este efeito de sentido ou algumas de suas nuances só são possíveis exatamente porque este dito tem *estes* muros como seu suporte material de circulação, e não outros muros, uma faixa, um panfleto ou mesmo um grito de ordem em um protesto.

Outros aspectos concorrem para a construção desse efeito de sentido se, de maneira mais particular, pensarmos na composição da imagem como registro fotográfico: o desgaste da pintura branca reforça a ideia de abandono, enquanto a sombra projetada na entrada do prédio e observada através das janelas em seu interior o tornam passível de ser adjetivado como um local “ermo” ou associado à ideia de insulamento. De toda forma, esse exemplo nos permite resgatar e ilustrar a afirmação segundo a qual a relação entre a constituição, a formulação e a circulação dos sentidos é *indissociável*.

Com a exposição desse breve esboço de análise, esperamos ter apontado as razões pelas quais aos analistas do discurso torna-se pertinente dedicar pesquisas de maior fôlego aos suportes materiais do discurso e às outras substâncias que, junto ao verbo, nele significam. Como vimos, o próprio Pêcheux já indicava, de maneira sutil, as modificações necessárias para a adaptação do dispositivo teórico-metodológico da AD a estes novos objetos de observação, sugerindo uma perspectiva compósita que alcançasse novas materialidades discursivas, mas as diretrizes traçadas por ele nem sempre redundaram em necessárias e suficientes transformações epistemológicas e metodológicas para tal empreendimento. Desde então, muitas pesquisas se encarregaram de dar continuidade e inscrever profundidade a esta discussão, tanto na França quanto no Brasil e além.

Dentre os trabalhos que viram na exploração da diversidade das materialidades e das substâncias significantes no discurso uma instigante inspiração, interessa-nos, sobretudo, aqueles que tomaram a via insinuada por Pêcheux ao trabalhar o enunciado “*on a gagné*” e sugerir que sua apreensão na condição de acontecimento discursivo se faz indissociável de uma atividade *gestual e vocal* e, mais particularmente em relação à última característica, a *um ritmo e uma melodia* específicos⁶⁴. Houvesse o mesmo enunciado circulado na forma de um panfleto, de um escrito sobre uma faixa ou mesmo de uma modalização vocal distinta, os efeitos de sentido suscitados certamente seriam outros ou, ao menos, lhes teriam sido incorporadas certas nuances e matizes, já que ofereceria outra caracterização à interdependente tricotomia constituição-formulação-circulação dos discursos. Essa alusão à importância da dimensão histórica do corpo e da voz no interior de uma perspectiva discursiva vem sendo elaborada de maneira mais aprofundada no Brasil através do trabalho de pesquisadores como Souza (2009, 2014 e outros) e Piovezani (2009, 2011 e outros), para citar alguns exemplos. Compreendemos que a voz, materialidade que desperta nosso interesse de maneira mais acentuada, não foi ainda suficientemente trabalhada no interior da Análise do Discurso, dado seu potencial heurístico: “os elementos vocais podem agregar-se às paráfrases e aos efeitos metafóricos, que, constituídos no interior de uma formação discursiva, produzem os efeitos de sentido do discurso⁶⁵”, inserindo-se, então, na dinâmica histórica e incorporando-se ao constante embate entre memória e acontecimento. Tem-se, desta feita, que as modulações vocais que condicionam o dizer podem reiterar, redundar, e também transformar os efeitos de sentido produzidos pelas relações parafrásticas que se engendram a partir do fio do discurso, ou seja, no dito, ao mesmo tempo em que – e isto é vital – que esses efeitos de sentido lhes determinam os usos e as avaliações.

Buscamos, assim, expor algumas das pesquisas que, no interior da Análise do Discurso, já lidaram com a relação entre som e sentido a partir dos usos e efeitos da voz. Não deve surpreender a constatação acerca da escassez de tais reflexões. No entanto, discutiremos, nos próximos parágrafos, alguns dos trabalhos mais relevantes desenvolvidos no Brasil sobre os processos de produção de sentidos que implicam a voz e que devem mais bem situar nossa investigação sobre o papel que esta desempenha na fala pública. Mais particularmente, procuramos contribuições que possam esclarecer de que maneira e em que medida a dimensão vocal, como vimos, situada entre a língua e o corpo – que, ao lado da voz, figuram como os

⁶⁴ Pêcheux, [1983] 2015, p. 21.

⁶⁵ Piovezani, 2011, p. 166.

principais componentes da performance oratória – se revela importante também para construir as próprias apreciações e depreciações dos desempenhos de fala pública no campo político, animando uma dinâmica de discursos e práticas que darão forma aos sons que, por sua vez e de maneira metonímica, reproduzem e/ou transformam os sentidos.

1.3.1. A voz sob uma perspectiva discursiva

Em relação ao trabalho da voz sob uma perspectiva discursiva, trataremos, em primeiro lugar, do artigo intitulado *Sobre o discurso e o sujeito na voz*, de Souza (2014a). Nesse trabalho, Souza apresenta uma análise da materialidade vocal em direção da hipótese de que marcações prosódicas constituem modalidades enunciativas no interior dos processos discursivos, projetando, assim, diversas possibilidades de subjetivação.

O autor toma como ponto de partida os estudos da linguagem no que diz respeito à problemática da apreensão do sujeito através da fala; segundo ele, essa questão desempenha um papel pouco expressivo tanto na linguística saussuriana e chomskiana quanto nos estudos enunciativos e discursivos. Para os últimos, mais particularmente, a idéia de sujeito como posição vazia, apenas assimilável através do funcionamento dos mecanismos ideológicos, teria estabelecido uma possibilidade conveniente de contorno do tema. Propondo que essa esquivia se resuma à materialidade do artefato ou do dispositivo de amparo ao estudo, à qual a forma de sujeito se vê submetida, é sugerida a indissociabilidade da relação entre voz e discurso como elementar para a constituição do sujeito, que toma forma exatamente no tempo da fala. A fim de apontar as formas de reconhecimento mais primordiais da indissociabilidade da relação entre voz e sentido, Souza retoma, no quadro da história das ideias linguísticas, a emergência da gramática grega, que se faz possível através da concepção de “certa definição de voz, tomando-a em duas dimensões constitutivas: o som confuso e desarticulado próprio dos animais (*phoné synkechiméne*) e o som distinto e articulado próprio do humano (*phoné énarthros*)”⁶⁶. Essa lógica se estende, segundo o diálogo que o autor estabelece com Guimarães (2008)⁶⁷, no século XVI, à definição da palavra articulada na Gramática da Língua Portuguesa:

⁶⁶ Souza, 2014a, p. 201.

⁶⁷ Cf. GUIMARÃES, E. *Palavras próprias e alheias*. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 21. Campinas: Ed. Pontes, 2008. p. 9-19.

De Fernão de Oliveira (1536): “...uma gramática estuda as letras, as sílabas e as vozes. E as palavras são vozes que significam algo. As palavras (as dicções) são vozes que significam (GUIMARÃES, 2008, p. 9-10). Observa-se aí que a palavra, enquanto unidade dotada de significação, define-se de modo indissociável em relação à voz. Os termos palavra, dicção e voz são sinônimos, nessa gramática de Fernão de Oliveira. (SOUZA, 2014a, p. 201)

No entanto, a relação observada pelos gramáticos não considera aquilo a que Souza se refere como “a voz no ato de fala”: o som em processo é elidido, ao invés disso, oferecendo lugar à dicção, “cuja materialidade constitutiva reside na estrutura gramaticalmente ordenada das palavras possibilitando a associação de um segmento significante com um significado⁶⁸”. Assim, a despeito do reconhecimento da importante relação constitutiva entre som e sentido, os avanços das ciências da linguagem tomaram como base o registro de uma escrita alfabética em detrimento da apreensão da voz no contexto da emergência de sua condição material.

Não é que os antigos gramáticos negligenciassem a apreensão do som linguístico. O problema é que, na medida em que não atentavam para os detalhes acerca do modo de produzir os sons, o gramático, servindo-se de rigorosos sistemas de notação alfabética, concentrava-se apenas em transcrever e descrever a fala, desvinculando-a assim de seu ponto de origem na voz e desconsiderando a experiência de ouvir a fala tal como nas condições em que era emitida na garganta de um falante. (SOUZA, 2014a, p. 202)

Em uma referência ao *Nascimento da clínica* de Foucault, é anunciado um paralelo entre “o que se enuncia e o que é silenciado” e o “audível e o inaudível”, por um lado, e entre “espacialização e verbalização” e “escrituração e verbalização”, de outro. A primeira relação corresponderia à maneira pela qual a Fonética e a Fonologia processam a articulação entre a linguagem e os sons próprios à língua, enquanto a segunda se refere ao procedimento, adotado por gramáticos ou linguistas, que abre margem para “a escuta concreta do indivíduo e constituição do som da fala como objeto de conhecimento⁶⁹”. Segundo Souza, os instrumentos tecnológicos empregados por pesquisadores – desde o advento das técnicas de gravação da fala até os *softwares* de tratamento de unidades sonoras – guiou à forma mais bem acabada de estabelecimento de correspondências entre o som e a partitura escrita. Portanto, de acordo com Souza, a manipulação tecnológica do som corresponde a uma sua

⁶⁸ Souza, 2014a, p. 201.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 202.

compreensão à distância da própria voz que o emite, tendo por consequência o fato de que “não é à voz enquanto tal a que se chega – nem como ilusão, nem como pretensão –, e sim ao que nela se articula como som linguístico⁷⁰”.

Em reação à constatação de que essas perspectivas não abrangem o corpo como movimento vocal, o autor sugere uma investida em direção à dimensão corpórea da enunciação que se sobreponha aos critérios de notação e aos métodos comparativos das unidades sonoras e que permita apreender de maneira mais incisiva o encontro entre a voz e a própria linguagem. “Trata-se de destacar a banda sonora da enunciação onde dicção (modo de dizer) e voz (modo de ouvir) situam-se no mesmo nível e mutualmente se imbricam. A voz, aponta Souza, para além de um mero elemento distintivo das unidades linguísticas básicas, constitui um potencial de “dissecar o indivíduo que o emite”⁷¹, o que se pode ilustrar com uma referência ao campo da Fonética Forense, por exemplo:

[...] características de timbre e entonação podem ser levantadas na fala para descrever quaisquer elementos passíveis de individualizar uma pessoa e distingui-la das demais. Nesse quadro, o objeto do discurso aí resultante remete à identificação de um determinado indivíduo. Contudo, o interessante é que ainda é preciso passar pelas formas sonoras estruturantes de uma língua. Sons reconhecidos como vogais velares e anteriores, por exemplo, são, segundo uma visão fonética articulatória, traços respectivos do sexo feminino e masculino. De outra parte, quando tidas como indicadoras de uma gama de qualidades morais ou emotivas, as vogais tocam procedimentos reativos que projetam sobre a voz ordens de subjetivação. É quando, além de ostentar sua identidade irreduzível, o indivíduo fica, pela voz, condenado a ser sujeito de certo discurso. (SOUZA, 2014a, p. 205)

O autor, aqui, se refere mais especificamente às modulações prosódicas que desencadeiam uma série de efeitos de sentido relativos à subjetividade, como, por exemplo, o volume da voz: um volume empregado muito baixo imprime o sentido de uma imagem de insegurança e timidez, enquanto seu contrário revela agressividade ou rispidez. Desta feita, a materialização simbólica da voz se dá para além da ordem da língua, como “contraparte significativa do ato de enunciar”, “no espaço em que torna corpo em discurso, abrindo possibilidade de haver ou não sujeito, de haver ou não sentido⁷²”. Daí decorre que a voz imprime à subjetivação uma

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 204.

⁷¹ Idem, ibidem, p. 203-205.

⁷² Idem, ibidem, p. 206.

característica singular de *acontecimento*, o que significa dizer, segundo o autor, que sua competência singular de estruturar e articular as formas materiais sgnicas a inscreve no lugar mesmo de emergência do discurso. Em outras palavras,

[...] independente das palavras ditas, a voz importa como marca singular da subjetivação, como acontecimento do discurso. Trata-se da voz como aquilo em que necessariamente o discurso se assenta para protocolar nela e por ela a possibilidade da subjetivação e do efeito de sentido. [...] Trata-se, portanto, da matéria acústica tanto no que articula quanto no que não articula em termos de estruturação da materialidade significante. É previsibilidade da articulação que faz da voz o espaço pré-nupcial do advento do discurso. Previsibilidade é expectativa de já-dito, voz é o território como condição material *sine qua non* do acontecimento discursivo [...] (SOUZA, 2014a, p. 206).

Essa afirmação transporta para as análises discursivas duas importantes incumbências: primeiramente, a investigação acerca da correspondência entre uma mudança de modulação vocal e o deslocamento das posições de discurso, mas, além disso, impõe-se também a reflexão sobre a ausência da voz no discurso, isto é, a necessidade de se forjar uma abordagem analítica que incida também sobre os “rastros do silêncio que deixa na escrita e no que se diz sobre ela⁷³”. O autor conduz sua análise, assim, sugerindo a necessidade eventual de operar uma separação entre o ato de enunciar e os seus atravessamentos discursivos, e argumentando a esse respeito exatamente que “o que emerge na enunciação como efeito de subjetividade vem indiciado na maneira de impostar a voz no instante da enunciação”, ou seja, “no vozeado se encontra o percurso que leva da fala ao sujeito da verdade⁷⁴”. Não se despreza, no entanto, o caráter imprescindível da relação entre som e discurso:

De todo modo, não se trata de encetar estratégias analíticas operando apenas diretamente sobre a materialidade da voz. *Muito pelo contrário, esta materialidade só tem interesse à medida que é focada a partir dos discursos que a atravessam e lhe dotam de sentido*. Daí que metodologicamente vale trabalhar sobre um *corpus* constituído em torno de ditos e escritos que remetem aos arquivos que fixam o registro de uma voz como ponto de origem da subjetivação. (SOUZA, 2014a, p. 210, grifos nossos)

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 207.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 209.

Esta proposta inverte o funcionamento dos estudos que recaem sobre a análise dos processos de subjetivação que tomam a voz midiaticizada – no sentido de transfigurada em imagens e fonogramas – como seu objeto de observação, na medida em que sua preocupação se inscreve no âmbito do discurso e de sua incidência sobre a materialização da voz. Segundo Souza, essa perspectiva dá origem à percepção da manifestação de uma forma histórica de sujeito na voz. Sobre essa problemática, ele afirma categoricamente que não se trata de “precisar a forma ideal do sujeito falante no domínio discursivo focalizado”⁷⁵. Isso significa que podemos compreender a voz, portanto, não como produto de uma subjetividade específica, mas como seu próprio nascedouro.

É a operação que o autor sugere em *Elementos para a escuta e análise do jogo da voz no simbólico* (2015), artigo no qual toma a voz como um ponto de observação no qual é possível apreender a subjetivação do sujeito em sua singularidade, ou seja, a voz, aqui, é tomada como um instrumento de possíveis investidas contra a estabilização da memória discursiva e, portanto, da emergência de um acontecimento. O autor focaliza os usos da voz de Elis Regina, em entrevista ao *Programa Ensaio*, em 1973, distribuídos entre falar, cantar e calar, e atribui a esses movimentos vocais a constituição da subjetividade da cantora em relação à narração de si, por um lado, e à historicidade exterior que reconstitui a posição de discurso da música popular brasileira, por outro. O jogo de posições que emerge dessa articulação entre atos enunciativos, ora obedecendo às leis de funcionamento do interdiscurso inscrito na discursividade da MPB, ora promovendo deslocamentos e apagamentos de outros sentidos, instaura a construção de uma subjetividade que, uma vez concebida pela voz, lhe designa a condição de um material simbólico.

Assim, o acontecimento do sujeito que canta em Elis Regina, enquanto está sendo entrevistada em *Ensaio*, vem por uma distância irreduzível entre o *já dito*, sem o que o sentido não se dá, e o *a dizer*, pelo qual o sentido e o sujeito emergem como outro. Dessa maneira, é que o gesto de falar e cantar deve funcionar no tempo em que dura a entrevista, tempo este estabelecido pela memória que significa o presente da subjetivação da cantora. Assim, ressaltando as condições enunciativas em que Elis Regina se deixa inquirir, exposta ao dispositivo de uma entrevista televisiva. Esse modo de exposição de si é baliza da memória discursiva com que a cantora se constitui

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 210.

singularmente como acontecimento subjetivo na história da música popular brasileira. (SOUZA, 2015, p. 227-228, grifos do autor)

O autor, dessa forma, considera os efeitos de subjetividade através da materialidade simbólica da voz e de sua relação com um corpo, mediado pela perspectiva discursiva:

A necessária orquestração discursiva é de forte relevância metodológica no sentido de que é pelas remissões de um dizer ao outro que se pode trazer à tona, a voz tornada objeto simbólico, já que, na enunciação, é atravessada por efeitos de sentido que sustentam nela a aparição do sujeito que canta e fala. (SOUZA, 2015, p. 235)

Em outros escritos (2013 e 2014b), o autor trabalha de maneira mais íntima com as sinuosidades da matéria vocal e suas implicações na construção de efeitos de sentido que emergem dos processos discursivos. Em 2013, por exemplo, ao se debruçar sobre a dublagem cinematográfica, o autor constata que os padrões prosódicos resultantes da articulação de construções linguísticas com o uso de um vocativo, na língua portuguesa, engendra efeitos de sentido que remetem a uma ordem do discurso que não coincide com aquela a que remete a versão francesa, que, por elidir o vocativo, suprime um componente sintático e, por extensão, conduz a voz emissora em uma modulação rítmica distinta. Essa não coincidência, de acordo com Souza, “incide sobre o processo discursivo da interpelação, ou seja, sobre a posição em que o locutor interpela seu alocutário em cada caso⁷⁶”. Um fenômeno que revela grande pertinência para essa pesquisa, na medida em que se realiza e faz observável nos limites entre prosódia e processo discursivo.

Piovezani, de maneira análoga a Souza, oferece à dimensão simbólica da voz um tratamento discursivo; o autor, por sua vez, assenta o trabalho da voz em um quadro que responde mais diretamente às propostas da Semiologia Histórica, argumentando que “se há signos na voz, não é exatamente na semiologia estrutural que encontramos o som como dimensão que toca e implica dessa maneira os sentidos⁷⁷”. Remontando à tradição semiológica, o autor aponta o princípio da arbitrariedade do signo, proposto por Saussure no *Curso de Linguística Geral* e mobilizada como lei dos fundamentos e procedimentos semiológicos, como razão principal do afastamento do olhar científico saussureano do corpo e da voz. O princípio em questão implica tomar como objeto de observação os signos enquanto elementos da cultura, na condição de produtos de convenção social, em detrimento da

⁷⁶ Souza, 2013, p. 96.

⁷⁷ Piovezani, 2011b, p. 132.

dimensão natural e fisiológica, o que permitiu à Linguística a delimitação de seu campo de trabalho e sua decorrente institucionalização como parte constituinte de uma Semiologia com tendências estruturalistas. A abordagem da voz, mais especificamente, se conceituada como “como ato físico e fisiológico e como relação psíquica e social entre sujeitos”, arriscava o empreendimento saussuriano, à medida que poderia, por um lado, associá-lo às práticas das ciências naturais e, por outro, criar condições de surgimento de “proliferação e dispersão semiótica, tornando difícil a instauração da ordem, a apreensão das unidades e a fixação dos limites disciplinares”⁷⁸. Em outras palavras,

É verdade que para o Saussure “oficial”, a voz, tal como o tempo, figura como uma grande exclusão. A voz, substância positiva, substrato sólido da fala, não recebe o estatuto de signo lingüístico. A eliminação da voz é a própria condição de possibilidade para que a nova ciência, que é a semiologia estrutural, possa emergir e se desenvolver (PARRET, 2002, p. 52 *apud* PIOVEZANI, 2011b, p. 132-133).

O autor observa, em contrapartida, que no interior da Semiologia de Barthes, a voz ganha espaço à medida que se afasta do pensamento saussureano, refletindo através de uma abordagem das relações entre o lingüístico e vocal e sugerindo uma possibilidade de desencontro entre a significância da voz e a significação do verbal. O autor sugere que é na Semiologia Histórica, no entanto, que se encontra as bases mais convenientes para o trato da relação entre discurso, voz e efeitos de sentido, tendo em vista sua competência de articulação entre a dimensão semiológica e a natureza histórica constitutiva dos discursos, e sugerindo que

Os usos da voz no discurso político parecem ser um sítio privilegiado para a observação desses fenômenos: os discursos autoritários e democráticos distinguem-se ou, ocasionalmente, aliam-se não apenas pelos conteúdos de seus enunciados, mas também por suas maneiras de dizer e por modulações em sua manifestação. Tende a parecer (a ser?) mais democrático aquele discurso que condicionar seus enunciados a materializar a ideia de que todos são iguais e usufruem dos mesmos direitos, redundando-a com marcas lingüísticas ilocucionais e com inflexões vocais (volume, tempo, entoação) apropriadas às relações de força permeadas pelos valores igualitários. (PIOVEZANI, 2011b, p. 129)

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 132-133.

Na esteira daquilo que propõe Souza, e mais particularmente no que diz respeito à necessidade levantada por este de se forjar um dispositivo analítico que dê conta dos discursos que atravessam a materialidade e a dotam de sentido⁷⁹, situamos os trabalhos mais recentes de Piovezani. No artigo *Discursos sobre a voz na mídia brasileira contemporânea* (2016b), o autor, a partir de uma perspectiva pecheutiana e emprestando elementos de teorias enunciativas, investiga a abordagem da voz como tema através de sequências discursivas extraídas de jornais e revistas brasileiros de grande circulação. A observação desses textos midiáticos se inscreve especificamente no interior de dois eixos temáticos, quais sejam, o tratamento da relação entre voz humana e tecnologias da linguagem, por um lado, e os empregos da voz no universo político, por outro. As análises, segundo o autor, perseguem problemáticas em torno dos motivos e das maneiras pelas quais se fala da voz, além da retomada, reformulação e apagamento de enunciados mobilizados para tratar da questão e, ainda, das possíveis variações de tratamento em decorrência da inscrição, por parte dos veículos de mídia, em posições tidas como progressistas ou conservadoras. Essas problemáticas vão ao encontro daquilo que cerca a definição de *arquivo*, de Foucault: o conjunto de regras que, em dada época e dada conjuntura social, determinam os limites e as formas da dizibilidade, da conservação, de memória, de reativação e apropriação de enunciados⁸⁰. Os resultados provenientes das análises indicam, segundo o autor,

i) a forte presença de um discurso que avalia disforicamente a intermediação de instrumentos tecnológicos entre a produção da voz e sua recepção; e ii) a consistência e a longa duração de discursos que estigmatizam as vozes em que se encontram traços femininos e populares. (PIOVEZANI, 2016b, p. 186).

Em consonância com esses resultados, de maneira mais específica em relação ao segundo grupo de considerações, está o artigo *Sentidos da voz em discursos da imprensa brasileira: uma análise de textos midiáticos sobre o câncer de laringe de Lula*, publicado no ano anterior e que compreende analiticamente a presença de duas posições decorrentes do trabalho da grande mídia brasileira acerca da doença do ex-presidente: uma relacionada à sensibilidade e empatia, e outra inscrita na esfera da crítica. No entanto, o autor ressalta que a relação entre essas vozes não é de equilíbrio, na medida em que há uma clara saliência da última em detrimento da primeira. Piovezani nota que,

⁷⁹ Souza, 2014a, p. 210.

⁸⁰ Foucault ([1968] 2010, p. 10 *apud* Piovezani, 2016b, p. 168).

Ao serem impelidos a falar do câncer de Lula, os veículos da grande mídia brasileira viram-se forçados a expressar certos repeito e compaixão, ou seja, foram compelidos a manifestar uma sensibilidade específica ante ao sofrimento humano. Isso, porém, não os impediu, antes, ao contrário, de lhe dirigir predominantemente uma série ampla de críticas que diziam respeito ao homem de vícios e ao político velhaco. Não se trata, pois, aí de polifonia, mas de uma compulsória e mínima presença de um sentimento benevolente, cuja função é a abertura do espaço para uma condenação política; trata-se, sim, conforme postula Orlandi (1989, p. 44), da tentativa de “produção da monofonia”, dessa orquestração que visa à obtenção de “uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos”. (PIOVEZANI, 2015a, p. 557)

Essa “produção da monofonia” observada na distribuição dos sentidos sobre a voz estabelece uma relação diametralmente oposta com os resultados de artigo publicado em 2013, no qual o autor processa uma análise direta dos usos da voz e seus efeitos ao invés de suas representações. Em *A voz no feminino: uma análise discursiva de elementos prosódicos num pronunciamento eleitoral de Dilma Rousseff* (2013), Piovezani se debruça sobre a fala da presidenta no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, veiculado durante a campanha presidencial de 2010. Os resultados de suas análises sobre as modulações vocais empregadas por Dilma nos programas em questão estão diretamente ligados à sua representação como projetada pelas formações discursivas adversárias: no tratamento de temas com base nos quais lhe seriam atribuídos enunciados como “Dilma foi/é uma militante da esquerda radical/uma militante radical da esquerda”, a modulação vocal, a postura corporal e as escolhas linguísticas são brandas e leves e, onde se lhe imporia o estigma de frieza tecnocrata, essas dimensões significantes são mobilizadas em benefício da construção de um efeito de sentido de afetividade, sensibilidade e espontaneidade⁸¹. A voz conforma, portanto, ao lado de outras substâncias de competência simbólica, uma forma de confronto e de réplica aos ataques, injúrias e insultos de seus adversários, escorada, outrossim, no próprio dito. Portanto, se nas representações midiáticas acerca da voz reside a tentativa de produção de efeitos de monofonia, o uso da voz no momento da fala nos remete a um efeito de sentido engendrado no interior de uma rede polifônica. Justamente nesse caráter de réplica reside a necessidade de

⁸¹ Piovezani, 2013, p. 994.

se considerar o peso das conclusões dessa análise com uma observação que carrega em si o caráter de uma advertência:

Diferentemente de outrora, quando o feminino era forçosamente visto na esfera política como um signo de fragilidade, em nossa era a voz mais ou menos desprovida de testosterona pode soar como uma força redentora do feminino no espaço público. Apesar disso, não se deve desconsiderar que na voz de Dilma ecoam traços do poder masculino. Ou seja, mais uma vez, a voz se nos apresenta como uma metáfora de nossos tempos, ao demonstrar tendências e paradoxos da história de nossas relações sociais. (PIOVEZANI, 2013, p. 995-996)

É importante ressaltar que, dentre os estudos que referenciamos, poucas (Piovezani [2011a e 2013] e Souza [2013 e 2014b]) encaminham o olhar do analista em direção ao tratamento das peculiaridades das modulações da matéria vocal em si e suas implicações na construção de efeitos de sentido que do discurso emergem. Com efeito, outros trabalhos inseridos numa perspectiva que adote esse modo de proceder são escassos. Por essa razão, com embasamento teórico e instrumentos operacionais depreendidos do contato com esses trabalhos, para as quais a relação entre som e sentido, mediada pela voz, em sua inscrição na ordem do discurso, se faz fundamental, consideramos pertinente, ainda, fazer um breve retorno aos trabalhos da fonética contemporânea, vislumbrando a possibilidade de nos apropriarmos de procedimentos analíticos desse campo do saber linguístico a fim de estabelecer uma metodologia de confronto direto com as particularidades da voz no que diz respeito às suas possibilidades de modulação. Esse gesto de apropriação, amparado pela releitura que parte de uma perspectiva discursiva, deverá nos oferecer ferramentas de competência fonética e fonológica para um tratamento que se faça mais íntimo das particularidades das modulações vocais. Mais especificamente, estamos interessados em forjar um procedimento analítico que inscreva as modulações vocais e prosódicas numa dimensão de determinações históricas e discursivas.

1.4. Instrumentos para o trato da voz

Vislumbrando a possibilidade de considerar, sob a égide da Análise do Discurso, alguns princípios e procedimentos da Fonética como formas de operacionalização seccionais do tratamento histórico que devemos a um de nossos objetos de observação – os usos da voz

– tomamos como ponto de partida o trabalho de Cagliari. Mais particularmente, o texto *Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos* (1992) se faz essencial na medida em que nos introduz, através da observação de conceitos referentes à manifestação de elementos suprasegmentais prosódicos⁸² em processos de significação, ao estudo do funcionamento linguístico destes elementos e aos seus valores sintáticos e semânticos. Esse conhecimento inicial será certamente fundamental para o empreendimento de nossas análises de sequências discursivas que extrairemos do *corpus* e para que se tenha outra concepção sobre elas. Partindo da classificação elaborada pela tradição fonética, Cagliari preocupa-se, num primeiro momento, em distinguir os segmentos, os supra-segmentos e os elementos prosódicos propriamente ditos. Em seguida, o autor trata especificamente destes últimos, classificando-os em três grupos distintos: a) *elementos da melodia da fala*, entre os quais se encontram o tom, a entoação e a tessitura; b) *elementos da dinâmica da fala*, de que fazem parte a duração, a mora, a pausa, o tempo, o acento, o ritmo e o par ársis/tesis; e c) *elementos da qualidade da voz*, que compreendem o volume, o registro e a própria qualidade da voz.

Ainda segundo Cagliari (1992), a prosódia exerce na fala, em nível estrutural, a função de marcar formações lexicais – principalmente aquelas que não ocorreriam de acordo com as regras sintáticas convencionais e aquelas que são reconhecidas ou se destacam como tais na fala através da própria presença da prosódia – e, o que mais deve interessar a uma pesquisa de cunho discursivo, em nível interpretativo, a função de caracterizar o falante e suas ideias, crenças, vontades e emoções. Sobre essa função de nosso particular interesse, o autor nos ensina que, no contexto linguístico, revelar e caracterizar o valor das prosódias é uma tarefa relativamente simples, enquanto a dificuldade se encontra no eixo da formulação, por parte do falante, das estratégias que elabora para atingir seus objetivos argumentativos. Cagliari explica que

ao organizar o que vai falar, o falante tem diante de si, em geral, várias opções para realizar através destes elementos [suprasegmentais prosódicos] um determinado efeito semântico. Mas também é verdade que há restrições: nem tudo serve pra tudo. [...] Na verdade, tem-se muito mais restrições do que liberdade de escolha. (CAGLIARI, 1992, p. 149)

⁸² Entendemos aqui “elementos suprasegmentais prosódicos” de acordo com a tradição fonética e com a forma pela qual o próprio Cagliari a apresenta: “diferentes dos segmentos em natureza fonética e que caracterizam unidades maiores do que os segmentos, sendo pelo menos da extensão de uma sílaba.” (Cagliari, 1992, p. 137)

Os falantes dispõem, assim, de um conjunto restrito de possibilidades dentro do qual podem escolher livremente seus modos de expressão, em princípio, de acordo com suas características e preferências pessoais. Para imprimir ironia à sua fala, por exemplo, o falante dispõe de recursos como variações na qualidade e na melodia da voz, na tessitura ou no andamento, entre outros. Essa liberdade deve ser reinterpretada no interior de estudos discursivos com relativa desconfiança, já que remete à problemática relativa à intencionalidade do sujeito à medida que este, na perspectiva de Cagliari, é individualizado e tomado em sua condição de existência física e psicológica, formulação conceitual que a Análise do Discurso rejeita. Faz-se necessário esclarecer, portanto, que atribuir uma relativa liberdade ao sujeito, que assim pode trabalhar seus planos argumentativos através da manipulação de determinados elementos que regulam a apresentação, no caso, de sua voz, naquele contexto enunciativo específico, não significa, contudo, dizer que aí não incidem os condicionamentos históricos das formações discursivas. A escolha de um recurso ou de outro depende, como dito, da própria atitude do falante, mas aqui devemos compreendê-la a partir do condicionamento que lhe é imposto pelas redes de memória que resgatam um interdiscurso e, assim, remontam certa discursividade. Em outros termos, a reiteração do princípio segundo o qual o sujeito não é origem do discurso e do sentido não exaure as possibilidades de que exista algum cálculo na produção do discurso, “como se a pressuposição do cálculo, que certamente reconhecemos não se originar na individualidade subjetiva, implicasse necessariamente aceitar a obtenção de uma eficácia absoluta da estratégia discursiva⁸³”. Desta feita, ao investirmos em direção da observação e caracterização destas variações dentro do processo de produção de sentidos no fio do discurso, cremos ser possível identificar não as características empíricas do sujeito na condição de indivíduo (tais quais o sexo, a idade, a posição social e a região em que vive, por exemplo, que apenas podem ser entendidas numa perspectiva discursiva como imaginárias, ao invés de empíricas, constituídas que são pelos discursos a seu respeito), e tampouco seus estados de espírito ou ambições, mas a imagem que dele se projeta no discurso e sua posição em um determinado campo institucional, em que se pautam as estratégias elaboradas sempre em consonância com as relações de poder em jogo e do condicionamento histórico e sociais dos recursos (linguísticos ou não) de que lança mão.

Encerrado esse breve parêntese, e retomando a apresentação de Cagliari (1992), propomos a elaboração de uma relação de modos de funcionamento específicos dos elementos prosódicos que podem vir a incidir sobre a produção dos sentidos do discurso, de modo a

⁸³ Piovezani, 2009, p. 258-259.

facilitar a identificação de sua articulação no funcionamento discursivo. Seguindo a categorização clássica dos grupos prosódicos, a saber, melodia, dinâmica da fala e qualidade da voz, tentaremos abordar, a partir da proposta de Cagliari, as funções desempenhadas por cada um dos elementos destes grupos, observando de que modo e em que medida suas variações tocam na produção de efeitos de sentido diversos no dizer.

Assim, no que diz respeito à melodia da fala, e conforme exposto por Cagliari, o tom exerce a função de caracterizar itens lexicais, a fim de distinguir seus significados, enquanto a entoação, elemento que mais produz sentidos nos níveis estrutural e interpretativo, distingue sintaticamente as frases e, através da localização da sílaba tônica saliente, marca o foco do enunciado e estrutura os pressupostos argumentativos do discurso, agregando à função sintática os significados semânticos que se coadunam com as “atitudes do falante”⁸⁴. A tessitura, por sua vez, marca elementos que se deslocam na estrutura sintática, emprestando coesão à estrutura do discurso e, ainda, providenciando uma “característica pessoal” dada aos argumentos, à medida que pode indicar razão e autoridade, por um lado, e por outro, contestação e exaltação⁸⁵.

No âmbito da dinâmica da fala, a duração, quando se aplica de modo a alterar a “duração intrínseca das sílabas”, modifica por seu turno o significado das palavras; já a pausa é flagrante na indicação de deslocamento de elementos sintáticos, e também em mudanças bruscas de conteúdo semântico, podendo indicar, assim, hesitação, reforço do dito ou da autoridade do falante, e pedidos de atenção. O tempo é variado para dar valor ao que se diz ou para adequar o contexto de introdução de um argumento importante⁸⁶.

Quanto à qualidade da voz, tem-se que as alterações de volume da voz podem indicar autoridade, quando alto, e tentativa de persuasão ou demonstração de respeito, quando baixo, além de assinalar um ajuste da fala ao contexto de enunciação, ou seja, ao ambiente, à distância em que se encontram os interlocutores e mesmo a ele próprio. O registro constitui um momento específico, uma espécie de modificação temporária da qualidade habitual da voz, em que se mobiliza a voz de uma maneira diferente daquela com que o locutor se dirigia ao seu interlocutor, a fim de destacar aquele dizer. A qualidade da voz, por sua vez, é um traço particular dos indivíduos e mesmo de línguas, dialetos e variedades linguísticas, podendo, por isso mesmo, categorizar classes de sujeitos ou situações específicas, criando

⁸⁴ Cagliari, 1992, p. 138-139.

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 140-141.

⁸⁶ Idem, ibidem, p. 141-143.

identidades que contribuam para a produção de efeitos de verdade e autoridade no discurso (146-147).

Ainda que as postulações de Cagliari se nos revelem como um proveitoso conjunto de operacionalização de análise, é importante notar que sua abordagem padece, no entanto, de uma distinção estrita entre significado estrutural e significado interpretativo, difícil de ser sustentada em uma abordagem discursiva ampla e que se inscreve em numa tradição materialista, de maneira geral, e em nossa abordagem discursiva dos sons, de modo mais particular: aqui, são os sons que impõem variações aos sentidos linguísticos, de acordo com a atitude individual e a intenção psicológica dos falantes. Enquanto Cagliari entende que são as modulações prosódicas que estabelecem os efeitos de sentido que o autor relaciona a eles, nossa reflexão toma uma direção imediatamente oposta a esta: admitimos que são as práticas e produções discursivas que atribuem sentidos ao som e que determinam, portanto, sua existência e modulação. São, afinal, suas próprias representações, isto é, os discursos que circulam a seu respeito, que estabelecem que uma mudança de tessitura signifique a expressão de autoridade ou de exaltação, por exemplo, ou que a pausa seja signo de hesitação. Reconhecemos, todavia, que seu trabalho nos aponta para o fato de que os foneticistas contemporâneos não são insensíveis às relações entre som e sentido, enriquecendo o debate e nos oferecendo princípios e procedimentos para seu tratamento.

Na esteira destes pensamentos também segue Sandra Madureira que, em texto intitulado *A matéria fônica, os efeitos de sentido e os papéis do falante*, de 1996, aborda o discurso⁸⁷ oral e o trabalho das dimensões fônicas em sua significação expressiva. A investida de Madureira se pauta na caracterização de uma interrelação ambivalente e dinâmica entre os detalhes fonéticos e o funcionamento do discurso oral, considerando aqueles enquanto “projeções das categorias discursivas e das propriedades semânticas⁸⁸” e, assim, considerando que a epistemologia do sentido não se desvincula, em nenhum momento, da epistemologia do som. Nesse ponto, aliás, como já vimos, a autora filia-se à proposta de Albano (1988), que, por seu turno, advoga a necessidade de, a partir do legado das teorias linguísticas textuais, pragmáticas e discursivas contemporâneas, reinterpretar o procedimento da fonologia estrutural, que pensava o som como produtor dos sentidos, de modo que se passasse a considerar ambos em uma relação de alimentação mútua. Como dissemos, propomos, ainda,

⁸⁷ Compreendemos que a autora se refere a “discurso” como sinônimo de “evento comunicativo”, o que não responde automaticamente à concepção ao redor da qual orbita a Análise do Discurso.

⁸⁸ Madureira, 1996, p. 88.

que invertamos ainda mais radicalmente a leitura desse quadro, de modo que passemos agora a conceber justamente o sentido – que aqui corresponde a algo distinto do que postulam Madureira e Albano, justamente porque produzido pelo discurso – como formador do som. É, com efeito, a premência do sentido que impele o sujeito a escolher uma, em detrimento de outras, modulação vocal, respondendo às suas filiações ideológicas e a outras identificações imaginárias.

Na análise de caso empreendida por Madureira, mais especificamente, o exame de uma palestra, a autora levantou os indícios de que as alterações dos segmentos e dos suprasegmentos assinalavam, em suas devidas proporções, estados afetivos e emoções, envolvimento do falante, incorporação de outras vozes e diferentes papéis pessoais, profissionais e discursivos que eram exercidos por ele no decorrer de sua fala.

Em seu desenvolvimento do último item, a saber, o exercício de diferentes papéis discursivos, Madureira recorre a Goffman e sua “*Frame Analysis*” a fim de abarcar a diversidade de imagens predominantes do falante que se projetam no momento de sua fala. O falante aqui é uma entidade que, no desenrolar de sua produção, desempenha três diferentes funções: i) um papel social, que o classifica enquanto protagonista do discurso mediante o compartilhamento de suas crenças, idéias e emoções; ii) um papel funcional, que o define como um animador, ou seja, aquele que emite o gesto vocal e estabelece a comunicação por aquele meio; e iii) um papel de agente, que o remete a certa formulação do conceito de autor, sendo aquele que assume a responsabilidade pela produção de um texto. Cada um desses papéis estabelece uma relação com o emprego de determinados recursos fônicos que o caracterizam, do que resulta pensar, portanto, que a combinação de papéis daria origem a um novo conjunto de recursos fônicos a ser mobilizado, ampliando ou restringindo as estratégias da oralidade. Sobre estas estratégias, Madureira afirma:

[...] há também a diversidade de estratégias que permitem ao falante estabelecer com o ouvinte um determinado tipo de posicionamento. Este posicionamento, a que o autor [Goffman] dá a denominação de “*footing*”, revela indiretamente os muitos modos em que o “eu” do locutor se projeta e a maneira como este interage com o ouvinte e se orienta em relação ao discurso. (MADUREIRA, 1996, p. 89)

Em outros termos, interessaria-nos pensar, no interior de um empreendimento propriamente discursivo, a configuração da substância fônica no discurso como condição de possibilidade

de apropriação, por parte do falante, de um conjunto de posições-sujeito que lhe permitiriam legitimar seu discurso, ou seja, a voz seria capaz de interferir, definitivamente, na rede de sentidos que dele emerge; assim, por parte do analista, torna-se necessária a identificação de caracteres peculiares ao enunciador e à situação enunciativa, através da observação das estratégias que são mobilizadas para produzir este ou aquele sentido.

De fato, a partir de sua análise, Madureira identifica quadro padrões de fala que se configuram a partir do emprego da voz, quais sejam, a *fala enfática*, que assegura ao falante, através de movimentos vocais vigorosos, acentos específicos de reforço do que é dito e eco da melodia, a posição de autoridade; a *fala tensa*, relacionada à expressão emotiva, que se revela por falsetes, voz tensa e voz rascante; a *fala distensa*, que se baseia em recursos como ausência de ditongos, voz relaxada e movimentos vocais sutis, e insere o locutor numa posição de mediador; e a *fala dramática*, que mobiliza o alto volume de voz e grandes pausas e, assim, garante sua posição de comunicador. Reiterando uma vez mais a posição de Albano (1988), Madureira atesta que “os recursos sonoros são trabalhados para significar⁸⁹”, e os sujeitos se utilizam destes mecanismos como instrumentos de investidas em direção do controle da significação expressiva mais ou menos do modo como lhes pareça pertinente. De acordo com a autora,

O parâmetro para a consideração desta [a variação vocal na fala] reside, intrinsecamente, nos papéis assumidos pelo falante e seus posicionamentos e não apenas na situação em que os papéis são desempenhados, ou ainda no que deriva do ato de assumir estes papéis: o grau de atenção que o indivíduo dispensa à fala. (MADUREIRA, 1996, p. 93)

Não nos parece descabido reiterar que nossa inscrição no campo da Análise do Discurso lida com essa investida sobre o controle da significação compreendendo-a no interior de uma série de determinações históricas e sociais. Ainda assim, consideramos que os instrumentos forjados por Madureira podem ser agregados à análise discursiva de pronunciamentos orais, principalmente no que diz respeito ao discurso político televisivo contemporâneo. O ensejo reside no interesse e, mais do que isso, na necessidade de o locutor político contrafazer uma formulação espontânea ou, em outros termos, “simular uma coincidência entre a origem e a performance de seu dizer, com vistas a produzir efeitos de verdade em seus enunciados e de autenticidade em sua enunciação⁹⁰”, especialmente considerando o trabalho de assessorias

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 92.

⁹⁰ Piovezani, 2010, p. 13.

políticas e agências de propaganda e *marketing*, que concorre para o estabelecimento de uma tradição de escrita prévia à performance televisiva. A voz do locutor político, nessas configurações, apesar de ecoar os mesmos ideais institucionais e valores ideológicos em que a escrita quer se inscrever, travam um duelo com essas vozes espectrais na arena da mídia em busca do efeito de subjetividade que contrapõe a essa ressoante polifonia e ao que tende a parecer uma formulação de outrem; ele deve, assim, buscar as armas da persuasão e do poder carismático no suporte material de que dispõe: seu corpo e sua voz.

Em trabalho mais recente, Madureira (2016) reflete de maneira mais específica sobre um tema que se relaciona estreitamente com ambos: os efeitos de sentido implicados na mudança de entoação, o que responde novamente ao lugar de observação no qual a gestualidade vocal constitui um índice de características biológicas, psicológicas e sociais do falante. Segundo a autora,

Os padrões entoacionais variam de acordo com as características sociolinguísticas, dialetais e estilísticas e são usados para expressar modalidades, características regionais e sociais, atitudes proposicionais e sociais e estados afetivos. (MADUREIRA, 2016, p. 58)

Aqui, a relação da entoação com a indicação de características biológicas assume contornos mais acentuados à medida que se parte de sua definição como um gesto proveniente da laringe (*laryngeal gesture*) e que envolve, portanto, uma gestualidade corporal, encerrando um sistema de produção de discursos capaz de comunicar informações linguísticas, paralinguísticas e extralinguísticas. Isso quer dizer que, no âmbito da escuta, a atenção recai não apenas sobre percepções de alterações na frequência (*pitch*), mas também sobre uma inspeção visual da parte superior da face – olhos, sobrancelha e cabeça – do falante. Outrossim, produzidos pela taxa de vibração das pregas vocais, as relações entre forma e sentido dos padrões entoacionais não escapam às determinações fisiológicas e anatômicas dos indivíduos. Para discutir essas relações, a autora invoca uma série de mecanismos aos quais elas são submetidas, quais sejam, os códigos de frequência, o código de tamanho, o código respiratório (ou código de esforço), o código de produção e o código sirênico.

O *código de frequência* baseia-se na extrapolação de uma teoria aplicada à observação da vocalização animal (*Morton's ethological theory*) em sua relação com o instinto de sobrevivência das espécies. De acordo com a teoria em questão, animais em situações de perigo emitiriam sons determinados diretamente por sua posição de agressor ou de vítima;

dessa forma, animais ameaçadores emitiriam sons de baixa frequência (*low-pitched*), enquanto animais ameaçados emitiriam sons de alta frequência (*high-pitched*). Além disso, a característica ameaçadora do som emitido se estende também ao corpo, visto que a condição de possibilidade de sua emissão é determinada fisiológica e anatomicamente; logo, os animais grandes soam mais ameaçadores do que os animais pequenos. Assim é que se entende os artifícios de que lançam mão os animais em situações hostis na tentativa de ludibriar a percepção de seus oponentes sobre seu tamanho: a ereção das penas e a elevação do rabo e das asas, por exemplo, fariam-nos aparentar maiores).

O *código de tamanho*, por sua vez, sustenta a teoria supracitada à medida que fornece evidências de um experimento em que sons de baixa frequência emitidos, simulados como se emitidos pelo trato vocal de uma pessoa grande, são percebidos como ameaçadores e dominantes, enquanto o oposto suscita os efeitos de submissão. A autora elucida a relação entre frequência e tamanho, afirmando que

Um trato vocal maior produz sequências de formantes de menor frequência e a baixa taxa de vibração das pregas vocais é fisiologicamente relacionada a maiores e mais grossas pregas vocais e, conseqüentemente, a um trato vocal maior.⁹¹ (MADUREIRA, 2016, p. 61, tradução nossa)

Já o *código de respiração*, ou o código de esforço, está relacionado às influências que os esforços articulatorios exercem sobre a frequência. Segundo a autora, quanto maior for o esforço articulatorio, maior será a tendência à precisão e a abrangência da taxa de frequência. Os efeitos de sentido relacionados a esse código são relacionados à ênfase, excitação e surpresa quando percebido um alto grau de esforço e, quando baixo, em contrapartida, os efeitos de sentido incluem tranquilidade, desinteresse e apatia.

O *código de produção* se refere à frequência fundamental decrescente como uma consequência da diminuição da pressão de ar subglotal, levando a performances vocais que iniciam em alta e terminam em baixa frequência. A autora relaciona à alta pressão subglotal e ao conseqüente aumento na taxa respiratória os seguintes efeitos de sentido: continuidade, ativação, excitação, animação e envolvimento do falante. Ao seu contrário poderiam ser associados efeitos de finalização e fraqueza.

⁹¹ "A bigger vocal tract produces lower frequency formant frequencies and the lower rate of vibration of the vocal folds is related physiologically to larger and thicker vocal folds and consequently a bigger vocal tract". (MADUREIRA, 2016, p. 61)

Por fim, *o código sirênico* aborda o potencial de significação da voz emitida em forma de sussurro (*breathy voice*), considerando seus usos linguísticos, paralinguísticos e extralinguísticos. Respectivamente, esses usos recaem sobre marcações interrogativas, pouca excitação e sedução, e sensualidade feminina. Caracterizada por uma vibração ineficiente das pregas vocais – o ar não é completamente capturado, produzindo turbulência ao escapar através da glote – o sussurro compartilha das mesmas possibilidades de emergência de sentidos associadas às vozes emitidas em altas frequências, sendo percebido como indicativo de feminilidade, fragilidade, submissão e incerteza. Sobre esse último, é interessante notar que o código de frequência também sugere que formulações interrogativas são construídas através da mobilização de recursos que remetem aos efeitos de sentido normalmente associados à feminilidade.

Desta forma, os efeitos de sentido que emergem das modulações da frequência da voz, ou seja, dos padrões entoacionais, remetem a uma relação de poder em que a força é representada por um tamanho maior da laringe, das pregas vocais e de sua taxa de vibração. Conforme aponta a autora,

A baixa frequência é associada a laringes mais largas e pregas vocais maiores e pode ser utilizada para expressar raiva, força, ameaça e coisas grandes, enquanto a alta frequência é associada a laringes e pregas vocais menores e pode ser usada para indicar fragilidade, submissão e coisas pequenas.⁹² (MADUREIRA, 2016, p. 62-63, tradução nossa)

Madureira ressalta, ainda, para o fato de que “a entoação é um sintoma da maneira como nos sentimos sobre o que falamos e quando falamos”, indicando que a chave de interpretação dos sentidos está no grau de excitação do organismo:

Os valores de frequência fundamentais variam dependendo do grau de tensão das pregas vocais e isso reflete na ativação (excitação) do organismo: quanto maior for a tensão, mais alta será a frequência fundamental e a ativação. As expressões vocais de emoções, que são caracterizadas por um organismo altamente ativado, como felicidade ou raiva intensa, exibem valores de frequências fundamentais mais altos, enquanto emoções que envolvem um organismo menos ativado, como tristeza e luto, exibem

⁹² “Low pitch is associated with larger larynx and bigger vocal folds and can be used to express anger, strength, threat and big things while high pitch is associated with smaller larynx and vocal folds and can be used to signal fragility, submission and small things.” (MADUREIRA, 2016, p. 62-63)

valores de frequência fundamental mais baixos.⁹³ (MADUREIRA, 2016, p. 63, tradução nossa)

Podemos inferir, portanto, que, do lugar de observação em que se insere autora, os sentidos que emergem da voz, pelo menos no que diz respeito aos padrões entoacionais, são determinados diretamente pela condição anatômica e fisiológica do indivíduo falante. Cremos que, nessa perspectiva, os efeitos de sentido se assentam sobre uma discursividade instalada sob a égide das ciências naturais, o que opera uma redução do tecido histórico em que se imbricam os processos de produção dos sentidos. Não vislumbramos, no entanto, a possibilidade de descarte completo dos avanços alcançados no que diz respeito às relações entre forma e sentido que se estabelecem nos padrões entoacionais e, por extensão, nos usos da voz em si. Nossa proposta, ao invés disso, vai ao encontro da inversão do raciocínio de que Madureira lançou mão ao tratar do que chamou de discurso oral em 1996: lembremos que a autora propunha, na esteira de Albano (1988), uma releitura da perspectiva da fonologia estrutural, de modo que se concebesse um quadro teórico em que o sentido e som figurassem como mutuamente constitutivos. Dialogando com esse posicionamento, propomos que se conceba justamente o sentido como constitutivo do som.

Ora, faz-se necessário estender essa operação de inversão ao tratamento das relações entre corpo, emissão vocal e sentido: o sentido, portanto, condiciona o corpo. A problemática, em um elo dessa forma concebido, não se constitui ao redor de um sujeito psicológico e das configurações físicas de seu corpo que animariam os sentidos que, por sua vez, apenas adquiririam forma em seu exterior, como se o próprio corpo funcionasse às maneiras de uma maquinaria e à revelia de qualquer produção de subjetividade, mas ao redor da premência dos sentidos que se imporiam forçosamente aos limites e às possibilidades do corpo. Com efeito, aquilo a que Madureira se refere como “expressões vocais das emoções” não recai sobre a emissão da voz, mas sobre uma dimensão perceptiva que ainda não se pode fazer escuta, posto que não é concebida em sua relação constitutiva com os discursos; tudo se passa como se o corpo e a voz fossem instrumentos de uma subjetividade que se reduz a uma forma idealmente estabilizada e funcionassem em benefício de uma sua reprodução. Em uma perspectiva discursiva, o corpo deve ser considerado a partir de um quadro de funcionamento

⁹³ “Fundamental frequency values vary depending on the degree of tenseness of the vocal folds and this reflects the activation (arousal) degree of the organism: the greater the tenseness, the higher the fundamental frequency and the greater the activation is. Vocal expressions of emotions which are characterized by a highly activated organism such as joy and hot anger exhibit higher fundamental frequency values and emotions which involve a less activated organism such as sadness and grief exhibit lower fundamental frequency values.” (MADUREIRA, 2016, p. 63)

da relação forma-sentido em que se envolva como mais do que uma das partes que se dispõem de maneira ideal para estabelecer condições de interpretação no interior de determinada discursividade. Assoma-se, ao lado da percepção e da escuta, em um jogo dinâmico de reprodução e transformação, o potencial inovador da própria emissão. Diríamos, em outros termos, que a escuta se serve da memória como a voz serve ao acontecimento. Saber que o corpo impõe limites fisiológicos e anatômicos à gestualidade vocal importa menos que reconhecer que suas variadas possibilidades de articulação constituem uma condição de emergência de efeitos de sentido que, inserida no campo dinâmico da história, não apenas reproduz subjetividades, mas as transforma e as produz. Dessa forma, os mecanismos que articulam *os sentidos em função do corpo* se vêem imediatamente subordinados aos mecanismos que articulam *o corpo em favor dos sentidos*. Assim é que cremos poder atribuir às relações forma-sentido propostas por Madureira uma dimensão simbólica ativa. Essa inversão, que desloca o corpo e a voz para a fronteira iminente de um acontecimento, deve nos permitir trabalhar de maneira mais produtiva com os princípios expostos e conciliá-los com nosso modo de proceder analítico.

Tendo estabelecido os princípios e os procedimentos para a análise das modulações prosódicas da voz, com base em uma proposta de abordagem da relação entre som e sentido à luz de uma teoria discursiva que a concebe numa relação constitutiva com os discursos a seu respeito, encerramos a primeira parte de nossa discussão. Ao considerar os sentidos atribuídos à voz como uma condição elementar de seu uso e seu caractere constitutivo, nos vemos impelidos a compreender também esse funcionamento. Por essa razão, no segundo capítulo de nossa exposição, nos ocuparemos da análise dos discursos que atribuem sentidos à fala pública de Dilma Rousseff, no geral, e à sua voz, em particular, para que mais bem possamos lidar com o papel que desempenham essas representações nas próprias performances e nas avaliações de seus pronunciamentos públicos – ou seja, de que maneira e em que medida o funcionamento discursivo produz a fala e a escuta públicas.

2.

Discursos sobre a voz e a fala de Dilma

Ali no sertão, atribuíam valor aos nomes, o nome se repassava do espírito e do destino da pessoa, por meio do nome se produziam sortilégios.⁹⁴

Pela pena de Proust, a arte literária já nos ensinou que a personalidade social consiste em uma construção do pensamento alheio⁹⁵ e, pelas palavras de Rosa, agora nos inclina a pensar que o nome é imbuído de um valor agentivo e performativo. Se há, com efeito, alguma consonância entre as perspectivas de Proust e Rosa, ela nos parece mais produtiva do que as diferenças de tempo, espaço e de tradição entre suas obras. Esse possível diálogo, contrafeito em benefício dos objetivos e dos objetos de nosso trabalho, torna-se ainda mais relevante se o interpretamos sob a luz da teoria discursiva, que também estreita as relações entre Brasil e França. As relações entre a língua, a subjetividade e a história estão tão presentes em nossos dias e em nossa sociedade quanto sempre estiveram, e ainda mais do que puderam captar as extraordinárias intuições dos literatos francês e brasileiro. De fato, a atribuição de valores aos nomes, ou seja, o imaginário que dá forma às coisas e aos homens, são condições constitutivas de suas identidades e de suas relações; mais do que uma criação do pensamento alheio, somos, em verdade, criações dos *dizeres* alheios que constroem, socialmente e discursivamente, nossas práticas. São, afinal, os discursos que atravessam essas relações e práticas que as dotam de sentido e invocam à materialidade a capacidade simbólica dos homens.

O que vale para as identidades, para as relações e para as práticas sociais, vale, evidentemente, para a fala pública. Os discursos sobre os desempenhos oratórios, sobre os usos da língua, do corpo e da voz na performance pública de políticos profissionais exercem um papel fundamental na composição dessa prática que vai muito além de uma sua mera ilustração. Os valores e os sentidos que emergem dessas representações constituem e, mais, são condição de existência dessas práticas de fala pública, por um lado, que não são dotadas

⁹⁴ Guimarães Rosa, *Buriti* (1956).

⁹⁵ Reproduzimos, aqui, o trecho da obra do francês que serve de epígrafe a este trabalho:

“Mas nem mesmo com referência às mais insignificantes coisas da vida somos nós um todo materialmente constituído, idêntico para toda a gente e de que cada qual não tem mais do que tomar conhecimento, como se se tratasse de um livro de contas ou de um testamento; nossa personalidade social é uma criação do pensamento alheio.” (*No caminho de Swann* [1913])

de sentido fora dessa dinâmica discursiva, e também da escuta pública, por outro, que cristaliza gostos e desgostos pelo funcionamento desses discursos. Assim, são justamente os dizeres sobre a fala pública, sobre a língua, o corpo e a voz, que ressoam na produção e na recepção dos discursos, determinando-lhes os sentidos conforme as posições que ocupam seus enunciadores e enunciatários.

Por essa razão, apostamos no caráter indispensável do trabalho com os discursos que tratam de desempenhos oratórios e dos usos da voz de Dilma Rousseff, a fim de compreender o estabelecimento e a consolidação do consenso segundo o qual ela seria uma péssima oradora. Além disso, cremos assim poder estabelecer parâmetros de compreensão de suas próprias performances mediante a construção de uma seara de discursos acerca dos sentidos da fala e da voz que lhes constituem os usos e efeitos e que nos permite conceber descrições e interpretações dos funcionamentos de sua produção e recepção. Ora, cremos que os discursos que a mídia tradicional anima e põe em circulação desempenham o papel de construir ou, ao menos, fomentar a construção de uma rede de valores que funciona às maneiras de um instrumento – mais ou menos abertamente – prescritivo e de normatização dos usos da voz e da performance da fala em espaços públicos, à medida que não somente reproduzem e perpetuam estigmas já ou outrora estabelecidos, mas também dão origem e autorizam a geração de outros, impondo padrões com base nos quais se farão os julgamentos dessas performances e atuando na formação dos entusiasmos, preferências, indiferenças e repulsas em sua recepção. Essas representações, que não são, pois, meros reflexos dos usos empíricos da língua e da voz, oferecem, portanto, subsídio para que a abordagem discursiva avance na investigação da interação mutuamente constitutiva entre som e sentido em relação às caras contribuições da Fonética contemporânea e da Sociolinguística, por exemplo, apontando para a capacidade heurística que seus conceitos demonstram quando interpelados para o trabalho com o som ao desvelar o tecido histórico que recobre a constituição de seus sentidos.

Como mencionamos, essa espécie de normatização da gestualidade vocal no interior do universo político ocorre, muito mais frequentemente, como passaremos a apontar a partir desta altura de nossa exposição, através de processos discursivos que incutem sentidos pejorativos e de depreciação a determinados comportamentos que incidem sobre a competência oratória de Dilma, respondendo a já-ditos do interdiscurso que remetem a estigmas que preexistem e circulam na sociedade brasileira em relação à fala pública e à fala feminina, bem como criando um espaço propício para o estabelecimento e difusão de outros. Vale ressaltar que, nos processos de construção discursiva de identidades e práticas, ao

nomear e descrever, podemos aferir mais diretamente o caráter virtuoso daquilo que nomeamos e descrevemos, mas o fazemos ainda com maior frequência e intensidade através da imputação de debilidades e vícios a seus diferentes. Mais particularmente, no caso dos discursos que atribuem sentidos à fala e à voz, tem-se por consequência que a escuta é conduzida sobremaneira para o limiar da rejeição.

Antes que possamos partir para a análise efetiva das sequências discursivas extraídas de publicações de veículos da mídia brasileira que dispensam tratamento à fala pública e à voz de Dilma, é preciso esclarecer que os textos presentes nesse capítulo integram parte de um extenso *corpus* constituído a partir de peças jornalísticas extraídas de jornais e revistas de grande circulação no território nacional (mais particularmente, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e as revistas *Veja* e *Carta Capital*), que apresentam-se sob variados gêneros discursivos (notícias, reportagens, editoriais, artigos de opinião e notas informativas) e foram publicadas entre os anos de 2010 e 2017. A variedade e a extensão do *corpus* não redundam, no entanto, em uma pretensão de exaustividade, mas, antes disso, em uma tentativa de *representatividade*. Com efeito, obedecemos a preceitos caros aos analistas do discurso: o estabelecimento de relações entre os enunciados e entre os textos mediante a construção de cadeias parafrásticas que se permitem depreender através de seu posicionamento no interior de formações ideológicas e discursivas. Esses procedimentos de análise nos permitiram identificar regularidades em meio à dispersão de textos, estabelecendo relações entre posições e formações discursivas e nos impelindo, ainda, a estender a busca dessas relações para o exterior do *corpus* primeiramente estabelecido, de modo a indicar a amplitude e o alcance da regularidade desses dizeres. Conforme já apontamos, compõem esse corpus acessório artigos extraídos de portais online como o *Uol* e o *iG*, que passam a trabalhar em benefício da representatividade devido às especificidades de suas formas de circulação e da peculiaridade de seus textos.

Quanto às regularidades identificadas nesses textos, no que concerne à construção consensual acerca da pobreza oratória de Dilma, sobre sua pouca ou nenhuma eloquência, seu pouco ou nenhum carisma, observamos que, a despeito de diferenças ideológicas, de meios de circulação e da recorrência a referências mais ou menos especializadas no campo da fala pública e da voz, a deslegitimação da competência da Presidenta se dá por três distintas, mas complementares vias: *o que* ela diz, *a maneira* como o diz e *quando* o diz. Veremos, nos parágrafos seguintes, de que modo as representações pejorativas desses atributos de sua fala

desembocam na conclusão que a desprovê igualmente de capacidade para o governo e a política. Buscaremos apontar como o funcionamento desses dizeres tangencia problemáticas como a relação entre linguagem e pensamento, a estigmatização de modalidades e registros linguísticos, bem como de certas variações, uma noção particular de retórica como forjado desencontro entre “aparência” e “essência” dos pronunciamentos, as desconfianças que recaem sobre o político profissional e, mais particularmente, os efeitos disfóricos que se levantam contra os índices da incorporação do feminino no campo político. A exposição dos resultados dessas análises deve emprestar ênfase para o comportamento normativo dessas representações, que visam à naturalização tanto da boa eloquência e da capacidade carismática quanto das próprias avaliações dos pronunciamentos públicos.

2.1. Signos de improviso e hesitação: um elogio à escrita

Dentre os aspectos dessa normatização aos quais somos impelidos a emprestar destaque, observa-se uma regularidade significativa no que diz respeito à construção de efeitos de sentido de aversão aos signos de uma possível hesitação do sujeito falante que se materializam na voz, como, por exemplo, o uso considerado excessivo de pausas e o eventual ato de gaguejar. Podemos observar o processo de composição desse estigma em reportagem publicada pela revista *Veja* em dezembro de 2010: intitulado “A construção de uma candidata”, o texto descreve um pronunciamento de Dilma, em comício durante a campanha eleitoral para a primeira disputa a que concorria:

Enquanto falava, ela andava de um lado para o outro do palanque, assim como Lula costuma fazer, mas estava visivelmente nervosa, ao contrário do presidente. Com frases sem grande impacto e, muitas vezes, voz tremida, Dilma não empolgou. Depois de três ou quatro eventos nesse formato, ficou decidido que o correto seria Lula encerrar, e não abrir os comícios – de forma a segurar os militantes até o discurso da candidata.⁹⁶

Note-se que o efeito de depreciação é construído pela representação do dito – em “**com frases sem grande impacto**” –, mas também pela maneira de dizer: aqui, a “**voz tremida**” funciona como a contraparte auditiva de uma performance “**visivelmente nervosa**”, o que se constata através da observação de que “**andava de um lado para o outro do palanque**”. As possíveis mudanças bruscas e constantes no registro e na qualidade da voz, modulações que poderiam

⁹⁶ NUNES, A. A construção de uma candidata. Revista *Veja*, 29 dez. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/a-construcao-de-uma-candidata/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

criar o efeito de “voz tremida”, tornam-se signos de uma hesitação que provêm do nervosismo e da insegurança que falar não permite esconder. O valor negativo que lhes são atribuídos veem-se reiterados na relação de consequência que estabelecem com “**não empolgou**”, narrativa que se comprova, em tese, pela decisão de que “**o correto seria Lula encerrar, e não abrir os comícios – de forma a segurar os militantes até o discurso da candidata**”. A mobilização do verbo “**segurar**”, de modo a expressar a ideia de “garantir a presença”, implica um sentido de impedimento ou contenção de movimento através de alguma medida de força ou pressão, estabelecendo o efeito de que a performance de Dilma não é, por ela mesma, suficiente para cativar e seduzir ouvintes ou, até mesmo, que os repele e põe em debandada.

Vislumbramos aqui poder indicar que é justamente em um processo discursivo, a partir de uma dada posição, que “voz tremida” equivale e se encadeia com hesitação, insegurança e nervosismo, e, além disso, que dadas propriedades vocais são ouvidas como tremor. Numa outra posição, essas propriedades e modulações poderiam ser relacionadas à emoção e ao compromisso com a causa, por exemplo.

Ainda na revista *Veja*, observamos a construção dos efeitos de sentido de fraqueza e debilidade atribuídos ao que, a partir daquela posição, são concebidos como os sinais de hesitação que se percebem, através da escuta, na voz de Dilma. Reinaldo Azevedo publica, em artigo de sua coluna em junho 2010, logo abaixo da apresentação de um vídeo que reproduz a ocasião de fala da então candidata, as seguintes formulações:

Não sei se perceberam uma espécie de “*delay*” na fala da candidata. Notem que a palavra “França”, por exemplo, não sai, assim, de primeira. É como se precisasse ou ser encontrada em meio a um tumulto vocabular ou ser agarrada num imenso vazio. Segue a fala com a pontuação correspondente na reprodução escrita: “Muito gentil... Sobre a parceria estratégica entre o Brasil e a (pausa) França, sobre o fato de que, é..., nós temos, ao longo dos anos, evoluído cada vez mais numa parceria em várias áreas; destaque: pra... pro setor de... de... pro meio ambiente.” [...] Não se trata de pegar no pé de Dilma, não! O fato é que o pensamento dela, sem o *teleprompter*, não flui. Na convenção do PT, no fim do discurso, o *teleprompter* deu uma daquelas famosas engasgadas, e Dilma “garrou” a falar coisas desconexas.⁹⁷

Representa-se o uso de pausas, aqui, de duas formas distintas: através de “(pausa)” e das reticências (“...”). Além de valer-se de uma alta taxa de repetição do uso desta última, o

⁹⁷ AZEVEDO, R. A mulher que fala dilmês. Revista *Veja*, 17 jun. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-mulher-que-fala-dilmes/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

jornalista lança mão ainda de um outro recurso que conduz a atenção do leitor para a taxa de recorrência: a oração **“não sei se perceberam uma espécie de ‘delay’ na fala da candidata”** deve imprimir em seu interlocutor uma ideia de dúvida que se querará sanar. Podemos perceber que os efeitos de hesitação que se incutem às sentenças interrompidas, à repetição de palavras e ao silêncio da pausa são atribuídos, aqui, a dificuldades e perturbações que recaem sobre o âmbito da língua, mas também sobre o domínio cognitivo: o primeiro tipo é referido por **“tumulto vocabular”** e **“imenso vazio”**, enquanto o segundo é referido por **“o pensamento não flui”** e também, possivelmente, se verificada uma relação de consequência, por **“imenso vazio”**. Aqui, língua e pensamento são ora mais ou menos separados, depreciados e, assim, quando rearticulados, acentua-se o valor pejorativo que lhes é atribuído.

Observe-se que os sinais de hesitação, tanto da ordem do dizer – o **“delay”** – quanto da ordem do dito – **“falar coisas desconexas”** –, são atribuídos à espontaneidade do imprevisto que se pode inferir através das referências ao uso do dispositivo tecnológico que assegura a leitura de um texto escrito: **“o pensamento dela, sem o teleprompter, não flui”** e **“o teleprompter deu uma daquelas famosas engasgadas, e Dilma ‘garrou’ a falar coisas desconexas”**. Essas observações são, inclusive, expostas como **“fato”**, usufruindo, por extensão, do caráter irrefutável das evidências; **“não se trata de pegar no pé”**, isto é, **“não é uma questão de opinião pessoal”** – a composição do texto verbal com o vídeo deve legitimar o efeito de sentido de convicção que assevera: **“Dilma não fala bem de imprevisto porque não pensa”** ou **“Dilma fala mal porque pensa mal”**. A partir de uma posição similar, se poderia ainda reagir com uma formulação tal qual **“Dilma engana, porque simula que fala, quando na verdade apenas lê”**, atribuindo ao enunciador o estatuto de revelador da verdade e desmascarador da Presidenta. Em posições distintas, por outro lado, o uso das pausas poderia indicar, muito antes de um comportamento hesitante, um esforço enfático, assim como o ato de gaguejar daria margem à observação da espontaneidade e o efeito de franqueza que daí pode decorrer.

Fala-se ainda mais abertamente sobre o uso que Dilma faz das pausas em artigo elaborado por Reinaldo Polito, assíduo e conhecido especialista das normas do **“falar bem em público”**, para o portal Economia, vinculado ao *UOL* e reproduzido abaixo:

Qual o defeito na utilização das pausas? As pausas são muito importantes para valorizar a informação transmitida, criar expectativa sobre a sequência da fala e demonstrar domínio a respeito do tema abordado. Esse é um problema grave na

comunicação da ex-presidente. Ela trunca as idéias com pausas inadequadas, interrompendo, às vezes, a compreensão da sequência do raciocínio.

Como melhorar? Um fato interessante nesse ponto é que Dilma sabe ler muito bem os discursos. E o exercício é exatamente esse: leitura em voz alta, fazendo marcação no texto, para que a pausa seja feita no local adequado. O que ela precisaria, portanto, é ter mais consciência dessas pausas. Poderia, ainda, ouvir os discursos que faz e repetir com acerto os trechos em que a pausa foi imprópria.⁹⁸

O trabalho de construção dos efeitos de importância e necessidade do bom uso das pausas como instrumento de sedução e persuasão se contrapõe à predicação que se atribui à mobilização que Dilma faz de tal recurso: se é **“um problema grave na comunicação da ex-presidente”**, atesta-se que Dilma “não valoriza a informação transmitida”, “não cria expectativa sobre a sequência de fala” e “não demonstra domínio a respeito do tema abordado”. Faz-se interessante notar que a importância do bom uso das pausas reside em uma potencialidade benéfica, enquanto sua inadequação redundava em eventual, mas total, incompreensão da fala – já que incide sobre a ordem do **“raciocínio”** –, criando efeitos de anulação da possibilidade de sucesso e eficácia do empreendimento oratório. Ou seja, seu bom uso *contribui* para o sucesso, mas o mau uso é *decisivo* para o fracasso. Mais uma vez, vemos uma indicação de que a solução do **“problema grave”** diagnosticado na fala de Dilma faz-se possível unicamente a partir da atividade de escrita e **“leitura em voz alta”**, que viabilizaria a **“marcação no texto”** do **“local adequado”** para a pausa estratégica. Nesta posição, e estabelecendo uma relação de paráfrase com o artigo analisado anteriormente e que também aborda o tema da leitura, tem-se que Dilma deve escolher o menor entre dois males: para não trincar as ideias e ser incompreendida na espontaneidade, ela deve, então, arriscar o estigma de mentirosa no preparo prévio de seus pronunciamentos públicos.

A fim de promover uma última ilustração do tratamento que a mídia oferece à questão das pausas, propomos tratar de artigo publicado na *Folha de São Paulo* em outubro de 2014. Em uma análise das performances de Dilma e Aécio durante os debates transmitidos pela televisão no decurso das eleições presidenciais daquele ano, o jornal publica:

Dilma se apresentou mais preparada em vários temas, como a Petrobras, mas travou o discurso em algumas passagens e gaguejou em quase todas as suas intervenções. Aécio evitou o mais

⁹⁸ POLITO, R. O que Dilma poderia fazer para melhorar sua oratória. UOL Economia, 21 nov. 2017. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2017/11/21/o-que-dilma-poderia-fazer-para-melhorar-sua-oratoria.htm>>. Acesso em 23 nov. 2017.

possível o sorriso sarcástico exibido nos debates anteriores, mas escorregou pontualmente na arrogância e até, como Dilma, nas palavras -como ao dizer que "propõe uma proposta". [...] ⁹⁹

Vemos, aqui, opor-se a **“mais preparada”**, por meio de uma construção sintática adversativa articulada pelo **“mas”**, as expressões **“travou o discurso”**, **“gaguejou”** e **“escorregou nas palavras”**. Ora, se há a existência dessa relação de oposição, podemos definir uma equivalência para os termos da sentença adversativa como **“menos preparada”**, **“pouco preparada”** ou **“não preparada”**. A apreciação pejorativa se faz presente também na escolha lexical, na medida em que os verbos **“travar”** e **“escorregar”** carregam uma valoração negativa. Podemos, ainda, vislumbrar uma paráfrase que lançaria luz aos gestos tidos como indesejáveis para o ato de falar em público: além de **“gaguejar”**, que nomeia diretamente a ação, se pensarmos no significado mais ou menos literal de **“travar”**, relativo a **“interromper”** ou **“fazer cessar”**, o verbo torna-se passível de ser associado ao emprego de pausas; já **“escorregar nas palavras”**, unido ao exemplo referido **“propõe uma proposta”**, retém o sentido de pleonasma. Esses aspectos, recorrentes de maneira natural na fala espontânea, são aqui retratados como uma fraqueza oratória; o elogio ao **“preparo”** de Dilma, ainda que circunscrito a **“temas”** contrapõe-se ao improvisado que se deixa entrever por essas ações, deslizos que apontam para uma debilidade. Instaura-se, assim o primado do formal sobre o informal, a partir de um imaginário purista de eloquência e de correção, além da idealização da fala como escrita, do **“espontâneo”** e **“improvisado”** como fluência do previamente concebido e formulado.

Frequentemente, como vimos nos exemplos acima, a depreciação pelos índices de hesitação justifica-se no argumento da falta de preparo para a situação de fala pública: a improvisação no ato do pronunciamento opõe-se ao trabalho prévio de escrita e memorização do texto e ensaio da performance. A *Carta Capital*, em artigo de 30 de setembro de 2014, que trata do pronunciamento de Dilma em ocasião da abertura da Assembleia Geral da ONU daquele ano, endossa o posicionamento favorável a este esforço laborioso em detrimento da espontaneidade do improvisado:

Um discurso não é pouco, como acreditam muitos. E um discurso brasileiro na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGONU)... de pouco não tem nada. Diz-se naquele locus, naquele discurso, nas entrelinhas ou não,

⁹⁹ DE SÁ, N. Agressão cede lugar ao tédio e torna evidente ausência de jornalistas. Folha de São Paulo, 20 out. 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/191524-agressao-cede-lugar-ao-tedio-tornando-evidente-falta-que-fazem-os-jornalistas.shtml>>. Acesso em 06 nov. 2017.

quem somos, o que queremos, o que pensamos. Os tempos e contratempos da sinfonia são rigorosamente debatidos entre muitos – diplomatas e políticos – a fim de se chegar a uma peça-final. Cuida-se notar, para uma correta dimensão de sua relevância, que até o Presidente Lula, conhecido por não se ater aos discursos para ele preparados, leu e ateve-se, sempre, àquela peça produzida. Celso Amorim anunciou que estes discursos são “documentos cuidadosamente trabalhados” [...] ¹⁰⁰

Na sentença que destacamos, é interessante notar a utilização do advérbio de inclusão “até”, que dá margem para intensificação do efeito de sentido de adequação do registro escrito e de sua conseqüente leitura em um contexto que “**de pouco não tem nada**”. Podemos inferir que, quanto mais solene e importante for a situação, maior terá de ser o rigor e o empenho conferido à produção textual do pronunciamento e menor será a margem para o improviso e para a espontaneidade. Da mesma forma, quanto maior for este rigor e empenho, com ainda mais vigor os ouvintes crerão que a situação do pronunciamento é tida como solene e importante pelo falante. Note-se, ainda, que a mesma sentença constrói um efeito de que, na dimensão da escuta, as particularidades de cada modalidade linguística comportam-se como evidências: dizer que Lula era “**conhecido por não se ater aos discursos para ele preparados**” equivale a dizer que é perfeitamente possível distinguir o ensaio – ou, antes, a prévia formulação – do improviso e a leitura da fala espontânea, especialmente considerando que o cidadão comum não tem acesso às peças produzidas previamente aos pronunciamentos, sejam ela fruto do trabalho de *ghostwriters* ou da própria figura pública. Aqui, o elogio à oratória de Dilma, eivado de predicados como “**altivo**”, “**ativo**”, “**postura corajosa**” e “**coroa um novo período**”, aparece intimamente ligado ao cuidadoso preparo prévio de seu pronunciamento.

Mais particularmente em relação às performances de Dilma, mas de maneira análoga, em um artigo de Reinaldo Polito publicado na seção de economia da plataforma *UOL*, lê-se:

Dilma não tem jeito. Entra dia, sai dia e ela continua cometendo equívocos elementares ao falar em público. Quando ela era presidente, cheguei a escrever artigos e gravar vídeos tentando explicar e justificar seus desacertos oratórios. Afinal, suas funções não permitiam que ela se preparasse de maneira conveniente. Chegou a proferir um discurso a cada dois dias.

¹⁰⁰ FERREIRA, C. E. R. Discurso de Dilma na ONU traduz a Nova Política Externa. Carta Capital, 30 set. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/discurso-de-dilma-na-onu-traduz-a-nova-politica-externa-7051.html>>. Acesso em 14 set. 2017.

Agora, não há desculpa. Fora da Presidência, com todo o tempo do mundo para fazer, refazer e ensaiar exaustivamente seus discursos, não se admite que, em um evento internacional, como esse em que participou na Itália, pudesse meter os pés pelas mãos. [...]

O que pesaria ter preparado-se melhor para fazer um discurso de acordo com a relevância de uma apresentação internacional? Mais: se não sabe falar de improviso, por que insistir? O que custaria colocar um *teleprompter* na frente e, com tranquilidade, ler a mensagem? Ou, simplesmente, fazer a leitura em folhas de papel?¹⁰¹

No primeiro parágrafo do texto, vemos o escritor estabelecer uma relação entre os “**equivocos elementares**”, retomados por “**desacertos oratórios**”, e as “**funções**” que “**não permitiam que ela se preparasse de maneira conveniente**”. Além dessas formulações abrirem margem para o efeito de impaciência de um enunciador compreensivo, cabe, aqui, estabelecer uma relação de paráfrase para compreender que, se a falta de preparo pode “**explicar**” e “**justificar**” esses desacertos, o tempo e o esforço dispendidos a essa atividade prévia aos pronunciamentos eliminariam a possibilidade de sua ocorrência. Vale, ainda, apontar para a relação de paráfrase que os enunciados deste texto estabelecem com aqueles extraídos de outros já mencionados: “**equivocos elementares**” e “**desacertos oratórios**”, cuja recorrência e o próprio caráter elementar justificam a impaciência do enunciador refletida na série de interrogações ao final do texto, dialogam com “**o defeito na utilização das pausas**” que “**trunca as ideias**” e com o “**gaguejar**” e o “**escorregar nas palavras**”.

Vislumbramos a possibilidade de destacar um outro gesto de retomada parafrástica, do texto que ora analisamos em relação àquele publicado em *Carta Capital* em 2014: ao citar a “**relevância de uma apresentação internacional**”, implica-se ainda mais fortemente a importância do trabalho de elaboração prévia à fala, redundadas nas ações de “**fazer, refazer e ensaiar exaustivamente seus discursos**”. Esse conjunto de ações, representado como o tipo de comportamento ideal de acordo com o porte do evento em que se deu a situação de fala pública e “**com todo o tempo do mundo**”, se sobrepõe às outras possibilidades de conduta nomeadas ao longo do texto. Organizadas em ordem decrescente conforme seu caráter apropriado ou desejável para o contexto, tem-se, na sequência: “**ler a mensagem**”, seja a partir de um “*teleprompter*” ou de “**folhas de papel**”, e, na extremidade inferior da lista,

¹⁰¹ POLITO, R. Discurso na Itália mostra que oratória não é mesmo a praia de Dilma. UOL Economia, 31 jan. de 2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2017/01/31/oratoria-nao-e-mesmo-a-praia-de-dilma-rousseff.htm>>. Acesso em 23 nov. 2017.

“**falar de improviso**”. Essa normatização da conduta oratória, a partir de uma posição conservadora em relação à língua, à fala e à eloquência, produz um efeito que pode conduzir os interlocutores do texto a conclusões segundo as quais “quem é bom orador tem de se preparar, e Dilma, que não o é, deveria fazê-lo ainda mais, mas não o faz”. Daí deriva a atribuição a seus pronunciamentos públicos, ainda, efeitos de desleixo ou incompetência, incidindo esta última sobre seus atributos linguísticos, oratórios, cognitivos e governamentais.

Ao final do texto, o escritor situa entre aquilo que chama de “**superdicas da semana**” os seguintes aconselhamentos, que redundam os itens listados como recomendáveis no corpo do texto:

- Ensaie o discurso o máximo que puder para evitar o branco
- Em ocasiões importantes, se tiver dificuldade para falar de improviso, leia o discurso
- Mesmo a leitura precisa ser exaustivamente treinada

Se relacionarmos as “**superdicas**” com a crítica que dedicou à fala de Dilma, veremos que o comportamento de Dilma em situação de fala pública é considerado sobretudo como não recomendável; àqueles que procuram o portal interessados em aprimorar as habilidades de sua competência oratória, poderia de outro modo ter sido dito “Faça o que Dilma não fez” ou “Não faça o que Dilma fez”.

O fato de que a partir da avaliação das mídias acerca dos improvisos hesitantes nos autorize a estabelecer, numa relação parafrástica, a noção de que o ideal da fala pública reste na suposta exatidão do domínio da escrita¹⁰² carrega em seu seio ainda outra importante implicação: a insistência na perpetuação do procedimento que torna possível a diferenciação entre as falas pública e privada, de modo que se reserve a comunicação coloquial para a última. Observa-se que é retratado como inconveniente ou inaceitável na fala pública de Dilma aquilo que é frequentemente menos tolerado ou completamente interdito em registros escritos e que, provavelmente, teria sido tratado com perfeita naturalidade em quaisquer contextos comunicacionais espontâneos: as pausas, as repetições, as remissões, os desvios da norma culta e os chamados “vícios de linguagem” (como o emprego de neologismos, solecismos, pleonasmos e sínquises). Tudo se passa como se, ao menor índice

¹⁰² Segundo Aristóteles, “o estilo escrito é o mais exato; o estilo das discussões é o mais dramático. [...] Comparando uns aos outros, os discursos escritos parecem acanhados nos debates, ao passo que os discursos dos oradores, mesmo se causam boa impressão quando proferidos, parecem com obras de profanos quando os tomamos nas mãos e os lemos.” (Retórica, livro III, 12, 2)

de inexistência ou inadequação de uma das cinco componentes do sistema retórico, quais sejam, *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio*, a eloquência se esvanecesse; como se a fraqueza de uma dimensão, exposta como tal, representasse a debilidade de todos os níveis, e essa espécie de desobediência às normas do bom comportamento retórico redundasse necessariamente em completa ineficácia do empreendimento oratório.

O elogio à escrita na apreciação da fala pública remonta à sobrevalorização da cultura em relação à natureza e acena com saudosismo para o gesto divisor tão frequentemente implicado pelos mestres da Retórica clássica entre a sofisticação da aristocracia e a ignorância das massas iletradas¹⁰³. Além disso, faz alusão ainda à formação ideológica conservadora que confia os espaços públicos ao vigor masculino e relega a fragilidade feminina ao âmbito da vida privada. Ora, se se quer estabelecer uma relação entre a espontaneidade da oralidade e a exatidão da escrita atribuindo-lhes respectivamente os espaços privados e os espaços públicos, não se pode fazê-lo sem fazer interferir a questão de gênero na medida em que se associa a performance oral e pública de um sujeito político mulher à insistência nas marcas reveladoras da hesitação inerente ao registro oral, assinalando sobremaneira o terreno da discursividade em que impera a memória de pertença do gênero feminino ao ambiente privado e do conseqüente caráter inadequado ou inconveniente de sua circulação no domínio público.

Veremos, nos próximos parágrafos, como se constrói esse elogio à escrita e o efeito de sentido de nostalgia do *logos* através da detratção de recursos mais frequentemente mobilizados pela espontaneidade da fala espontânea e coloquial. É significativa, por exemplo, a possibilidade de identificar uma regularidade no que diz respeito à depreciação da pronúncia no registro informal, identificada mais ou menos tecnicamente como um relaxamento do aparelho fonador humano que se vê refletido na fala, por vezes, através da elisão do *-r* no fim de verbos em sua forma infinitiva ou do *-d* em gerúndios. O efeito de sentido pejorativo identifica-se nas representações da fala de Dilma pela transcrição de sua pronúncia, como lemos repetidamente na coluna de Augusto Nunes, publicada pela revista *Veja*. Em um dos artigos, o jornalista escreve:

¹⁰³ “[...] a oralidade precede a escrita e se inscreve no espaço da natureza, ao passo que a escrita sucede a oralidade e se localiza exclusivamente no plano da cultura. À sobreposição da cultura diante da natureza soma-se uma sucessão que é a ascendência. Mas talvez aí resida uma clivagem ainda mais profunda: a que opõe no seio da democracia grega e da republica romana uma aristocracia ilustrada a uma plebe analfabeta.” (PIOVEZANI, 2016a, p. 85)

A pior oradora de todos os tempos protagoniza derrapagens espetaculares até quando está lendo discursos encomendados a quem consegue juntar sujeito e predicado.

Em agosto de 2013, numa visita a Campinas, Dilma começou a ler à tarde o discurso escrito para ser lido à noite. Ela contava a sofrida saga de “uma mulher que estudou até a quinta série do curso fundamental porque vivia na roça com mais nove irmãos e não teve condições de *continuá estudano*” quando se deu conta de que aquilo era para mais tarde. “Mas essa mulher eu vou *tratá* dela no próximo... na próxima cerimônia que eu vou *participá* aqui em Campinas que é a formação do Bolsa Família”, informou. Dado o aviso, desandou a explicar por que “a casa *própia* é muito importante”. Isso mesmo: “*própia*”. [...]

“Porque casa é primeiro sinônimo de segurança. Casa, depois, é sinônimo de uma outra coisa muito importante. Um lugar para a gente construir laços afetivos. É ali na casa que o pai e a mãe amam as crianças, dão instruções para as crianças, educam as crianças... e os jovens. É ali na casa também que *cumeça*... né? Os encontros, os namoros, os noivados, os casamentos”.¹⁰⁴

Vemos, aqui, que se cria o efeito de sentido de desencontro entre a leitura de um texto escrito e a modulação da voz que o lê através do advérbio de inclusão; ou seja, “**até quando está lendo discursos**”, Dilma fraqueja na manutenção tida como ideal da modalidade escrita. O advérbio funciona como um intensificador e atesta, assim, a suposta exatidão do verbo que provém do trabalho de escrita em contraposição ao relaxamento do aparelho fonador e à consequente espontaneidade impressa na voz que o lê: a pronúncia relaxada toma as formas de um gesto de desvirtuação do *logos*. À medida que se idealiza a escrita formal, ignora-se, ou quer-se omitir, os entrecruzamentos possíveis entre as modalidades linguísticas e os registros e níveis de linguagem, ou seja, não se assume a existência e a pertinência de uma escrita coloquial em condição de fala pública. Agrava-se o efeito de sentido de inadequação entre modalidade e registro com a expressão “**Isso mesmo**”, que acompanha a repetição da representação da pronúncia da palavra “**própia**”, criando uma encenação dialógica que antecipa com efeitos de alta probabilidade ou mesmo de evidência a reação verbal daqueles que o lêem: “Não acredito que Dilma disse isso” ou “Não é possível que Dilma tenha dito isso”. Se se soma aos efeitos de potencial organizador eficaz da fala pública que é atribuído à escrita a inabilidade de Dilma com a maneira de dizer e o momento de dizê-lo, pode-se

¹⁰⁴ NUNES, A. O adeus da feroz torturadora da verdade e do idioma. Revista Veja, 28 ago. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/o-adeus-da-feroz-torturadora-da-verdade-e-do-idioma/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

estabelecer, por uma substituição do intensificador “até” pelo seu par correspondente negativo “nem”, que “Nem quando está lendo discursos Dilma sabe falar em público”, ou “nem a leitura salva a fala pública de Dilma”, reiterando, para muito além do mero despreparo, a imagem de incompetência e incapacidade que se lhe quer atribuir.

Não se pode deixar de emprestar importância à referência que se faz à inadequação do dito ao momento de sua enunciação, que se pode ver materializada em “**começou a ler à tarde o discurso escrito pra ser lido à noite**” e “**se deu conta de que aquilo era pra mais tarde**”, e que se verá retomada por diversos outros textos que compõem nosso *corpus* – recorrência de que trataremos de maneira mais aprofundada no decorrer deste capítulo. Por ora, nos deteremos na questão dos signos da modalidade oral informal materializados na voz e a correspondente apreciação que lhes é dedicada, embasados na crença de que o estigma que recai sobre os desvios da chamada norma culta padrão consistem em um mecanismo da ideologia da distinção social que muito deve interessar à Análise do Discurso: “os membros dos grupos dominantes acreditam e fazem acreditar que são detentores de uma maneira de dizer que é mais, e frequentemente creem que ela seja a única, correta, culta e elegante¹⁰⁵”. A pronúncia descontraída torna-se matéria de representação disfórica em ainda mais um artigo escrito por Nunes em sua coluna na revista *Veja*, do qual transcrevemos trecho abaixo:

A resposta começa esclarecendo as pessoas que ainda não fizeram as contas: — É, Ricardo, daqui a quatro anos a Copa do Mundo será no Brasil. E o Brasil *tê* sido escolhido pra *sediar* a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 mostra bem essa fase de esperança, de autoestima e de reconhecimento que o Brasil tem hoje e também o fato dos brasileiros e das brasileiras terem também no Brasil conquistado um lugar muito especial, que é aquele lugar da esperança”.¹⁰⁶

Além de predicar a fala de Dilma como um “**discurso sobre o nada**” e de narrar as referências de Dilma às datas e ao tempo como uma obviedade que dispensava menção – o

¹⁰⁵ Ao tratar da fala pública de Lula e, mais particularmente, do registro informal de sua pronúncia, Piovezani afirma que “Trata-se ali de usos fonéticos e prosódicos, que embora pareçam, segundo o imaginário corrente, ser desvios da chamada norma culta padrão da língua portuguesa, são absolutamente compatíveis com ela, porque consistem na maneira de pronunciar os segmentos fonéticos marcados do mesmo modo como o faria uma absoluta maioria dos falantes que dominam o que se convencionou designar como norma culta padrão. Esse imaginário, bastante sólido e que continua a ser frequente, extensa e intensamente consolidado em nome da ideologia da distinção social, fundamenta-se numa contradição, que ele apaga: os desvalidos socioeconomicamente tendem a imaginar sua própria fala como bem mais distante do que ela realmente está da dita norma culta padrão, ao passo que aqueles que pertencem a camadas privilegiadas da sociedade creem que suas falas coincidem completamente com um ideal de pretensa correção.” (PIOVEZANI, 2015b, p. 324)

¹⁰⁶ NUNES, A. Discurso sobre o nada: bola é desenvolvimento, ensina Dilma. Revista *Veja*, 11 jun. 2010. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/discurso-sobre-o-nada-bola-e-desenvolvimento-ensina-dilma/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

efeito de humor que se tenta construir sarcasticamente através de “**começa esclarecendo as pessoas que ainda não fizeram as contas**” –, ou seja, de desqualificar sua fala através daquilo que ela diz, o texto busca vias para a deslegitimação através da maneira de dizer. A transcrição de sua fala, ao emprestar destaque para a pronúncia relaxada dos verbos “**tê**” e “**sedia**”, presta-se a *criar*, na verdade, o efeito de inadequação que se pensa *reproduzir*: a formalidade do registro escrito deveria recompor o cenário solene da condição de produção da fala de Dilma, mas a grafia imprópria intensifica, antes de meramente redundar, o efeito de estranheza que causa à escuta a pronúncia relaxada que reflete a distensão do aparelho fonador.

Entretanto, é necessário esclarecer que essas observações não equivalem a dizer que veículos da mídia ignorem de maneira absoluta as particularidades contingenciais das modalidades oral e escrita. Com efeito, verificamos a ocorrência – menos frequente, sem dúvidas – de um relativo empenho em reconhecer e dar visibilidade às conveniências e possibilidades de adequação ao registro, como vemos em artigo publicado pela *Folha* durante cobertura das disputas eleitorais de 2014:

É bom que se diga que os traços de descontinuidade, como hesitação e interrupção, e os processos de reformulação, como repetição (reiteração do que foi dito), correção (anulação do que foi dito) e parafraseamento (reelaboração do que foi dito) são característicos da oralidade, registro linguístico no qual o modo pragmático (que pressupõe a interação sociocomunicativa) prevalece sobre o sintático.

Vale deixar claro que fala e escrita são modalidades de uso da língua diversas entre si, cada qual organizada segundo características próprias. Por esse motivo, não faria sentido procurar na fala de cada candidato eventuais deslizes gramaticais definidos de acordo com um padrão escrito da língua. Uma ou outra concordância verbal sacrificada, um ou outro pensamento truncado, tudo isso é parte do jogo – e que jogo!¹⁰⁷

Ainda que o texto se inscreva numa posição menos purista e conservadora em relação aos demais, é preciso considerar o peso, a força e o alcance dessas observações. Podemos já questioná-las à medida que observamos que o reconhecimento dessas variações convive no mesmo texto com uma formulação que resgata a hegemonia dos dizeres sobre a língua,

¹⁰⁷ CAMARGO, T. N. Candidatos repetem estratégias discursivas de debates anteriores. *Folha de São Paulo*, 25 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538212-candidatos-repetem-estrategias-discursivas-de-debates-anteriores.shtml>>. Acesso em 6 nov. 2017.

atestando a extensão e a frequência daquilo que geralmente se diz sobre ela nesses veículos da mídia:

Quem esperava pelo já conhecido marcador discursivo da presidente Dilma Rousseff ("no que se refere a") e pelos seus silêncios prolongados surpreendeu-se com um grau maior de fluidez do seu discurso.

Neste trecho, retoma-se por recurso parafrástico aquilo que é referido por “**os traços de descontinuidade, como hesitação e interrupção**”, presente no primeiro trecho transcrito, através de “**seus silêncios prolongados**”. Note-se que o pronome possessivo incute no sintagma os sentidos de uma particularidade característica da fala de Dilma, de maneira análoga ao recurso de que lança mão para fazê-lo mais abertamente mobilizando a expressão “**já conhecido**”; ambos os recursos trabalham em favor da produção de uma evidência segundo a qual, em tese, “todos sabem que Dilma fala ‘no que se refere’” e “todos sabem que Dilma faz uso de longas pausas”. O efeito de sentido pejorativo se constrói à medida que se predica euforicamente seu imediato contrário: o “**grau maior de fluidez**”, em oposição à previsibilidade do comportamento que lhe é habitual, “**surpreendeu**”.

De maneira geral, o caráter previsível atribuído à fala pública de Dilma frequenta sobremaneira as avaliações da mídia a seu respeito. O tema da *repetição* e suas variantes é depreciado sobremaneira pelas representações de veículos da mídia, basicamente, em dois diferentes níveis: a repetição de temas, ou, se preferirmos, do dito, e a repetição de recursos retóricos, ou seja, da maneira de dizer. Nos próximos parágrafos, nos debruçaremos sobre sequências discursivas oriundas dos textos de nosso corpus que ilustram essa questão.

Em reportagem sobre o depoimento de Dilma em favor de sua defesa durante o processo de *impeachment*, em 30 de agosto de 2016, o tema da repetição torna-se objeto de observação do jornal *O Estado de São Paulo*.

Dilma não surpreendeu: reafirmou a biografia, a resistência à tortura. Elementos que ajudaram a levá-la ao poder, mas, naturalmente, insuficientes para ali mantê-la. O passado fala, mas é o presente que grita. No presente, pouco acrescentou; foi previsível [...]. De dramático, apenas o apelo: “impeachment é pena de morte política”.¹⁰⁸

¹⁰⁸ MELO, C. Análise: O gesto de Dilma pesará sobre Temer como um espectro a rondar noites palacianas. O Estado de São Paulo, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,analise-o-gesto->

A repetição é aqui nomeada através do verbo “**reafirmou**”, bem como de formulações elaboradas acerca do tema da inexistência de novidade: “**não surpreendeu**” e “**pouco acrescentou**”. A essas orações, acrescenta-se um valor negativo numa rede de sentidos que as põe em relação com os termos “**passado**”, substantivo que se destaca em uma adversativa, dos adjetivos “**insuficientes**” e “**previsível**” e, ainda, da oração “**De dramático, apenas o apelo**”. Se, no texto anterior, vimos construir-se um efeito de surpresa positiva que, ainda assim, repisava o consenso de que Dilma é uma oradora ruim, neste, os efeitos de previsibilidade eliminam a possibilidade de espanto: aqui, pode-se dizer que Dilma não surpreendeu porque sempre falou mal, enquanto lá, ela surpreendeu exatamente porque sempre falou mal. Inscreve-se, mesmo no interior da euforia, efeitos disfóricos.

O mesmo jornal já havia abordado o uso deste recurso durante a primeira campanha eleitoral de Dilma, em 2010, em uma reportagem¹⁰⁹ de cobertura da festa organizada pelo partido que a lançou como candidata: “**Sempre que começa a abordar um tópico, Dilma fala ‘Para o Brasil seguir mudando’. Até agora, usou a frase sete vezes**”. O uso do intensificador “**sempre**”, apesar de contrastar com o número expresso da quantidade de vezes que a sentença fora mobilizada pela então candidata, o que implica a possibilidade de haver vezes em que a frase não fora utilizada no início de um tópico, imprime à sua performance um efeito de sentido de previsibilidade. Se a contagem das vezes em que a expressão fora repetida remete ao passado, o “**sempre**” remete ao presente e ainda ao futuro, anunciando a probabilidade de nova repetição, imprimindo sentidos de fadiga à escuta e conduzindo, assim, sua atenção a um lugar outro.

A revista *Veja* também não se retira do terreno da prescrição no que diz respeito à reprovação do uso das repetições: “**Dilma fala em mudança, mas repete o velho**” é a manchete que encabeça artigo publicado em outubro de 2014. A construção da adversativa através da partícula “**mas**” coloca em relação de oposição não apenas o substantivo “**mudança**” e o adjetivo “**velho**”, mas também os verbos “**falar**” e “**repetir**”, ao que se acrescenta, além da oposição, uma apreciação decrescente e um conseqüente efeito de sentido de descontentamento. A constatação da oposição, de acordo com a narrativa, faz com que o pronunciamento em questão se torne um “**discurso ambíguo**”:

[de-dilma-pesara-sobre-temer-como-um-espectro-a-rondar-noites-palacianas,10000072846](#)>. Acesso em 02 nov. 2017.

¹⁰⁹ TUCHLINSKI, C. “Chegou a hora de uma mulher comandar o País”, afirma Dilme Rousseff. O Estado de São Paulo, 13 jun. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/radar-politico/pt-organiza-megafesta-para-lancar-candidatura-de-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

Em discurso ambíguo, presidente reeleita prega a união, porém, sinaliza que continuará governando apenas para os eleitores que lhe deram voto.

O discurso de vitória, feito na noite deste domingo num hotel em Brasília, pela presidente reeleita Dilma Rousseff, foi ambíguo. Depois de uma votação tão apertada, Dilma pregou a união, disse que está disposta ao diálogo, fez um gesto de autocrítica afirmando que pretende ser uma presidente “muito melhor” do que foi até agora, e afirmou que está aberta à mudança – palavra que, segundo ela, marcou esta eleição. Em tudo que disse de concreto, porém, a presidente não fez mais que repetir propostas que já tentou emplacar, como a da reforma política por meio de um plebiscito, ou reafirmar seu compromisso com a política econômica em curso.¹¹⁰

No trecho destacado, que inclui o subtítulo do artigo e seu primeiro parágrafo, vemos uma tentativa de aferição dessa ambiguidade através do reforço do desencontro entre o que Dilma parece dizer, ou seja, entre “**aquilo que ela disse de concreto**” – “**união**”, “**diálogo**”, “**muito melhor**”, “**mudança**” – e o que ela efetivamente faz, “**propostas que já tentou emplacar**”, “**reafirmar seu compromisso com a política econômica em curso**”. Trata-se, portanto, de uma deslegitimação de sua fala através de uma suposta desconexão que se aponta entre dizer e fazer. Mais uma vez, em uma rede parafrástica que visamos estabelecer entre o título e o subtítulo do artigo, a relação entre as adversativas coordenadas respectivamente por “**mas**” e “**porém**” dá o tom progressivamente disfórico da avaliação através de uma estrutura adversativa e do estabelecimento do contraste entre “**disse**”, por um lado, e “**repetir**” e “**reafirmar**”, por outro. Vale ainda ressaltar que os efeitos de sentido que estes dois últimos verbos animam, a saber, os de tédio e de prostração, se veem ainda mais fortemente recrudescidos pelo avizinhamo das construções “**não fez mais que...**”, “**já tentou**” e pelo predicado “**em curso**”.

A *Carta Capital*, por sua vez, aborda a questão da repetição por uma via distinta. Em matéria¹¹¹ veiculada em seu *website* em março de 2016, lê-se no corpo do texto a seguinte sentença: “**Dilma repetiu que não vai renunciar e afirmou que não cometeu nenhum crime previsto na Constituição e nas leis**”. A repetição, aqui, remete ao efeito de sentido de ênfase, sustentado, ainda, pelo título da manchete: “**Dilma: ‘Não renuncio em hipótese alguma’**”. O adjunto adverbial de negação restringe de maneira absolutamente veemente a

¹¹⁰ REVISTA Veja. Dilma fala em mudança, mas repete o velho. Revista Veja, 26 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/dilma-fala-em-mudanca-mas-repete-o-velho/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

¹¹¹ AGÊNCIA Brasil. Dilma: “Não renuncio em hipótese alguma”. Carta Capital, 22 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/dilma-diz-que-nao-renunciara-e-que-impeachment-e-tentativa-de-golpe>>. Acesso em: 14 set. 2017.

possibilidade de Dilma deixar o cargo de Presidenta voluntariamente e reforça o caráter enfático de sua fala. O efeito de sentido de ênfase a que dão vida esses enunciados faz coro, ainda, com os sintagmas nominais “**discurso duro**” e “**discurso incisivo**”, que, por seus turnos, fazem alusão a já-ditos segundo os quais “Dilma é durona”, “Dilma é bruta” e “Dilma é agressiva”. A ênfase, aqui, antes de exprimir convicção e segurança no que é dito e na maneira de dizê-lo, faz presentes no discurso vozes que dialogam com esses já-ditos do interdiscurso que funcionam em favor de práticas de estigmatização da fala da mulher em condições de poder político e segundo os quais a convicção e a segurança têm de enxergar um limite socialmente aceitável nas expressões verbais, corporais e vocais femininas.

Já durante cobertura dos debates eleitorais do segundo turno das eleições presidenciais, um artigo publicado pela mesma revista em 2014 também condenava o recurso das repetições: “**No último debate, Dilma e Aécio repetem estratégias**”. O descontentamento com a reprodução dos mesmos temas e das mesmas estratégias retóricas dá-se a ver em construções como “**duelo antes do segundo turno é marcado por temas e frases semelhantes aos dos encontros anteriores**” e, principalmente, na formulação que serve de legenda às fotografias que ilustram o artigo: “**encontro foi morno**”. A escolha lexical, nesta última construção, que privilegia o “**encontro**” em detrimento do “**duelo**” ou “**embate**”, remove de maneira tônica o sentido do campo semântico da guerra e o desloca para o campo da polidez. O uso demasiado da repetição como recurso retórico será ainda pormenorizado ao longo do texto:

Tanto no primeiro bloco quanto no terceiro, nos quais os candidatos faziam perguntas um ao outro, com direito a réplica e tréplica, enquanto o ex-governador de Minas Gerais repetia que Dilma buscava reescrever a história, a petista quase sempre começava uma resposta dizendo que o peesedebista estava “mal informado”.

Além disso, sempre que podia, Dilma insistia em comparar sua gestão e a de Lula ao governo Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido de Aécio.¹¹²

Aqui, a locução adverbial “**quase sempre**”, bem como a ideia de continuidade contida no imperfeito que flexiona os sintagmas “**sempre que podia**” e “**insistia**”, funcionam como recursos hiperbólicos que reiteram o efeito de sentido de falta de emoção na representação do debate e atribuem, inclusive, um caráter cansativo ao próprio ritmo do texto, o que rotula com

¹¹² CARTA Capital. No último debate, Dilma e Aécio repetem estratégias. Carta Capital, 25 out. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-ultimo-debate-dilma-e-aecio-repetem-estrategias-3293.html>>. Acesso em 14 set. 2017.

um valor pejorativo o recurso, que pode representar falta de preparo para a situação de fala, falta de habilidade retórica e/ou falta de conteúdo.

Recurso hiperbólico similar pôde ser verificado em ainda outra diferente peça jornalística veiculada pela revista. Em “A política no embate: o depoimento de Dilma e a democracia”¹¹³, de agosto de 2016, o leitor se depara com construções tais quais “**sua fala repetindo incontáveis vezes as mesmas questões**” e “**Dilma repetiu o quanto pôde que impeachment sem crime de responsabilidade é golpe**”. Ainda que, neste caso, mais especificamente, o pronunciamento de Dilma seja retratado com elementos descritivos eufóricos, como se pode verificar em “**Dilma cresce em embates**” e “**ela manteve-se firme respondendo a 47 senadores cuja maioria lhe fazia críticas**”, “**Dilma saiu fortalecida**”, mais uma vez, a apreciação se dá a partir de construções linguísticas que comunicam sentidos a partir de um campo semântico bélico e viril, conduzindo o movimento da memória discursiva em direção aos já-ditos que associam seu nome, corpo e voz às tradicionais representações masculinas que governam o âmbito político e asseguram, em tese, uma pertença genuína ao espaço público.

Ainda sobre as reprimendas que sofre o emprego excessivo do recurso das repetições, é interessante notar a constância da expressão em latim “*ad nauseam*” que frequenta as mesmas sentenças do verbo “repetir” e seus equivalentes. Destacamos abaixo alguns desses trechos:

- i) “Só que numa campanha eleitoral, às vezes ganha quem ocupa espaços, sintetizando ideias e repetindo uma versão *ad nauseam*” (Folha de São Paulo, 16 de julho de 2014);
- ii) “Ou seja, o mesmo discurso que repetiu ‘*ad nauseam*’ quando lutava na tentativa de se manter como presidente” (UOL, 31 de janeiro de 2017);
- iii) “As avaliações do cenário político feitas pelos intelectuais petistas, salvo raras exceções, reiteram *ad nauseam* o paradigma do ‘golpe de novo tipo’” (O Estado de São Paulo, 31 de julho de 2016);
- iv) “Sem minimizar o papel da comunicação, imaginar que se pode construir uma imagem da realidade com base no princípio de que uma versão repetida *ad nauseam* acaba aceita como verdadeira só é possível em regimes autoritários que

¹¹³ ALBUQUERQUE, G. A política no embate: o depoimento de Dilma e a democracia. Carta Capital, 30 ago. 2016. Disponível em: < <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/08/30/a-politica-no-embate-o-depoimento-de-dilma-e-a-democracia/>>. Acesso em 14 set. 2017.

suprimem o contraditório impondo, por exemplo, o ‘controle social da mídia’” (O Estado de São Paulo, 19 de março de 2015);

- v) “o *uso repetido, ad nauseam, do incriminatório ‘golpista’*, em todos os momentos e situações, acabará se enraizando no coletivo social [...]” (O Estado de São Paulo, 13 de setembro de 2016); e
- vi) “*Dilma decorou discurso-padrão (naturalmente mentiroso) de que não há crime e todos fizeram igual. Vai repetir ‘ad nauseam’ o dia todo*” (Veja, 8 de fevereiro de 2017)

De maneira geral, expressão em latim, que pode ser traduzida para a língua portuguesa como “até a náusea” ou “até enjoar”, refere-se, muito frequentemente, à argumentação insistentemente e à reação metaforicamente fatigada da escuta. Este tipo de recurso pode, por um lado, ser mobilizado estrategicamente como efeito de persuasão legítimo, efeito de sentido que podemos verificar em i e ii, através das construções “às vezes ganha” e “lutava na tentativa”, ainda que se possa atestar também a excitação de sentidos pejorativos atribuídos à “versão” e ao “mesmo discurso” de Dilma; por outro lado, constrói-se um efeito de sentido que remonta a uma outra, já conhecida, faceta da insistência na repetição de argumentos: a desonestidade da falácia. Desprovida de consistência lógica, a repetição representaria a persistência do falante, que se contrapõe ao cansaço e à ignorância do interlocutor, extinguindo a réplica e gerando por consequência um estatuto de veracidade à proposição repetida. Esta concepção, incutida há muito no imaginário social, é mobilizada para predicar a fala de Dilma de modo a deslegitima-la como se se desvendasse uma manipulação imoral: em iv, lemos que esse tipo de argumentação é característica de “regimes autoritários que suprimem o contraditório”; em v, vemos como um termo, por repetição, “acabará enraizando no coletivo social”; e, em vi, somos informados de que decorar e repetir um “discurso-padrão” “mentiroso” tiveram por consequência que “todos fizeram igual”. Assim, a virtuosidade lhe será desprovida progressivamente à medida que seus recursos retóricos apresentem as características de a) eliminar a necessidade de oferecer embasamento lógico aos argumentos, b) minimizar o papel da comunicação humana, c) inevitavelmente manipular as massas populares, e d) implantar um tipo de relação monológica de natureza autoritária.

2.2. “Expressão total de um organismo”: a construção de efeitos de verdade pela língua, pelo corpo e pela voz

Ainda que esses resultados de análise nos habilitem a apontar para a construção do efeito de idealização de um registro escrito previamente formulado e memorizado pelo sujeito político falante, eles não nos permitem estender esse efeito de sentido até a inferência quase natural que preconizaria que um pronunciamento político ideal seria performatizado às maneiras mecânicas da leitura e, conseqüentemente, desprovido de manifestações de emoções intensas. Muito antes ao contrário, a expressão espontânea de sentimentos pessoais é explorada pelos meios de comunicação em questão – tanto naqueles em que fala um orador quanto aqueles em que se trata dos desempenhos oratórios – com alta frequência de construções virtuosas. Note-se que, com significativa recorrência, o sintagma preposicionado “com a voz embargada” faz-se vizinho de termos como “aplausos” ou “palmas”, imprimindo à narrativa um efeito de sentido de apreciação relatada e, em última instância, de comprovação do bom resultado obtido através desempenho oratório: a persuasão e a sedução.

A *Folha de São Paulo*, em 1º de janeiro de 2011, publicou no caderno Poder texto que cumpre bem os fins de ilustrar esta questão. Transcrevemos, abaixo, alguns de seus trechos:

A presidente Dilma Rousseff, 63, defendeu a liberdade de imprensa e, *com a voz embargada*, afirmou que não tem qualquer "arrependimento, ressentimento ou rancor".

"Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso país e como bandeira sagrada de todos os povos", completou, *muito aplaudida*.

Emocionada, afirmou que entregou sua juventude "ao sonho de um país justo e democrático", referindo-se à militância política durante os anos da ditadura militar (1964-1985), quando foi presa e torturada.¹¹⁴

Nestes parágrafos, em que se pode retomar o sintagma “**com a voz embargada**” pelo termo “**emocionada**” numa espécie de relação de causa e consequência, vê-se estabelecer uma relação de mesma natureza entre ambos e “**muito aplaudida**”. Assim, a emoção

¹¹⁴ FOLHA de São Paulo. Dilma defende liberdade de imprensa e diz não sentir “ressentimento ou rancor”. Folha de São Paulo, 01 jan. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/01/853581-dilma-defende-liberdade-de-imprensa-e-diz-nao-sentir-ressentimento-ou-rancor.shtml>>. Acesso em 06 nov. 2017.

materializa-se na voz, que redundante e por essa razão legitima o efeito de sentido que se quer criar pelo verbo na fala de Dilma, traduzido na parte de seu pronunciamento transcrita no texto. Não é sem razão que tenha sido este, e não outro, o trecho destacado da fala de Dilma para ilustrar a reportagem: o efeito de sentido que ele constrói linguisticamente atesta a carga emocional do pronunciamento e confere um estatuto de veracidade ao embargo da voz que, através do jornal, não se dá à escuta. Ora, nesta única oração, pelos termos “**como eu**”, “**amantes**”, “**defesa intransigente dos direitos humanos**” e “**nosso país**”, o leitor/ouvinte, assim como o fizeram os presentes na ocasião do pronunciamento efetivo, deve experimentar um efeito de identificação e aproximação através dos sentimentos de solidariedade e empatia – um forte apelo ao *pathos* –, efeito este que se reforça pelo recurso aos sintagmas “**democracia**” e “**direitos humanos**” em relação de imediata oposição a “**arbítrio**” e “**censura**”.

Essa legitimação do dito através da maneira de dizer recebe uma avaliação positiva que se produz não apenas na narrativa que se quer construir como uma mera representação, fiel e precisa, da realidade experienciada, mas principalmente pelo intensificador “**muito**” em “**muito aplaudida**”. O marcador de intensidade, aqui, revela uma diminuição do grau de distância enunciativa entre narrador e fato narrado, efeito de sentido que se faz mais claro se deprendermos uma comparação parafrástica entre o que poderia ter sido dito e o foi de fato: ora, dizer que a presidenta fora “**aplaudida**” cumpriria bem os fins de uma mera narrativa, estabelecendo uma cisão entre a reação do público presente e sua correspondente interpretação por parte de quem a descreve, criando uma possibilidade de se estabelecer um efeito de sentido de protocolo; não dizer nada em relação a essa reação, por outro lado, poderia obscurecer a boa recepção do pronunciamento da presidenta e reafirmar indevida e excessivamente a inserção do jornal em uma formação discursiva que lhe oferecia antagonismo político.

Ainda, o efeito de sentido de apreciação eufórica se torna ainda mais relevante se estabelecermos entre o texto e o título uma oposição: entre a “**emocionada**” e o “**muito aplaudida**” presentes materialmente no texto e o “**ressentimento**” e o “**rancor**”, há a avaliação positiva do aplauso dos presentes e da manifestação de seu narrador. Isso equivale a dizer que é possível inferir que, houvesse de fato “**ressentimento ou rancor**” em seu espírito, que poderia ser traduzido em sua fala e em sua voz por alto volume, baixa frequência ou algum outro índice de ênfase e agressividade, os signos de aprovação que foram observados em relação à reação dos presentes e ao gesto narrativo da jornalista poderiam ter dado lugar a

outros, possivelmente menos eufóricos. Podemos, portanto, aventar a possibilidade de estabelecer os pares estruturais de oposição *emoção:agressão::voz embargada:voz ríspida::euforia:disforia::aplauso:vaia*.

De maneira análoga, a revista *Veja* também aproxima a emoção ao embargo da voz e aos aplausos. Em julho de 2015, o jornal publica a seguinte reportagem:

Em seu discurso na 48ª Cúpula do Mercosul, realizada nesta sexta-feira, em Brasília, a presidente Dilma Rousseff se emocionou ao falar de sua colega argentina Cristina Kirchner, destacando que essa era sua última participação em uma reunião do bloco, já que deixará o cargo em dezembro deste ano. “Do ponto de vista pessoal e político, sempre terá aqui uma amiga para compartilhar sonhos e esperanças”, afirmou Dilma, com a voz embargada. Depois de ser interrompida por palmas, a presidente brasileira voltou à carga: “Quero dizer-lhe, querida Cristina, que aqui no Brasil você terá uma amiga sempre pronta para recebê-la”. Cristina, claro, gostou.¹¹⁵

Neste, como no artigo da *Folha*, a boa recepção do dito que se legitima através dos trejeitos que lhe põe a circular – os sentidos de natureza íntima animado pelos termos “**do ponto de vista pessoal**”, “**uma amiga**”, “**sonhos e esperanças**” se redundam na “**voz embargada**” que dá vazão aos sentimentos pessoais – se comprova através do trecho da narrativa que atesta que ela teria sido “**interrompida por palmas**”, signo da eficácia do empreendimento oratório e da sedução dos ouvintes. Vale notar que, aqui, também, o enunciador não se priva de gestos de diminuição da distância enunciativa do fato narrado; todavia, a relação que estabelece com ele se apresenta de maneira bastante distinta daquela observada anteriormente na *Folha*. O efeito de sentido de emoção que se incute à expressão de Dilma e à reação de sua plateia é, no interior do texto, deslocado para a fronteira dos sentidos de humor: se Dilma “**se emocionou**”, a plateia “**aplaudiu**” e “**Cristina**” “**gostou**”, os sentidos que o jornalista estabelece com o pronunciamento e que compartilha com o grupo de leitores, por outro lado, estão mais associados a um efeito de sentido pejorativo de riso que constrói uma postura alheia e pouco empática, especialmente se considerarmos a construção do sarcasmo na última sentença com a partícula “**claro**” e com a atribuição do verbo a “**Cristina**”, ao invés de “todo mundo” ou “a plateia”. Além disso, a manchete que serve à notícia como cabeçalho retoma a célebre canção “Don’t cry for me Argentina”, inserindo o humor através da surpresa e estranheza que causa a substituição de “Argentina por “Dilma” após as reticências. A canção, diga-se, é tida no

¹¹⁵ REVISTA *Veja*. ‘Don’t cry for me... Dilma’: presidente fala de Cristina e se emociona. *Veja*, 15 jun. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/dont-cry-for-me-dilma-presidente-fala-de-cristina-e-se-emociona/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

imaginário social como excessivamente melodramática e por essa razão é frequentemente mobilizada em situações em que se quer fazer explícito, para efeitos de humor, o processo de performance dos sentimentos de tristeza e antecipado saudosismo. Desta forma, opõem-se emoção e humor, aplauso e riso, em um desenho esquemático de formações discursivas que antagonizam sobremaneira a fala de Dilma e a fala de *Veja*.

Enunciados muito similares podem ser encontrados tanto no interior do corpus previamente estabelecido quanto em uma busca mais abrangente. O portal *G1*, vinculado à *Globo*, publica em maio de 2016 artigo¹¹⁶ em que se lê: “Com a voz embargada e sob aplausos, Dilma disse ter orgulho de ser a primeira presidente mulher e lembrou da tortura que sofreu quando esteve presa na época do regime militar”. No portal *Congresso em Foco*, vinculado ao *UOL*, lê-se, em março de 2015, o seguinte trecho: “Nunca mais vamos ver pessoas que, ao se manifestarem, mesmo contra a presidente da República, possam sofrer quaisquer consequências. Nunca mais isso vai acontecer”, discursou Dilma, já com a voz embargada e com os olhos marejados, interrompida por aplausos¹¹⁷”.

Ainda a esse respeito, não poderíamos ignorar artigo assinado por Reinaldo Polito e publicado na plataforma *UOL* em maio de 2016. Intitulado “Discursos de Dilma não combinam fala e emoção; evite esse erro no trabalho”, o texto se ocupa de tentativas de evidenciar a importância da coincidência entre expressividade verbal e corporal, como podemos ler em trechos que transcrevemos abaixo.

Em sua obra “Análise do caráter”, Wilhelm Reich diz: A linguagem atua – “interfere na linguagem da face e do corpo”. Por isso, a “expressão total de um organismo” deve ser “literalmente idêntica à impressão total que o organismo provoca em nós”. Afirma ainda que “muitas vezes, a palavra falada esconde a linguagem expressiva do núcleo biológico”.

O psicanalista destaca também que “compreendemos os movimentos expressivos e a expressão emocional de outro organismo vivo com base na identidade entre nossas próprias emoções e as de todos os seres vivos”. A coerência entre todos os aspectos da expressão emocional – palavras, gestos, entonação de voz, olhar, silêncio, enfim

¹¹⁶ G1. Impeachment é a ‘maior das brutalidades’, afirma Dilma. G1, 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/impeachment-e-maior-das-brutalidades-afirma-dilma.html>>. Acesso em 04 nov. 2017.

¹¹⁷ GÓIS, F.; LIMA, W. Dilma chora ao falar sobre manifestações. Congresso em Foco, UOL, 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/dilma-chora-ao-falar-sobre-manifestacoes/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

de todo o conjunto, precisa existir para que o significado da mensagem seja único.
[...]

Por mais que esbraveje, Dilma não possui uma trajetória comportamental que dê respaldo ao seu discurso. As palavras não bastam por si. Se dissesse a um deputado nas desesperadas reuniões de última hora “olá, meu querido”, algo naquela comunicação poderia transpirar falsidade. Esse político saberia que não era bem recebido. Era só interesse. Faltaria às palavras de Dilma, segundo Reich, a “expressão total do organismo”.¹¹⁸

O texto trabalha os efeitos de legitimação que confere ao que diz através da recorrência a uma voz científica especializada e, portanto, autorizada a fazer circular o discurso da necessidade da expressividade emocional em situações de fala pública. A apropriação dos dizeres de Reich, bem como o próprio texto de Polito, inserem as incidências da emoção sobre o verbo, o corpo e a voz em uma discursividade biológica natural que lhes confere um estatuto de argumento irrefutável: os movimentos do corpo e as modulações da voz ecoam o estado de espírito dos homens às maneiras das leis da natureza e são, por isso, índices incontestáveis que se observam para a aferição de seu caráter. Não expressar, desta forma, equivale a não sentir e, em face de um desencontro entre o comportamento verbal e a performance física, corresponde a mentir: a falta de “**coerência**” entre “**palavras, gestos, entonação de voz, olhar, silêncio**” impede que “**o significado da mensagem seja único**”, isto é, abre margem para a observação de outras versões da referência que se constrói pela fala e implica a polêmica e a possibilidade de inverdade. E é justamente esse desencontro que se aponta no comportamento oratório de Dilma: sua “**trajetória comportamental**” contrasta com seu “**discurso**” naquilo que seria uma perfeita ilustração da falibilidade de sua “**expressão total do organismo**”, consequentemente desnudando, em tese, os efeitos de sentido de “**interesse**” e “**falsidade**” que habitariam respectivamente a natureza de seus impulso e prática.

A potencialidade significativa da carga emocional expressa por meio dos usos da voz é ainda mais uma vez abordada em outro veículo da mídia. Em artigo publicado pela *Folha* sob o título “Para governo interino, discurso de Dilma foi ‘repetitivo’ e ‘pouco emotivo’”, lê-se que

¹¹⁸ POLITO, R. Discursos de Dilma não combinam fala com emoção; evite esse erro no trabalho. UOL Economia, 03 mai. 2016. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2016/05/03/discursos-de-dilma-nao-combinam-fala-e-emocao-evite-esse-erro-no-trabalho.htm>>. Acesso em 23 nov. 2017.

O governo interino de Michel Temer aguardava um discurso "mais emotivo" e "menos repetitivo" da presidente afastada, Dilma Rousseff, no plenário do Senado Federal nesta segunda-feira (29).

A avaliação feita no Palácio do Jaburu, após a fala inicial da petista, foi a de que ela adotou poucos recursos emocionais, que poderiam conseguir votos de indecisos, e repetiu a retórica política dos últimos meses, sem trazer elementos novos com potencial de reverter apoios na fase final.¹¹⁹

Há neste texto de 2016 algo que nos remete à “**expressão corporal total**” tomada no ano seguinte por outro jornal, na medida em que as duas apreciações contidas no título do artigo, a saber, “**repetitivo**” e “**pouco emotivo**”, equivalem aos dois tipos de recursos que, conforme crê a mídia e os especialistas em eloquência que convida a falar, quando postos em funcionamento numa relação de redundância e legitimação, deveriam assegurar o elemento persuasivo da fala: os recursos linguísticos, referido por “**retórica**”, e os “**recursos emocionais**”. A dimensão conjuntural das condições de produção do discurso – a fala de Dilma que lhe serviu de defesa durante o julgamento do processo de *impeachment* a que foi submetida – nos autoriza a apontar para as sentenças “**conseguir votos de indecisos**” e “**reverter apoios**” como signos da persuasão que se cria almejar. Entende-se que, sem a mobilização dos recursos e sem aquilo que se poderia chamar de “**expressão corporal total**”, a possibilidade de “eficácia” seria mínima, sentidos que ecoam nas formulações seguintes do texto: “**o governo interino não ficou preocupado**” e “**não está paralisado com o processo de impeachment**”. De todo modo, mesmo que aponte, principalmente, para a ausência desses recursos na fala de Dilma, constituí-la como pretexto para a ineficácia nos informa, sobretudo, a importância e o grau de indispensabilidade que lhes são conferidos.

A exaltação da expressão emotiva pode ser encontrada também na revista *Carta Capital*. Em artigo já citado, de 30 de agosto de 2016, lê-se:

A presença de Dilma trouxe um elemento humano ao processo: ele ganhou voz, rosto, postura e, por isso mesmo, uma plateia. Mais do que uma construção narrativa, na qual permanece a disputa entre o que se chama *impeachment* e o que se chama golpe, o elemento resgatado foi essencialmente o político. Em um discurso de 40 minutos, Dilma falou sobre sua biografia em um tom emotivo, lembrando a

¹¹⁹ CRUZ, V.; URIBE, G. Para governo interino, discurso de Dilma foi ‘repetitivo’ e ‘pouco emotivo’. Folha de São Paulo, 29 ago. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808041-para-governo-interino-discurso-de-dilma-foi-repetitivo-e-pouco-emotivo.shtml>>. Acesso em 06 nov. 2017.

tortura e o câncer, também se referindo à questão de gênero. Depois fez uma espécie de memorial, organizando os elementos da crise que levaram à denúncia de *impeachment*. Finalmente, abordou questões técnicas sobre as pedaladas e arrematou com uma volta à temática pessoal.¹²⁰

Aqui, é o “**elemento humano**” que dá o “**arremate**” que oferece a certeza da sedução e garante a vitória da eloquência; o “**tom emotivo**” atribuído à fala de Dilma, quando expunha sua biografia e abordava a temática pessoal, é o aspecto que dá forma à sua voz, rosto e postura, e é o elemento que mais propriamente instaura uma plateia diante de si. O apelo dos temas “**tortura**”, “**câncer**” e “**gênero**” justificam a emoção e sua expressão, tornando-a apropriada, pertinente e, mais, relevante, à medida que contribuem para a construção do efeito de sentido de franqueza, sinceridade e espontaneidade, além, evidentemente, da sensibilidade. É o apelo ao *pathos* através dos temas que a fala trabalha pelo verbo mas, muito antes, através do próprio veículo material da fala: o corpo e a voz.

É necessário notar, contudo, que se traça um limite para a expressão vocal de emoções em um sujeito político que é, sobretudo, um sujeito mulher: a voz embargada por comoções intensas causadas por tristeza, felicidade e compaixão, por exemplo, é descrita com alta aprovação; por outro lado, a voz firme, imposta, em altos volumes, animada por sentimentos menos afetuosos e ternos, é frequentemente tomada por demasiadamente agressiva e inapropriada.

Para ilustrar esta última observação, tomamos um texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 2014, em que se predica a voz de Dilma a partir do interior do campo semântico associado à guerra.

[...] Dilma, com a voz imposta, ressaltou: "estamos aqui para dizer que eles não voltarão". O tom beligerante também permaneceu em outros momentos. "Não fui eleita para colocar o País de joelhos, para acabar com a política industrial do País, para privatizar empresas públicas. Não fui eleita para varrer a corrupção para debaixo do tapete."¹²¹

Aqui, “**a voz imposta**” estabelece uma relação de paráfrase com “**o tom beligerante**”, associando o alto volume e a baixa frequência da voz aos efeitos de sentido de ameaça e embate. Além disso, vale ressaltar que a modulação vocal descrita pelo jornal, ou seja, a

¹²⁰ Sobre “A política no embate: o depoimento de Dilma e a democracia”, cf. nota 113.

¹²¹ DECAT, E. Dilma: espectros fantasmagóricos não voltarão. *O Estado de São Paulo*, 24 mai. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-espectros-fantasmagoricos-nao-voltarao,1171159>>. Acesso em 02 nov. 2017.

maneira de dizer, redonda aquilo que é narrado como o que é dito: os “**espectros fantasmagóricos**” dialogam com “**a temática do medo**” numa rede de sentidos disfórica que remete o leitor ao imaginário do terror e da bravata.

Produz um efeito de sentido similar o artigo veiculado pela *Carta Capital* em novembro de 2013, intitulado “Dilma cospe fogo”¹²². Na revista em questão, o autor escreve que “**Dilma perdeu a paciência e cuspiu fogo na primeira oportunidade**”, além de relatar uma sua fala com a formulação “**reclamou em tom agressivo**”. Há, no entanto, outras passagens no texto que funcionam como um recurso de justificação: “**a presidenta reage à recorrente paralisação de obras pelos órgãos de controle**”, “*ela seria uma má gestora, acusam. Atingiram o que ela parece prezar mais no próprio currículo*”, e “**a desativação de um canteiro de obras é um problema sério e dispendioso**”. A tentativa de legitimar e fundamentar a reação dita agressiva de Dilma culmina na seguinte indagação: “**Por que a presidenta falou um tom acima?**”. A persistência em uma postura defensiva que revelam essas passagens indica uma crença sobretudo na *necessidade* de justificativa, o que aponta para o reconhecimento de uma possibilidade de interpretação sobre fala e da voz de Dilma, bem como dos elementos linguísticos mobilizados na tentativa de representá-la, como exagerada ou inadequada. As repetidas investidas contra essa possibilidade de interpretação criam espaço, no interior do campo discursivo, para a manifestação de vozes e discursos provenientes de uma formação discursiva antagonista, fenômeno interessante que se nos apresenta como signo das disputas pelo sentido e das fronteiras móveis e permeáveis das formações ideológicas em constante conflito.

A busca pelo desencontro entre as lógicas do dito e do dizer e a correspondente acusação a que este contraste dá origem vêm-se replicadas e intensificadas na responsabilidade atribuída à mídia por uma investigação de mesma natureza, mas de distinta ordem: aquela que averigua a consonância entre o que se diz e o que se faz. A referência àquilo que é nomeado por tais veículos de mídia como “retórica” estabelece um interessante lugar de observação e impulso para análise discursiva na medida em que se permite ser tomado a partir de duas frentes que interagem entre si em uma relação de necessária complementaridade: a primeira, absoluta, instaura, ao lado da nomeação, uma descrição possível de sua caracterização; a segunda, relativa, diz respeito à performance oral de Dilma

¹²² DIAS, M. Dilma cospe fogo. *Carta Capital*, 16 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-discurso-de-dilma-no-cdes-3058.html>>. Acesso em 14 set. 2017.

em condição de fala pública. Observa-se que os atos de nomear e descrever podem surgir acompanhados de uma espécie de valoração positiva e também uma negativa, enquanto ao desempenho oratório de Dilma é atribuído invariavelmente um valor negativo. Se a retórica é, como descrita pelas mídias aqui tomadas, uma habilidade oral dos sujeitos políticos, requisito indispensável para o sucesso de seus empreendimentos oratórios, ela não é, necessariamente, signo de sua competência profissional e de sua pureza de espírito; às maneiras do que se costuma dizer dos sofistas, aqui, a “retórica”, com efeito, deixa-se entender como possivelmente, ou até arriscaríamos dizer muito provavelmente, associada a um esvaziamento de conteúdo, ou seja, como a potencialidade de um verdadeiro desencontro entre aquilo que se diz e que se faz, entre a verossimilhança do argumento e a veracidade que se quer empírica dos fatos. E, frequentemente, a implicação pejorativa dessa possibilidade é mobilizada e explorada como um recurso de desqualificação em avaliações de desempenho oratório de políticos profissionais por jornais e revistas brasileiros, ainda que resultados de análises nos permitam associar os discursos de que lançam mão a formações discursivas bastante distintas, de natureza progressista, por um lado, e conservadora, por outro – fator que atesta a frequência, a força e o alcance de tais dizeres.

Ainda, se, na perspectiva absoluta que mencionamos no início do parágrafo anterior, há possibilidade, ainda que mínima, de variação no valor atribuído às habilidades retóricas de sujeitos envolvidos ativamente no campo político brasileiro, sob a perspectiva relativa, que diz respeito ao tratamento da retórica de que lança mão Dilma em seus pronunciamentos públicos, há invariavelmente, também como dissemos, um esforço de desclassificação e reprovação: se a retórica de Dilma é adjetivada positivamente, a consequência necessária ou possível é que ela própria não o será, posto que por isso mente e manipula; se é adjetivada negativamente, ou seja, se não apresenta bom domínio de técnicas retóricas, a Dilma deverá, ainda, ser atribuído um juízo pejorativo, já que lhe falta um conhecimento fundamental para alcançar êxito em seu empreendimento oratório e, por extensão, triunfo político, restando para os interlocutores dessas mídias concluir por inadequação, incapacidade e incompetência. Veremos, nos próximos parágrafos, como se constroem esses efeitos.

Destacamos, em primeiro lugar, uma série de trechos de artigos veiculados pelos jornais e revistas pesquisados em que se pode observar os enunciados que circulam a respeito da “retórica”.

- i) “[...] essas promessas em discursos de posse são frivolidades retóricas” (*Veja*, 21 de fevereiro de 2017);
- ii) “A reforma política surgiu na fala de Dilma como uma muleta retórica” (*Folha de São Paulo*, 3 de maio de 2014);
- iii) “Dilma falar em golpe é retórica” (*O Estado de São Paulo*, 29 de agosto de 2016);
- iv) “trata-se de pura retórica” (*Veja*, 9 de fevereiro de 2017);
- v) “Consulta popular ‘não é uma coisa retórica’” (*O Estado de São Paulo*, 12 de setembro de 2014);
- vi) “repetiu a retórica dos últimos meses, sem trazer elementos novos com potencial de reverter apoios na fase final” (*Folha de São Paulo*, 29 de agosto de 2016)
- vii) “[...] Dilma acaba proclamando mais uma bobagem retórica” (*O Estado de São Paulo*, 9 de março de 2016);
- viii) “A utilização da crise e dos indicadores econômicos atuais na sustentação dos argumentos dos senadores pró-*impeachment* foi constante, mesmo que tais questões não sejam provas para comprovar a acusação de crime de responsabilidade por parte da presidenta Dilma. No Parlamento, a retórica cabe” (*Carta Capital*, 31 de agosto de 2016);
- ix) “Discursos hipócritas e retórica furada rebaixam a Câmara” (*O Estado de São Paulo*, 3 de agosto de 2017);
- x) “A defesa da presidente Dilma Rousseff no processo de *impeachment* que tramita no Congresso Nacional, feita pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, foi uma singela peça de retórica. Como tal, justiça seja feita, foi competente. Esvaziada, porém, das bem articuladas frases de efeito e da profusão de adjetivos escandidos com ênfase pelo orador, o discurso do ex-ministro da Justiça não para em pé, porque, apesar dos sofismas expostos com aparente convicção, falece ao tratar do mérito das acusações: as ilicitudes representadas pelas pedaladas fiscais e a concessão de créditos suplementares sem autorização do Congresso.” (*O Estado de São Paulo*, 6 de abril de 2016); e, por fim,
- xi) “Eu poderia oferecer um contra-argumento mais retórico do que técnico a Dilma, embora uma retórica assentada na realidade” (*Veja*, 9 de fevereiro de 2017).

Observe-se que não há, dentre os trechos destacados, ocorrência de itens lexicais que prediquem positivamente ou mesmo de maneira mais ou menos indiferente “retórica”, seja ela empregada como adjetivo ou como substantivo. A vizinhança do termo aos substantivos

“frivolidade”, “muleta” e “bobagem”, e aos adjetivos “pura”, “furada” e “esvaziada” oferecem subsídio suficiente para que apontemos a construção disfórica que se dá através do empréstimo de seus sentidos pejorativos. Há, no entanto, ainda, as construções adversativas que colocam em relação de oposição os adjetivos “retóricos” e “técnicos” e os substantivos “retórica” e “realidade”, gesto que se vê replicado no trecho que desprovê de coesão a “convicção” dos argumentos “escandidos” e “expostos” de maneira “competente” a respeito do “mérito das acusações”, asseverando uma desconexão entre o dizer, o dito e a referência. A “retórica”, imbuída de sentidos pejorativos e depreciadores, acaba por se tornar, ela mesma, um recurso a ser mobilizado contra a construção de efeitos de sentido de plena excelência na avaliação do desempenho dos falantes em situação de fala pública.

A questão de a referência à retórica estabelecer uma distância entre “aparência” e “essência”, se vê redundado em reportagem publicada pela revista *Veja* em ocasião dos debates do segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Sob o título “Como Aécio levou Dilma a nocaute”, lê-se:

Aécio então corrigiu Dilma e apontou a desconexão entre o que ela fala e o que ela faz – este que é um dos traços mais característicos da presidente:

“Lamento que a candidata não tenha entendido nada do que eu disse. Investiguem-se todos, candidata. Agora, o seu discurso não tem conexão com a sua prática. [...]”¹²³

O texto do jornalista estabelece a relação opositiva entre “fala” e “faz”, reiterada pela transcrição da fala de Aécio na contraposição entre “discurso” e “prática”, como “**um dos traços mais característicos da presidente**”. A voz de Aécio, relatada, confere um efeito de legitimidade à narrativa, especialmente considerando a relação parafrástica que podemos ver estabelecer-se entre o gesto descrito em “**apontou a desconexão entre o que ela fala e o que ela faz**” e o ato de “**corrigiu**”: transformar o erro em acerto, consertar o elo que se viu rompido entre aparência e essência adquire efeitos de virtuosidade perante aquilo que é pejorativamente predicado e torna-se vício. Esse efeito de sentido reforça-se com a metáfora do embate esportivo mobilizada na construção da manchete: “**corrigir**”, aqui, significa “**levar a nocaute**”, ou seja, a “ganhar de maneira contundente”. Parece-nos, ainda, que a representação disfórica de Dilma se constrói também mediante as formas que adquire a retomada anafórica de “Dilma”, tanto pelo jornalista quando por seu adversário de campanha:

¹²³ BRASIL, F. M. Debate do SBT: Como Aécio levou Dilma a nocaute. Veja análise, vídeos e “zuera”. Revista *Veja*, 17 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/debate-do-sbt-como-aecio-levou-dilma-a-nocaute-veja-analise-video-e-8220-zuera-8221/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

no lugar de nomeá-la “presidenta”¹²⁴, como o fazem veículos de mídia que se posicionam no interior de uma formação discursiva progressista, portanto mais alinhada à posição ideológica de Dilma, usa-se “**presidente**” ou, ainda, “**candidata**”, construindo uma ordem decrescente de apreciação à medida que, simultaneamente, se lhe desprovê da identificação feminina quando em condições de poder e se lhe restitui de tal em situações de disputa e embate em que, segundo o imaginário social, é imprescindível que se demonstre energia viril se se quer estabelecer vantagem.

Em artigo da *Carta Capital* de julho de 2013, a revista descreve com termos eufóricos o desempenho oral da presidenta na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social daquele ano, como se pode observar nos trechos destacados abaixo:

- 1) “[...] da sucessão de apresentações até chegar à sua fala, constatava-se que existe um projeto de País, quase consensual e que tem em Dilma, até agora, sua melhor intérprete.”;
- 2) “Em seguida apresentou os cinco pactos indispensáveis para se atingir a igualdade. E uma afirmação relevante, que pode prenunciar a mudança do estilo autocrático até agora adotado: ‘Como é próprio das democracias, serão enriquecidos com contribuições de todos’.”; e
- 3) “A convicção de Dilma e os dados apresentados impressionaram os conselheiros”.¹²⁵

Se certo aspecto do que se poderia entender como uma (relativa) habilidade retórica de Dilma impressiona e se aquilo que ela diz se apresenta como relevante, resta, contudo, ainda um grão de desconfiança em relação a algo que sucede sua performance. Havendo de imediato uma resposta afirmativa às questões “Ela tem o que dizer?” e “Ela o diz bem?”, impõem-se ainda outras duas indagações: “O que ela diz é verdade?”, ou, ainda, “Ela fará o que diz?”. O interlocutor da revista lerá:

A convicção de Dilma e os dados apresentados impressionaram os conselheiros. Nas próximas semanas, no entanto, terá que apresentar atitudes concretas. E, aí, se poderá comprovar se colocará em prática a parte mais substantiva do seu discurso, a

¹²⁴ Sobre os usos do termo “presidenta”, cf. SARGENTINI, V.; SÁ, I. . Discursos em luta: os usos e os sentidos do termo "presidenta" no debate político-midiático. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 179-195.

¹²⁵ NASSIF, L. O discurso de Dilma no CDES. *Carta Capital*, 18 mar. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-discurso-de-dilma-no-cdes-3058.html>>. Acesso em 14 set. 2017.

constatação de que as transformações, em regimes democráticos, são lentas e custosas, mas só se tornam possíveis com ampla participação de todos os setores nas grandes decisões públicas.

A oposição que se vê marcada entre “**prática**” e “**discurso**” remete, como já mencionamos, a uma discursividade dominante entre as mídias brasileiras, segundo a qual o uso daquilo que se denomina “retórica”, ou seja, das habilidades oratórias de um político profissional, implica a possibilidade de desencontro entre a verossimilhança da ideia e a veracidade da suposta referência empírica. A mobilização das construções “**atitudes concretas**” e “**colocar em prática**” hierarquiza a importância oferecida às questões supracitadas e instaura a regra de ouro de cuja obediência depende o mais alto grau de sucesso de sua fala: é necessário que se fale bem e que se tenha o que dizer, mas é ainda antes necessário que se fale a verdade.

Ainda que, de maneira geral, possamos atribuir à revista *Carta Capital* o gesto de demarcação do terreno de uma formação discursiva mais progressista e, portanto, mais alinhada aos posicionamentos ideológicos que Dilma compartilha com seu partido político, devido às representações eufóricas de seus pronunciamentos com que frequentemente nos deparamos no decurso dos trabalhos de análise, é possível constatar, todavia, alguns rompantes de gestos de detração de sua fala pública que dialogam com já-ditos mais frequentemente reproduzidos pela mídia tradicional, oriundos de discursos do interior de uma formação discursiva que assume seus contornos justamente no antagonismo aos ideais progressistas. Sem pretensão de exaustividade, mas apostando na pertinência de ilustrar a questão, nos deteremos, por ora, em apenas dois exemplos desse tipo de ocorrência.

Destacamos um artigo¹²⁶ publicado pela revista, já mencionado anteriormente, que faz referência ao depoimento de Dilma quando da ocasião do julgamento de seu processo de *impeachment* e que traz no corpo do texto a afirmação: “**Ainda que não seja uma boa oradora e tenha evitado alguns temas, Dilma cresce nos embates, e foi isso que se viu na sessão de segunda**”. Neste trecho, a despeito da construção adversativa que impõe sintaticamente ao enunciado um ritmo progressivo e crescente de apreciação eufórica, a primeira sentença da oração, cujo verbo se conjuga no presente do subjuntivo, cria o efeito monofônico de um dado pressuposto, ou seja, trabalha com a produção de uma memória. Ora, “**ainda que não seja uma boa oradora**”, pode ser traduzido como “Dilma não é uma boa oradora”, reproduzindo e trabalhando em favor da perpetuação do estigma que recai sobre sua

¹²⁶ Sobre “A política no embate: o depoimento de Dilma e a democracia”, cf. nota 113.

prática de fala pública. Assim, atribui-se à Dilma uma substância, a saber, a condição de uma oradora ruim, e um atributo, representado pela possibilidade de crescer episodicamente em situações de embate.

Em 2011, a mesma revista fez circular artigo intitulado “O que falar de Dilma?”, no qual estabelece uma comparação entre o uso da retórica feito por Lula e por Dilma.

Achavam que Dilma seria uma cópia carbono de Lula. Piorada, naturalmente, pois sem sua facilidade de comunicação e carisma. Estava pronta a interpretação do novo governo: na melhor das hipóteses, uma repetição sem brilho das coisas que conhecíamos. Para quem, como nossos bravos homens e mulheres da “grande imprensa”, achou que o governo Lula havia sido uma tragédia, o de Dilma seria uma farsa. Como dizia o velho Karl Marx, quando a história se repete, é isso que acontece.

Dá-se o caso que, neste início de governo, Dilma os surpreendeu. Exatamente naquilo que menos esperavam: está fazendo, desde o primeiro momento, o governo dela.¹²⁷

As primeiras duas sentenças apresentam um caráter ambíguo na medida em que se faz possível atribuir a responsabilidade pela crença “natural” de que Dilma seria “pior” que Lula uma vez que não compartilha de **“sua facilidade de comunicação e carisma”**: pode-se remeter o advérbio **“naturalmente”** ao agente de **“achavam”**, ou seja, à oposição dos petistas e **“nossos bravos homens e mulheres da ‘grande imprensa’”**, ou ao próprio sujeito que fala através do texto em questão, publicado em um veículo que lhes quer abertamente oferecer apoio ideológico. Isso equivale a dizer que o valor negativo emprestado ao desempenho oratório de Dilma passa a ser passível de se inscrever tanto em uma formação discursiva favorável ao governo quanto em outra, contrária à gestão. O apoio ideológico, que é endossado pela representação eufórica a que dá vida enunciados como **“Dilma os surpreendeu”** e **“está fazendo o governo dela”**, e que poderia ser usado como argumento contrário à hipótese aqui exposta, não deve eliminar a possibilidade de sua verificação, já que o caráter surpreendente de sua gestão reside **“exatamente naquilo que menos esperavam”**. Ora, se a crença na sua inferioridade adquire contornos “naturais” justamente por consistir na pobreza de suas habilidades retóricas e de seu carisma, deve ser igualmente natural pensar que, havendo algo de surpreendente em seu desempenho, dificilmente o será nestes campos.

¹²⁷ COIMBRA, M. O que falar de Dilma?. Carta Capital, 21 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-falar-de-dilma>>. Acesso em 14 set. 2017.

Desta forma, se, numa formação discursiva progressista, pode-se construir efeitos segundo os quais “Dilma é uma boa governante”, ao passo que, numa formação discursiva conservadora, tem-se que “Dilma é má governante”, entre ambas verifica-se um interessante acordo: sejam inatos ou instruídos, há bons e maus oradores, boas e más oradoras – Dilma, dizem ambas, se conforma no segundo grupo.

2.3. Efeitos de uma incompetência linguística, cognitiva e governamental

De fato, o efeito de sentido de incompetência linguística e retórica se vê ainda acentuado pelo esforço de complementaridade à falta de técnica que exerce o apelo a uma deficiência de outra natureza: o caráter ilógico do que exprime a fala pública de Dilma, imputado a falhas de raciocínio. A exploração frequente deste tema como uma fraqueza que se impõe a Dilma, principalmente pelos veículos que podemos associar a uma formação ideológica conservadora, garante duas frentes à sua crítica: uma, absoluta e intrínseca à sua constituição pessoal, e outra, relativa pois conjuntural, referente à sua formação profissional e técnica. A avaliação pontual da mídia sobre seu desempenho oral e sobre a dúbia eficácia de sua fala pública sela, ao mesmo tempo, seu destino, já que a condena à imutabilidade das leis naturais numa dinâmica que estamos tentados a associar ao célebre par estrutural de Lévi-Strauss: trata-se, aqui, da reconciliação entre o cru e o cozido, no processo de construção de um cenário aversivo em que o potencial de vida que ambos nutrem é substituído pela putrefação e deterioração. Naquilo que é cozido, que é fruto do trabalho e da organização social, que provém da aquisição de técnicas e do manejo de instrumentos, Dilma é fraca; aquilo que é cru, em seu estado mais natural e original, tampouco a favorece. A mídia a pinta com as cores da atecnia e viabiliza o arremate com os sentidos da inépcia.

Podemos ver esse efeito de sentido sendo criado ao nos debruçarmos sobre texto de Celso Arnaldo, publicado em uma coluna da revista *Veja* em 2010, em que se lê:

Despreparo, normalmente, é um estado temporário de ignorância. Qualquer pessoa na posse de faculdades intelectuais medianas pode se preparar em qualquer assunto que desconheça, com treinamento, leitura, estudo, afinco. Não Dilma. Ela é impreparável. Ter sido jogada ao primeiro debate nesse estado rudimentar de pensamento sobre virtualmente qualquer tema não foi falha de seu *staff* de campanha. A falha é estrutural – é do cérebro de Dilma, um dos órgãos com menor eficiência e apetrechamento da máquina estatal brasileira em todos os tempos. Do

pouco que vi ontem e li hoje, o desempenho de Dilma no primeiro debate foi mais desastroso do que até os dilmólogos esperavam.¹²⁸

Note-se, em primeiro lugar, que o contraste que se estabelece entre o **“estado temporário”** do **“despreparo”** e o adjetivo **“impreparável”** atribuído a Dilma se constrói através da formulação **“posse de faculdades intelectuais medianas”**. Se o desempenho oratório pouco satisfatório pode ser atribuído à falta de **“treinamento, leitura, estudo, afinco”**, ou seja, à insuficiência de trabalho e de uso de instrumentos de aprimoramento das competências profissionais, esse trabalho deve passar, por sua vez, pela autorização da competência cognitiva, da eficiência do **“cérebro”**. A justificativa que se atribui a seu desempenho **“desastroso”** é, ao mesmo tempo, sua condenação: cria-se o efeito de sentido de que “Dilma não fala bem pois não se prepara previamente”, com o agravante de que “Dilma não pode se preparar porque não é inteligente”. Ao despreparo, falha circunstancial, assoma-se o **“estado rudimentar de pensamento”**, uma **“falha estrutural”** e, portanto, impassível de retoques.

Ricardo Polito, em artigo¹²⁹ para o *UOL Economia*, já mencionado, transforma uma dura crítica à fala de Dilma em uma das **“superdicas da semana”**: **“O problema de Dilma, entretanto, é mais grave. No lugar de pensar e depois encontrar as palavras que vistam seu raciocínio, ela costuma inverter essa ordem natural e joga palavras para tentar construir a sequência do pensamento a partir delas”**, torna-se **“Pense. E, com calma, vista suas ideias com as palavras adequadas”**. As formulações trabalham, aqui, em favor da construção de um efeito de sentido segundo o qual “Dilma não pensa”, ou “Dilma pensa no momento errado”. Ademais, seu comportamento é representado como altamente não recomendável e como uma sequência de **“erros”**, tendo em vista que seu imediato inverso se transforma em um aconselhamento sobre os bons comportamentos oratórios. Afinal, **“pelo menos servirá de exemplo para aprendermos como NÃO fazer”**.

No jornal *O Estado de São Paulo*, em artigo de opinião intitulado “A desfaçatez de Dilma”, Augusto Nunes escreve que

A cada manifestação pública da presidente cassada Dilma Rousseff – e elas são cada vez mais frequentes –, a maioria da população que apoiou o seu *impeachment*, consumado pelo Senado há quase um ano, é tomada por um misto de realização e

¹²⁸ ARNALDO, C. Arnaldo Celso: ‘Cada frase de Dilma valeria uma internação no sanatório’. Revista Veja, 6 ago. 2010. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/celso-arnaldo-8216-cada-frase-de-dilma-no-debate-valeria-uma-internacao-no-sanatorio-8217/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

¹²⁹ Sobre “Discurso na Itália mostra que oratória não é mesmo a praia de Dilma”, cf. nota 101.

alívio por não ver mais o destino do País entregue às mãos ineptas de alguém capaz de tanta confusão, tantos erros e tanta dissimulação.¹³⁰

O processo de deslegitimação da fala de Dilma ocorre, aqui, para além do âmbito da mera inabilidade oratória. Sua fala pública, aqui nomeada como “**manifestação pública**”, é predicada com os termos “**confusão**”, “**erros**” e “**dissimulação**”, deslocando a crítica para o campo da cognição e da moralidade. A “**confusão**” e os “**erros**” podem ser remetidos aos já-ditos “Dilma não sabe o que diz” e “Dilma não tem o que dizer”, ao passo que a “**dissimulação**” remonta àquele segundo o qual “Dilma mente”. O uso de quantificadores indeterminados “**tanta**” e “**tantos**” funcionam como um recurso enfático a essa operação de memória, na medida em que produzem um efeito de sentido de repetição e constância daquilo que é apontado como uma sua debilidade.

Em outro artigo do mesmo ano e do mesmo jornal, atribui-se aquilo que é chamado de “os embaraços de Dilma” à lida com a “**Língua Portuguesa**”, mas também com “**as idéias**”, relacionando esses sintagmas a questões da ordem da “**forma**” e do “**conteúdo**” em uma cadeia progressiva de depreciação.

Alguém precisa explicar a Dilma Rousseff que ela já está suficientemente atolada nos problemas políticos que ela própria cria e por isso deve evitar fazer o que só agrava esses problemas: falar em público. Os embaraços de Dilma com as ideias e com a Língua Portuguesa já se incorporaram ao anedotário. Mas, muito pior do que a questão da forma, é a do conteúdo.¹³¹

Já em 2014 era possível observar no jornal os mesmos recursos de detração da fala da então presidenta. Em “O mundo à parte de Dilma”, propõe-se insistentemente oposições entre o que fora dito por Dilma em uma viagem à Brisbane, na Austrália, e aquilo que nomeia “realidade”, atribuindo o suposto desencontro a “seu tortuoso raciocínio”.

Em duas falas em Brisbane, na Austrália - um discurso na abertura da reunião do Brics, que precedeu a do G-20, e numa entrevista antes de embarcar de volta -, a presidente Dilma Rousseff emitiu sinais inquietantes de que viajara também para os antípodas da realidade. No léxico dos anos 1970, quando ela integrava organizações de resistência armada à ditadura, se diria que estava “alienada”, embora não estritamente no sentido clínico do termo. Chame-se hoje como se queira o estado de

¹³⁰ NUNES, A. Editorial do Estadão: a desfaçatez de Dilma. O Estado de São Paulo, 28 de ago. 2017. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-desfacatez-de-dilma,70001952656>>. Acesso em 02 nov. 2017.

¹³¹ O ESTADO de São Paulo. Os embaraços de Dilma. O Estado de São Paulo, 09 mar. 2016. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,os-embaracos-de-dilma,10000020242>>. Acesso em 02 nov. 2017.

espírito que a presidente deixa transparecer em seus pronunciamentos, o fato é que eles parecem demonstrar um descompromisso com as coisas como são, substituído por um enlace mental com um mundo à parte de todo peculiar.¹³²

Neste trecho, que funciona como um preâmbulo ao artigo, há a construção de um cenário em que é através da fala de Dilma que se pode obter sinais de verificação da condição de sua saúde mental e psicológica, que se vê enfatizada na referência ao termo “**alienada**”. As aspas utilizadas ao redor do termo funcionam como um recurso de legitimação do que se diz na medida em que atribuem a outrem (pois “*se diria que estava ‘alienada’*”), provavelmente uma referência especializada (pois, se “*não estritamente no sentido clínico do termo*”, então *também* no sentido clínico do termo), o que contribui para a atribuição de um estatuto de verdade do efeito de sentido construído. Além disso, “**os antípodas da realidade**” e “**um mundo à parte de todo peculiar**”, ao dialogar com o termo “alienada” em uma cadeia parafrástica, desfrutam, ao mesmo tempo, do seu potencial de veracidade, do qual se poderia obter “**sinais inquietantes**” através de suas falas.

Em 26 de outubro de 2014, marcando o fim do segundo turno das campanhas eleitorais de 2014 e o início da eleição, o portal *Último Segundo*, vinculado ao *iG*, publicou na seção Política artigo intitulado “Embate verbal: Dilma sofre para organizar discurso, e Aécio mostra ansiedade¹³³”. Remetendo a manchete aos últimos debates das eleições presidenciais, o termo “**embate**” delimita os contornos de uma competição de forças. No que diz respeito à performance dessas competências verbais, o foco recai, na verdade, sobre as fraquezas: o “**sofrer**” de Dilma, contra o “**mostrar ansiedade**” de Aécio. As formulações no presente do indicativo expõem as ações como dados e impõem uma perspectiva como unívoca, visto que não há uma modulação que abra margem para a possibilidade de emergência de outras vozes que, junto a esta posta, construam ou possam construir uma rede de sentidos possíveis, como haveria em construções do tipo “pode ter sofrido/mostrado”. É necessário, ainda, apontar para a escolha lexical dos verbos empregados para um e outro, que já se revela como um gesto de avaliação: “**mostrar**”, para o neutro, e “**sofrer**”, para o depreciativo. Além disso, a passividade que é atribuída pelo verbo “**sofrer**”, contraposta ao caráter de agência implicado no verbo “**mostrar**”, criam o efeito de sentido de inferioridade e de impossibilidade de reação

¹³² O ESTADO de São Paulo. O mundo à parte de Dilma. O Estado de São Paulo, 18 nov. 2014. Disponível em: < <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-mundo-a-parte-de-dilma-imp-,1594333>>. Acesso em 02 nov. 2017.

¹³³ MARTINS, A. Embate verbal: Dilma sofre para organizar discurso, e Aécio mostra ansiedade. *Último Segundo*, IG, 26 out. 2014. <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-26/embate-verbal-dilma-sofre-para-organizar-discurso-e-aecio-mostra-ansiedade.html>>. Acesso em 06 fev. 2017.

devido ao caráter involuntário da fraqueza de Dilma: diz-se, sem dizê-lo de fato, que a deficiência de Aécio seria mais gerenciável e menos grave do que aquela de Dilma. De maneira análoga funciona a construção do subtítulo: **“Político tucano leva vantagem na fluência verbal, enquanto a candidata à reeleição se mostra mais à vontade quando ataca”**. Além da tentativa de produção de monofonia¹³⁴, é interessante notar que a segunda sentença, relacionando Dilma à ideia de confronto, responde a já-ditos segundo os quais a Presidenta seria naturalmente afeita à agressividade e à truculência e só nos casos em que pudesse como tal se comportar é que teria boas performances.

O artigo se inicia em consonância com o tom monofônico que o introduziu, como veremos a partir do exame do seguinte trecho:

Dilma Rousseff, presidente e candidata à reeleição pelo PT, e Aécio Neves, concorrente ao cargo pelo PSDB, mostraram diferenças claras na forma de falar com seus eleitores ao longo dos meses de campanha. A petista gaguejou em momentos dos debates e suas expressões repetidas, como "no que se refere" ou "fico estarecida", viraram memes, as já conhecidas brincadeiras nas redes sociais. Já o tucano leva vantagem na fluência verbal, mas derrapa na agressividade e quando está ansioso.

Aqui, as **“diferenças claras”** entre a competência verbal dos candidatos levaria, inevitavelmente, à constatação de uma **“vantagem”** exercida pelo candidato PSDBista, visto que Dilma **“gaguejou”** e fez uso de **“expressões repetidas”**, consideradas, portanto, como falhas de habilidade e uma consequente fragilidade de articulação verbal e, por extensão, da competência retórica e cognitiva.

No entanto, a produção da monofonia se vê autorizada pelo parágrafo seguinte:

O iG conversou com especialistas que analisaram a postura e o discurso de Dilma e Aécio na reta final das eleições. E o tucano é melhor na oratória. "O Aécio é mais preparado que a Dilma principalmente na construção do raciocínio, com começo, meio e fim das frases. A Dilma muda muito a construção das frases e, às vezes, não termina o que estava falando", afirma Rodrigo Moreira, fonoaudiólogo e professor de oratória.

O discurso legitimador de um **“especialista”**, **“fonoaudiólogo e professor de oratória”**, assim, corrobora a avaliação da jornalista acerca da performance dos envolvidos no debate.

¹³⁴ Cf. Orlandi (1989).

Aqui, a vantagem se faz clara: Aécio “**é mais preparado**”, enquanto “**Dilma muda muito a construção das frases**”. O artigo continua com a legitimação de mais um “**especialista**”:

Para o cientista político Rudá Ricci, a presidente sofre para formar as palavras. "A Dilma tem uma dificuldade de articulação. Ela raciocina, mas na hora que vai verbalizar, tem uma dificuldade e se desorganiza", diz. Ricci aponta a ansiedade como um problema para o candidato Aécio Neves, do PSDB. "Quando a Dilma está formulando uma pergunta, ele começa bem, autocontrolado, e de repente, começa a puxar o canto da boca e começa a ficar impaciente para responder", explica.

Embora os dois especialistas consultados concordem em relação à vantagem do adversário, as construções de suas falas revelam uma oposição no que diz respeito às fragilidades de Dilma: enquanto o primeiro atribui o problema à “**construção do raciocínio**”, para o cientista político, “**ela raciocina**”, deslocando a deficiência para o “**verbalizar**”.

A relação entre as duas análises expostas pela jornalista nos permite estabelecer uma associação entre as fragilidades dos candidatos e as causas correspondentes apontadas: em relação a Dilma, a candidata “**muda muito a construção das frases**” e “**tem uma dificuldade e se desorganiza**”, enquanto Aécio “**começa a puxar o canto da boca**” e “**ficar impaciente pra responder**”. As deficiências do candidato são atribuídas à “**impaciência**” e à “**ansiedade**”; as de Dilma, ao “**raciocínio**”. Essa possibilidade de associação remete a uma discursividade que concebe o masculino como um correspondente imediato de competência política e habilidade profissional, enquanto ao feminino é comumente relegada a inaptidão: a fragilidade de Aécio seria contingente, portanto de ocorrência eventual, ao passo que a de Dilma seria inerente, portanto estrutural e cuja frequência apresenta natureza constante.

A combinação fatal destes fatores vive seu ápice com a construção daquilo que os veículos mais conservadores caracterizam como “o dilmês”: uma espécie de idioma, podemos pensar, já que se pode remeter a adição do sufixo à construção em língua portuguesa prototípica dos nomes de grande parte dos idiomas mais conhecidos por nossa população, que, pelo paralelismo com o português, causaria um grande número de desentendimentos entre Dilma e os brasileiros. A legitimação pejorativa do “dilmês” como uma língua própria e, mais do que isso, peculiar, é trabalhada com base na construção da relação deste com outros idiomas (como o próprio português, o inglês, o espanhol, o francês, o búlgaro o finlandês), além da aposta no caráter ininteligível e na inexistência de condições de interpretação de suas expressões, devido tanto às próprias formulações de seus enunciados quanto ao vazio

referencial a que ficam supostamente relegados. Descredita-se, simultaneamente, a maneira de dizer e o dito. Mas isso não é tudo, como veremos.

2.4. “A economia, a sintaxe e o bom senso”: entre o dito, a maneira de dizer e o momento de dizê-lo

Em dezembro de 2014, o portal *iG* publicou artigo sob o título “Em 2014, Dilma abusou do ‘dilmês’ e não se fez entender em discursos da campanha¹³⁵”. Aqui, a utilização do sufixo -ês remonta à construção de nomeações de idiomas, como dissemos, ao mesmo tempo em que indica a sua vinculação a certos já-dito segundo os quais “Dilma fala o português mal”, “Dilma faz uso de um idioma próprio” e “Dilma não sabe se comunicar”. O efeito pejorativo é reforçado pelo acompanhamento do verbo “**abusar**” e do complemento “**não se fez entender**”. A conjunção aditiva “e”, combinada com a voz única que ressoa nessa formulação, leva o interlocutor a operar um silogismo: se “Dilma abusou do ‘dilmês’” e “Dilma não se fez entender”, logo, “o ‘dilmês’ é incompreensível”.

O artigo é introduzido através de uma insistente operação de produção de memória:

As confusões de discurso já viraram marca registrada da presidente Dilma Rousseff e, neste ano eleitoral, quando ela precisou mais deixar os textos de lado e se arriscar mais no improviso, não se fez entender em uma infinidade de momentos.

Dilma já celebrizou a expressão “no que se refere”, à qual sempre recorre para introduzir um assunto. A presidente também já é famosa pelo “porque” retórico, que sempre lhe permite um tempinho a mais para pensar no que virá em seguida.

O enunciado “**já viraram marca registrada**”, além de produzir um efeito de univocidade que leva o leitor a inferir que “todos já sabem das confusões de discurso da Presidenta”, o conduz à interpretação de que essas “**confusões de discurso**” não apenas constituem uma característica da fala de Dilma, mas também a diferenciam das demais figuras políticas públicas, já que “**marca registrada**” remete à discursividade mercadológica na qual a exclusividade se impõe como uma vantagem estratégica. No entanto, o valor negativo conferido às predicções ao redor da “**marca registrada**” de Dilma opera um deslocamento de sentido da expressão: seu caráter irreproduzível, ao invés de constituir algo como da ordem da interdição, inscreve-se pejorativamente na ordem da *impossibilidade*. Quer dizer, “Dilma é

¹³⁵ LIMA, L. Em 2014, Dilma abusou do ‘dilmês’ e não se fez entender em discursos da campanha. Último Segundo, *iG*, 28 dez. 2014. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-28/em-2014-dilma-abusou-do-dilmes-e-nao-se-fez-entender-em-discursos-da-campanha.html>>. Acesso em 06 fev. 2017.

a única que discursa dessa forma”, “ninguém se confunde como Dilma” e “Nunca se viu discursos tão confusos quanto os de Dilma”. A presidenta é, desta forma, individualizada em relação à representação dos demais integrantes do grupo social no qual se inscreve, isto é, o campo político, e em decorrência da oposição de suas práticas singulares às práticas supostamente convencionais de seus pares.

O texto reforça que os mecanismos de articulação dos quais Dilma comumente se serve em suas performances e que lhe atribuíram uma “**fama**” e uma “**marca registrada**” não a salvaram de cometer deslizes ao assumir o risco do “**improviso**”. Esse efeito de sentido se constrói à medida que somos introduzidos aos papéis que esses mecanismos exercem na articulação de sua fala: o primeiro “**sempre**” lhe serve para “**introduzir um assunto**”, ao passo que o segundo “**sempre lhe permite um tempinho a mais para pensar no que virá em seguida**”. No entanto, “**apesar disso**”, ou seja, a despeito dos mecanismos úteis de que Dilma dispõe, ainda que estes lhe tenham rendido reações depreciativas, a Presidenta “**não escapou de se enrolar e provocar situações embaraçosas, incompreensíveis e engraçadas ao longo do ano**”. Assim, reitera-se o efeito de sentido de inadequação e inabilidade.

A descrição que se segue se debruça sobre a narrativa de uma série de pronunciamentos da presidenta aos quais se atribui predicções de valores negativos e/ou pejorativos, tais quais:

- i) “*Já na pré-campanha ela deu o tom das sucessivas confusões*”
- ii) “A comparação entre o ‘abacaxi’ e o ‘quiabo’ concluiu uma série de *escorregões* da presidente”
- iii) “[...] disse a presidente, *arrancando gargalhadas* dos presentes”
- iv) “[...] a presidente já havia *filosofado* sobre a importância dos bodes para o Nordeste”
- v) “[...] a presidente continuava se *confundindo* com os estados”
- vi) “No mesmo dia, Dilma *se enrolou* para explicar a importância do metrô para cidade”
- vii) “Em época de campanha, *até* garantir o pleno acesso a “mangas bem doces” vira promessa”
- viii) “[...] a presidente *se esforçou*, em Belém para relacionar as obras de mobilidade urbana com o desfrute das mangueiras carregadas da capital paraense”

Faz-se interessante a percepção de que, até este ponto, a fala de Dilma sofre desqualificações quanto à sua “forma” – maneira de articular as sentenças, referida através das construções acerca da estrutura “**no que se refere**” e do “**por quê** retórico” – e ao seu “conteúdo” – aquilo que se articula no dizer, ou seja, o dito, mencionado através de um conjunto de narrativas às quais se atribui valor negativo por meio da escolha lexical, como se verifica em “**escorregões**”, “**confusões**”, e até mesmo por meio do esforço de inscrever o eufórico (“**arrancando gargalhadas**”) no campo do disfórico. Ainda, no entanto, uma última forma de desqualificação será mobilizada nos últimos parágrafos:

Houve momentos na campanha em que a presidente aplicou a resposta ensaiada para a campanha na hora errada e acabou se metendo em saia justa, para a alegria de seu adversário, o tucano Aécio Neves.

Remontando ao subtítulo do artigo, no qual se estabelece uma oposição entre “**textos prontos**” e “**improvisado**”, atribuindo ao último um caráter de “**risco**” que impõe seu imediato contrário aos “**textos prontos**”, vemos, nesse parágrafo, uma ampliação ainda mais enfática da inabilidade conferida a Dilma em relação à sua fala pública: ainda que faça uso de uma “**resposta ensaiada**”, supostamente mais segura, a candidata “**se mete em saia justa**”, “**para a alegria de seu adversário**”, ao mobilizá-la “**na hora errada**”. Observamos, portanto, uma tentativa de desqualificação da performance de Dilma por três vias que se complementam na produção de um efeito de sentido de ênfase pejorativa: de seu *modo de dizer*, do seu dito, e de seu *momento de enunciação*.

A mobilização de recurso similar pôde ser verificada em artigo de Reinaldo Azevedo publicado pela revista *Veja* em janeiro de 2017 e intitulado “A fala de Dilma sobre pedalada e cinto de segurança é tão despropositada que nem errada chega a ser”. Já no título, podemos observar que, se há alguma hierarquia entre as três dimensões sobre as quais recai a avaliação da mídia acerca da fala pública da presidenta, a saber, o modo de dizer, o dito e o momento em que se diz, ela certamente se faz mais clara entre os dois últimos, na medida em que o “**despropósito**” interdita a apreciação da “essência”. Isso equivale a dizer que, em face de uma inadequação do momento de enunciação, vê-se como desnecessário ou vão o esforço em direção à avaliação dos outros aspectos de sua fala: descarta-se por completo a possibilidade de persuasão e eficácia. Essa constatação não significa, todavia, que o jornalista se absterá de dedicar-se a este empreendimento:

A comparação é uma tolice na essência e na contingência. Mas que se note: ela admite a transgressão.

A presidente Dilma Rousseff costuma dizer coisas incompreensíveis. Vejam a declaração que deu sobre a CPMF. Atropela a economia, a sintaxe e o bom senso.

Mas a coisa pode ser pior quando a gente entende o que quis dizer — isto é, quando a sintaxe está minimamente ordenada.¹³⁶

Os três recursos que concorrem para a deslegitimação da oratória de Dilma no artigo de *iG* são reprisados aqui com outros contornos linguísticos: “**a economia, a sintaxe e o bom senso**” referem-se, respectivamente, ao tema que compõe o dito, a formulação desse dizer e a capacidade de discernimento e senso de ocasião. A “**essência**” e a “**contingência**”, aqui, retomam através de procedimento parafrástico os elementos anteriormente dispostos, já no título, em cadeia hierárquica em relação à sua necessidade de precisão – respectivamente, o dito e a ocasião de sua verbalização. Estabelece-se, ainda, uma outra forma de regulamento, de ordem distinta, mas de natureza similar, na última sentença: “**Mas a coisa pode ser pior quando a gente entende o que quis dizer – isto é, quando a sintaxe está minimamente ordenada**”. Se a adequação do momento de enunciação se situa, em uma ordenação motivada pela relevância do papel que desempenha na competência oratória, acima do dito, visto que, ao ser despropositada, pouco importa sua veracidade, esta afirmação a inscreve, ainda, em posição superior também em relação ao dizer. Ora, a maneira de dizer, ainda que devidamente adequada, ou “**minimamente ordenada**”, funciona apenas em favor do agravamento do desvio primeiramente observado na escolha do contexto de fala; submete-se, pois, ao “propósito” a “**sintaxe**” e a “**essência**”, o que equivale a dizer que o momento de enunciação se sobrepõe, nessa perspectiva, à maneira de dizer e ao dito.

Convém ainda fazer uma última indagação acerca da tricotomia estabelecida por essas peças jornalísticas: de que espécie de competência se pensa depender o bom uso que prescrevem dessas facetas da fala pública? A pergunta importa na medida em que sua resposta pode ser capaz de revelar o grau de atenção e importância dispensados aos diferentes tipos de competências tidas como necessárias ou desejáveis em um líder político ou em um indivíduo que almeje alçar-se a essa posição de poder.

Vimos, nos resultados das análises que depreendemos, os veículos da mídia brasileira relacionarem as adequações do bom dizer – os papéis que desempenham a língua, o corpo e a

¹³⁶ AZEVEDO, R. A fala de Dilma sobre pedalada e cinto de segurança é tão despropositada que nem errada chega a ser. Revista Veja, 15 jan. 2017. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-fala-de-dilma-sobre-pedalada-e-cinto-de-seguranca-e-tao-despropositada-que-nem-errada-chega-a-ser/>>. Acesso em 03 nov. 2017.

voz na fala pública – ao trabalho prévio à situação de fala, ao preparo profissional e a empenho pessoal. Cremos ter demonstrado, além disso, que, de acordo com essas representações, esse trabalho depende em larga medida do tempo dispendido a esse empreendimento, mas ainda mais fortemente das competências cognitivas do político profissional, isto é, daquilo que se toma por sua inteligência. O alcance de suas faculdades mentais também se estende às adequações de ocasião da fala, somado àquilo que se toma por simples bom senso: a capacidade de distinguir o momento em que se fala e o público para o qual se fala. Este gesto de discernimento em relação à seleção do dito e da maneira de dizer em relação ao contexto de fala e do momento de enunciação implica um reconhecimento dos arredores do terreno político que só pode ser demonstrado por aqueles que, por vocação, exercem um domínio sobre o campo da política e exibem um comportamento de pertença natural a esse ambiente. Esse efeito de sentido é reiterado pelos resultados de análise que apontam para o fato de que é decrescente a ordem que se estabelece entre essas competências no que diz respeito à sua possibilidade de aprimoramento através do preparo: as maneiras de dizer, cujas boas performances dependem de tempo, trabalho e ensaio, podem, sem que reste dúvidas, ser aprimoradas; ao dito que veiculam resta uma possibilidade de aperfeiçoamento à medida que seus defeitos recaiam menos sobre o domínio da capacidade cognitiva do que sobre um simples “estado temporário de ignorância”; a adequação do momento de enunciação, no entanto, posto que sobrevive única e exclusivamente no plano da inteligência e do bom senso, não se trata de uma habilidade a adquirir.

Como vemos em artigo de Reinaldo Polito, a oratória de Lula, por exemplo, ainda que falte em sofisticação, não padece deste último mal; o ex-presidente nunca peca no conteúdo, e seu trunfo reside justamente em saber distinguir a ocasião, adequando “**seu jeito simples de se expressar**” ao “**tipo de público**” e ao “**ambiente**”:

Lula foi um dos mais competentes oradores entre todos os presidentes do Brasil. Com seu jeito simples de se expressar, sabia o que dizer a cada tipo de público. Contava histórias e se valia de comparações que tornavam sua fala encantadora para a maioria dos brasileiros. Ficaram famosas suas ilustrações sobre churrasco e futebol. Independentemente do ambiente em que se apresentasse, era admirado e aplaudido por todos.¹³⁷

¹³⁷ POLITO, R. Quem fala melhor: Temer, Dilma ou Lula?. UOL Economia, 17 mai. 2016. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2016/05/17/diferencas-na-comunicacao-de-lula-dilma-e-temer.htm>>. Acesso em 23 nov. 2017.

A comparação com a habilidade oral de Lula se faz ainda mais uma vez pertinente se observarmos o escrito de Deonísio da Silva publicado pela *Veja*:

Ele [*o dilmês*] nos mostra que este povo não merecia uma presidente que fala como Dilma. Ela não é desconexa apenas no modo de governar. Também no quesito da fala são notórias suas agressões à lógica e à sintaxe. E como lhe fazem falta a cordialidade e o jogo de cintura!

Seu antecessor, que não estudou porque não quis, aliás, sabia comunicar-se com uma eficiência extraordinária no exercício da Presidência da República, mesmo tropeçando na norma culta do português, principalmente quando posto em contraste com seu antecessor, de quem disse o insuspeito Darcy Ribeiro que era um luxo ter um presidente como Fernando Henrique Cardoso.¹³⁸

Aqui, vemos que o ex-presidente peca na forma (“**tropeçando na norma culta do português**”), mas nunca no conteúdo; mostra, ainda, inteligência, uma vez que “**sabia comunicar-se com uma eficiência extraordinária**” e “**não estudou porque não quis**”. A sentença “**não estudou**”, aliás, pode funcionar, se numa rede de sentidos estabelecida com outros enunciados sobre os quais nos debruçamos, como uma espécie de justificativa para a falta de refinamento observada na maneira de dizer. Não lhe faltariam, no entanto, as competências necessárias para lançar mão de ditos relevantes e apurados e, ainda, para fazê-los a partir de um discernimento das ocasiões mais adequadas. Esse efeito eufórico impresso em um discreto elogio se vê redundado na formulação do apontamento de uma característica considerada ausente em Dilma: o “**jogo de cintura**”. O termo “**antecessor**”, com efeito, passa a funcionar no texto com efeitos de sentido de oposição, atribuindo ao desempenho de Dilma os imediatos antônimos dos predicados atribuídos ao de Lula, como se vê explicitamente em “**agressões à lógica e à sintaxe**”.

A associação dos efeitos de sentido de incompetência atribuídos à fala de Dilma, que recaem sobre todos os elementos da tricotomia estabelecida pela mídia como requisitos para a fala pública no campo político, a saber, a maneira de dizer (a avaliação do uso das pausas, da pronúncia das palavras, do embargo da voz ou da voz imposta, por exemplo), o dito (a crítica ao esvaziamento de conteúdo implicada no uso da retórica) e o momento de dizer, redundam o processo de deslegitimação do poder da única mulher a exercer as funções da Presidência da

¹³⁸ SILVA, D. Prefácio do livro de Celso Amaldo: ‘O português de Dilma’, por Deonísio da Silva. Revista *Veja*, 7 dez. 2015. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/prefacio-do-livro-de-celso-amaldo-8216-o-portugues-de-dilma-8217-por-deonizio-da-silva/>>. Acesso em 3 nov. 2017.

República do Brasil na metáfora que recai sobre o domínio dos sentidos: das polêmicas em torno da flexão de gênero do termo “presidenta” às proposições do “dilmês” como vernáculo, as questões da língua parecem sempre lhe terem sido hostis. O ápice desse processo, representado pelos axiomas acerca da fala pública construídos pelas manchetes e artigos aqui expostos, perpassa o estabelecimento de oposições entre a escrita e a oralidade e entre os domínios da cultura e da natureza, reiterando o gesto divisor que acentua as fronteiras entre o público e o privado e reafirmando, por extensão, a pertença do homem a um e da mulher a outro em favor da manutenção do desempenho de papéis atribuídos social e historicamente aos gêneros.

A fim de fomentar essa hipótese, é conveniente resgatar, a título de ilustração, um último artigo de Reinaldo Polito, em que o autor apresenta diretrizes para que Dilma aprimore suas habilidades de fala pública: no texto, referências bastante explícitas à voz de Dilma construída através de termos atribuídos tradicionalmente aos campos semânticos da sensibilidade feminina e da virilidade:

A voz de Dilma

Qual o problema com a sonoridade? A voz de Dilma é estridente, áspera e, em algumas vezes, demonstra agressividade. A impressão que passa em determinados momentos é que está dando ordens. Essa característica vocal pode afastar as pessoas ou criar resistências desnecessárias.

Como melhorar? Com exercícios simples de respiração e ressonância, um fonoaudiólogo deixaria a voz dela menos estridente e dura. Embora não seja da sua personalidade, seria possível tornar a voz mais suave, aveludada e, porque não dizer, sedutora.

A dicção é boa. Ela pronuncia bem os sons, sem apresentar problemas de dicção. Os ouvintes conseguem compreender sem esforço as palavras pronunciadas. Nada a melhorar nesse quesito.¹³⁹

O adjetivo “estridente”, aqui, destaca-se no que diz respeito à possibilidade de se referir a um nível de frequência muito alto, que pode ser intensificado com altos volumes e causar a impressão de ruído, e ainda ao timbre, que permite a identificação da fonte sonora de sons emitidos na mesma frequência. Os estudos biológicos nos ensinam que é frequentemente mais comum que as mulheres emitam sons mais agudos através da voz quando comparados

¹³⁹ Sobre “O que Dilma poderia fazer para melhorar sua oratória”, cf. nota 98.

àqueles emitidos por homens¹⁴⁰, diferença que se atribui às diferenças fisiológicas entre os dois sexos. Entretanto, numa perspectiva que se caracteriza a partir de uma clivagem de ordem distinta, pode-se atribuir essas distintas modulações vocais a uma clivagem ainda mais interessante do que a mera divisão entre sexos: os estigmas imputados às gestualidades vocais feminina e masculina.

Segundo Karpf (2008), as diferenças entre as percepções auditivas das vozes masculina e feminina não se permitem explicar unicamente pelas modificações físicas que são impostas diferentemente a homens e mulheres pela puberdade, o que equivale a dizer que as desproporções fisiológicas entre os aparelhos fonadores de um e de outro não são absolutamente determinantes da produção sonora que lhes é particular. Com efeito, “une bonne partie de notre comportement non verbal, loin d’être naturel, est conçu pour renforcer et accentuer les différences sexuelles au lieu de simplement les refléter¹⁴¹”. Um exemplo conveniente é o fato de que

Les codes sociaux imprègnent si profondément notre corps que les hommes respirent davantage avec l’abdomen (avec pour résultat le caractéristique “rire gras” qui vient du ventre. Un phoniatre apprend à ses clientes transsexuels – des hommes devenus femmes – à parler avec une voix de poitrine des hommes produit un indésirable effet de “corne de brume”. Cela les aide à reproduire le son “plus léger” qui émane des cavités corporelles plus petites des femmes – la partie supérieure de la boîte vocale, par exemple, autor de la gorge et de la tête. (KARPF, 2008, p. 262)

A partir dessa observação de Karpf, torna-se ainda mais relevante observar que, na perspectiva de Polito, em tese, um especialista no campo da oratória e da fala pública, a solução para a estridência detectada na voz de Dilma reste em “**exercícios de respiração**”

¹⁴⁰ “Em algumas espécies de quadrumanos existe uma grande diferença entre machos e fêmeas adultos, relacionada com o timbre e a intensidade da voz, e com o desenvolvimento dos órgãos vocais. O homem parece ter herdado de seus ancestrais essa diferença. Em comparação com as cordas vocais de mulheres e das crianças, as do homem adulto são cerca de um terço mais compridas.” (DARWIN, ([1871] 2004, p. 464-465 *apud* PIOVEZANI, 2016a, p. 89), e

“Les cordes vocales des femmes accomplissent ainsi chaque jour plus d’un million de cycles oscillatoires, par rapport à un demi-million pour celles des hommes. La hauteur moyenne de la voix masculine est de 120 Hz, contre 225 Hz pour la voix féminine; la voix des hommes est généralement plus basse parce que les changements physiologiques de la puberté entraînent le développement de leur larynx ainsi qu’un épaississement et un allongement de leur cordes vocales. La puberté affecte la voix des deux sexes, mais le larynx des garçons grossit d’un centimètre environ pour former la pomme d’Adam tandis que les cordes vocales des filles ne s’allongent que de 3 à 4 millimètres; la voix parlée des garçons peut diminuer d’une octave, contre un tiers ou une demi-octave pour celle des filles. La voix des garçons subit donc des changements beaucoup spectaculaires, une mue parfois soudaine – un changement involontaire de timbre et de qualité dû aux sécrétions de testostérone, d’où une croissance rapide du larynx qui crée des problèmes de coordination temporaires. La voix qui mue est devenue l’emblème de la puberté masculine.” (KARPF, 2008, p. 259-261)

¹⁴¹ KARPF, 2008, p. 261.

recomendados por um “**fonoaudiólogo**”: a produção de sons vocais que se refletisse pelos movimentos abdominais de respiração – como o fazem mais tradicionalmente os homens – resolveria o problema atribuído à alta frequência de sua voz.

Se, de maneira absoluta, a voz de Dilma não pode ser excessivamente feminina, de maneira conjuntural, pois “**em algumas vezes**”, também não pode se apropriar daqueles traços mais frequentemente atribuídos aos homens e que compõem um efeito de sentido de agressividade e energia viril. Diante desses efeitos de sentido, resta-nos o impulso às questões, na esteira de Karpf, acerca da natureza das diferenças vocais atribuídas aos diferentes gêneros: teriam os homens e as mulheres aprendido a contrastar suas gestualidades vocais essencialmente com base nas convenções e na educação, ou teria a biologia se encarregado de lhes oferecer vozes diferentes, às quais a cultura se incumbiu de conferir valores – mais particularmente, e com ainda maior intensidade no que diz respeito ao campo político, a partir de um viés favorável a um e desfavorável a outro?¹⁴²

A despeito de nossa inclinação às interrogações, reflexo da seara de indagações a que nos conduziram as respostas que originalmente buscávamos, e tendo em vista justamente a produtividade dos dados que as análises nos ofereceram, cremos que essa breve discussão tenha se prestado ao fim de cumprir com um dos objetivos que o rigor científico nos compeliu a delimitar. O funcionamento da mídia e os discursos que põe em circulação sobre a fala pública e os usos da voz de Dilma Rousseff nos ofereceram subsídio para a observação de uma rede de valores e, sobretudo, de sentidos que devem nos permitir mais bem compreender os mecanismos e recursos através dos quais se constrói o consenso acerca de sua incompetência oratória e que, além disso, entretém uma relação constitutiva com a própria performance de seus pronunciamentos públicos e com sua recepção. Assim, cremos ter podido apreender de que maneira são determinações históricas, as posições ocupadas pelos sujeitos e as inscrições de seus dizeres em determinadas formações discursivas que incutem sentidos às maneiras de dizer, de modo que possamos, na próxima etapa, mais bem entender de que modo e em que medida as performances de fala pública respondem às injunções desses sentidos. Dito isso, no terceiro capítulo, nos debruçaremos sobre os pronunciamentos efetivos de Dilma, emprestando especial atenção para a conjunção entre os elementos linguísticos de que lança mão, como modalizações, interpelações e marcas da oralidade, e os recursos vocais mobilizados, isto é, modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz.

¹⁴² Idem, *ibidem*, p. 265.

3.

A fala pública de Dilma

Atrás de nós, encontra-se o sistema patriarcal; a vida privada, com sua nulidade, sua imoralidade, sua hipocrisia, seu servilismo. Diante de nós está o mundo público, o sistema profissional, com sua possessividade, seu ciúme, sua belicosidade, sua ganância. O primeiro nos cala como escravas em um harém; o outro nos força a girar, como lagartas da cabeça à cauda, dando voltas e voltas na árvore de amoras, a árvore sagrada, da propriedade. É uma escolha de males. Cada um deles é ruim.¹⁴³

Sabemos, a essa altura de nosso percurso, que falar em público pressupõe o uso do verbo, mas não só: a fala pública implica também a mobilização das dimensões empíricas, mas sobretudo simbólicas do corpo e da voz. Sabemos, ainda, que na contemporaneidade essa tomada da palavra engloba o uso de tecnologias de linguagem, bem como rituais constitutivos desse fato social total. Por essa razão, neste capítulo, ao dispensarmos especial atenção para os usos da voz de Dilma Rousseff – mais particularmente, para as modulações prosódicas de melodia, dinâmica e qualidade de voz –, não poderíamos tratar com desprezo o uso de elementos e recursos linguísticos, tampouco o potencial significativo do próprio corpo. Expusemos, no primeiro capítulo, algumas das razões pelas quais nos parece ser pertinente e profícuo tomar os sons da voz como elementos fundamentais para os processos de produção dos sentidos, na medida em que, desde os primórdios da investigação dos papéis desempenhados pelos sons na música e na linguagem verbal, já lhes eram atribuídos os poderes de despertar paixões nos ouvintes e se incrustar em sua memória. Apontamos, ainda, a maneira pela qual consideramos, em uma perspectiva histórica e social, que as modulações vocais se inscrevem em memórias discursivas, através de seus usos propriamente ditos, mas também de suas representações, que concorrem tanto para a constituição da escuta desses sons como para sua própria produção ao impregnarem-nos de sentidos possíveis mediante a disseminação de descrições, comentários e julgamentos a seu respeito. Daí compreendermos as modulações vocais em pronunciamentos públicos e os efeitos de sentido que delas derivam como uma metáfora e uma metonímia dos sentidos que circulam sobre a fala pública – e sobre a fala pública feminina – em nossa sociedade. Dessa reflexão formou-se a discussão em nosso segundo capítulo, que nos permitiu observar, através do funcionamento discursivo da mídia brasileira, a construção de uma rede de valores e sentidos sobre a fala pública que não apenas

¹⁴³ Virginia Woolf, *Os três guinéus* (1938).

deriva da realização de suas práticas mas que, em última instância, as constitui. Após esse percurso, é chegado o momento de tratar diretamente da fala pública de Dilma, com vistas a compreender o funcionamento dessas funções refletoras e refratoras da voz em relação aos dizeres que circulam a seu respeito e que lhe incutem sentidos de vícios e virtudes, ou seja, valores estigmatizantes, complacentes ou entusiásticos. Aqui, mesmo os usos são concebidos como efeitos; a voz é uma forma material que depende dos sentidos para ser produzida e para produzi-los. A maneira como o feminino fala, o que fala e quando fala não se constituem senão numa relação vital com o gesto de escutar o feminino.

Mostraremos, aqui, como a escuta do feminino reflete e se vê refletida pela voz feminina; tentaremos apontar, sobretudo, como essa própria voz se fragmenta, podendo suprimir-se ou multiplicar-se entre aquilo que a escuta ouve e diz a seu respeito e o que ela ouve e diz sobre o campo em que se inserem as intervenções públicas de Dilma. Entre o que quer, o que pode e o que deve dizer, a voz feminina se verá irremediável e simultaneamente atravessada pela relação que mantém ou manteve com os mundos privado e público, dolorosa mas idealmente separados por Woolf. O trânsito frequente entre um e outro na fala pública, imposto pelas metamorfoses do discurso político contemporâneo a homens e mulheres, mas que tende a depreciar principalmente a última em ambos, dá origem a uma pulverização do feminino que se deixa apreender por meio da percepção de vozes expressivamente plurais. Disso depende a sobrevivência política da mulher, mas, se nessa versatilidade e no domínio sobre a escuta reside a chance de seu potencial de ação e reação política, nela consiste ao mesmo tempo sua fraqueza latente: a aversão da escuta que lhe desprovê de legitimidade para a fala pública. Perceber o privado falar no público, o masculino falar no feminino e outras justaposições parece tornar irresistível incutir ao desempenho oratório de mulheres, ou ao menos daqueles investido de traços femininos, os sentidos de deturpação da verdade, de corrupção dos valores da vida e da política e de despreparo para a fala pública, tidos como signos incontornáveis de inaptidão para o governo. Nos próximos parágrafos, veremos como se constroem essas potencialidades e essas debilidades.

Para tanto, traçaremos um breve percurso por pronunciamentos de Dilma veiculados pela televisão entre os anos de 2010 e 2016, a partir de uma abordagem tripartite que visa a apreender diferentes condições de produção e posições por ela assumidas: Dilma candidata à Presidência da República, Dilma Presidenta e Dilma ex-Presidenta. Essa divisão deve nos servir, de maneira representativa, para responder ao questionamento referente à existência de maior ou menor grau de atenção dispensado à voz nessas distintas condições, e às maneiras

pelas quais esses cuidados vocais se relacionam com sua escuta, além de permitir uma sistematização dos resultados de análise que contribuem para a proposição esquemática de uma tipologia das vozes de Dilma. Também em nome da representatividade, elegemos dois pronunciamentos do interior dos dois primeiros períodos e um do último – aqueles que julgamos mais bem se relacionar com os julgamentos e normatizações sistematizadas a partir das análises dos dados que compuseram nosso segundo capítulo. Assim, o conjunto final das sequências discursivas a serem aqui efetivamente analisadas foi composto mediante o exame mais minucioso de cinco pronunciamentos públicos, a saber, i) programa veiculado pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2010; ii) debate entre os presidentiáveis, transmitido pelo SBT, em outubro de 2014; iii) pronunciamento em homenagem ao Dia do Trabalhador, em 2011; iv) pronunciamento em homenagem à mesma data, em 2012, e, finalmente, v) primeiro pronunciamento após a decisão dos senadores que a afastou definitivamente do cargo, também em agosto de 2016. Algumas sequências de outros pronunciamentos são trazidas para compor o conjunto principal de materiais para análise quando julgamos ser pertinente para apontar a frequência, o alcance e o peso de determinados fenômenos. Dito isso, daremos início, sem maiores delongas, ao trabalho com essas sequências discursivas.

3.1. Dilma candidata

Em programa¹⁴⁴ veiculado durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2010, mais precisamente no dia 28 de outubro¹⁴⁵, assistimos a um registro biográfico de Dilma Rousseff, com a exposição de fotografias às quais acompanha a voz de um locutor expressivo, entre interferências de depoimentos curtos da própria candidata. A introdução desta biografia pessoal será uma sequência de imagens que, ilustrando a apresentação do locutor, remontam a trajetória política de Dilma, associando a competência e o preparo profissional à confissão de sua intimidade e à expressão de sua sensibilidade. A ideia do percurso que será traçado no decorrer do programa em questão se vê reiterado pelas primeiras imagens transmitidas na tela: o movimento da então candidata por rodovias e trilhas. Em diferentes registros, capta-se sua imagem com as costas voltadas para a câmera, de modo que as lentes focalizem para o

¹⁴⁴ Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZvNCqDvIb9I&t=98s>>. Acesso em 12 jul. 2017.

¹⁴⁵ Piovezani trabalhou em uma análise discursiva desse mesmo programa no artigo *A voz no feminino: uma análise discursiva de elementos prosódicos num pronunciamento eleitoral de Dilma Rousseff* (2013).

telespectador exatamente aquilo o que ela veria. Então, ouve-se uma primeira manifestação de sua VOZ:

**Ninguém faz:: as coisas:: quando ela não tem paixão nem crença::
Teem de ter paixão pra fazer::: O que te permite::: realizar::: é: sua
capacidade téécnica, é verdade:: Mas o que te mobiliza e te faz:
não esmorecer:: são seus compromissos.**¹⁴⁶

Neste trecho, o uso de pausas fora do esperado, ou seja, fora do âmbito da pontuação, pode servir à memória que os relaciona aos signos de hesitação frente ao processo de produção da fala. Considerando que os programas veiculados pelo HGPE oferecem aos candidatos uma possibilidade de controle do dito e do dizer por permitir a formulação prévia dos pronunciamentos, a regravação e a edição do conteúdo, poderíamos dizer que, nessas condições de produção, alguma hesitação pode se fazer desejável na medida em que mascara ou, pelo menos, atenua os possíveis efeitos de manipulação que disso decorrem. O efeito de hesitação implica, afinal, sua origem em um gesto de expressão concebido como espontâneo, conferindo ao seu depoimento um caráter de verdade que legitima, portanto, a paixão que dali transborda. Parece querer-se forjar, aqui, duas coincidências: entre o dizer e sua origem, e entre o dito e a maneira de dizer.

Frente à Fonética contemporânea, que nos empresta interessantes instrumentos para análise ao tratar da relação ambivalente e dinâmica entre sons e sentidos¹⁴⁷, assumir uma postura que subscreve os preceitos de uma abordagem discursiva impõe uma releitura do caráter dessa relação que parece torná-la expressivamente mais produtiva. O elo entre som e sentido, assim, não deve passar ao largo das implicações da noção de polissemia, que se estabiliza e produz sentidos com contornos mais bem definidos a partir das relações de equivalência e de encadeamento entre unidades e formas da linguagem – normalmente, tradicional e originalmente, tratando das relações entre enunciados, mas, entre essas formas, por que não as propriedades vocais? A potencial produção de sentidos, por sua vez, passa pelo

¹⁴⁶ Convencionamos o seguinte método de transcrição da voz:

Dois pontos (:) representam as pausas dentro do âmbito da pontuação, ou seja, pausas na fala frutos do esforço da função aeróbica, sendo que dois destes sinais representam a duplicação deste período de tempo;

Negrito: representa a sílaba tônica, sendo possível que sobre várias sílabas de uma mesma palavra recaiam a mesma ênfase;

Duplicação de vogal: representa alongamento da sílaba;

Sobrescrito e subscrito: dizem respeito, respectivamente, a uma mudança de tessitura, para um nível mais alto e mais baixo.

¹⁴⁷ Cf. Madureira (1992, 1996)

crivo das posições em que se inscrevem os sujeitos que enunciam e que escutam os discursos; por essa lógica, em dada posição, os efeitos da fala de Dilma, aos quais as inflexões vocais podem incutir certas nuances e matizes, podem ser de espontaneidade, de legitimidade e de expressão passional aceitável, enquanto em uma posição que em certa medida antagoniza a primeira esses efeitos podem redundar em reações como “mesmo com todo o marketing, Dilma hesita e fala mal”.

Para a construção desses efeitos polissêmicos também concorre a mudança brusca no tempo (velocidade). Àqueles que se inserem em uma posição que compartilha da concepção que relaciona diretamente linguagem e pensamento, expressão e conteúdo, a fala de Dilma poderia criar nuances de um efeito tal qual se houvesse finalmente apanhado o fio condutor de seu pensamento, à medida que acelera o tempo em “sua **capacidade téécnica, é verdade**”, deixando de imprimir na oralidade a pausa de função aeróbica que a vírgula impõe à leitura, e em “**mas o que te mobiliza e te faz**”, aceleração mais expressiva que se interrompe apenas pela pausa que precede certa ênfase que recai sobre “**nãão esmorecer**” (na forma de um alongamento de sílaba e de multiplicação de sílabas tônicas). Essa pausa, contudo, abre margem para a criação de um efeito de sentido distinto da hesitação: a preparação do interlocutor para a conclusão de um argumento, algo de maior monta a seguir, ou seja, um reforço de sua autoridade e um pedido especial de atenção para o valor do que será dito. Essa conclusão do argumento se verá introduzida na construção “**sãõ seus compromissos**”, em que se observa uma interessante variação da tessitura para um nível mais baixo. O nível mais baixo desse espaço compreendido entre os sons mais graves e mais agudos emitidos pela fala pode assumir, como fomos informados pelos estudos conduzidos a partir de uma perspectiva que talvez possamos chamar de naturalista, os efeitos de autoridade¹⁴⁸. Ainda que não possamos admitir, sob um ponto de vista discursivo, a produção de efeitos de sentido circunscrita unicamente pelos limites e pelas potencialidades do corpo, reconhecemos que a legitimidade do discurso científico constata e reproduz os sentidos que derivam da atribuição de frequências mais baixas àqueles seres que ocupam posições mais altas na cadeia alimentar, o que se estende simbolicamente às relações humanas em sociedade. A inscrição da candidata nessa posição, aliada à mobilização de uma temática que se assemelha às orientações da chamada “auto-ajuda” (a “**paixão**”, a “**crença**” e os “**compromissos**” como motrizes de “**fazer**”, “**realizar**”, “**mobilizar**” e “**nãão esmorecer**”), bem como a recursos prosódicos de

¹⁴⁸ Cf. Madureira (2016).

que lança mão para construir seus argumentos e se relacionar com a atenção do interlocutor, podem criar os efeitos de um pronunciamento de tom instrutivo e professoral.

Avançando no programa do HGPE, a partir daí, o locutor diz, através da mobilização daquilo que Madureira (1996) considera uma fala enfática, isto é, a articulação vigorosa do aparelho fonador, com acentos específicos que marcam o reforço do que se diz e de padrões melódicos ecoativos:

Seguiir mudando o país...: Esse é o compromisso de Dilma com o povo brasileiro.

O alongamento de sílaba em “**seguiir**”, assim como a propagação da sílaba tônica, chamam atenção para o verbo e criam, assim, um efeito de ênfase sobre o que se diz que parece funcionar iconicamente: quer-se deixar claro, portanto, que “mudar o país” consiste em uma ação de *continuidade* (presente na pronúncia da sílaba e desejada na história política do país) em relação àquilo que seu próprio trabalho já garantiu, com as funções que desempenhou na vida pública, por um lado, e às conquistas do então Presidente Lula, por outro, reforçando seu comprometimento com os ideais de seu aliado. O nível mais baixo de tessitura empregada por Dilma no depoimento anterior estabelece, por meio de seu potencial coesivo, uma relação parafrástica com a retomada de “**compromisso**”, aqui, pelo locutor: é, portanto, também através da modulação prosódica que se possibilita a constituição e a organização da relação entre enunciados para além do nível sintático.

Um pronunciamento de Dilma, então, sucede a voz do locutor, no qual a candidata fala em volume consideravelmente alto, em uma frequência alta, a partir de um nível de tessitura claramente acima daquele que lhe é fundamental, com longas pausas, como que tomada por uma forte emoção que excita seu corpo e nele, compreendido igualmente, seu aparelho fonador. Essa mudança brusca de modulações vocais reflete a mudança das condições de produção de cada uma das falas: no programa do HGPE, reproduz-se um pronunciamento feito em palanque. Ali, ainda que se faça uso de um microfone, a presença de uma multidão torna aceitável e até mesmo desejável uma performance mais expansiva, enquanto que a fala desempenhada restritamente às câmeras exige um maior grau de controle das expressões corporal e vocal.

É em nome de todas as mulheres do Brasil,:: em especial:: da minha mãe: e da minha filha,:: que recebo essa homenagem:: e essa indicação:: para: concorrer à Presidência da República.

E o locutor prossegue com a fala enfática:

Está nas nossas mãos::: eleger: a primeira mulher:: presidente do país.

É em meio a este efeito de emotividade que o relato da biografia de Dilma se inicia. A voz do locutor que a enuncia segue o mesmo padrão daquela analisada, a saber, padrões melódicos ecoativos, acentos de insistência que alongam sílabas tônicas e tornam as variantes segmentais mais salientes, frequência estável e ritmo cadenciado. Esta fala enfática, acompanhada de volume baixo, é tida como capaz de emprestar maior valor ao argumento que se constrói e, ainda, como uma tentativa de impressionar o interlocutor, mediante a construção de uma imagem de controle de si e autoridade. O elemento de maior força, aqui, é a expressão da razão contida na consistência dos padrões melódicos e de frequência, assim como os acentos de insistência que, ao que tudo deve indicar, são manifestações voluntárias e em certa medida estratégicas da experiência que o locutor compartilha com o que diz e com seu interlocutor: ele mostra que sabe o que diz e sabe como dizê-lo para que seu ouvinte o compreenda e o acompanhe. Esse efeito de sentido de razão funciona de maneira complementar às expressões emotivas de Dilma, que parecem se destacar como expressões incontrolláveis de seu estado anímico. Evidentemente, a escuta a partir uma posição antagonista produziria efeitos distintos, compatíveis com a formação discursiva em que se inscreve: as expressões espontâneas de emoção poderia conduzir à atribuição de “descontrole” e “histeria” a Dilma, enquanto uma expressividade aparentemente mais racional daria margem à possibilidade de retomar os já-ditos que lhe atribuem “dureza”, “frieza” e “autoritarismo”.

Em seguida, figurando em um jardim, sentada em um banco, Dilma nos oferece o que parece ser o pronunciamento mais informal até esse momento de sua campanha. A transmissão de sua imagem é interrompida, diversas vezes, para a exibição de alguma fotografia que confere um estatuto de verdade àquilo que está sendo narrado, afinal, a fotografia é tida no imaginário social como nada senão uma apreensão concreta de um momento específico, uma reprodução fiel da realidade. Assim, quando Dilma diz “**O [Colégio] Estadual Central:: e:ra:: uma:: efervescência**”, imagens de movimentos políticos

organizados no que se sugere ser aquele ambiente figuram em preto e branco. “**Me senti: como um peixe dentro d’água.: Achei ali o máximo.: Achei aquela,:: aquele,,: aquele negócio,,: o Brasil tem de mudar**”. Aqui, além do poder de construção de efeito de verdade particular aos registros fotográficos apresentados, Dilma parece demonstrar hesitação na construção de sua fala, no trecho “**aquele,:: aquele,,: aquele negócio**”, sugerindo novamente uma performance espontânea. Em um fenômeno interessante, a ligação entre “**aquele negócio**” e “**o Brasil tem de mudar**”, enunciados que, em aparência, não se associam, é feita pela história, ou seja, pela posição ocupada pelo enunciador: é a elipse em “**aquele negócio,,: o Brasil tem de mudar**”, a pausa, a suspensão da voz, que materializa essa posição em um vácuo prenhe de sonho e de luta. Ainda, reforçando os efeitos de autenticidade da enunciação, os gestos de seus braços e de sua cabeça, que repetem movimentos circulares expansivos, além da velocidade acelerada de sua fala e da entoação ascendente em suas sentenças, reproduzem a tal “**efervescência**” a que se refere, reflexo de todo o sentimento que a memória daquela época suscita em si mesma. Esta emotividade, portanto, que nasce no impulso daquilo que se diz mas que se reforça e se legitima ao atravessar a maneira de dizê-lo, deve revelar a intimidade de Dilma, seus movimentos mais subjetivos, e construir uma imagem de si como alguém que “sente” o fazer político e se entrega a este sentimento, de corpo e alma.

Dilma parece continuar a deixar entrever, em seus pronunciamentos no decurso do programa, por meio dos gestos vocais e corporais, sua natureza mais íntima, possibilitando que figure como uma mulher sensível, como posto anteriormente, em uma posição que a favoreceria. Em um extremo oposto, ou seja, em uma posição que a antagonizaria, respondendo à memória de sua personalidade tida como “dura”, Dilma poderia figurar como uma manipuladora e sua fala como despropositada. De toda forma, estes pronunciamentos assumem a forma de verdadeiros “depoimentos”, que se assemelham a confissões e são mais afeitos ao espetáculo televisivo, por um lado, e ao feminino, por outro. Vejamos:

**Acho que a gente quando nasce: o filho,,: sabe qual a sensação? Que
cê é uma pessoa privilegiada,:: Essa,,: doação: sem pedir nada em
troca,:: É única,:: é única na vida.**

Para além da construção frasal pautada na topicalização de “**a gente**” e “**quando nasce o filho**”, ambos correlacionados com o termo “**a sensação**”, movimento que por si só já seria um indício da formulação espontânea da fala de Dilma, observamos também uma oscilação no volume de voz, que aumenta em trechos como “**sabe qual a sensação?**” e “**uma pessoa**

privilegiada”, possivelmente tida como índice de alguma exaltação proveniente da alegria à qual se refere e que anima seu corpo e sua voz, e diminui em trechos como **“sem pedir nada em troca”** e **“é única na vida”**, como se se adequasse à distância estabelecida entre ela e seu interlocutor, simulando uma conversa entre amigos e uma revelação de intimidade.

Estabelecendo um contraponto com essa imagem pautada quase exclusivamente na dimensão emocional da candidata, sua trajetória profissional começa a ser exposta, na condição de uma mulher que, ocupando cargos de grande poder no Brasil, foi uma das grandes pioneiras na história do universo político brasileiro. E aí ela afirma:

Porque também tem o estereótipo, né?:: Frágil e meiga:: A gente é frágil e meiga: mas não é só frágil e meiga:: Somos capazes de decidir:: temos:: posição:: somos: assertivas.

Neste depoimento, a postura de Dilma sofre modificações interessantes. Aqui, em contraposição com os últimos trechos analisados, observamos movimentos vigorosos de seu corpo e de seu aparelho fonador. Onde antes se via abrir espaço para deixar aflorar justamente seu caráter “meigo”, aqui temos firmeza, com movimentos incisivos dos punhos cerrados e olhar fixo no interlocutor que a entrevista. Em relação a esta firmeza, também observamos, no que toca à sua voz, a ausência dos expedientes frequentemente tomados como índices de hesitação por discursos que assim os concebem, além de um aumento do volume, uma desaceleração no tempo de fala, para a qual contribuem um alongamento das pausas e das sílabas tônicas e uma diminuição do nível da tessitura. A mobilização destes recursos expõe, conforme os sentidos possíveis atribuídos aos sons por dizeres que formaram a escuta, uma atitude de autoridade, de racionalidade, de insistência no valor e na força de seus argumentos. Temos que Dilma demonstra e reproduz, na prática, com seu corpo e sua voz, as características de que trata em sua fala: capacidade de tomar decisões, assumir posições, ser assertiva. A forma de dizer, novamente, deve funcionar como uma prova concreta da veracidade daquilo que diz, e reflete, supostamente, aquilo que a candidata vive e em que acredita. Novamente, é preciso reiterar que a escuta inscrita em uma formação discursiva conservadora, que se opõe aos ideais partilhados por Dilma, poderia remeter essas inflexões aos já-ditos segundo os quais “Dilma não é meiga” e “Dilma não é frágil”, de modo que sua gestualidade corporal e vocal, aliadas ao que diz, reforçaria a construção desse efeito de evidência. Ainda, em outro trecho, essa mesma postura “resoluta” assumida por Dilma estabelece uma contraposição com a expressão emotiva verificada em depoimentos anteriores,

como se pode observar igualmente em todo o programa. Mobilizando recursos e inflexões similares, alongando o uso das pausas ainda mais, Dilma reforça uma sua imagem determinada, por um lado, e arrisca a chaga da hesitação e da incompetência oratória e cognitiva, por outro.

Pra você achar: que **tem** de mudar oo:: o seu país,::: **cê tem** de **ter** uma relação **afetiva com seu povo: tamém**::: E **cê tem** de **se:** ou seja **tem** de se: **te incomodar**::: **afetivamente**,::: **num é só:** racionalmente,,
afetivamente a pobreza,::: **afetivamente:** criança **sem:** **sem recurso**.

O Lula: **deu:** a certeza **pra eles** [povo],:: que era obrigação do Estado fazer,::: que não era esmola nenhuma::: **Como é que é que esse país não ia fazer aquilo?::: Né?::: Então eu acho que isso::: é uma forma de respeito**.

Ao tratar de temas afeitos à sensibilidade e à emoção, como “**pobreza**” e “**criança sem recurso**”, a então candidata parece estabelecer uma relação de convicção com aquilo que diz ao lançar mão do valor dramático das pausas, garantindo a atenção do interlocutor e ao mesmo tempo produzindo o efeito de sentido de espontaneidade, reforçado pela articulação distensa que dá origem a “**cê**”, “**tamém**” e “**num**”. À variação da tessitura para um nível mais alto é frequentemente atribuído o sentido de contestação de um argumento; assim, “**num é só:** racionalmente” e “que era obrigação do Estado fazer,::: que não era esmola nenhuma” resgatam e respondem aos já-ditos que pregam seus contrários, ou seja, que a pobreza deve ser tratada com distanciamento emocional e que o assistencialismo é uma forma de caridade. A resposta adquire sentidos de indignação com o aumento do volume de voz e aceleração do tempo de fala empregados para enunciar “**Como é que é que esse país não ia fazer aquilo?**”. Assim, aliando as inflexões que Madureira (1996) classifica como *fala distensa* e *fala dramática*, a fala de Dilma dá conta de produzir simultaneamente efeitos de sensibilidade e de razão, o que possibilita que desempenhe os papéis de mediadora (em relação ao povo) e de comunicadora (em relação ao discurso da oposição), à medida que se respeita a constituição histórica dos sentidos atribuídos à voz. Isso equivale a dizer que, aqui, já-ditos são retomados, refutados/reformulados e materializados não apenas em formulações linguísticas específicas, mas também em precisas modulações vocais.

Vemos se estruturar neste programa, portanto, uma relação de complementaridade entre os extremos da emoção e da razão, da subjetividade e da objetividade, do ego e do ofício, aqui, revestidos dos caracteres da espontaneidade e da franqueza da enunciação, um

simulacro de uma entrevista cordial sem roteiro a ser seguido, no qual a candidata põe-se vulnerável às instabilidades do quadro enunciativo e dos movimentos de seus estados anímicos. As modulações vocais adquirem sinuosidades interessantes em cada um desses casos particulares, o que nos permite aventar a possibilidade de classificar as vozes de Dilma conforme as expressões da emoção e da razão: no primeiro caso, observa-se o relaxamento do aparelho fonador, que se reflete em uma pronúncia frouxa, além do emprego de volume baixo, tempo desacelerado, pausas fora do esperado e alongamento de sílabas; no segundo, a fala enfática impõe ao aparelho fonador movimentos vigorosos, expressos na forma de volume constantemente mais alto, tempo acelerado e acentos de insistência (como o uso coordenado de pausas e a multiplicação de sílabas tônicas). Os efeitos que daí podem emergir idealmente, quais sejam, o da autenticidade, da sinceridade, da acessibilidade de suas emoções e das resoluções de sua crença, devem dar origem a uma imagem de moralidade e competência da qual ela logo se apossa. O maior apego à expressão das emoções, aqui, não se deve apenas à forte tendência à psicologização da política e às “tirantias da intimidade” impostas mais expressivamente pelo recrudescimento do uso das tecnologias de transmissão utilizadas pela comunicação de massa, mas também aos imperativos que estes impõem à desconstrução de sua imagem como uma mulher dura, fria e demasiadamente tecnicista – ou seja, a construção de sua imagem pela campanha eleitoral responde necessariamente aos estigmas que lhe são impostos pela opinião pública que tece descrições, comentários e avaliações generalizantes sobre sua fala e sobre sua conduta públicas. Esses imperativos recorrem à sua identidade maternal, carinhosa, sensível e acolhedora e a mesclam à sua capacidade profissional, de modo a representar sua feminilidade como um benefício para o governo. Isso não significa, no entanto, que esses estigmas não possam incidir sobre a escuta, atribuindo ao seu desempenho, a partir de um posicionamento mais conservador, a pecha de “falso” e “mentiroso” ou “forçado” e “manipulador”.

De maneira análoga, já no segundo turno da campanha presidencial de 2014, o HGPE reservado aos petistas em 11 de outubro articula temas de sensibilidade pública à competência pessoal de Dilma.

Garantir um atendimento mais digno à população:: é uma questão de honra para mim::: Por isso: vou criar o programa Mais Especialidades:: Com ele:: o paciente vai poder fazer exames:: consultas e tratamento:: sem burocracia e sem demora::, ou seja::,

**ninguém vai precisar: ficar penano dias e dias e às vezes meses::
para marcar um exame.:: Isso é uma indignidade.**¹⁴⁹

Neste trecho, pode-se observar uma redução significativa no uso de pausas, que passam a recair principalmente sobre o âmbito da pontuação, o que equivale a dizer que desempenham uma função aeróbica. No entanto, sua própria ausência não passa ao largo do processo de produção de sentidos: a fluidez que imprime à fala, associada a um tempo mais acelerado do que aquele que lhe é habitual, dá origem a um efeito de segurança do que se diz, muito afeito à enunciação de uma promessa. Além disso, na posição antagonista, esse caráter de promessa poderia levar a escuta a dizer que “Dilma só fala bem quando mente”, de modo análogo ao que fazem alguns textos da imprensa que afirmam que ela apresenta um desempenho melhor em situações de embate e de agressividade. No entanto, sua sensibilidade deve se deixar entrever pela tomada parafrástica de enunciados que as camadas mais pobres da população brasileira conhecem bem: “penamos dias e dias para marcar um exame pelo SUS” ou “o SUS é muito burocrático e demora muito para nos atender”, por exemplo. No trecho em que responde a esses já-ditos, Dilma lança mão dos recursos que caracterizam uma fala distensa: movimentos vocais sutis e uma voz relaxada que produz a elisão do -d em “**penano**” e que a permitem desempenhar o papel de mediadora em face do povo ou, mais do que isso, de porta-voz do povo. Ao retomar já-ditos do interdiscurso, Dilma parece colocar em sua própria boca e emitir com sua própria voz o que as pessoas do povo dizem, reproduzindo, inclusive, seu modo de dizer. Novamente, vemos constituir-se uma relação de complementaridade entre os valores morais e pessoais da Presidenta, como se pode compreender em trechos como “**uma questão de honra para mim**” e “**Isso é uma indignidade**”, e sua competência profissional, mediante as modulações prosódicas que podem imprimir, por um lado matizes de segurança e autoridade ao que diz, por um lado, e nuances de exagero e manipulação, por outro.

A expressão dessa sensibilidade, tão frequentemente atribuída à condição feminina, não figurará como uma vantagem quando Dilma deixa de falar mais diretamente ao povo, sobre o povo e como o povo e passa a falar para e sobre seus adversários de campanha. Observamos que, em contextos de debates públicos transmitidos pela televisão, a emoção cede espaço para a expressão de uma agressividade¹⁵⁰ que incide sobre os efeitos de feminino que outrora se lhe podia atribuir como uma representação eufórica. Em debate transmitido pelo SBT, em 16 de outubro de 2014, podemos observar um trecho de sua fala em que parece

¹⁴⁹ Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cCEI06KZDkM>>. Acesso em 26 nov. 2017.

¹⁵⁰ Sobre os efeitos de agressividade no contexto eleitoral brasileiro, cf. Chiari (2017).

haver um maior cuidado em relação aos deslizamentos entre a expressão de emoção e de razão.

Candidato,:: **não: não** colooque Minas Gerais como sendo o senhor.:: **O senhor não éé** Minas Gerais, candidato.:: **Eu nasci em Minas.::** Aliás, antes do senhor.:: Se é por isso, nasci bem antes do senhor.:: **E:: quero dizer pro senhor que eu saí de Minas, candidato,:: não foi pra passear no Rio de Janeiro.: Eu saí de Minas, candidato,:: porque fui perseguida.:: E é por isso: que eu passei uma parte da minha juventude:: fora de Minas,:: e lamento muito.**¹⁵¹ (01:01:33)

Aqui, o tratamento de um tema de teor fortemente pessoal e potencialmente emotivo se dá através de uma gestualidade vocal controlada e firme. Diferentemente de outrora, quando a firmeza e a segurança parecem reforçar o valor performativo de uma promessa, aqui, os acentos de ênfase – o uso de pausas, que também podem indicar a hesitação proveniente da espontaneidade, o alongamento de sílabas, a repetição de palavras como “**Minas**”, “**senhor**” e “**candidato**” e a oscilação de volume) – dão margem para a reiteração do efeito de agressividade que se produz à medida que, ao se representar euforicamente como mais experiente que Aécio e como sobrevivente da ditadura militar, desqualifica a imagem do adversário. Trata-se, portanto, de uma agressividade, em certa medida, velada. No mesmo debate, a construção de um efeito similar pode ser observada através do ato de falar de si para desclassificar o outro¹⁵².

Candidato, **eu tenho oorgulho: de ter: uma vida: sem:: nenhum** parente empregado,:: **sem:: nenhum uso:** indevido do dinheiro público: **em** propriedade **miinha ou da minha família**” (00:14:57)

Eu,:: candidato,:: não dirijo sob álcool e droga.:: **E isso: é uma questão: que não é:: afeta só a mim.: Eu acho que deve ser afeta a todos os brasileiros.** (00:55:47)

Nestes trechos, novamente, os efeitos de convicção e firmeza produzidos pelas inflexões vocais para tratar da construção de uma imagem positiva de si atenuam, na verdade, a composição de uma imagem negativa do outro, o que poderia ser tomado como demasiadamente agressivo mesmo em condições de produção em que alguma agressividade é

¹⁵¹ Disponível na íntegra em: < <https://youtu.be/4KMD2CcS8zQ>>. Acesso em 29 nov. 2017.

¹⁵² Chiari (2017).

aceita e, além disso, desejada. Essas formulações e suas formas de circulação através da voz redundam o enfrentamento típico das formas de debate político, mas as maneiras pelas quais conseguem mascará-lo concorrem para evitar a suspensão dos efeitos estereotipicamente femininos, apesar de não poder evitá-los completamente. Ao ser abertamente agressiva, Dilma não estaria se comportando de uma maneira social e historicamente apropriada para seu gênero¹⁵³, mas se adequaria perfeitamente ao ritual do enfrentamento político e pessoal que representa o debate. Abre-se margem, assim, para que a escuta inscrita em determinadas posições nem mesmo concebiam sua postura como agressiva. É interessante observar, aqui, estabelecendo uma relação entre os últimos trechos analisados, que o ato de falar de si para desclassificar o outro há de ser, ainda, classificado em, pelo menos, dois tipos distintos: falar de si afirmando-se (como em “**tenho orgulho**” e “**nasci em Minas**”) e falar de si negando-se (em “**não dirijo sob álcool e droga**”). Entre ambos os casos, há semelhanças nas modulações vocais, como uma alta recorrência de pausas, mas há também, sem dúvidas, dissonâncias. Ao afirmar seus atributos pessoais, Dilma vale-se de alongamentos e multiplicações de sílabas tônicas, padrão melódico ecoativo e de características de uma fala enfática, ao passo que, ao falar sobre si em construções negativas, o tempo é mais acelerado e o volume, ligeiramente mais alto, assemelhando-se aos padrões das falas dramáticas. Observam-se, assim, contrastes entre a afirmação e a negação de si, que correspondem a contrastes nas modulações vocais que concorrem com os elementos linguísticos para produzi-los: há, com efeito, vozes distintas de Dilma para falar de si e, simultaneamente, se promover e desclassificar o adversário.

Não desatento a essa potencial dissonância, seu adversário responde a uma de suas provocações com uma advertência:

[Dilma]: Candidato,,: **eu queria saber::: o que o senhor aacha::: e como o senhor vê:: essa questão:: da lei seca:: e:: se todo cidadão:: que for::: acionaado: que for solicitaado:: deeve:: se dispor a fazer:: exame: de álcool e droga.**

[Aécio]: Candidata,,: **tenha coragem de fazer a pergunta direta.**

(00:51:53)

¹⁵³ “Sex stereotypes about female leaders both advantage and disadvantage them. When a male attacks his male opponent, he is behaving in a culturally accepted way. But should a woman do likewise, she risks the perception that she is unfeminine, shrill, and nagging.” (JAMIESON, 1988, p. 86)

O questionamento que Dilma dirige a Aécio remonta à polêmica em que o PSDBista se envolveu ao driblar a ‘Lei Seca’ e se recusar a se submeter ao exame do etilômetro em 2011. Em face da convicção de que a mera alusão à tal lei mobilizaria a memória do incidente durante o qual o candidato se furtou de fazer o exame, acionando já-ditos que tratam do abuso de autoridade de cidadãos que se creem acima das leis, Dilma diz, sem que precise de fato dizê-lo, que seu adversário comete crimes e fere a lei. Esse efeito se faz superficialmente mais brando, mas de nenhuma maneira inexistente, mediante a mobilização de um tipo de fala distensa, com movimentos sutis do aparelho fonador, baixo volume, alongamento de sílabas e uso expressivo de pausas. Assim, aqueles cujos posicionamentos se conformam em alguma medida à formação ideológica a que Dilma se associa poderiam reagir a essa maneira de dizer classificando-a, ao invés de como agressiva, como apropriada ou, até mesmo, elegante. No entanto, a possibilidade de que a agressividade de Dilma não se dissipe pelo aparente papel de mediadora que sua fala a faz desempenhar pode ser observado pela própria réplica de seu oponente, cuja escuta se inscreve em uma posição evidentemente antagonista à sua. Segundo Aécio, a falta de coragem de Dilma para o enfrentamento direto a que uma sua acusação mais aberta a exporia representa sua inaptidão ou seu pouco preparo para o debate.

De maneira similar, mesmo ao falar mais abertamente sobre o oponente diretamente a ele, os efeitos de agressividade se verão atenuados pela maneira de dizer, como se pode observar em:

Eu me pergunto,::: e me pergunto mesmo,::: como é que o senhor acha:: que o senhor pode sentar aqui:: e numa questão tão delicada como a saúde e a educação:: no Brasil:: o senhor se furtar:: a explicar porque:: que o senhor teve de assinar: um termo de ajustamento de gestão (1:00:00)

Aqui, os ataques a seu adversário, traduzidos com efeitos de indignação em trechos como “como é que o senhor acha que o senhor pode sentar aqui” e “o senhor se furtar a explicar”, estabelecem um contraponto com a produção de sentidos de sensibilidade: o enunciado “**numa questão tão delicada como a saúde e a educação:: no Brasil**”, modulado com um tempo de fala desacelerado e imprimindo índices de ênfase às palavras “tão”, “saúde” e “educação”, bem como a variação de tessitura para um nível mais agudo em “**e me pergunto mesmo**”, o que é frequentemente considerado como um signo de exaltação, dão margem para a interpretação de sua fala como fruto de uma ofensa pessoal que atinge os valores que

compartilha com o povo brasileiro. O efeito de sensibilidade ou, pelo menos, de atenuação da agressividade, torna-se mais fácil de ser depreendido se pensarmos em paráfrases que, possivelmente, tornariam mais claro o caráter de ataque de sua fala: produzindo efeitos progressivamente agressivos, poderíamos elencar “se furtar a explicar”, efetivamente utilizado por Dilma, “ter a coragem de esconder”, que incutiria ao termo eufórico “coragem” nuances disfóricas, e “ter a cara de pau de mentir”, muito mais abertamente provocador. Entre os riscos que as diferentes escutas lhe oferecem, no sentido de poder interpretar a escolha do léxico e das modulações vocais como coragem e pertinência, de um lado, e hostilidade excessiva e petulância, de outro, os movimentos de seu corpo concorrem para a produção desses efeitos à medida em que se observa a Presidenta posicionar a mão direita aberta sobre o centro de seu peito e erguer as sobrancelhas, redundando a expressão emotiva que é representada pela sua fala tensa. Vale, aqui, dedicar algum esforço para o estabelecimento de outro atributo de uma tipologia das vozes de Dilma: enquanto na agressividade velada, ao falar de si, ouvimos suas modulações vocais oscilarem entre as classificações de uma fala enfática e uma fala dramática, aqui, em um contexto de enfrentamento mais direto, atravessado, porém, por uma temática que apela à sensibilidade, o volume baixo, o tempo desacelerado, o alongamento de sílabas, as oscilações de tessitura e os padrões melódicos indicam a oscilação entre a fala enfática e a fala tensa.

Nota-se, também, o uso das mesmas prerrogativas que as experiências do feminino conferem a Dilma, outrora utilizadas para apresentá-la como diferencialmente qualificada para o governo, agora para desqualificar o outro. Ao falar para o povo, sob a égide da figura de uma mãe, “governar” transfigurou-se em “cuidar”. Ao falar com seus adversários, também em condições de produção que impõem a primazia do pessoal sobre o profissional, ou seja, que privilegiam a construção de uma imagem pessoal em detrimento da exposição de planos efetivos de governo, mas aqui através do embate, a postura de uma mãe torna-se signo de contestação e enfrentamento, como se pode observar em falas tais quais:

É erraado sim,:: colocar: e pegar: um aeroporto:: privado,::: feito com dinheiro público, na fazenda de um tio.: O senhor querendo ou não tergiversar: sobre esse assunto:: é: errado.: Não se faz isso, candidato.:: Isso é feio. (01:09:57)

Não dá:: pro senhor:: não: assumir a responsabilidade também pelos seus atos. (00:14:26)

Candidato, *peensa beem no que o senhor tá fazend: falando* (00:49:17)

Nesses trechos, constrói-se sua imagem com base na autoridade de quem pode ensinar aquilo que é certo e errado, que pode indicar os caminhos para que se distinga o que se deve fazer e o que não se pode fazer, o que se pode apontar através do dito, mas que se reitera sobremaneira por meio da maneira de dizer: as variações de tessitura, que podem indicar, em um nível mais alto, contestação e exaltação e, em um nível mais baixo, autoridade; os índices de ênfase, representados pelo alongamento de sílabas, pela proliferação de sílabas tônicas e pela desaceleração do tempo de fala, bem como o posicionamento das pausas antes da introdução de um argumento ao qual se quer incutir um maior valor concorrem para a produção dos efeitos de sentido de uma fala de tom professoral e maternal, que oscila entre a fala tensa e a fala enfática, conforme observamos na distinção que estabelecemos entre as formas de enfrentamento direto e indireto ao adversário.

A possibilidade de observação desses aparentes desencontros entre dito e maneira de dizer, que contribuem para atenuar potenciais efeitos de agressividade com expressões de sensibilidade e emoção não implica completa inexistência de uma fala mais afeita ao confronto. Dentre as falas mais expressamente agressivas da Presidenta, destacamos:

O senhor tá mal informado, candidato. (00:37:54)

Candidato,: **eu acho que o senhor está usando números: incorretos**
(00:42:24)

Eu:: **acredito que você: de fato: não tenha muito conhecimento**
(00:45:49)

Candidato,,: **não planejar no Estado mais rico do país**:: **é uma vergonha**,,: **é uma vergonha**,: candidato.¹⁵⁴ (Debate Globo, 11 de outubro, 00:25:39)

O senhor precisa estudar mais:: **Sabe**,: candidato? (Debate Globo, 00:39:28)

Não deve ser tratado com casualidade o fato de que tais agressividades, menos dissimuladas, se fazem mais facilmente observáveis a partir do tratamento de temas que são geralmente afeitos às características mais tradicionalmente tidas como masculinas, como a

¹⁵⁴ Disponível na íntegra em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kYMujdpFw98>>. Acesso em 29 nov. 2017.

segurança pública, o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, e a economia, enquanto a agressividade velada, sob a forma de um enaltecimento próprio, ocorre quando do tratamento de temas frequentemente associados à competência feminina¹⁵⁵. Nesses casos, em que o enfrentamento se vê atravessado por temas menos afeitos à sensibilidade, a modulação vocal adquire os contornos que caracterizam muito mais predominantemente um tipo de fala enfática, em oposição à oscilação entre esta e a tensa quando do tratamento de tópicos que apelam para a dimensão emocional. Aqui, diferentemente, os movimentos vocais são mais vigorosos, imprimindo acentos de insistência ao que se diz através de oscilações no volume e no tempo de fala, e a frequência é mais baixa. De qualquer forma, em ambos os casos, ao ter seu desempenho representado euforicamente, como bem-sucedido, reforça-se o estigma de que Dilma é demasiadamente agressiva, que “baixa o nível do debate” e que sua performance não condiz com o estereótipo da feminilidade.

Podemos observar o movimento errático da construção de uma feminilidade numa intersecção entre o falar de si com leveza e o atacar o outro com agressividade ao tratar de tema a que a população geralmente atribui maior credibilidade quando percebidos a partir de uma voz feminina¹⁵⁶:

Candidato,: **eu acho que o senhor tá muito mal informado.:: O meu governo:: tem:: um: tem feito imeenso esforço:: para:: levar:: atendimento: de saúde,: de educação: e acessibilidade às pessoas com deficiência.:: Temos também f:: tido todo um cuidaado:: de: na assistência social:: criar: através dos:: CRAS dos Centros: de Referência de Assistência Social:: criar tooda uma política de assistência social** (Debate Globo 00:19:35)

Neste trecho, Dilma lança mão das inflexões que caracterizam a fala distensa tanto para atacar o candidato adversário quanto para se defender através do enaltecimento de um *eu* e de um *nós*: padrão melódico ecoativo, alongamento de sílabas, alta incidência de pausas. Os índices de ênfase que recaem sobre os termos “**imenso**”, “**cuidado**” e **toda**”, através do alongamento das sílabas e do aumento do volume, aliam-se ao papel de mediadora que desempenha e impõem à sua fala um tom professoral que remonta à sensibilidade estereotipicamente feminina. Aqui, o único elemento que permite diferenciar as maneiras pelas quais se ataca o

¹⁵⁵ Cf. Stratch *et al.* (2015)

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*.

outro e se defende a si mesmo é a ausência de pausas no primeiro, que podem produzir um efeito justamente contrário à hesitação e possivelmente apontar para um maior conforto da Presidenta na expressão da agressividade do que aquele que se deixa entrever pela modulação truncada que se ouve na construção verbal de sua própria imagem, o que reforça o estigma que diz respeito à sua rigidez e dureza.

As diferenças entre os pronunciamentos ouvidos a partir do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e dos debates eleitorais transmitidos pela televisão apontam para importantes deslizamentos nos efeitos de sentido produzidos pela fala e pela voz de Dilma. Podemos, aliás, aventar a possibilidade de estabelecer uma diferenciação entre a voz preparada do HGPE e a voz improvisada dos debates, cujas caracterizações podem se pautar, principalmente, na observação da alta ocorrência de oscilações de volume, tempo, frequência e tessitura no último e em sua relativa manutenção e constância no primeiro. No primeiro tipo de desempenho oratório, observam-se as formas de um diálogo amistoso, já que Dilma fala ao povo. Esse diálogo é chamado à existência material a partir de um *espaço calculado* que permite a *expressão cuidadosa da pessoa, das emoções e das propostas*; os efeitos de espontaneidade, aqui, coincidem com os efeitos de verdade que seu discurso produz e que o legitimam. Poderíamos presumir que quanto maior fosse o efeito de coincidência entre a fonte do dizer e a performance, simulado ou simplesmente refletido pela coincidência entre o dito e a maneira do dizer, maior seria seu alcance positivo. Os efeitos de espontaneidade, no entanto, produzidos em grande medida por recursos tomados por discursos como índices de hesitação, concorrem, também, para compor o conjunto de dizeres que atribuem a Dilma a pecha da incompetência oratória. Por outro lado, nos debates televisionados, justamente por se dirigir aos adversários ao invés de para o povo, tem-se um *espaço relativamente imprevisível* que permite, por sua vez, a *expressão de agressividade e o confronto*. Se o cálculo inerente ao HGPE convoca a espontaneidade, o paradoxo aqui é outro: a imprevisibilidade deve ser compensada pelo preparo, e ao mínimo sinal de sua ausência, os efeitos de desleixo (uma debilidade de ordem conjuntural) ou inépcia (de ordem absoluta) lhe serão atribuídos. No contexto do debate, em que a virilidade é tão desejada quanto necessária, Dilma sofre duplamente: primeiro, ao enfrentar, à medida que reforça os estigmas ao seu respeito e se apresenta aos olhos e à escuta pública como pouco feminina; depois, ao ser enfrentada, já que assim está sujeita às representações que dialogam com temas como a fragilidade feminina e a descaracterização do universo político. A natureza dos debates se relaciona com a tradição masculina; vencer, ali, é uma tarefa mais árdua para a candidata.

3.2. Dilma Presidenta

O pronunciamento de Dilma Rousseff em homenagem ao Dia do Trabalhador, em 1º de maio de 2011¹⁵⁷, desenvolve-se de tal maneira que poderia ser considerado como uma representação bastante adequada do esforço descritivo e analítico de Courtine, em *Os deslizamentos do espetáculo político* (2003). O cenário no qual figura a presidenta apresenta um contraste entre bandeiras oficiais, que caracterizam um gabinete político, e sofás, poltronas e outros objetos de decoração, que, por sua vez, contrafazem a aparência de uma sala de estar ou outro ambiente familiar íntimo. O panorama da câmera segue um padrão dinâmico de movimento; no entanto, há claramente uma predominância de enfoque no aspecto mais familiar do cenário: é o que Courtine chama de *living-room politics*; a associação do desenvolvimento da tecnologia televisiva à sobreposição do homem privado sobre o homem político, que, agora, se identifica através de sua intimidade doméstica e psicológica, ao invés de seu engajamento político efetivo¹⁵⁸. Ainda em relação a este aspecto, é interessante notar que, nas tomadas em que a câmera focaliza diretamente o rosto de Dilma (*close*), emprestando maior ênfase àquilo que é dito e cobrando maior atenção do telespectador, há uma frequência maior da exibição dos itens que caracterizam o cenário de maneira mais familiar¹⁵⁹. Além dos *close-ups*, outros fatores contribuem para chamar ou prender a atenção do enunciário do discurso político; neste pronunciamento, mais especificamente, observa-se a presença de enunciados escritos sobre a imagem em cores vivas e, também, a introdução de uma música instrumental a cada dois minutos de fala. Mais uma vez, a possibilidade de uso desses recursos já havia sido insinuada por Courtine, a partir do que ele chama de uma *racionalização do espaço político*: o discurso político televisivo busca adaptar-se às formas propagandísticas da programação normal da tevê, a saber, aquelas relacionadas à brevidade, à interação, à clareza e à fragmentação. Reforçando essa lógica, deparamo-nos, no fio do discurso, com uma série de fórmulas, de formas fixas, de lugares comuns e frases curtas: “**dias melhores estão chegando**”, “**a balança da justiça social**”, e o “**grande sonho brasileiro**”, por exemplo. A respeito dessa tendência do discurso político televisivo contemporâneo, o francês afirma: “rebaixado de suas grandezas teóricas,

¹⁵⁷ Disponível na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=5q_b9yMAOCO>. Acesso em 16 nov. 2016.

¹⁵⁸ Courtine, 2003, p. 26.

¹⁵⁹ Observamos 15 *close-ups* em que o cenário apresentado nos remete a uma sala de estar, concorrendo com apenas 3 *close-ups* em que figuram ao fundo as bandeiras, o que significa uma proporção de 5:1.

assegurando um serviço ideológico mínimo, o discurso é então compreendido como o produto homogeneizado de um consumo de massa”¹⁶⁰.

Na esteira das transformações sofridas pelas práticas languageiras em decorrência do desenvolvimento das tecnologias televisivas está também o predomínio da forma da *conversa*. Dilma interpela os ouvintes através da primeira pessoa do plural (“**no nosso país**”, “**nós todos**”, “**nós, brasileiros**”, “**já estamos vendo**”): ao falar aos brasileiros, a Presidenta mescla-se ao povo, procurando falar a partir de igual posição e, assim, dando margem para um efeito de identificação que pode desembocar em maior aceitação da legitimidade de sua autoridade ao dialogar diretamente com eles: “**tenham certeza**” e “**renovo o compromisso com vocês**”. É a partir desse diálogo informal que se abre margem para a apresentação do homem privado sob o homem público, no interior do que é chamado por Courtine de *life-style politics*, “[...] exibição da intimidade doméstica e psicológica na qual a política se banaliza nas pequenas coisas cotidianas, se enuncia nos discursos ordinários”¹⁶¹.

Assim, a performance de Dilma, no pronunciamento em questão, vem apoiar as ideias de intimidade e familiaridade através da gestualidade corporal: os movimentos condescendentes da cabeça para os lados, horizontalmente, as mãos contidas, a distribuição de sorrisos e os movimentos enfáticos das sobrancelhas são algumas das maneiras de contrafazer uma conversa íntima, amigável e calma, em um ambiente informal.

Finalmente, a voz de Dilma, neste pronunciamento, parece acompanhar os processos de transformação da fala pública televisionada que favorecem o a mobilização de um estilo “efeminado”, efeito para o qual também concorre a apresentação física da Presidenta (a maquiagem natural, os brincos e o colar de pérolas e o terninho em cores suaves podem fazer emergir do imaginário efeitos de delicadeza que tradicionalmente remetem à feminilidade). Nos primeiros quarenta segundos do pronunciamento, transcritos abaixo, podemos observar características interessantes:

Queridas brasileeiras: e queridos brasileiros,:: mais uma vez o Brasil vai festejar o Primeiro de Maio:: da forma como este diia deve ser comemorado,:: com creescimento do emprego e da reenda,:: com economia sóolida e pleeno de esperança no futuro,:: Isso porque,:

¹⁶⁰ Idem, ibidem, p. 23.

¹⁶¹ Idem, ibidem, p. 24.

na medida em que o emprego e o salário aumentam, a desigualdade diminui, e o país continua avançando sem retrocessos.

Estes primeiros segundos são pronunciados predominantemente em baixo volume e tempo desacelerado, remontando à constância e estabilidade que observamos, no item anterior, nas modulações empregadas pela voz preparada e ouvida através do HGPE. A constância e a estabilidade funcionam, aliás, iconicamente, redundando os efeitos de sentido produzidos por formulações como **“mais uma vez”**, **“economia sólida e pleno de esperança”** e **“continua avançando”**. Para a construção desses efeitos também contribui o alongamento de sílabas, como em **“emprego”**, **“crescimento”** e **“salário”**, sobre as quais geralmente incide também um ligeiro aumento de volume, o que nos remete à classificação de uma fala afeita à expressão das emoções, constituindo um interessante fenômeno de sobreposição de vozes. A alta frequência desse alongamento das sílabas, quando interpretada juntamente com pontuais articulações mais enérgicas do aparelho fonador, desempenha uma função pedagógica no decorrer de sua fala, podendo fazer emergir efeito de cuidado e atenção, por um lado, e de condescendência e manipulação, por seu extremo oposto.

Há, ainda neste trecho, uma quantidade significativa de pausas “fora do esperado”, o que pode, como vimos, ser tomado como índice da hesitação proveniente de uma tentativa de fazer soar espontânea uma fala formulada previamente à sua performance ou mesmo da maneira como a enunciadora se relaciona com a atenção de seus ouvintes. Aqui, a expressão da emoção parece se sobrepôr à razão com que frequentemente se aborda, no campo político, os temas de economia; para a produção desse efeito, também concorre o emprego de frases curtas e fórmulas fáceis (**“Se o emprego aumenta e o salário também, a sociedade torna-se menos desigual”**), o que caracteriza uma “simplicidade calculada”¹⁶² e, por extensão, imprime a seu pronunciamento um tom professoral. Assim, a conjunção do dito e das maneiras de dizer pode conduzir a escuta à apreciação e à identificação com o desembaraço das formas de expressão e do raciocínio, em um extremo dos posicionamentos possíveis, ou à conferência de uma certa debilidade expressiva e cognitiva, em outro.

O uso e o padrão de uma modulação vocal específica para a “celebração” se tornam mais acentuados à percepção a partir da escuta de fragmentos em que se pode observar a

¹⁶² Cf. Courtine (2003).

convivência deste conjunto de inflexões com aquele mais afeito à expressão da razão. O excerto transcrito abaixo parece figurar como uma boa ilustração desse contraste.

No nosso país:: a balança da justiça sociaal: está mais próxima do seu ponto de equilíbrio:: Mas os prratos desta balança só estarão pleenamente equilibrados:: quando houver menos peso: sobre os pobres e sobre a classe média:: Este dia,:: tenham certeza,:: nós todos:: vamos ver chegar:: Na verdade,:: muuitas coisas já estamos vendo acontecer.

Aqui, a sentença adversativa que se inicia pela conjunção “mas” não é produzida pelas mesmas modulações vocais que constatamos quando da análise do primeiro trecho. Ao abandonar o uso do presente do indicativo que flexiona “o emprego e o salário aumentam”, “a desigualdade diminui”, “continua avançando” e “está”, parte-se do tempo em que se tem motivos para festejar ao tempo futuro (“só estarão”) em que há condições (expressas pelo subjuntivo em “houver”) a serem transformadas em realidade. A projeção do futuro, por sua vez, solicita a expressão de um compromisso; antes de desembocar na construção “tenham certeza”, pronunciada a partir de uma mudança de tessitura para um nível mais baixo, a maneira de dizer já anuncia o valor de uma promessa pelos efeitos de segurança cuja emergência é possibilitada por inflexões da voz, tais quais uma aceleração do tempo e o movimento vigoroso do aparelho fonador, que se traduz pelos acentos de ênfase (como em “plenamente”) e pela articulação intensa da pronúncia (como em “pratos”). É também perceptível um aumento do volume, com pontuais oscilações para um nível ainda mais alto em algumas das sílabas tônicas, e o menor índice de alongamento de sílabas. Desse efeito de promessa pronunciada com nuances de segurança e firmeza podem derivar apreciações contrárias entre si, como, por exemplo, “ela dissimula” e “ela sabe o que diz” ou, ainda, como uma relação de causa e consequência com as primeiras, “ela sabe o que precisa ser *dito*” e “ela sabe o que precisa ser *feito*”.

Essa voz da razão camufla-se, no entanto, em meio ao uso dos padrões vocais característicos da celebração. Ao utilizar os verbos no presente do indicativo (em “está mais próxima” e “já estamos vendo”), predomina o alongamento das sílabas, o baixo volume e o tempo lento, com apenas algumas oscilações pontuais de volume. Assim, a sobreposição da expressão da emoção à da razão se deixa observar mediante o exame do uso do verbo, da gestualidade do corpo e das inflexões da voz: essa performance parece buscar reiterar e

redundar aquilo que é materializado no fio do discurso, a saber, um “**festejar**” e uma “**comemoração**” repleta de “**esperança**”. Ganha forma, assim, um possível efeito de tranquilidade, calma, familiaridade e comemoração pacífica. Este efeito é posto em circulação a partir de uma voz que se apresenta com características tidas por discursos como tradicionalmente femininas e que é parte constituinte de um corpo que porta atributos da mesma ordem.

O que observamos no pronunciamento em comemoração à mesma data do ano seguinte¹⁶³, por outro lado, contrasta significativamente com as interpretações que encetamos a partir do vídeo que circulou em 2011. Aqui, as dissonâncias mais notáveis à primeira vista são relacionadas ao cenário e à gesticulação da presidenta. No primeiro quesito, nota-se que, no plano de fundo, prevalece a imagem das bandeiras oficiais em contraposição à imagem de uma sala de estar¹⁶⁴; no que diz respeito à sua gesticulação e aos movimentos de seu corpo, a presidenta passa a movimentar sua cabeça expansivamente no sentido vertical, enquanto seus braços e mãos movimentam-se um pouco mais vigorosamente, limitando-se ao quadro de seu próprio tronco, e seus olhos seguem frequentemente cerrados, acompanhando apenas os movimentos enfáticos de suas sobrancelhas. Há também uma perceptível mudança em sua apresentação pessoal: os cabelos penteados de maneira menos despojada e mais uniforme, suas vestes são de cores mais vibrantes, sua maquiagem é mais escura e seus acessórios, mais discretos.

Nos primeiros segundos de sua fala, o ouvinte descobre que o momento não é mais propício ao “festejar”; em 2012, o tempo é do “refletir”:

Minhas amigas e meus amigos,:: amanhã,:: primeiro de maio,:: é um boom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada.:: Que tuudo que um país produz é fruto do esforço do trabalhador.:: E por isso: toodo trabalhador tem o direito de usufruir: de tuudo que o seu país produz.

Essa introdução ao pronunciamento é marcada pelo alto volume em sua voz, o que destoa dos padrões televisivos correntes, e por uma frequência mais baixa e um tempo mais acelerado quando comparados às modulações vocais do pronunciamento do ano anterior. Além disso, os movimentos vigorosos do aparelho fonador fazem recair acentos de ênfase

¹⁶³ Disponível na íntegra em <<https://www.youtube.com/watch?v=8iCPODwpuX8>>. Acesso em 11 nov. 2016.

¹⁶⁴ Observamos oito *close-ups* em que figuravam as bandeiras e quatro em que figura uma sala comum, ou seja, uma proporção de 2:1.

sobre alguns itens lexicais na forma de aumento de volume (“**amanhã**”, “**verdade**” e “**esforço**”, por exemplo) e alongamento de sílabas (como em “**bom**”, “**tudo**” e “**esforço**”), o que repercute no padrão melódico ecoativo de sua fala. Esses recursos vocais remontam às classificações da voz de Dilma em contexto de expressão de razão e de enfrentamento direto de adversários, conforme expusemos no item anterior, e pode, assim, contribuir com um processo de “desfeminização” da imagem da presidenta.

Diferentemente do pronunciamento do ano anterior, no início do pronunciamento de 2012, não foram observadas muitas pausas fora do âmbito da pontuação (função aeróbica); há apenas uma pausa deste tipo, antecedendo o fim da última sentença. Se a utilização de pausas fora do esperado tende a indicar hesitação, a ausência deste recurso pode indicar, por sua vez, segurança em relação àquilo que se diz. Assim, uma interpretação possível sobre o uso dessa pausa recai sobre as maneiras pelas quais Dilma pode se relacionar com a atenção de seus interlocutores, preparando-os para um argumento de maior monta que concluirá sua fala.

Ainda, é necessário observar que essa fala inicial de Dilma concorre como um oposto exato daquilo que o primeiro pronunciamento veio corroborar: a idéia de *living-room politics*, relativa à renúncia ao engajamento ideológico efetivo e à sobreposição do homem privado ao homem público. O enunciado “**todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo que o seu país produz**” remonta à célebre citação de Karl Marx, a saber, “Se a classe operária tudo produz, a ela tudo pertence”, reconhecidamente atribuída a um posicionamento ideológico de esquerda que conserva ideais progressistas. No início de sua fala, Dilma esclarece seu posicionamento, falando à classe operária consumidora e mobilizando-a através do reconhecimento oficial de sua luta, aqui referida como a luta do próprio governo. Um pouco mais à frente, Dilma cita também a necessidade do país “**proteger sua indústria e sua agricultura**”; sabemos, também, que as medidas de protecionismo, criticadas como sendo uma afronta aos direitos de propriedade¹⁶⁵, são frequentemente atribuídas às filosofias socialistas e comunistas.

A Presidenta segue seu pronunciamento para citar o esforço do governo para reduzir as taxas de juros oferecidas pelos bancos no país, conforme trecho transcrito abaixo:

¹⁶⁵ Defensor do liberalismo clássico, Friedrich Hayek afirma, em *La Route de la servitude* (1946) que controlar o comércio exterior é deixar o indivíduo à mercê da tirania estatal é constitui um atentado aos direitos de propriedade, pois seria equivalente a afirmar que o proprietário de um bem qualquer não está autorizado a produzi-lo ou vendê-lo como julgar mais adequado.

É inadmissível: que o Brasil que tem um dos sistemas financeiros: mais sólidos e lucrativos:: continue com um dos juros: mais altos do mundo.: Estes valores:: não podem continuar tão altos.: O Brasil: de hoje: não justifica isso.: Os bancos: não podem continuar cobrando os mesmos juros: para empresas: e para o consumidor: enquanto a taxa básica, a SELIC, cai,: a economia se mantém estável: e a maioria esmagadora dos brasileiros:: honra com presteza e honestidade: os seus compromissos.: O setor financeiro portanto: não tem como explicar essa lógica perversa aos brasileiros.

Aqui, observa-se um interessante fenômeno de produção de padrões entoacionais ecoativos: a repetição das estruturas sintáticas negativas, às quais correspondem modulações vocais similarmente correspondentes, cria um efeito de cadência que remonta à repetição e à insistência. Sobre as formulações “**não podem**”, “**não justifica**”, “**não podem**” novamente e “**não tem**” recaem igualmente alongamentos de sílabas tônicas e um expressivo aumento de volume, aos quais se sucede uma aceleração de tempo de fala. A articulação intensa do aparelho fonador é interrompida apenas pelo uso das pausas, que se fazem ainda menos longas quando comparadas ao emprego do mesmo recurso no pronunciamento de 2011. À medida que o dito e a maneira do dizer, em conjunção, nos permitem remeter os resultados de sua inspeção às características que atribuímos a uma fala mais abertamente agressiva, abre-se margem para a produção de avaliação de sua performance que podem variar entre “Dilma fala por nós” e “Dilma é radical”.

Não nos parece que seja demasiadamente arriscado concluir que, a partir do pronunciamento de 2012, Dilma assume uma posição que pode ser classificada como uma forma amena de uma controversa figura populista: a Presidenta diz querer ser “**aquela que cuida do desenvolvimento das pessoas**” e que “**toda a sociedade participe dessa tarefa**”, e a maneira de dizer reforça esta ideia à medida que o faz em uma modesta combinação de efeitos de solidariedade e ameaça. Aqui, Dilma não fala *aos* brasileiros, mas *pelos* brasileiros. Em um regime de escuta ideal, os efeitos de exaltação que podem ser produzidos pelos movimentos vigorosos do aparelho fonador e pelas oscilações de tempo e volume devem representar a própria sensibilidade pública e, paradoxalmente, a anular: sua elevada posição de autoridade e sua proximidade aos brasileiros, ambas passíveis de serem construídas e consolidadas por seu discurso, oferecem segurança à “**maioria esmagadora dos brasileiros**”

ao direcionar uma ameaça ao *outro* (“os bancos” e “o setor financeiro”), com o qual não fala diretamente, mas que está presente no fio do discurso. “**Refletir**”, aqui, significa, por um lado, amenizar conflitos e acalmar ânimos; por outro, significa uma provocação e uma ameaça. A escuta formada a partir de discursos que de alguma forma lhe antagonizam, em contrapartida, poderia responder aos dizeres que associam os efeitos de oscilação e as pausas à hesitação, ao passo que a baixa frequência, o alto volume e os acentos de ênfase poderiam ser compreendidos como agressividade, e os padrões melódicos e entoacionais e o ritmo cadenciado poderiam acusar uma fala que deriva da leitura de um texto formulado previamente à performance. A avaliação desses efeitos, por sua vez, possivelmente se traduziria em reações que poderiam se formular, respectivamente, em enunciados como “A fala de Dilma é truncada”, “Dilma é extremista e irascível” e “Dilma só sabe falar quando lê”.

De toda forma, a observação desses fenômenos nos permite encetar o delineamento de uma relação de oposição entre os padrões vocais empregados para produzir efeitos de *convidar à reflexão* e de *convidar à festa*. O primeiro conjunto, como vimos, pode ser caracterizado, de maneira mais genérica, pelo alto volume e baixa frequência. A articulação intensa do aparelho fonador repercute, ainda, na forma de alongamentos de sílabas e oscilações no volume fundamental e no tempo de fala. Além disso, parece haver uma tendência à repetição de padrões entoacionais, dando origem a um ritmo cadenciado. Em ambas as categorias há emprego expressivo de pausas, mas a voz que festeja tende a estendê-la por mais longa duração. No que diz respeito às propriedades desta última, observamos o baixo volume, que a distingue significativamente da primeira, e o tempo mais lento. Ainda que façam uso de recursos similares, há entre eles também claras distinções de frequência e consistência: o alongamento de sílabas se faz mais frequente, bem como as pontuais oscilações de volume são mais sutis no “festejar” do que no “refletir”.

3.3. Dilma ex-Presidenta

O pronunciamento de Dilma no Senado Federal, logo após o anúncio da decisão do Senado que resultou na cassação de seu segundo mandato à Presidência da República, em 31 de agosto de 2016, compartilha apenas com a última performance analisada uma característica que não deve ser desprezada: assim como o pronunciamento de abril de 2011, aqui, a já ex-Presidenta fala por detrás de um púlpito e em frente a um microfone e à escuta presentificada

de uma plateia. Sua voz nos é apresentada em uma frequência mais baixa do que aquela que lhe parece ser habitual, além de um alto volume e um ritmo cadenciado.

Hoje:: o Senado Federal:: tomou uma decisão:: que entra para a história das grandes injustiças:: Os senadores que votaram pelo impeachment:: escolheram rasgar a Constituição Federal:: Decidiram pela intorruptão: do mandato de uma presidenta que não cometeu: crime de responsabilidade:: Condenaram uma inocente: e consumaram um golpe parlamentar.¹⁶⁶

A partir da sequência extraída do primeiro minuto de sua fala, podemos estabelecer uma relação parafrástica entre a “**decisão**” dos senadores e o termo “**injustiças**”, posto que, ao entrar “**para a história das grandes injustiças**”, a primeira assume o caráter da última. A injustiça será ainda reiterada pelo predicado “**não cometeu crime**” e pelo objeto “**uma inocente**”. Ao esmiuçar as decorrências da decisão, a avaliação feita por Dilma faz derivar de “**tomou uma decisão**” uma série de outros verbos: “**escolheram rasgar**”, “**decidiram**”, “**condenaram**” e “**consumiram**”. Não apenas porque remetem ao mesmo agente (“**o Senado**” e “**os senadores**”), mas também justamente porque ganham o estatuto de características de uma arbitrariedade, essas ações podem ser compreendidas a partir de relações parafrásticas e compartilhar seus efeitos de sentido. Esse alto índice de retomadas e o decorrente estabelecimento de relações de sinonímia são reforçados na medida em que recaem não apenas sobre o dito, mas repercutem também na maneira de dizer através de suas inflexões vocais. Precedidos de longas pausas, os verbos conjugados no pretérito perfeito recebem ainda outros acentos de reforço daquilo que é dito, como o alongamento de sílabas, fenômeno que acompanha ligeiros aumento de volume e ao qual sucede uma sutil aceleração de tempo. Além disso, a escolha das organizações sintáticas semelhantes dá forma a grupos tonais que lhe correspondem, de que decorre padrões entoacionais que são progressivamente replicados e ecoam ao longo de toda sua fala. O encadeamento desses fenômenos dá origem a uma repetição de padrões da gestualidade vocal, imprimindo à sua fala um efeito de regularidade e constância. Os regimes de escuta formados por discursos que condenam a repetição tenderiam, podemos presumir, a reprovar a produção desses efeitos, embasados no argumento de que a prática de fala de Dilma é mecânica e, talvez, até mesmo “robótica”. Em

¹⁶⁶ Disponível na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=Y2cF_WkaRkc&t=9s>. Acesso em 06 dez. 2017.

contrapartida, um posicionamento oposto poderia atribuir à repetição nuances de ênfase, classificando, assim, sua fala como firme e obstinada.

Efeitos similares podem ser observados ao longo de todo o pronunciamento. O trecho abaixo reafirma essa constatação:

O golpe:: é contra o povo e contra a nação.:: O golpe é misógeno.: O golpe é homofóbico.: O golpe é racista.:: É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito e da violência.

A alta taxa desse padrão de repetição nos remete à caracterização das vozes de Dilma que encetamos e que diferencia a voz preparada da voz improvisada. Com efeito, a predominância da constância em detrimento da oscilação pode ser observada em condições de produção em que Dilma tem a oportunidade de formular sua fala previamente à performance – no HGPE e nos pronunciamentos em homenagem ao Dia do Trabalhador, como vimos. Em 2016, Dilma porta papéis, sobre o púlpito, para os quais volta o olhar sistematicamente; trata-se, portanto, de uma fala que emerge a partir da leitura. Também essa constatação, aliada à própria performance, pode produzir efeitos polêmicos: por um lado, tem-se que Dilma se preparou, portanto se importa e é sincera, e, por outro, tem-se que ela lê, portanto não sente o que diz, mente e manipula.

Este trecho, além de manifestar a baixa frequência e o alto volume que se mantêm como padrão no pronunciamento, apresenta movimentos significativamente vigorosos do aparelho fonador: a pronúncia é enfaticamente articulada. Chama atenção, aqui, a ausência das pausas alongadas que parecem ter-se tornado tão características da fala da Presidenta. Ademais, a despeito do padrão entoacional e melódico ecoativos, outra diferença fundamental pode ser traçada entre este e o último fragmento analisado: neste, percebe-se uma oscilação no tempo de fala, que acelera progressivamente desde o início da parte destacada até a sentença “**o golpe é racista**”, para então retornar à média. Um leve aumento de volume recai sobre cada uma das sílabas tônicas presentes em “**misógeno**”, “**homofóbico**” e “**racista**”, mas torna-se mais acentuado neste último termo. Em conjunção com a progressiva aceleração de tempo que mencionamos, cria-se o efeito de que a repetição da estrutura dos enunciados consiste, em verdade, em uma espécie de catalogação ou enumeração inconclusa, ou seja, pode-se imaginar que, além destes, outros adjetivos podem preencher o silêncio da pausa mais alongada que sucede o último. Assim, diferentemente da primeira porção de sua fala que tomamos como objeto, aqui, a repetição não constrói efeitos de sinonímia tampouco relações de paráfrase,

mas sobretudo de expansão e intensificação do argumento proposto. Não porque – vale dizer – os adjetivos isolados ocupem posições hierárquicas conforme seu suposto peso e importância na fala de Dilma, mas principalmente porque, à medida que se somam nela, aumentam a gravidade do argumento. Ao construí-lo por camadas, apenas o efeito inconcluso dessa gravidade, exatamente esse pressuposto e essa reticência, dá conta de remeter à totalidade do “povo” e da “nação” contra os quais o golpe atenta.

Para que possamos de fato compreender esse fenômeno, basta que pensemos em um jogo de paráfrases que se pode estabelecer a partir das três sentenças cujas estruturas se repetem. Houvesse Dilma dito “o golpe é misógeno, homofóbico e racista”, as propriedades do golpe se veriam circunscritas pela conjunção aditiva. Nesse sentido, uma possível equivalência para a fala de Dilma poderia ser a formulação “O golpe é misógeno, homofóbico, racista...”, contanto fosse pronunciada em um tom ascendente que viesse a reproduzir o efeito de enumeração e, ainda, de incompletude e possível infinidade. No entanto, essa distinta modulação vocal poderia causar prejuízos aos efeitos acusatórios que se relacionam às condições de produção desse pronunciamento, eivadas de antagonismos e hostilidades, e que lhe impõem contornos de dissenso e confronto. A repetição, o tempo acelerado, os acentos de insistência e os movimentos vigorosos do aparelho fonador, todos esses elementos aliados à baixa frequência e ao alto volume de sua fala, dão margem para a produção do efeito de denúncia, amparada por indignação e certa exaltação. A impressão de um maior grau de excitação do organismo e do aparelho fonador poderia, porém, a partir de um regime de escuta que se dispusesse contrariamente aos ideais de Dilma, incutir-lhe as pechas do autoritarismo ou mesmo do descontrole e da histeria.

A esse pronunciamento, aliás, o efeito de denúncia parece ser basilar. O trecho que transcrevemos a seguir nos aponta fenômenos peculiares no interior dessa construção.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo:::: políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da justiça:: tomarão o poder unidos: aos derrotados nas últimas quatro eleições.

Aqui, a escolha do léxico já nos indica algumas das interessantes relações de contraposição que podem ser estabelecidas em sua fala. Ao atribuir a seus adversários o adjetivo “**derrotados**”, Dilma insere seus algozes na posição a que poderia ser relegada à medida que se associasse a aprovação do processo de *impeachment* a formulações tais quais “Dilma perdeu o cargo” e “Dilma perdeu o poder”. Um efeito eufemístico pode ser produzido

por “**meu afastamento definitivo**”, se a tomarmos em uma relação parafrástica com outras possibilidades de construção: “**com a minha condenação**” poderia não conter a carga questionadora em relação à decisão, ao passo que “**com a minha queda**” poderia expressar uma carga demasiadamente trágica, que se sobreporia à gravidade dos argumentos que se sucedem. Aqui, abre-se margem para a produção do efeito de sentido que sugere que, a despeito de haver sido condenada, os criminosos são os outros, os “**políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da justiça**”, assim como os que fracassam são os outros, os “**derrotados nas últimas quatro eleições**”.

O tom da denúncia ganha maior gravidade pela mobilização do futuro do presente em “**tomarão**”, que indica uma ação que provável ou certamente ocorrerá e pode construir os efeitos de convicção. No entanto, a partir das relações que o dito estabelece com a maneira de dizer, isto é, com as inflexões vocais de Dilma, esse efeito pode ser polemizado. Mantendo a baixa frequência e o alto volume, além dos padrões ecoativos de entoação e melodia, e fazendo uso de longas pausas e tempo mais lento, a ex-Presidenta mobiliza uma fala que poderia ser caracterizada como uma junção entre a fala enfática e a fala dramática. Desse uso seria possível derivar os efeitos de ênfase, de firmeza e de segurança. No entanto, esse mesmo conjunto, em especial devido ao uso das pausas, à desaceleração do tempo e à cadência geral de sua fala, poderia dar margem à construção de um efeito imediatamente oposto, qual seja, o da insegurança. Considerando especialmente o fato de que o gesto de leitura não se disfarça, a possibilidade de emergência dos efeitos de uma gestualidade vocal hesitante poderia conduzir os interlocutores que compartilham de uma posição oposta a reações tais quais “Dilma não fala bem nem quando se prepara”, ou “Dilma não sabe ler”. Ou seja, por um lado, tem-se que a ex-Presidenta está preparada, convicta e sabe o que diz, ao passo que, por outro, postula-se que sua postura autoritária é desajeitada e, portanto, indigna de credibilidade. Como vemos, a maneira de dizer tem o potencial tanto de redundar o dito, emprestando-lhe gravidade e ênfase, quanto de contradizê-lo, privando-lhe de autenticidade e perícia.

Creemos poder sustentar a tese de que há uma típica modulação voz que é empregada para construir efeitos de denúncia mediante à constatação de que, no mesmo pronunciamento, ao se dirigir mais abertamente a seus eleitores e aliados, pode-se perceber modulações vocais distintas. Vejamos no trecho abaixo:

**Não desistam da luta.::: Oouçam: bem.: Eles pensam que nos
vencero,::: mas estão enganados.::: Seei que toodos nós vamos lutar.**

As inflexões vocais que aqui se revelam à escuta se opõem em grande medida às aquelas observadas na construção de um efeito possivelmente ameaçador a partir de uma denúncia. Aqui, ao interpelar seus apoiadores à “luta”, constrói-se dois conjuntos plurais *outros* (um constituído por “**tenham**” e “**ouçam**” e outro, por “**eles pensam**”); o primeiro grupo se une a *um* eu e dá forma a um *nós* (“**nos venceremos**” e “**todos nós**”) que se opõe ao segundo. Apela-se, pois, a uma luta que é comum. É interessante notar que oscilações de volume e, principalmente, de frequência podem ser percebidas neste trecho de sua fala: o início é modulado em mais altos volume e frequência, até que sejam restabelecidos aos fundamentais a partir de “**nos venceremos**”. Além disso, a despeito dos movimentos vigorosos do aparelho fonador, a pronúncia parece ser relaxada, como se poderia supor pelo alongamento das sílabas (que pode, por outro lado, também criar o efeito de ênfase) e como se atesta pela flexão de “**venceremos**”. Novamente, ao falar ao povo, Dilma fala *como* o povo. Como vimos, as oscilações de modulações vocais parecem ser típicas das produções a partir de condições espontâneas, enquanto a alta frequência pode ser relacionada à expressão de emoções. Assim, os sentidos do apelo que se constrói nessa fala, frente à percepção de certa exaltação que se impõe ao grau de excitação do aparelho fonador, podem adquirir nuances de descontrole, histeria e desespero, ou, a partir de um regime de escuta distinto, de autenticidade, franqueza e urgência.

Tendo estabelecido esse breve contraponto que cremos poder sustentar a peculiaridade da voz que acusa, nos voltaremos ainda a um último excerto que pormenoriza suas características e tonifica sua relativa delimitação, conforme indica a transcrição que elaboramos:

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático: que represento está sendo interrompido por uma poderosa força: conservadora e reacionária:: com o apoio de uma imprensa facciosa:: vão capturar as instituições: do Estado para colocá-las a serviço: do maais radical liberalismo econômico e de retrocesso social.

Aqui, escolha lexical encaminha a interpretação de maneira indelével para a disforia à medida que privilegia adjetivos e substantivos de carga semântica reconhecidamente negativas: “**reacionária**”, “**facciosa**” e “**retrocesso**”. Ora, se pode questionar menos o valor pejorativo desses termos do que se pode fazê-lo com “**conservadora**” e “**radical**”. O futuro

do presente indicado pela locução adverbial “**vão capturar**” contribui para construir um efeito de evidência da acusação e edificar seu argumento sob as bases de uma aparente convicção. Assim, produz-se sob o tom acusatório um efeito de hostilidade, especialmente se dispensarmos atenção às maneiras de dizer: os padrões melódicos e entoacionais ecoativos, o vasto uso de pausas, a baixa frequência e o alto volume observados em outros fragmentos analisados se repetem e se mantêm. Ao retornarmos ao léxico, notamos que o trecho aborda temas cujo caráter tradicionalmente apela para a expressão da razão: a política institucional (“**as instituições do Estado**”) e a economia (“**liberalismo econômico**”). Torna-se ainda mais relevante, portanto, relacionar os padrões da voz da denúncia ao conjunto de inflexões que caracterizamos como sendo aquele tipicamente utilizado para construir efeitos de agressividade franca ao tratar de “temas racionais”, mais relacionado à mobilização de um tipo de fala enfática e com movimentos vigorosos do aparelho fonador. A voz de denúncia, assim, adquire contornos de ataque e ameaça. Novamente, a regularidade e a repetição perceptíveis no ritmo cadenciado de sua fala, somados à constatação do gesto de leitura, à colocação das pausas e ao desvio de articulação entre “**retrocesso**” e “**social**”, podem conduzir o ouvinte a uma reação embasada na hesitação proveniente da dificuldade da leitura. A conjunção desses fatores poderia, assim, produzir formulações tais quais “Dilma fala mal porque lê mal”, como já mencionado, e, ainda, “Dilma é falsa porque lê”.

Se há uma voz de denúncia, afeita à agressividade e à ameaça, poderíamos presumir que há, também, uma voz de defesa? Isto é, haveria um padrão vocal para a fala de Dilma que, ao invés de se impor como ameaça, nos permitisse relacioná-la a uma posição algo como ameaçada? Para contrastar com a produção de uma fala de tom acusatório, ou seja, afeita aos efeitos de uma denúncia, gostaríamos de nos ater brevemente a um trecho de seu pronunciamento que remete à construção de uma espécie de peça de defesa, como se pode observar na transcrição a seguir.

**Saaio da presidência: como entrei,::: sem ter incorrido em
qualqueer ato ilícito,::: sem ter traído qualquer de meus
compromissos,::: com dignidade e carregando no peito o mesmo
amor e admiração:: pelas brasileiras e brasileiros:: e a mesma
vontade de continuar lutando pelo Brasil.**

Podemos embasar a tese de que o referido trecho produz efeitos de uma defesa mediante à relação de retomada que suas formulações estabelecem com os já-ditos que

preconizam o processo de *impeachment*. Isso equivale a dizer que, à medida que Dilma define seu percurso quando à frente do país com os predicados “**sem ter incorrido em qualquer ato ilícito**” e “**sem ter traído qualquer de meus princípios**”, pode-se reportar esses dizeres a outros que lhe antagonizam e sustentam sua condenação, quais sejam, “Dilma cometeu ato ilícito” e “Dilma traiu seus princípios”. Assim, sua defesa parece recobrir tanto a esfera profissional quanto o âmbito pessoal. O efeito de preservação de suas virtudes se vê refletido também pela construção “**saio da presidência como entrei**”: aqui, há perceptíveis oscilações do volume, que alcança um nível mais alto nas sílabas tônicas de “**saio**” e “**presidência**” e atinge o nível mais baixo de todo o excerto em “**como entrei**”. Ou seja, o segundo verbo parece emprestar força ao argumento exposto pelo primeiro, que, ao ser pronunciado com menor vigor e energia, adquire os traços de uma informação já antes conhecida e compartilhada. Esse efeito de pressuposto parece permitir a atribuição de um caráter inquestionável a dizeres segundo os quais “Dilma foi eleita porque é honesta” e “Dilma nunca cometeu crimes”. De maneira análoga, funcionam os adjetivos “**mesmo**” e “**mesma**”: a solicitação de ambos contribui para este funcionamento não apenas porque os atributos que os seguem podem ser referidos simultaneamente aos verbos “**saio**” e “**entrei**”, mas sobretudo porque parecem permitir que se remeta os enunciatários a um conhecimento comum. Constrói-se o argumento, portanto, com base na produção de efeitos de evidência que recorrem às maneiras de dizer para se sustentar.

Com efeito, há de se emprestar particular atenção às modulações vocais, se vislumbramos estabelecer alguma distinção entre a voz que acusa o outro e a voz que defende a si. No entanto, um exame mais cuidadoso da voz revela que parece haver mais consonâncias do que dissonâncias entre a vocalização dessas nuances de sentido. Ambas se apresentam em padrões que podem ser associados à voz da agressividade aberta que trata dos chamados “temas racionais”: predomínio de uma fala enfática através de movimentos vigorosos do aparelho fonador, baixa frequência e alto volume com pontuais oscilações que também se aplicam para o tempo. A despeito dessas ligeiras oscilações, mantêm-se por uma maior extensão da fala os padrões melódicos e entoacionais ecoativos que produzem os efeitos de constância, regularidade e repetição, para os quais também contribui o uso de estruturas sintáticas semelhantes (“sem ter ‘x’”, “sem ter ‘x’”, “com o mesmo ‘x’” e “a mesma ‘x’”). Pelo menos no que diz respeito ao pronunciamento de agosto de 2016, a voz da defesa é, pois, a mesma que acusa. Em face de um possível descompasso entre o dito, que explora temas afeitos à sensibilidade (ao se defender, fala de “**compromissos**”, de “**dignidade**”, de

“**carregar no peito**”, “**amor e admiração**” e “**vontade**”), e as maneiras de dizer, que podem conduzir à ênfase e à agressividade, o regime de escuta formado pelos dizeres consensuais que condenam suas práticas de fala pública poderia reagir com antagonismos na forma de comentários tais quais “Dilma não sente o que diz” ou, ainda, “Dilma é mesmo afeita às brigas”. Em contrapartida, um extremo oposto daria origem a observações do tipo “Dilma é corajosa” e “Dilma não se abate”. Contrapõem-se, assim, através de gestos de apreciação contrários, as imagens de uma mulher insensível e de uma mulher forte, do brio e da animosidade. Há, no entanto, uma possibilidade de aproximação entre os dois pólos de posicionamento da escuta: talvez, afinal, não seja mesmo tarefa fácil ameaçar a Presidenta ou, ao menos, fazê-la pôr em circulação efeitos de um posicionamento ameaçado.

Por fim, a caráter de encerramento, os resultados dessas análises nos permitem conceber, ainda, uma diferenciação entre aquilo que chamaremos de voz detrás do púlpito e voz detrás da tela. Entre as condições de produção desses conjuntos distintos de padrões vocais, há, evidentemente, diferenças que concorrem para promovê-los: no primeiro contexto, vê-se um orador de pé, que fala diante de um público e que, ao falar, dirige-se predominantemente a um microfone, enquanto no segundo, o orador, geralmente sentado, se volta a uma câmera que simula a presença individual de uma multidão. O conjunto de inflexões que corresponde a cada uma dessas conjunturas podem classificar-se, de maneira genérica, pelo mais alto índice de oscilações identificados na primeira e pelos padrões de regularidade percebidos na segunda. No entanto, as oscilações percebidas nos padrões que caracterizam a voz detrás do púlpito, coordenadas, estabelecem dinâmicas vocais ecoativas e que remontam ainda mais fortemente à repetição. Observa-se que esses grupos de modulações vocais, na medida em que são associados a condições de produção específicas e respondem às injunções dos sentidos tanto quanto concorrem para produzi-los, podem sofrer a interferência de diversas outras particularidades, e constantemente o fazem. Há, assim, a voz detrás do púlpito que é preparada e aquela que é espontânea, aquela que é agressiva e aquela que é emotiva, e ainda outras variações. Ainda que, por uma necessidade metodológica, sejamos inclinados a estabelecer distinções que pareçam estáticas, isso não significa que não reconheçamos as possibilidades de intersecção e sobreposição na relação entre esses conjuntos. São, afinal, essas vicissitudes que, sujeitas à ordem do discurso, dão origem a efeitos e nuances de sentido cujos rastros da construção devem interessar ao analista.

3.4. Tipologia da voz de Dilma

Ao longo do desenvolvimento deste capítulo, propusemos a classificação de distintos usos e padrões vocais na prática de fala pública de Dilma, os quais buscamos relacionar com as particularidades das condições de sua produção e com as diferentes posições ocupadas por ela. Com vistas a desconstruir noções essencializadas sobre os usos e efeitos da voz, as relacionamos também com regimes de escuta, ou seja, com possíveis posicionamentos de seus enunciatários. Sem pretensão de exaustividade, nos ativemos, sobretudo, à premência de compreender e demonstrar a relação constitutiva entre representações e práticas – as determinações históricas se impõem sobre a produção e sobre a recepção dos pronunciamentos de Dilma mediante a circulação de dizeres a seu respeito. O funcionamento dos sons da voz, aqui, consiste em um microcosmo da prática de fala pública e das práticas sociais no geral, e desvendar essa dinâmica deve nos permitir apreender os processos de construção dos efeitos de evidência que nos circundam. Entre estes, aliás, os consensos acerca da (in)competência oratória de Dilma.

A título de conclusão, faremos uma breve síntese da tipologia que encetamos no decorrer da terceira parte de nossa exposição, com base em contrastes estabelecidos entre as distintas condições de produção e entre os distintos efeitos de sentido a que obedecem. Esse tracejado esquemático deve nos permitir sistematizar os resultados de nossas análises e subsidiar futuras reflexões acerca dos usos e efeitos da voz e das práticas de fala pública de Dilma e, de maneira mais geral, dos sujeitos de nossa sociedade.

Inicialmente, partir das análises dos programas veiculados pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, estabelecemos o esboço de uma definição da *voz da emoção*. A possibilidade de emergência dos sentidos da expressão emotiva, ou, ainda, os sentidos da expressão emotiva dão origem a uma modulação vocal caracterizada por um relaxamento do aparelho fonador, o que produz uma articulação suave e uma pronúncia frouxa e tende a provocar um alongamento de sílabas tônicas, além de um baixo volume e um tempo desacelerado de fala. É aqui que o som é emitido em uma frequência perceptivelmente mais alta. Em contraste, a *voz da razão* caracteriza-se por movimentos vigorosos do aparelho fonador, produzindo volumes mais altos e tempo acelerado de fala. Fala-se a partir de uma baixa frequência, valendo-se constantemente de longas pausas que, somadas à multiplicação de sílabas tônicas, adquirem as formas de acentos de insistência.

Ainda quando da observação do HGPE, ensejamos elaborar uma caracterização de uma *voz preparada*, ou seja, aquela que condiz com a performance de um texto formulado previamente ao pronunciamento. Nessas condições de produção, a modulação vocal adquire notáveis traços de constância e regularidade, em oposição às oscilações de tempo, volume, frequência e tessitura que se escuta de uma *voz espontânea*.

Ao observar os contextos de produção da fala relativamente espontâneos, observamos o funcionamento de dois conjuntos de inflexões que correspondem à possível produção de efeitos de agressividade. O primeiro diz respeito à *voz da agressividade aberta*, de que deriva, ainda, dois diferentes tipos: ao tratar de temas afeitos à sensibilidade e à emoção, emprega-se baixos volumes, tempo desacelerado, padrões melódicos ecoativos e oscilações no nível da tessitura, variando entre as chamadas fala enfática e fala tensa; já ao abordar temas que geralmente apelam à razão, os movimentos vigorosos do aparelho fonador dão origem mais predominantemente a uma fala enfática e eivada de oscilações de volume e tempo, o que contrasta com a estabilidade da baixa frequência. A *voz da agressividade velada*, por sua vez, também pode ser subdividida em pelo menos dois tipos. Aqui, nos dedicamos a observar os padrões vocais mobilizados no ato de falar de si para desclassificar o adversário: ao falar de si afirmativamente, constata-se um volume mais baixo, oscilações no tempo e no nível de tessitura e uma alta ocorrência de alongamento de sílabas, aproximando-se da definição de uma fala enfática, ao passo que, para falar de si negativamente, predomina a fala dramática, ou seja, há uma ocorrência maior de pausas, que contribui para um ritmo menos cadenciado, um aumento no volume e um tempo de fala mais estável e acelerado.

Ao tomar os pronunciamentos de Dilma na condição de Presidenta, concebemos distinções entre a *voz que convida à reflexão* e a *voz que convida à festa*: a primeira é modulada em baixa frequência e altos volumes, com incidência de alongamento de sílabas; tempo e volume de fala sofrem ligeiras oscilações que parecem coordenadas de modo a contribuir com a produção de padrões entoacionais ecoativos e de um ritmo cadenciado. Já a segunda categoria vale-se de pausas mais extensas e tempo mais lento, mas distingue-se expressamente da primeira devido ao baixo volume; nesta, é também perceptível que é maior a taxa de ocorrência do alongamento de sílabas, ao passo que as oscilações de volume, ainda que presentes, são mais sutis.

A inspeção dos pronunciamentos de Dilma na condição de ex-Presidenta propiciou a observação de um padrão vocal empregado para a voz que denominamos *voz de denúncia*.

Passível de ser referida ao segundo tipo da voz da agressividade aberta, a fala é aqui fundamentalmente emitida em baixa frequência e alto volume e interrompida frequentemente por longas pausas. Também chama atenção certa oscilação que recai mais perceptivelmente sobre o âmbito do tempo de fala. No entanto, o aspecto mais característico desse conjunto de usos vocais associa-se aos padrões melódicos e entoacionais ecoativos que acompanham a solicitação de estruturas sintáticas semelhantes e imprimem à fala um ritmo cadenciado e um efeito de repetição. A única distinção que se deixou entrever entre a voz de denúncia e a voz *de defesa* é a percepção de ligeiras oscilações de volume na mobilização da segunda.

Finalmente, estabelecemos uma relação de contraste entre a voz *detrás do púlpito* e a voz *detrás da tela*, o que nos permitiu identificar uma distinção baseada em uma maior ocorrência de oscilações na primeira e na predominância de certa regularidade na segunda. A voz *detrás do púlpito*, porém, também produz um efeito de constância e repetição à medida que suas oscilações parecem seguir padrões similares que se sucedem e ecoam ao longo da fala.

Vale reiterar que, numa perspectiva discursiva, esses usos e padrões vocais respondem às injunções dos sentidos, mas, justamente porque concebemos a voz como uma materialidade significante que, portanto, apenas produz sentidos mediante a ação agentiva de discursos que a atravessam e a impregnam de sentidos, não se pode garantir controle sobre os sentidos que emergem da fala e da voz. Sempre podem haver outros, e de fato os há, especialmente porque, se, como dissemos, a produção dos sons da fala responde às injunções dos sentidos, também o faz a escuta, constituída pela mesma dinâmica discursiva. Evidentemente, esse esboço de uma tipologia não dá conta de depreender essas variadas possibilidades, mas sistematiza os resultados das análises das sequências discursivas às quais dedicamos nossos gestos de análise. As intersecções e entrecruzamentos que estes conjuntos de inflexões vocais estabelecem entre si são muitas e certas; não nos compete a tarefa de concebê-las com superior objetividade. No entanto, a mera constatação e comprovação de sua potencialidade de materializar sentidos diversos nos revela que, ainda que a ideologia do poder se disfarce sob o efeito da evidência, o dissenso sempre figurará como condição de sua própria existência e funcionamento. Aí reside a possibilidade de resistir à observância de seus métodos, para que não nos assemelhemos a nossos próprios carrascos nem os ofereçamos ingenuamente nossa simpatia; para que não nos tornemos, enfim, cúmplices dos opressores em meio aos oprimidos.

Considerações finais

Por um questionamento das evidências: pensar as determinações históricas e a relação entre discursos e práticas

Eu estou convencida de que, mesmo quando há exageros, e nós sabemos que em qualquer área eles existem – e nessa da informação, em específico, existem –, é sempre preferível o ruído da imprensa livre ao silêncio tumular das ditaduras.¹⁶⁷

São muitos, frequentes e consistentes os discursos que tentam impor o silêncio à voz feminina. O fato de que muitas transformações históricas lhes tenham modificado a quantidade, a frequência e a consistência não significou, no entanto, que outros modos e vias não fossem buscados e encontrados, de maneira a fazer perpetuar as discriminações que a calam ou, ao menos, constroem. Acometidos pela percepção desses preconceitos e estigmas que recaem, de maneira geral, sobre as práticas de fala pública com particulares marcas de classe, raça, gênero e sexualidade, por exemplo, e, de maneira mais específica, da expressão pública feminina, os tomamos como o ponto de partida de nossa empreitada, considerando, especialmente, que dois desses casos foram tornados expressivamente notáveis na história mais recente de nosso país: Lula e Dilma sentiram reiteradamente a perversidade desses gestos a cada vez em que falaram publicamente. Ao refletir de modo mais aprofundado sobre as diferentes formas de constroer e deslegitimar a presença feminina na esfera pública e no campo político, pudemos constatar que, para além de impedir o acesso da mulher à pena e ao papel e desprovê-la do direito à educação e, assim, do exercício pleno e efetivo da cidadania, calar sua voz exigiu da história ocidental um tipo de controle que extrapolou as barreiras do tempo, do espaço, dos saberes e das instituições: discursos e ações sociais que infamavam sua voz e enalteciam seu silêncio se encarregariam, por séculos, de tentar mantê-las na submissão da vida privada e lhes interditar a vida pública. Resistindo ao recrudescimento mais recente das lutas e conquistas feministas, a imprensa, hoje, parece exercer de modo privilegiado o papel outrora desempenhado por religiosos, filósofos, retores e médicos, que, através do poder do mito e/ou da legitimidade do discurso científico, precaviam os homens dos perigos da

¹⁶⁷ Dilma Rousseff, pronunciamento na cerimônia de abertura da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção, em Brasília (2012).

expressão feminina e buscavam condicionar as mulheres ao silêncio. Entre a Retórica Antiga, a ciência moderna e a mídia contemporânea, há evidentemente dissonâncias, mas também claras regularidades: nelas, a mulher e, sobretudo, a voz feminina, não se associam com placidez ao engajamento em atividades políticas e em práticas de fala pública.

A mídia, no entanto, parece adquirir em nossos dias contornos mais acentuados que a fazem despontar como uma ferramenta particularmente poderosa de produção e circulação desses discursos que materializam dizeres relativamente hegemônicos sobre nossa sociedade. Mais ou menos ideal e inicialmente incumbida de representar e canalizar os interesses populares dos grupos que não poderiam participar diretamente das estruturas do poder institucional, na nova ordem da globalização, a mídia tradicional, corporativa e conservadora encontra-se, com efeito, mais atrelada à dinâmica do poder do que a multidão parece ser capaz de se aperceber.

A mídia há muito se posicionou como a voz ou até mesmo a consciência do Povo, em oposição ao poder de estados e de interesses privados do capital. É apresentada como mais um sistema de controle mútuo da ação governamental, oferecendo uma visão objetiva e independente de tudo que o Povo quer ou precisa saber. Há muito está claro, entretanto, que a mídia é, na realidade, não muito independente do capital por um lado e dos Estados, por outro. (HARDT & NEGRI, 2001, p. 333)

Ainda que não atuem pela repressão e pela violência, os poderes impõem, de maneira tão sutil quanto perversa, suas verdades em nossas ideias, dizeres e práticas, assim como já haviam nos alertado grandes nomes como Althusser e Foucault. De fato, nessa nova ordem, o poder reprime menos do que incita e produz, assim como pune menos do que controla – produz práticas e discursos que, ocultando seus próprios métodos, articulam e controlam o *fazer dizer* e o *fazer calar*. Assim, a perpetuação dos antigos estigmas e a consolidação de outros valores pejorativos em relação à fala feminina parecem encontrar outros meios para deslegitimar a pertença da mulher ao campo político na contemporaneidade. A liberdade conferida à expressão jornalística pelos regimes democráticos parece atenuar o funcionamento de antigas e já consolidadas formas de constrangimento ao mesmo tempo em que as reproduz, renovando os esquemas obsoletos do comportamento opressivo.

Efetivamente, os estigmas sobre a fala pública e sobre a expressão feminina se inscrevem em uma lógica histórica de mais longa duração do que aquela ordem líquida da

discursividade política contemporânea¹⁶⁸, mas recebem o influxo dessa última e se modificam em seu interior. Isso significa dizer que eles ecoam *sobre* a maneira apressada como vivenciamos, através da fala, da escuta e da memória, o espaço público, impondo formas distintas de produzir e interpretar os discursos. Tem-se, dessa forma, uma consequência indelével da dinâmica capitalista de mercado e de consumo, que impõe ao discurso político o funcionamento de uma memória de curta duração através da rapidez, da fragmentação e do sincretismo de suas formulações, e convoca também, ao mesmo tempo, uma memória de longa duração que parece poder se perpetuar quanto mais for capaz de se ocultar sob a liquidez dessas formulações: a desigualdade social.

A história recente do Brasil nos fornece um poderoso indicativo dos conflitos gerados por estes estigmas e de seu impacto na constituição de discursos e práticas do orador político contemporâneo e sobre ele: as performances de fala pública de Dilma Rousseff tornaram-se objeto de problematizações por diversos setores da sociedade, produzindo representações predominantemente disfóricas e frequentemente eivadas de violência simbólica. Em torno desses dizeres, verificou-se a existência de um consenso segundo o qual ela é péssima oradora e apresenta pouco ou nenhum carisma, de que derivou o objetivo de caráter geral dessa pesquisa: analisar pronunciamentos de Dilma Rousseff e discursos sobre sua fala pública que circulam através da mídia brasileira, com vistas a compreender o estabelecimento e a consolidação desse consenso e fornecer um caminho para sua desconstrução. Propusemos, assim, questioná-lo mediante o exame tanto dos discursos da mídia a seu respeito quanto dos próprios desempenhos oratórios de Dilma, buscando demonstrar que tais discursos não somente condicionam as performances de fala pública dos sujeitos de uma sociedade, em geral, e de Dilma, em particular, mas também produzem as descrições, os comentários e as avaliações dessas performances. Ou seja, esses discursos exercem um poder agentivo sobre os sentidos da fala e, assim, incidem sobre sua produção, por um lado, e constroem, consolidam e, eventualmente, transformam as disposições da escuta de pronunciamentos públicos, por outro, amparando a emissão de julgamentos e a conferência de estigmas e prestígios ao comportamento oratório.

Ao rastrear os indícios desse funcionamento da mídia, nos deparamos com a difusão de avaliações genéricas ou relativamente especializadas que operam em favor da construção de uma rede de valores mais ou menos prescritiva em relação ao desempenho oratório no

¹⁶⁸ Cf. Courtine (2006, 2008).

interior campo político. Os julgamentos positivos e negativos das performances de fala pública constituem o político ideal, em particular em sua condição de orador, como carismático e eloquente. No caso das representações das performances de Dilma, o primeiro parece ser concebido como substância ou atributo, e o segundo, mais frequentemente, como modo. É possível observar construções segundo as quais um político “é/foi eloquente”, o que nos permite concluir que a eloquência é tida por esses discursos tanto como um dom e uma propriedade inata quanto como uma técnica e uma conquista, ao passo que o carisma tende a se tornar mais refém de naturalizações. Isso equivale a dizer que, em certa medida, se contemplados em uma relação complementar, a eloquência, contingente, pode proceder o carisma, essencial. A partir de um prisma discursivo, o “bom orador”, de modo a constituir-se como tal, não depende unicamente de sua própria prática de fala pública, mas também e principalmente da relação que sua performance estabelece com os dizeres acerca da fala pública que atuam sobre seu próprio desempenho e sobre a condução da escuta à qual se dirigirá. Tanto a eloquência quanto o carisma, portanto, consistem em construtos discursivos, gerados no seio da sociedade e sob o peso da história, construção desprezada tanto pelos discursos produzidos de maneira genérica ou mais ou menos especializada.

Quando da constatação do consenso acerca da fala pública de Dilma, constatamos que esses sentidos de eloquência e carisma são produzidos, pelo menos no caso dos dizeres relativamente especializados, mediante o tratamento dos três componentes da performance oratória. Nesse ponto, nos detivemos com maior particularidade em um desses constituintes da fala pública. Entre verbo, corpo e voz, nosso interesse pela última se deveu a razões que recaem tanto sobre propriedades atribuídas ao objeto que deu origem à pesquisa quanto sobre o quadro teórico e metodológico que subscrevemos, a saber, o da Análise do Discurso de linha francesa. Em nosso primeiro capítulo, assim, expusemos as razões pelas quais ela parece ser particularmente importante para a construção das depreciações dos desempenhos oratórios, em geral, e de Dilma, em particular. Componente fundamental da oratória, e presente entre a língua e o corpo, a voz é concebida como característica indelével do feminino e, não por acaso, os discursos que imputam estigmas à expressão feminina não se privam de lhe dispensar atenção.

No que diz respeito a nosso quadro teórico, como dissemos, as apreciações eufóricas e disfóricas, mesmo as mais consistentes e especializadas, e mesmo a despeito de sua inscrição em diferentes posições ideológicas, tendem a passar ao largo da consideração de sua condição histórica: ignora-se, com uma frequência alarmante, os processos discursivos que constroem a

eloquência e o carisma. Se, por um lado, os discursos que tratam da fala pública ignoram o funcionamento discursivo que constitui as propriedades dos homens e mulheres considerados eloquentes e carismáticos mediante as representações que produzem do uso da língua, do seu corpo e da sua voz, por outro, as teorias discursivas parecem não ter ainda dispendido a devida atenção aos usos e efeitos da voz, de modo a estar suscetível por ações – e, sobretudo, omissões – às reproduções de consensos e evidências a seu respeito. Assim, com base em reflexões de outras áreas de conhecimento no interior da Linguística que trataram da relação entre som e sentido, buscamos, nessa primeira parte de nossa exposição, apontar caminhos para que a Análise do Discurso pudesse reinterpretar seus avanços à luz da história e, principalmente, remanejar seus instrumentos de modo a incorporá-los em suas reflexões sobre as materialidades significantes dos discursos e as homologias entre os efeitos de sentido, seus modos de produção e seus meios de circulação.

Nessa direção, procuramos defender que os sons da voz, numa perspectiva discursiva, encontram a possibilidade de produção de sentidos mediante o funcionamento de um quadro dinâmico, pois determinado historicamente, em que circulam dizeres sobre as propriedades e modulações vocais e que constrói uma rede de valores e sentidos com os quais esses sons interagem, de modo determinar seus processos de produção pela fala e de recepção pela escuta. Ou seja, a materialidade do som e da voz só pode interessar ao analista quando tomada a partir de discursos que a dotam de sentido¹⁶⁹. Afinal, à semelhança da linguagem verbal, se a voz produz sentidos é porque antes nela se projetaram outros através do ato de simbolizar historicamente que é particular aos homens. Em outras palavras, a escuta de discursos é constitutiva e determinante da fala e da própria escuta. Nesse sentido, a perspectiva discursiva nos permite avançar na investigação do elo entre som e sentido em relação às teorias fonéticas que a ela se dedicam, assim como às reflexões de outras abordagens funcionalistas: a dimensão histórica desse laço também é desprezada tanto pelos foneticistas contemporâneos quanto pelos sociolinguistas, por exemplo, que constata, mas não esclarecem o funcionamento dessa interdependência. Sujeito à ordem do discurso, o som e, mais particularmente, a voz despontam como uma metáfora e uma metonímia dos sentidos derivados de um funcionamento particular da sociedade que se processa na história e no discurso e se materializa na linguagem, fora do qual eles não poderiam ser invocados à existência. Isso equivale a dizer que os homens atribuem sentidos ao som, mesmo à sua

¹⁶⁹ Cf. Souza (2014a)

ausência, mas também que mobilizam suas vozes respondendo às próprias injunções dos sentidos.

O elo entre som e sentido, dessa forma concebido, também não deve passar incólume às implicações da *polissemia*, que se estabiliza e produz sentidos com contornos mais bem definidos a partir de relações de equivalência e de encadeamento entre unidades e formas da linguagem. Afinal, dentre essas formas, por que não as propriedades vocais? Já em 1983, Pêcheux questionava o provérbio chinês “quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”: “com efeito, por que não?¹⁷⁰”. A intuição de que as materialidades *significam*, ou seja, que produzem sentidos ou, ao menos, imprimem nestes matizes e nuances é uma das forças motrizes deste trabalho. A iminente produção de sentidos, por sua vez, passa pelo crivo das posições em que se inscrevem os sujeitos que enunciam e que escutam os discursos. Conforme buscamos defender, esses dizeres condicionam as práticas de fala pública ao mesmo tempo em que produzem auto e alheias avaliações dessas performances – isto é, os discursos também agem sobre o gosto e o desgosto na escuta de pronunciamentos públicos, incidindo sobremaneira na aceitação ou rejeição da legitimidade de uma liderança política.

Uma discussão acerca da atribuição ou destituição dessa legitimidade pode ser encetada a partir das exposições dos resultados de análise que compuseram nosso segundo capítulo. Nessa etapa, nos debruçamos sobre os discursos da mídia sobre a fala pública e a voz de Dilma, com vistas a apreender os recursos de que lançam mão para construir representações pejorativas de seu desempenho oratório e infamá-la com a pecha da eloquência débil como um efeito de evidência. O trabalho com esses discursos fecundou e fortaleceu nossa intuição de que a possibilidade de desconstrução dessa evidência reside na iluminação de sua determinação histórica e social, já que, em suma, “a ideologia não é ‘x’, mas o processo de produzir ‘x’¹⁷¹”. Nessa direção, cremos ter amadurecido nossas reflexões acerca dos fenômenos envolvidos na produção do consenso sobre a competência oratória de Dilma e dos mecanismos que o constroem, consolidam e determinam seu alcance.

Em primeiro lugar, se o discurso político contribui para a legitimação do próprio campo em que se inscreve, na medida em que apresenta, entre outras, as seguintes propriedades: “o agente político possui uma visão clara e ordenada da realidade social; pressupõe sua credibilidade e fundamenta seu dizer e seu fazer na vontade de uma

¹⁷⁰ Pêcheux, [1983] 1999, p. 54.

¹⁷¹ Orlandi, 1994, p. 57.

coletividade que lhe reconhece a competência e lhe outorga a legitimidade”, seu avesso poderia ser sintetizado em enunciados como “eu não sei nada” e “não tenho nenhum direito de governar”¹⁷². Daí deriva a hipótese de que a crítica mais frequente ao discurso político incida, na contemporaneidade, sobre a simulação e a dissimulação do discurso político.

Diferentemente de outros tempos, quando se podia ouvir reiteradamente “ele não sabe falar direito” ou “eu não entendo nada do que ele fala”, em nossos dias tornou-se muito mais comum escutarmos um enunciado como “é tudo mentira o que eles dizem”. (PIOVEZANI, 2009, p. 352)

Consideramos, no entanto, que o processo de desconstrução da legitimidade política de Dilma, perpassa em nossos dias justamente os mecanismos mobilizados anteriormente ao recrudescimento de uma eloquência democrática, aliando ao rigor da veracidade exigido atualmente, pelo menos em aparência, uma certa nostalgia pela grandiloquência ou, ao menos, por certo estilo pomposo e empolado de fala pública. Ao avesso do político, no que respeita ao feminino, somam-se os enunciados “eu não tenho nada a dizer”, “eu não sei como dizê-lo” e “eu não sei quando dizê-lo”. Para a mídia, portanto, no caso de Dilma, seu discurso não é político. O estilo “efeminado”, íntimo e pacífico, avesso dos estilos empolados e peremptórios, uma forma de censura ao hermetismo das ‘línguas de madeira’ da política, e muito comum à transmissão televisiva, não é suficiente para que suas práticas de fala pública garantam, para além de uma vitória nas urnas, uma representação positiva de seu desempenho. Isso porque, embora possa se apresentar sob essas formas que se assemelham a conversas privadas, individuais e íntimas, a relação entre a fala pública e o discurso caracterizado como político pode ser estabelecida à medida que instaurar enunciadores e enunciatários supraindividuais, abordar temas de interesse coletivo e se formular em textos cujos códigos são convencionais e que circulam no âmbito público das sociedades¹⁷³. O caráter não convencional da fala pública de Dilma, como sabemos, foi insistentemente referido por parte da mídia tradicional brasileira como a expressão de um idioma próprio, supostamente incompreensível para a maioria dos brasileiros.

A concepção de língua que detectamos nas mídias e o desencontro entre forma e conteúdo que se empenham em apontar fortalecem, conjuntamente, esse esforço de desconstrução da natureza política de seus pronunciamentos e anunciam os perigos da fala feminina, especialmente na esfera pública. A língua como constituinte do pensamento impõe

¹⁷² Piovezani, 2009, p. 347.

¹⁷³ Piovezani, 2009, p. 348.

a ideia de que se Dilma não fala bem, não pensa bem, enquanto uma certa noção de retórica, por outro lado, concebida como um lugar de forjada desarmonia entre expressão e conteúdo, impõe a ideia de que, se Dilma fala bem, nas poucas ocasiões em que se reconhece que ela não teve mau desempenho oratório, é manipuladora e mentirosa ou apenas performatiza um pensamento e um trabalho de outrem. Em ambos os casos, é através da avaliação de sua fala pública que se aponta a incapacidade para o governo, ecoando os dizeres que relegam a expressão feminina aos salões ou ao governo corrupto¹⁷⁴. Na execução dos poderes que o sufrágio lhe concede, o desencontro entre o que se diz e o que se faz recai sobre sua habilidade de oradora. Aqui, parece importar menos o que Dilma efetivamente faz, uma vez que o relevo é dado ao fato de que ela não saberia dizê-lo e, portanto, seria completamente incapaz de fazê-lo. A avaliação da fala pública parece preceder e construir a avaliação da ação governamental.

Por essas razões, expostas através de resultados de análise e da síntese apresentada nos parágrafos anteriores, compreendemos de que maneira a representação da fala pública de Dilma Rousseff a desprovê de competência oratória e, portanto, dos poderes de sedução tidos como essenciais ao sujeito político. Tomada a partir de uma rede de valores que esses discursos concorrem para construir por meio de uma atividade mais ou menos prescritiva, que normatiza a fala e forma a escuta pública ao impregnar de sentidos os usos do verbo, do corpo e da voz, a performance de Dilma, assim, quando não meramente desimportante e despropositada, seria mentirosa, mal elaborada e reflexo de uma falta de senso de ocasião. Por consequência, seus empreendimentos oratórios geralmente se tornariam ineficazes, ou seja, esvaziados do poder de convencimento sobre o outro e de agir sobre o outro para fazê-lo agir. É interessante notar, no entanto, que esse poder carismático pode ser representado como tendo uma fonte independente das coisas ditas e da maneira de dizê-las – para a escuta que se inscreve em certas posições, a mesóclise de Temer é digna de elogios, mas dificilmente o seriam sua personalidade e conduta; em outros regimes de escuta, Lula fala mal, mas seduz e é popular¹⁷⁵. No caso da única mulher no mais alto posto do poder executivo brasileiro, torna-se muito mais facilmente observável que falar bem ou falar mal se tratam de reflexos daquilo que em tese lhe preenche a alma: por natureza, por essência, não há carisma e, *por isso*, falar bem lhe é uma tarefa árdua. Desta forma, forjar uma interdependência entre eloquência e

¹⁷⁴ Jamieson, 1988, p. 78.

¹⁷⁵ Ver, por exemplo, “Quem fala melhor: Temer, Dilma ou Lula?” UOL Economia, 17 mai. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2016/05/17/diferencas-na-comunicacao-de-lula-dilma-e-temer.htm>. Acesso em 23 nov. 2017.

carisma e dissimular ou não reconhecer suas equivalências consiste em uma forma de deslegitimação de sua pertença ao espaço público extremamente eficaz, porque incide sobre aquilo que seria absoluto e, portanto, impassível de transformação. Se a busca constante da política reside, além de na obtenção e manutenção do poder, na sua própria legitimação, a inaptidão de Dilma para a fala pública a impediria de se inscrever no espaço público com altivez, e a conveniência de sua interdição dos palanques e da tevê se disfarça em ares de necessidade e urgência. Trata-se, portanto, menos de alguma espécie de nostalgia pela grandiloquência ou, antes, pela correção gramatical, pela fluência de fala e pela articulação lógica, mas, sobretudo, de uma forma de invalidação da relação entre o político e o feminino.

Se, como pretendíamos sustentar a partir de nossa inscrição em uma perspectiva discursiva, a prática de fala pública e a produção de sons pela voz convivem numa relação interdependente de constituição com suas representações, o que significa dizer que as maneiras de escutar o feminino derivam de discursos a seu respeito e incidem rigorosamente sobre suas formas de expressão, as investidas de Dilma em direção da construção de efeitos de feminino através de suas performances oratórias assumem características bastante ambivalentes. No decorrer de nosso terceiro capítulo, expusemos resultados de análise que nos permitiram observar que, ao responder aos estigmas e preconceitos impostos discursivamente pelo funcionamento da mídia à fala pública que carrega marcas de classe, gênero, entre outras, de modo geral, e a seu desempenho oratório, de maneira mais particular, vemos e ouvimos Dilma recorrer aos mesmos estereótipos que a vão constranger: o estilo narrativo e autobiográfico, pronunciado com voz suave e fala dramática, para tratar de temas como sua condição de mulher, a maternidade, a sensibilidade e a vida pessoal, parece contribuir para a manifestação do chamado estilo efeminado e construir uma sua imagem estereotipicamente feminina, replicando tacitamente os dizeres segundo os quais ela seria uma mulher dura, fria e tecnicista. Por outro lado, em condições de produção que favorecem o confronto, os sentidos que emergem de sua fala não lhe serão benéficos: uma postura estereotipicamente masculina poderia contribuir para uma avaliação positiva de sua performance, na medida em que a energia viril parece ser atributo necessário para os enfrentamentos, mas também acaba por reforçar os estigmas a seu respeito. Já uma conduta mais dócil a torna proporcionalmente mais vulnerável aos ataques de seu adversário e a sujeitam às representações que dialogam com temas como a fragilidade e a “domesticação” do espírito feminino, atribuindo-lhe os sentidos da inépcia para o desempenho das funções que a vida pública exige. As performances e as representações, assim, dialogam ao mesmo e a todo

tempo com as alternâncias entre o feminino e o masculino, a vida privada e a vida pública, a emoção e a razão, o ego e o ofício, a espontaneidade e o preparo, o cuidado e o enfrentamento.

As maneiras de dizer que acompanham as expressões desses atributos seguem parâmetros impostos pelo funcionamento histórico, isto é, discursivo, dos sentidos imputados à fala, ao corpo e à voz: o que significa falar como mulher e o que significa falar espontaneamente, por exemplo, e os valores inculcados a essas formas de expressão em relação ao que se diz e quando se diz derivam das descrições, comentários e julgamentos que se fazem a seu respeito. A partir do conjunto de “prescrições” que fomos capazes de levantar através das representações midiáticas, pudemos delinear um quadro mais ou menos esquemático de matizes de sentido possíveis de emergir conforme a posição em que se inscrevem os ouvintes. Para efeitos de síntese, estabelecemos dois pólos opostos de posições ideológicas, cientes de que essa pontuação não seria capaz de abranger o conjunto variado de possibilidades a que as complexas relações sociais dão forma, mas seguros de sua natureza metonímica, para compreender a congruência que a relação entre prática e representação estabelece com a história e com os sujeitos de uma sociedade. Assim, tendo investido na proposição de uma certa tipologia das vozes plurais de Dilma para expressar esses atributos e responder às condições de produção de sua fala, a remetemos às variações de sentido possíveis em cada uma dessas posições que delineamos. Demonstramos, assim, haver um conjunto composto de recursos e inflexões vocais que são geralmente empregados para imprimir nuances de sentidos à sua fala conforme as injunções das distintas condições de produção e das posições em que se inscreve. Foi possível, por exemplo, apontar diferenciações que se verificam entre: i) uma voz de improviso e uma voz preparada previamente; ii) a voz da emoção e a voz da razão; iii) a voz empregada em embates abertamente agressivos e em conflitos que se dissimulam; no interior deste último, iv) a voz que fala de si afirmativamente e a voz que fala de si negativamente, v) as vozes da celebração, da reflexão e do lamento, e vi) a voz detrás do púlpito e a voz detrás da tela, entre outras. Por consequência, a essas vozes embrenham-se regimes de escuta, constituídos historicamente e que, intimados à interpretação, atribuem-lhes sentidos a partir de seu posicionamento em dada formação discursiva e, assim, as celebram com cordialidade, as esquecem com desinteresse ou as escracham com hostilidade. cremos que esses resultados de análise, ainda que provisórios e esquemáticos, nos ofereceram uma importante prova do potencial heurístico da Análise do Discurso para a investigação das relações entre som e sentido e nos permitiram, assim,

apontar metonimicamente as maneiras pelas quais os discursos constituem as práticas e produzem julgamentos a seu respeito, indicando um caminho possível para o questionamento das afirmações consensuais em torno da fala pública de Dilma e para o enfrentamento de seu efeito de evidência: desvelar e vulgarizar as determinações históricas que lhe dão forma.

Ao fim de nosso percurso, nos encontramos em meio a reflexões reconfiguradas, a novas indagações e à aposta na relevância dos avanços conquistados. Aqui, parece ter tornado-se clara a natureza redutora de uma separação estrita entre aquilo que é necessário e aquilo que é contingente à fala pública. Os elementos circunstanciais parecem desempenhar uma função incisiva sobre a essência de seu funcionamento discursivo: em nosso estudo, ao tratarmos de representações e práticas da fala pública no campo político, tratamos, simultânea e fundamentalmente, da fala pública feminina, da fala pública feminina que se inscreve em uma posição progressista, da fala pública progressista em condição de poder ou de disputa pelo poder... ou seja, o papel desempenhado pelo gênero se faz importante, mas tangencia, ainda, outras particularidades que o circundam: não se trata, apenas, de estigmatizar e tentar silenciar a voz da mulher, mas também, e talvez sobretudo, a voz dos desvalidos de bens materiais e capital simbólico por quem ela fala e ao lado de quem lutou, e que por muito não puderam se expressar ou fazer ouvir. Ainda que tenhamos perseguido a representatividade em detrimento da exaustividade, nem sempre nos sentimos plenamente capazes de depreender e compreender os efeitos das intersecções e sobreposições observadas em sua fala, especialmente no que diz respeito aos efeitos das homologias e das desarmonias entre verbo, corpo e voz. Evidentemente, muito antes de encetar um fim em si mesmas, as inquietações que derivam dessas faltas devem inaugurar um novo começo, garantido pelo tempo e pelo fôlego restaurados. Há muito, a arte já havia nos ensinado que, nas veredas de nossas vidas, “o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas¹⁷⁶”. Também na investida da pesquisa acadêmica, estamos inclinados a crer que nos vale mais a honestidade das interrogações do que a pretensão dos pontos finais. Frente às incertezas, resta-nos, contudo, uma convicção que compõe o conjunto daquelas que impulsionaram o início desse percurso e a que nossa história mais recente tratou de servir como prova cabal: ter voz é ter vez, e com ainda mais forte razão podemos dizê-lo sobre o espaço público, onde o exercício efetivo da política escancara as relações de poder e de dominação. Se, como sabemos, os discursos não traduzem as lutas, mas consistem justamente naquilo por que e pelo que se luta¹⁷⁷, é

¹⁷⁶ Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas* (1956).

¹⁷⁷ Foucault, 2000, p. 8-9.

justamente através das disposições de nossa escuta que exaltamos ou prostramos seus combatentes. E não nos enganemos: no que se refere à livre expressão da mulher e de todos aqueles que foram consistente e frequentemente explorados e oprimidos pela história, toda surdez será castigada.

Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, T. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ALBANO, E. **Da fala à linguagem: tocando de ouvido**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALBANO, E. **Fazendo sentido do som**. In: Ilha do desterro. n. 18, Florianópolis, 1988, p. 11-26.
- AGAMBEN, G. **A Linguagem e a Morte: um seminário sobre o lugar da negatividade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- ARISTÓTELES . **Retórica**. São Paulo: Rideel, 2007.
- ARISTÓTELES. **Politics**. Tradução de Benjamin Jowett. Kitchener: Batoche Books, 1999.
- ARISTÓTELES. **Historia de los animales**. Tradução de José Vara Donado. Madrid: Akal Ediciones, 1989.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Valandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BOURDIEU, P. **La eficacia simbólica: religión y política**. Tradução de Alicia B. Gutierrez e Ana Teresa Martínez. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- CAGLIARI, L. C. **Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos**. Cadernos de Estudos Lingüísticos, n. 23, Campinas, 1992, p. 137-151.
- CHIARI, G. **Entre insultos e falsas harmonias: a construção dos efeitos de agressividade no discurso político eleitoral na campanha de 2014**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8863>>. Acesso em 08 jan. 2018.
- COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. Por uma arqueologia dos poderes e perigos da fala pública. In: _____. (Orgs.) **História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 7-22.
- COURTINE, J.-J. A estranha história da Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, C. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 11-16.

COURTINE, J.-J. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Orgs.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 11-19.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. Os deslizamentos do espetáculo político. In.: GREGOLIN, M R. (Org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.

DARWIN, C. **The descent of man, and selection in relation to sex**. London: John Murray, 1871. 2 vol. Disponível em: http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1871_Descent_F939.1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

DESBORDES, F. Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques. In: AUROUX, S. (Org.) **Histoire des idées linguistiques**. Tome I. La naissance des métalangages en Orient et en Occident. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga, 1989, p. 149-161.

FOUCAULT, M. (1971) **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2000.

FOUCAULT, M. (1969) **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

JAKOBSON, R. **Seis lições sobre o som e o sentido**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

JAMIESON, K. H. The “effeminate” style. In: _____. **Eloquence in an electronic age: the transformation of political speechmaking**. Nova Iorque: Oxford, 1988, p. 67-89.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

KARPF, A. **La voix: un universe invisible**. Paris: Autrement, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. (1964) **O cru e o cozido**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. (1962) **O pensamento selvagem**. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus, 1989.

MADUREIRA, S. **Intonation and variation: the multiplicity of forms and senses**. Dialectologia. Special Issue, v. VI, p. 54-74, 2016.

MADUREIRA, S. **A matéria fônica, os efeitos de sentido e os papéis do falante.** Delta, vol. 12, n. 1, São Paulo, 1996, p. 87-93.

MADUREIRA, S. **O sentido do som.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 194. 1992.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje.** Campinas: Pontes, 2003.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

ORLANDI, E. (2001) **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos.** 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. **Interpretação: leitura, autoria e efeitos do trabalho simbólico.** 5. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia), In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e sentido na linguagem.** Campinas: Pontes, 1989. p. 39-46.

ORLANDI, E. P. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994, p. 53-59.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p. 61-161.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. **La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours.** Langages, Paris, n.24, p.93-106, 1971.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. (1983). Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-319.

PÊCHEUX, M. (1983) Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* (Orgs.). **Papel da memória.** Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. (1983). **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PIOVEZANI, C. **Verbo, Corpo e Voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PIOVEZANI, C. **Ler o discurso político**: sons e imagens na produção da verdade em pronunciamentos eleitorais. *Leitura. Teoria & Prática*, v. 1, p. 12-18, 2010.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.) **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

PIOVEZANI, C. **Funções e efeitos dos elementos vocais no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral**. *Letras de Hoje*, v. 47, p. 96-103, 2011a.

PIOVEZANI, C. Sons e sentidos na análise do Discurso: os signos da voz à luz da Semiologia Histórica. In: CURCINO, L.; PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011b. p. 127-141.

PIOVEZANI, C. **A voz no feminino**: uma análise discursiva de elementos prosódicos num pronunciamento eleitoral de Dilma Rousseff. *Fragmentum (UFSM)*, v. 36, p. 15-23, 2013.

PIOVEZANI, C. **Sentidos da voz em discursos da imprensa brasileira**: uma análise de textos midiáticos sobre o câncer de laringe de Lula. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 23, p. 535-558, 2015a.

PIOVEZANI, C. Falar em público na política contemporânea – a eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia. IN: COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. (Orgs.) **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: Vozes, 2015b, p. 290-337.

PIOVEZANI, C.; SALAZAR, P.-J. **A voz humana na era das redes sociais**. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, v. 58, p. 167, 2016.

PIOVEZANI, C. Instantâneos de duradouros estigmas: consensos sobre as vozes popular e feminina (da Retórica antiga à mídia contemporânea). In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. **(In)Subordinações contemporâneas**: consensos e resistências nos discursos. São Carlos: EdUFSCar, 2016a, p. 73-99.

PIOVEZANI, C. **Discursos sobre a voz na mídia brasileira contemporânea**. *Revista da ABRALIN*, v. 15, p. 161-188, 2016b.

QUINTILIANO. **Instituição Oratória** – Tomo III. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

SALAZAR, P.-J. Darwin à Padoue: anthropologie de la voix au XVII^e et au XIX^e siècles. In: CASSIN, B.; LEVINAS, D. (Orgs.) **Vocabulaires de la voix**. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 39-52.

SAUSSURE, F. (1916). **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOUZA, P. **Elementos para a escuta e análise do jogo da voz no simbólico**. Revista Reflexão e Ação (UNISC. Impr.), v. 23, p. 221-237, 2015.

SOUZA, P. **Sobre o discurso e o sujeito na voz**. Língua e Instrumentos Linguísticos, v. 34, p. 197-209, 2014a.

SOUZA, P.; PEREIRA, F. **Entre o corpo e a enunciação**: o retorno à voz em Marina Lima. Rua (UNICAMP), v. 1, p. 143-153, 2014b.

SOUZA, P. **O corpo outro da voz na dublagem de Tropa de Elite I**. REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 2, p. 94-103, 2013.

SOUZA, P. **Michel Foucault**: o trajeto da voz na ordem do discurso. Campinas: Editora RG, 2009.

STRACH, P.; ZUBER, K.; FOWLER, E. F.; RIDOUT, T.; SEARLES, K. **In a different voice?** Explaining the use of men and women as voice-over announcers in political advertising. Taylor & Francis Online, vol. 32. n. 2, 2015. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/cd5c2b24-bc05-11e6-8b45-b8b81dd5d080>> . Acesso em 9 dez. 2016.

WISNIK, J. M. **O som e o sentido**: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.